

# Justiça

em números

## 2015





Conselho Nacional de Justiça

**Presidente** Ministro Ricardo Lewandowski

**Corregedora Nacional de Justiça** Ministra Nancy Andrichi

**Conselheiros** Ministro Lelio Bentes Corrêa  
Daldice Maria Santana de Almeida  
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Luiz Cláudio Silva Allemant  
Emmanuel Campelo de Souza Pereira  
Fabiano Augusto Martins Silveira

**Secretário-Geral** Fabrício Bittencourt da Cruz

**Diretor-Geral** Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes

## Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	6
1.1. Recursos Financeiros	6
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	6
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	9
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	12
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	15
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça	18
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça	21
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça	24
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça	27
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça	30
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)	33
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça	36
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça	39
1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça	42
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça	45
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça	48
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	51
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça	54
1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça	57
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	60
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	60
1.2.2. Mag - Total de Magistrados	63
1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	66
1.2.4. TS - Total de Servidores	69
1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	72
1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	75
1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	78
1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	81
1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	84
1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	87
1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	90
1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	93
1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	96
1.2.14. Dm <sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	99
1.2.15. Pm <sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	102
1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	105

2. Litigiosidade.	108
2.1. Litigiosidade de 2º grau	108
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	108
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	111
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	114
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	117
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	120
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	123
2.1.7. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	126
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	129
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	132
2.1.10. RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST	135
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	138
2.1.12. Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau	141
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau	144
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	147
2.2. Litigiosidade de 1º grau	150
2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	150
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	153
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	156
2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	159
2.2.5. TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	162
2.2.6. TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	165
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	168
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	171
2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	174
2.2.10. IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	177
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	180
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	183
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	186
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	189
2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	192
2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	195
2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	198
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	201
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	204
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	207
2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	210
2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	213
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	216
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	219
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	222
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau	225
2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	228
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	231
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	234
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	237
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau	240
2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau	243
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau	246
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	249



2.3. Litigiosidade Total	252
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	252
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	255
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	258
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	261
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	264
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	267
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	270
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	273
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	276
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho	276
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)	279
3.3. Dem - Demandantes	282
3.4. Poder Público como Demandante.	285
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	285
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	288
3.5. Poder Público como Demandado.	291
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	291
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	294

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

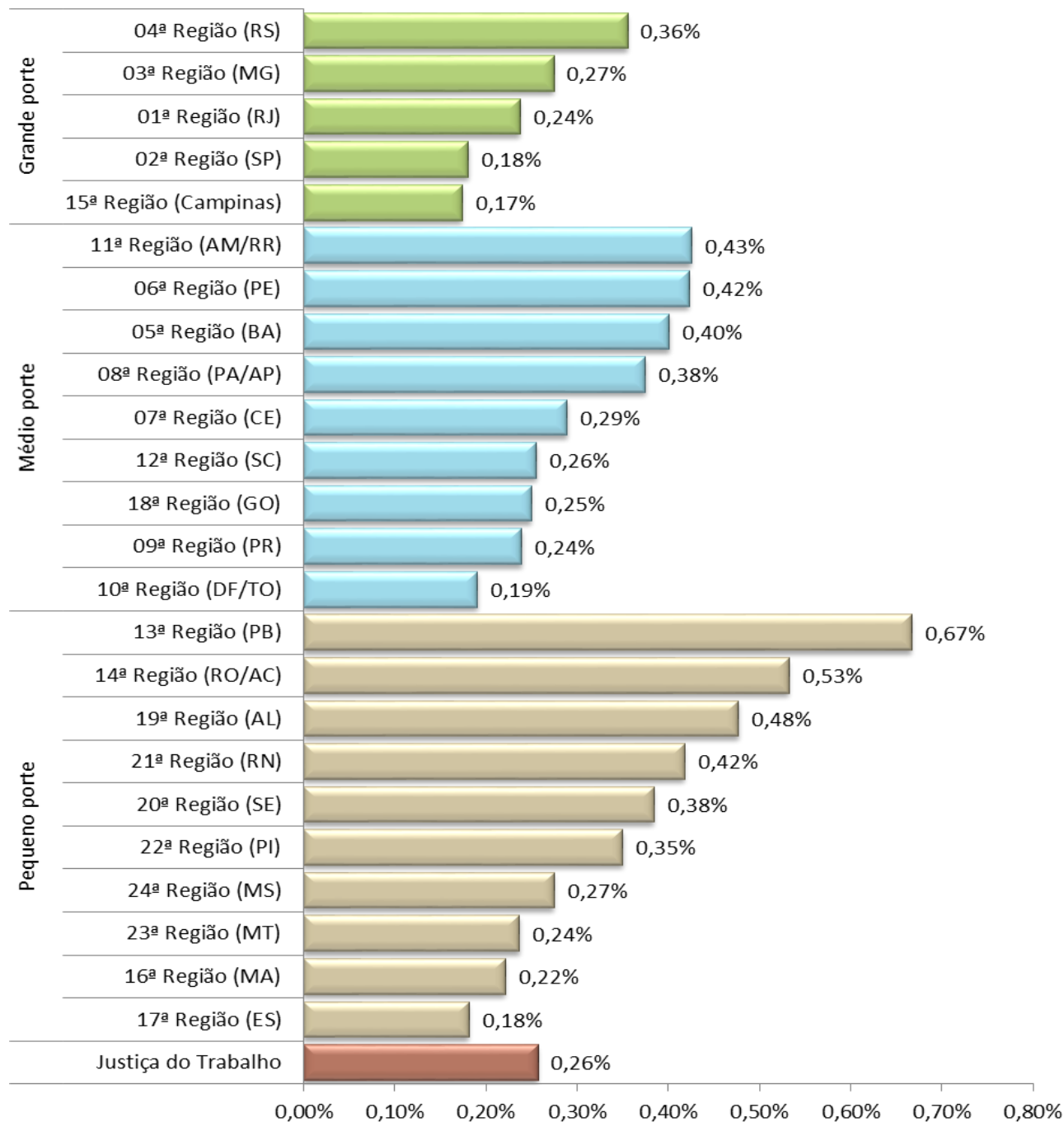
#### 1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
01ª Região (RJ)	1.507.341.295	633.851.477.041	0,24%
02ª Região (SP)	1.917.111.899	1.058.383.223.316	0,18%
03ª Região (MG)	1.393.456.278	507.300.193.101	0,27%
04ª Região (RS)	1.241.134.396	349.040.583.719	0,36%
05ª Região (BA)	846.272.342	210.848.350.824	0,40%
06ª Região (PE)	624.211.832	147.507.017.101	0,42%
07ª Região (CE)	327.641.391	113.303.659.860	0,29%
08ª Região (PA/AP)	478.718.543	127.504.786.621	0,38%
09ª Região (PR)	769.681.881	321.722.695.452	0,24%
10ª Região (DF/TO)	457.608.743	239.808.992.155	0,19%
11ª Região (AM/RR)	382.067.948	89.798.531.331	0,43%
12ª Região (SC)	569.932.211	222.851.440.052	0,26%
13ª Região (PB)	324.796.743	48.688.527.720	0,67%
14ª Região (RO/AC)	261.141.329	49.015.402.755	0,53%
15ª Região (Campinas)	1.242.699.999	712.735.274.343	0,17%
16ª Região (MA)	163.613.450	73.941.615.982	0,22%
17ª Região (ES)	244.655.176	134.921.889.347	0,18%
18ª Região (GO)	389.414.438	155.786.473.382	0,25%
19ª Região (AL)	177.197.085	37.140.347.724	0,48%
20ª Região (SE)	134.512.055	34.976.246.641	0,38%
21ª Região (RN)	207.723.344	49.709.949.863	0,42%
22ª Região (PI)	113.206.976	32.333.133.879	0,35%
23ª Região (MT)	240.713.549	101.610.693.952	0,24%
24ª Região (MS)	188.273.120	68.475.493.842	0,27%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>5.521.256.000.003</b>	<b>0,26%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB produzido na respectiva Região no ano-base.

Fórmula:  $G1 = D_{pj} / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **D<sub>pj</sub> - Despesa Total da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV’s) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- **PIB - Produto Interno Bruto:** Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho durante um período determinado (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

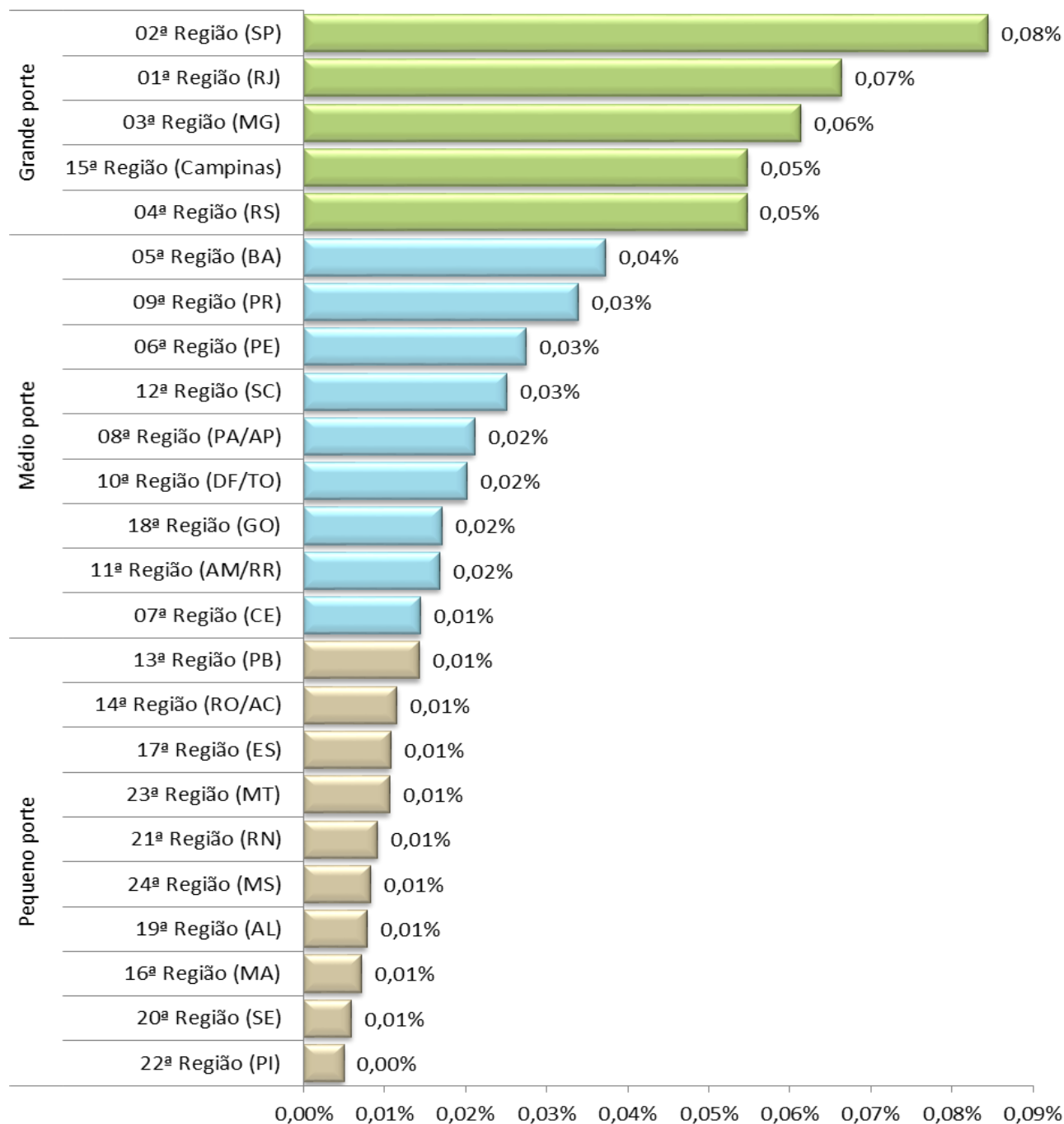
#### 1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
01ª Região (RJ)	1.507.341.295	2.268.768.426.439	0,07%
02ª Região (SP)	1.917.111.899	2.268.768.426.439	0,08%
03ª Região (MG)	1.393.456.278	2.268.768.426.439	0,06%
04ª Região (RS)	1.241.134.396	2.268.768.426.439	0,05%
05ª Região (BA)	846.272.342	2.268.768.426.439	0,04%
06ª Região (PE)	624.211.832	2.268.768.426.439	0,03%
07ª Região (CE)	327.641.391	2.268.768.426.439	0,01%
08ª Região (PA/AP)	478.718.543	2.268.768.426.439	0,02%
09ª Região (PR)	769.681.881	2.268.768.426.439	0,03%
10ª Região (DF/TO)	457.608.743	2.268.768.426.439	0,02%
11ª Região (AM/RR)	382.067.948	2.268.768.426.439	0,02%
12ª Região (SC)	569.932.211	2.268.768.426.439	0,03%
13ª Região (PB)	324.796.743	2.268.768.426.439	0,01%
14ª Região (RO/AC)	261.141.329	2.268.768.426.439	0,01%
15ª Região (Campinas)	1.242.699.999	2.268.768.426.439	0,05%
16ª Região (MA)	163.613.450	2.268.768.426.439	0,01%
17ª Região (ES)	244.655.176	2.268.768.426.439	0,01%
18ª Região (GO)	389.414.438	2.268.768.426.439	0,02%
19ª Região (AL)	177.197.085	2.268.768.426.439	0,01%
20ª Região (SE)	134.512.055	2.268.768.426.439	0,01%
21ª Região (RN)	207.723.344	2.268.768.426.439	0,01%
22ª Região (PI)	113.206.976	2.268.768.426.439	0,00%
23ª Região (MT)	240.713.549	2.268.768.426.439	0,01%
24ª Região (MS)	188.273.120	2.268.768.426.439	0,01%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>2.268.768.426.439</b>	<b>0,63%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública





### Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula:  $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

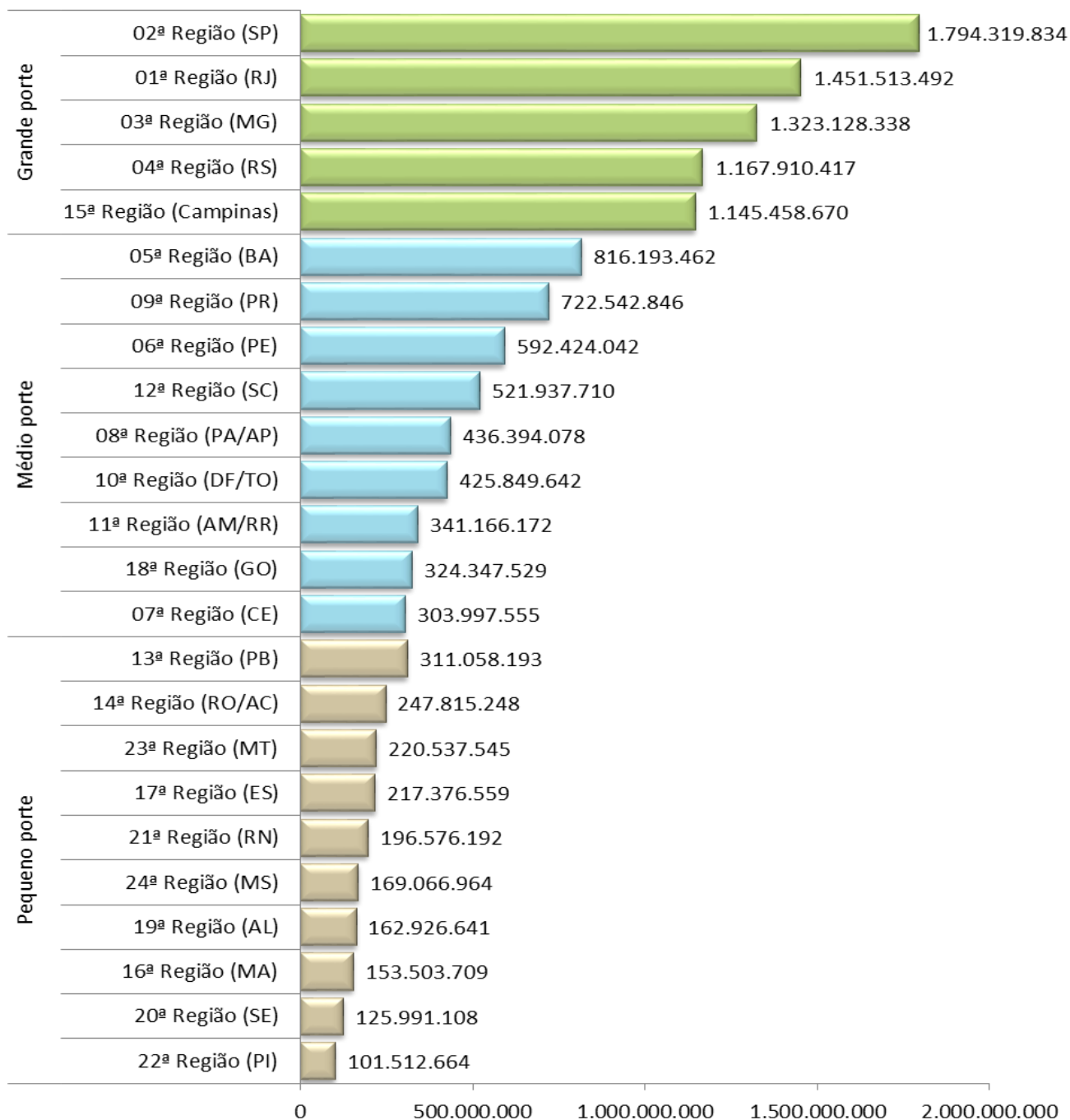
#### 1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal Regional do Trabalho	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
01ª Região (RJ)	1.179.891.331	68.388.445	136.736.935	57.951.372	8.545.409
02ª Região (SP)	1.439.363.155	101.324.707	185.786.189	50.569.870	17.275.913
03ª Região (MG)	1.078.246.870	61.918.233	131.820.512	39.579.115	11.563.608
04ª Região (RS)	965.375.914	57.908.862	117.732.862	16.121.972	10.770.807
05ª Região (BA)	641.419.370	45.906.642	83.919.742	29.799.955	15.147.753
06ª Região (PE)	471.429.635	37.244.700	62.773.681	14.990.837	5.985.188
07ª Região (CE)	240.778.941	17.521.739	31.987.676	8.274.816	5.434.383
08ª Região (PA/AP)	348.583.456	22.156.966	41.854.351	15.507.233	8.292.073
09ª Região (PR)	573.429.108	40.339.324	81.175.595	15.941.926	11.656.893
10ª Região (DF/TO)	334.389.687	21.956.157	42.943.872	20.302.007	6.257.918
11ª Região (AM/RR)	270.397.847	17.854.210	35.397.778	10.337.054	7.179.282
12ª Região (SC)	426.880.756	27.855.017	55.120.263	7.338.115	4.743.558
13ª Região (PB)	245.054.439	18.104.248	36.966.812	6.187.703	4.744.990
14ª Região (RO/AC)	194.037.478	14.289.418	28.177.006	6.989.225	4.322.121
15ª Região (Campinas)	889.949.596	65.983.759	126.762.406	35.973.119	26.789.790
16ª Região (MA)	114.501.500	9.754.657	18.266.047	8.107.610	2.873.895
17ª Região (ES)	163.614.793	14.585.625	26.518.539	8.942.030	3.715.573
18ª Região (GO)	244.655.660	22.777.777	38.685.687	13.040.477	5.187.928
19ª Região (AL)	121.026.063	11.943.266	19.578.572	7.820.083	2.558.657
20ª Região (SE)	97.575.375	7.048.885	15.408.092	3.718.375	2.240.382
21ª Região (RN)	149.262.077	13.621.995	24.150.495	5.964.103	3.577.521
22ª Região (PI)	75.421.597	7.222.375	12.925.215	4.314.913	1.628.564
23ª Região (MT)	167.309.272	13.517.035	27.642.270	6.058.185	6.010.783
24ª Região (MS)	129.301.700	10.055.479	21.030.767	4.827.544	3.851.474
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.561.895.621</b>	<b>729.279.522</b>	<b>1.403.361.364</b>	<b>398.657.639</b>	<b>180.354.463</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula:  $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

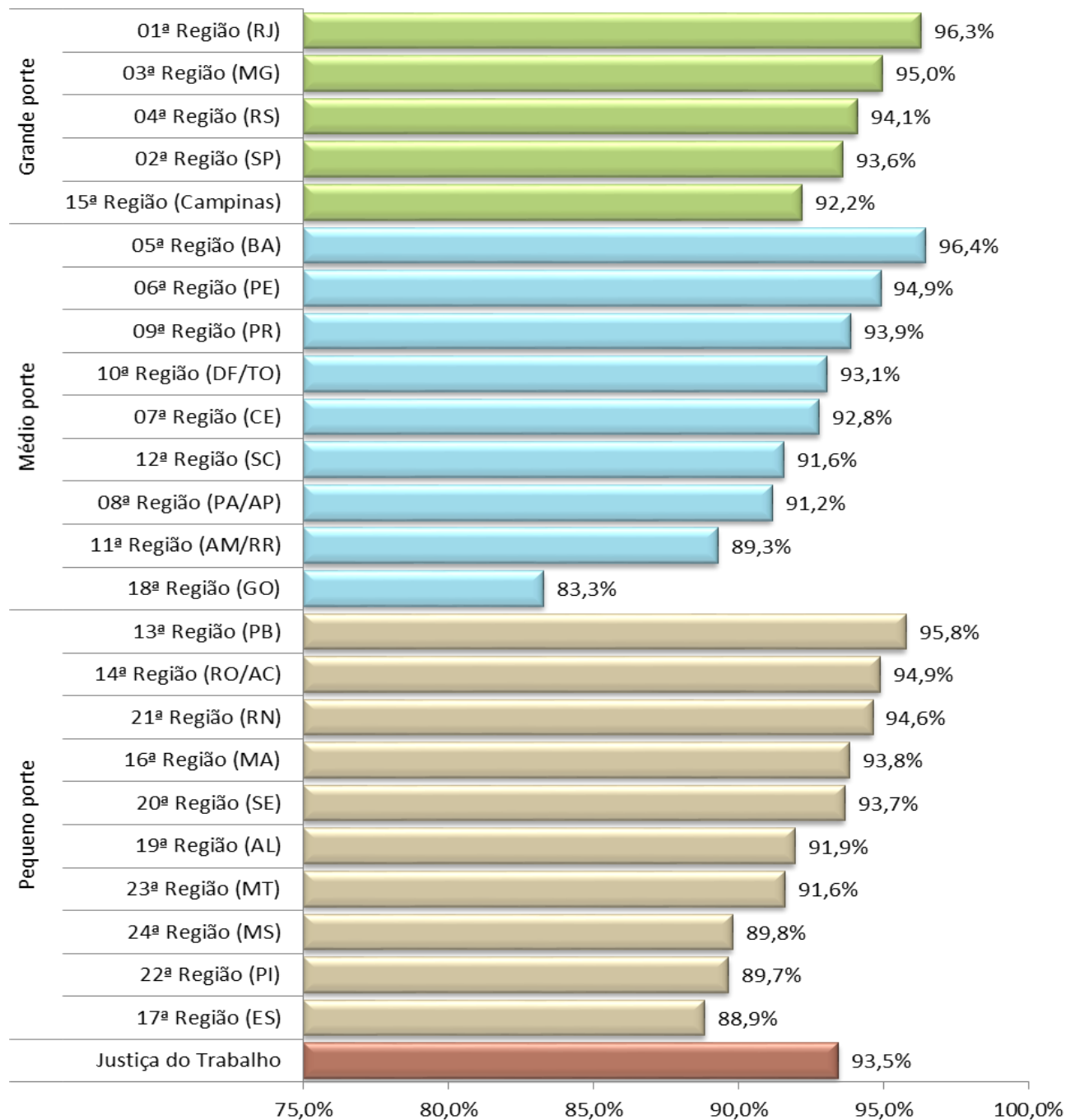
#### 1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.451.513.492	1.507.341.295	96,3%
02ª Região (SP)	1.794.319.834	1.917.111.899	93,6%
03ª Região (MG)	1.323.128.338	1.393.456.278	95,0%
04ª Região (RS)	1.167.910.417	1.241.134.396	94,1%
05ª Região (BA)	816.193.462	846.272.342	96,4%
06ª Região (PE)	592.424.042	624.211.832	94,9%
07ª Região (CE)	303.997.555	327.641.391	92,8%
08ª Região (PA/AP)	436.394.078	478.718.543	91,2%
09ª Região (PR)	722.542.846	769.681.881	93,9%
10ª Região (DF/TO)	425.849.642	457.608.743	93,1%
11ª Região (AM/RR)	341.166.172	382.067.948	89,3%
12ª Região (SC)	521.937.710	569.932.211	91,6%
13ª Região (PB)	311.058.193	324.796.743	95,8%
14ª Região (RO/AC)	247.815.248	261.141.329	94,9%
15ª Região (Campinas)	1.145.458.670	1.242.699.999	92,2%
16ª Região (MA)	153.503.709	163.613.450	93,8%
17ª Região (ES)	217.376.559	244.655.176	88,9%
18ª Região (GO)	324.347.529	389.414.438	83,3%
19ª Região (AL)	162.926.641	177.197.085	91,9%
20ª Região (SE)	125.991.108	134.512.055	93,7%
21ª Região (RN)	196.576.192	207.723.344	94,6%
22ª Região (PI)	101.512.664	113.206.976	89,7%
23ª Região (MT)	220.537.545	240.713.549	91,6%
24ª Região (MS)	169.066.964	188.273.120	89,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>13.273.548.609</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>93,5%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça





Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).

· Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

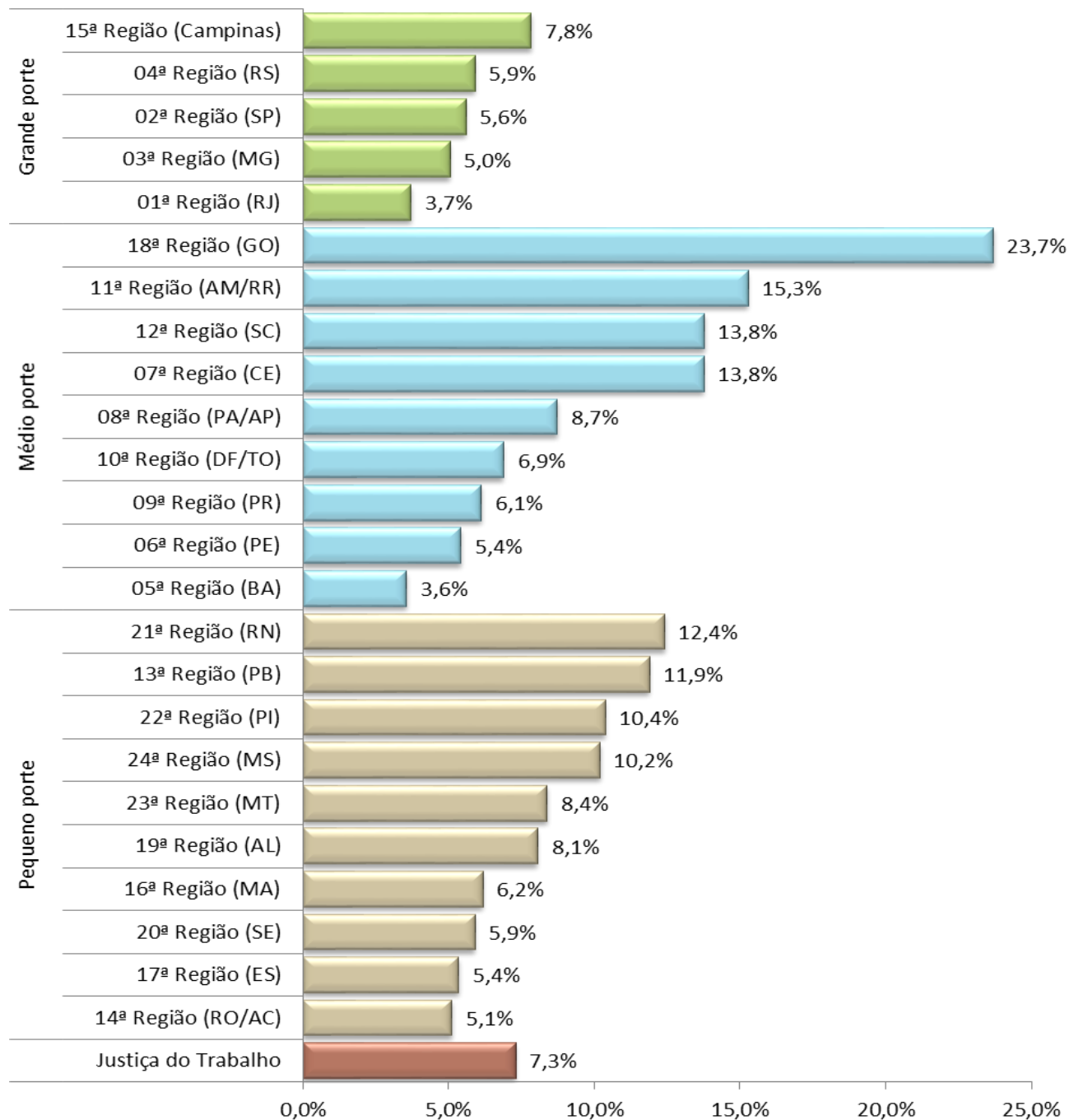
#### 1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	55.827.802	1.507.341.295	3,7%
02ª Região (SP)	107.125.746	1.917.111.899	5,6%
03ª Região (MG)	70.327.940	1.393.456.278	5,0%
04ª Região (RS)	73.223.979	1.241.134.396	5,9%
05ª Região (BA)	30.078.880	846.272.342	3,6%
06ª Região (PE)	33.858.001	624.211.832	5,4%
07ª Região (CE)	45.094.748	327.641.391	13,8%
08ª Região (PA/AP)	41.795.184	478.718.543	8,7%
09ª Região (PR)	47.105.548	769.681.881	6,1%
10ª Região (DF/TO)	31.502.414	457.608.743	6,9%
11ª Região (AM/RR)	58.418.112	382.067.948	15,3%
12ª Região (SC)	78.515.111	569.932.211	13,8%
13ª Região (PB)	38.670.188	324.796.743	11,9%
14ª Região (RO/AC)	13.326.081	261.141.329	5,1%
15ª Região (Campinas)	97.241.330	1.242.699.999	7,8%
16ª Região (MA)	10.109.741	163.613.450	6,2%
17ª Região (ES)	13.096.751	244.655.176	5,4%
18ª Região (GO)	92.302.446	389.414.438	23,7%
19ª Região (AL)	14.270.444	177.197.085	8,1%
20ª Região (SE)	7.949.433	134.512.055	5,9%
21ª Região (RN)	25.787.012	207.723.344	12,4%
22ª Região (PI)	11.749.170	113.206.976	10,4%
23ª Região (MT)	20.150.905	240.713.549	8,4%
24ª Região (MS)	19.206.156	188.273.120	10,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.036.733.122</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>7,3%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

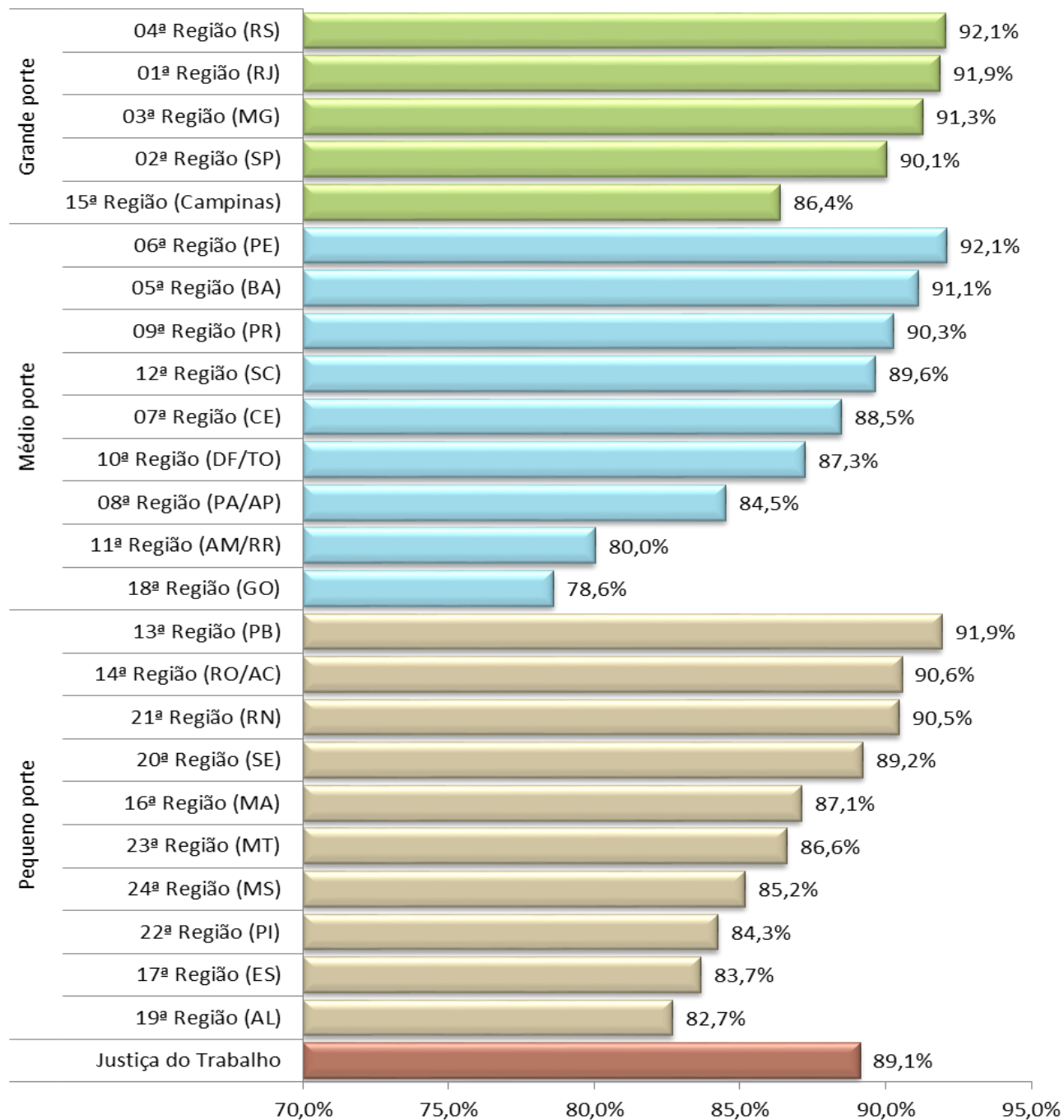
#### 1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.385.016.711	1.507.341.295	91,9%
02ª Região (SP)	1.726.474.051	1.917.111.899	90,1%
03ª Região (MG)	1.271.985.615	1.393.456.278	91,3%
04ª Região (RS)	1.142.753.281	1.241.134.396	92,1%
05ª Região (BA)	771.245.755	846.272.342	91,1%
06ª Região (PE)	574.995.441	624.211.832	92,1%
07ª Região (CE)	289.952.173	327.641.391	88,5%
08ª Região (PA/AP)	404.597.655	478.718.543	84,5%
09ª Região (PR)	694.944.027	769.681.881	90,3%
10ª Região (DF/TO)	399.289.717	457.608.743	87,3%
11ª Região (AM/RR)	305.795.625	382.067.948	80,0%
12ª Região (SC)	510.894.265	569.932.211	89,6%
13ª Região (PB)	298.633.145	324.796.743	91,9%
14ª Região (RO/AC)	236.503.902	261.141.329	90,6%
15ª Região (Campinas)	1.073.493.232	1.242.699.999	86,4%
16ª Região (MA)	142.522.203	163.613.450	87,1%
17ª Região (ES)	204.718.957	244.655.176	83,7%
18ª Região (GO)	306.119.124	389.414.438	78,6%
19ª Região (AL)	146.520.569	177.197.085	82,7%
20ª Região (SE)	120.032.351	134.512.055	89,2%
21ª Região (RN)	187.952.956	207.723.344	90,5%
22ª Região (PI)	95.389.603	113.206.976	84,3%
23ª Região (MT)	208.468.576	240.713.549	86,6%
24ª Região (MS)	160.387.946	188.273.120	85,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>12.658.686.881</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>89,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça





### Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

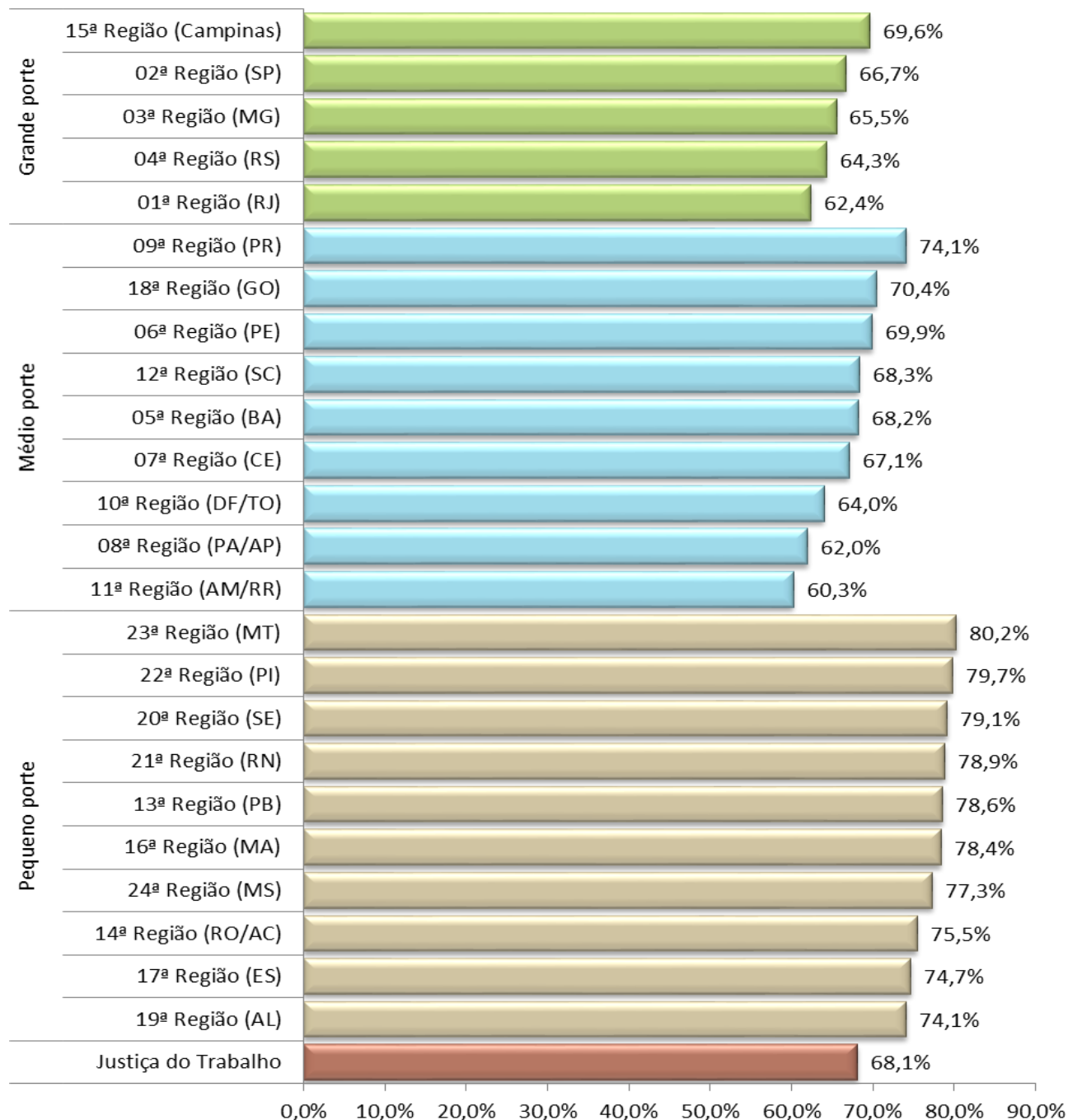
#### 1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	940.595.610	1.507.341.295	62,4%
02ª Região (SP)	1.278.086.352	1.917.111.899	66,7%
03ª Região (MG)	912.706.226	1.393.456.278	65,5%
04ª Região (RS)	797.872.100	1.241.134.396	64,3%
05ª Região (BA)	577.068.806	846.272.342	68,2%
06ª Região (PE)	436.273.557	624.211.832	69,9%
07ª Região (CE)	219.850.145	327.641.391	67,1%
08ª Região (PA/AP)	296.677.194	478.718.543	62,0%
09ª Região (PR)	570.433.212	769.681.881	74,1%
10ª Região (DF/TO)	292.940.471	457.608.743	64,0%
11ª Região (AM/RR)	230.259.634	382.067.948	60,3%
12ª Região (SC)	389.451.891	569.932.211	68,3%
13ª Região (PB)	255.130.627	324.796.743	78,6%
14ª Região (RO/AC)	197.041.516	261.141.329	75,5%
15ª Região (Campinas)	864.600.998	1.242.699.999	69,6%
16ª Região (MA)	128.240.983	163.613.450	78,4%
17ª Região (ES)	182.640.411	244.655.176	74,7%
18ª Região (GO)	274.186.525	389.414.438	70,4%
19ª Região (AL)	131.316.161	177.197.085	74,1%
20ª Região (SE)	106.454.180	134.512.055	79,1%
21ª Região (RN)	163.860.086	207.723.344	78,9%
22ª Região (PI)	90.280.605	113.206.976	79,7%
23ª Região (MT)	193.097.109	240.713.549	80,2%
24ª Região (MS)	145.531.056	188.273.120	77,3%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>9.674.595.457</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>68,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

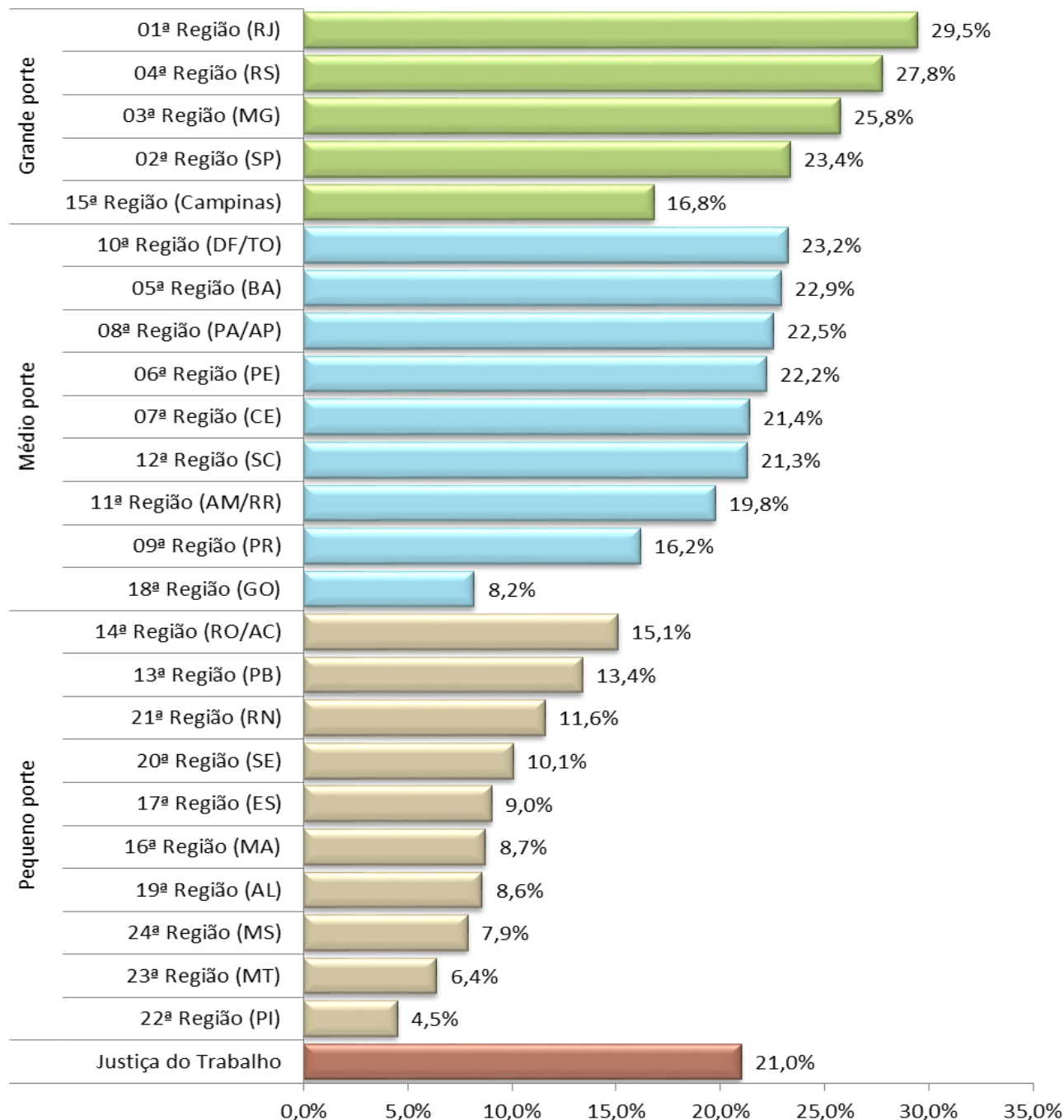
#### 1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	444.421.101	1.507.341.295	29,5%
02ª Região (SP)	448.387.700	1.917.111.899	23,4%
03ª Região (MG)	359.279.389	1.393.456.278	25,8%
04ª Região (RS)	344.881.181	1.241.134.396	27,8%
05ª Região (BA)	194.176.949	846.272.342	22,9%
06ª Região (PE)	138.721.884	624.211.832	22,2%
07ª Região (CE)	70.102.028	327.641.391	21,4%
08ª Região (PA/AP)	107.920.461	478.718.543	22,5%
09ª Região (PR)	124.510.815	769.681.881	16,2%
10ª Região (DF/TO)	106.349.246	457.608.743	23,2%
11ª Região (AM/RR)	75.535.991	382.067.948	19,8%
12ª Região (SC)	121.442.374	569.932.211	21,3%
13ª Região (PB)	43.502.518	324.796.743	13,4%
14ª Região (RO/AC)	39.462.386	261.141.329	15,1%
15ª Região (Campinas)	208.892.234	1.242.699.999	16,8%
16ª Região (MA)	14.281.221	163.613.450	8,7%
17ª Região (ES)	22.078.546	244.655.176	9,0%
18ª Região (GO)	31.932.599	389.414.438	8,2%
19ª Região (AL)	15.204.408	177.197.085	8,6%
20ª Região (SE)	13.578.171	134.512.055	10,1%
21ª Região (RN)	24.092.870	207.723.344	11,6%
22ª Região (PI)	5.108.998	113.206.976	4,5%
23ª Região (MT)	15.371.467	240.713.549	6,4%
24ª Região (MS)	14.856.890	188.273.120	7,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.984.091.424</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>21,0%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça





### Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

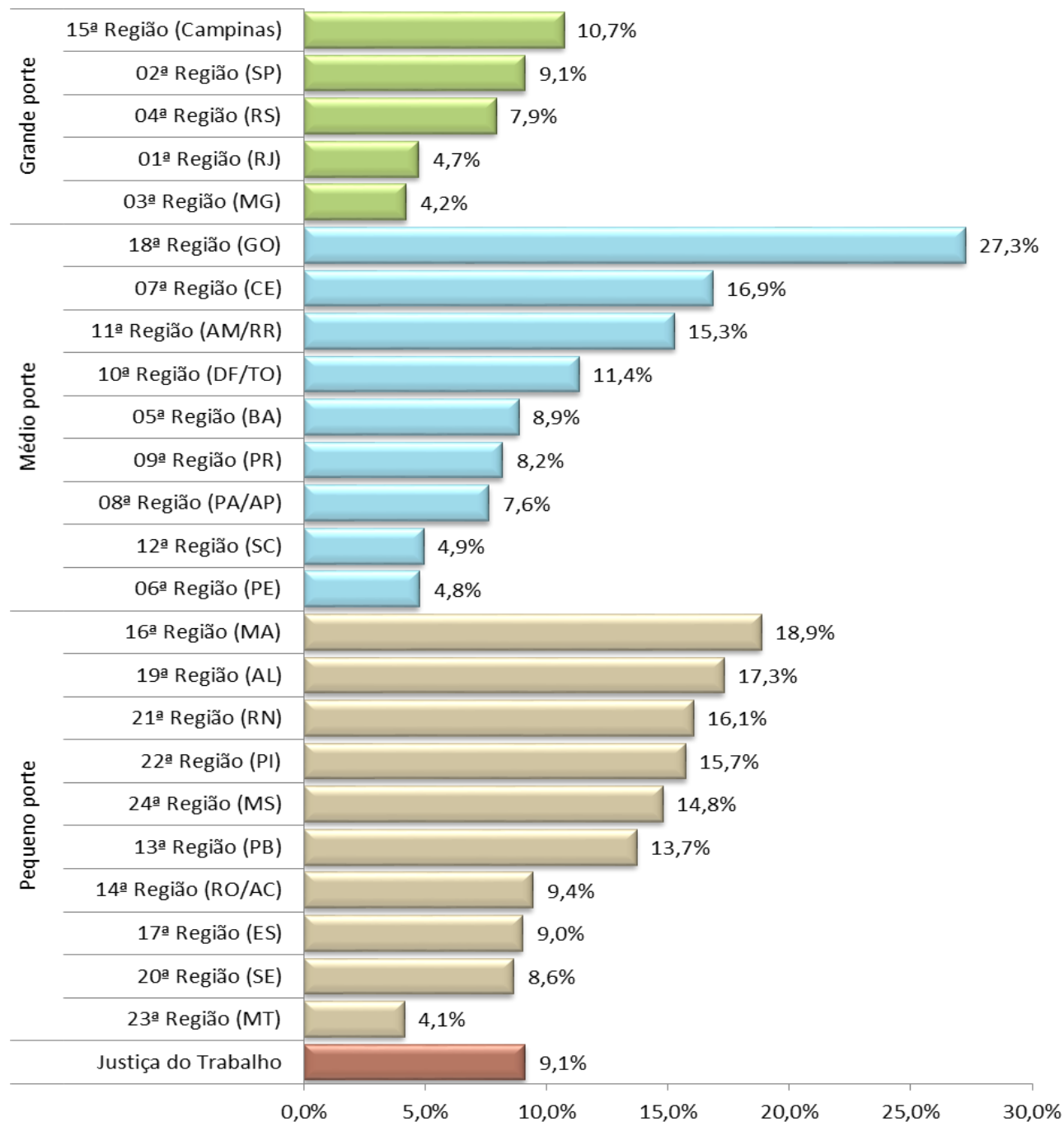
#### 1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.507.341.295	63.338.670	8.153.051	4,7%
02ª Região (SP)	1.917.111.899	152.455.170	22.516.358	9,1%
03ª Região (MG)	1.393.456.278	41.810.449	17.014.677	4,2%
04ª Região (RS)	1.241.134.396	80.604.172	17.776.942	7,9%
05ª Região (BA)	846.272.342	61.895.719	13.130.868	8,9%
06ª Região (PE)	624.211.832	23.757.363	5.966.311	4,8%
07ª Região (CE)	327.641.391	49.789.340	5.421.616	16,9%
08ª Região (PA/AP)	478.718.543	18.095.671	18.394.400	7,6%
09ª Região (PR)	769.681.881	52.407.298	10.640.177	8,2%
10ª Região (DF/TO)	457.608.743	42.258.164	9.707.041	11,4%
11ª Região (AM/RR)	382.067.948	40.787.973	17.630.139	15,3%
12ª Região (SC)	569.932.211	7.920.275	20.251.511	4,9%
13ª Região (PB)	324.796.743	37.809.372	6.783.071	13,7%
14ª Região (RO/AC)	261.141.329	20.000.223	4.637.205	9,4%
15ª Região (Campinas)	1.242.699.999	110.622.151	22.592.297	10,7%
16ª Região (MA)	163.613.450	27.245.680	3.600.224	18,9%
17ª Região (ES)	244.655.176	18.042.136	3.996.645	9,0%
18ª Região (GO)	389.414.438	55.971.237	50.147.050	27,3%
19ª Região (AL)	177.197.085	16.406.072	14.270.444	17,3%
20ª Região (SE)	134.512.055	8.960.561	2.657.473	8,6%
21ª Região (RN)	207.723.344	30.068.278	3.324.106	16,1%
22ª Região (PI)	113.206.976	14.456.978	3.360.395	15,7%
23ª Região (MT)	240.713.549	6.620.030	3.344.685	4,1%
24ª Região (MS)	188.273.120	19.017.866	8.867.308	14,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>1.000.340.846</b>	<b>294.183.994</b>	<b>9,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $G6 = DCCa / Dpj$                        $DCCa = Dct + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV’s) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- Dct - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

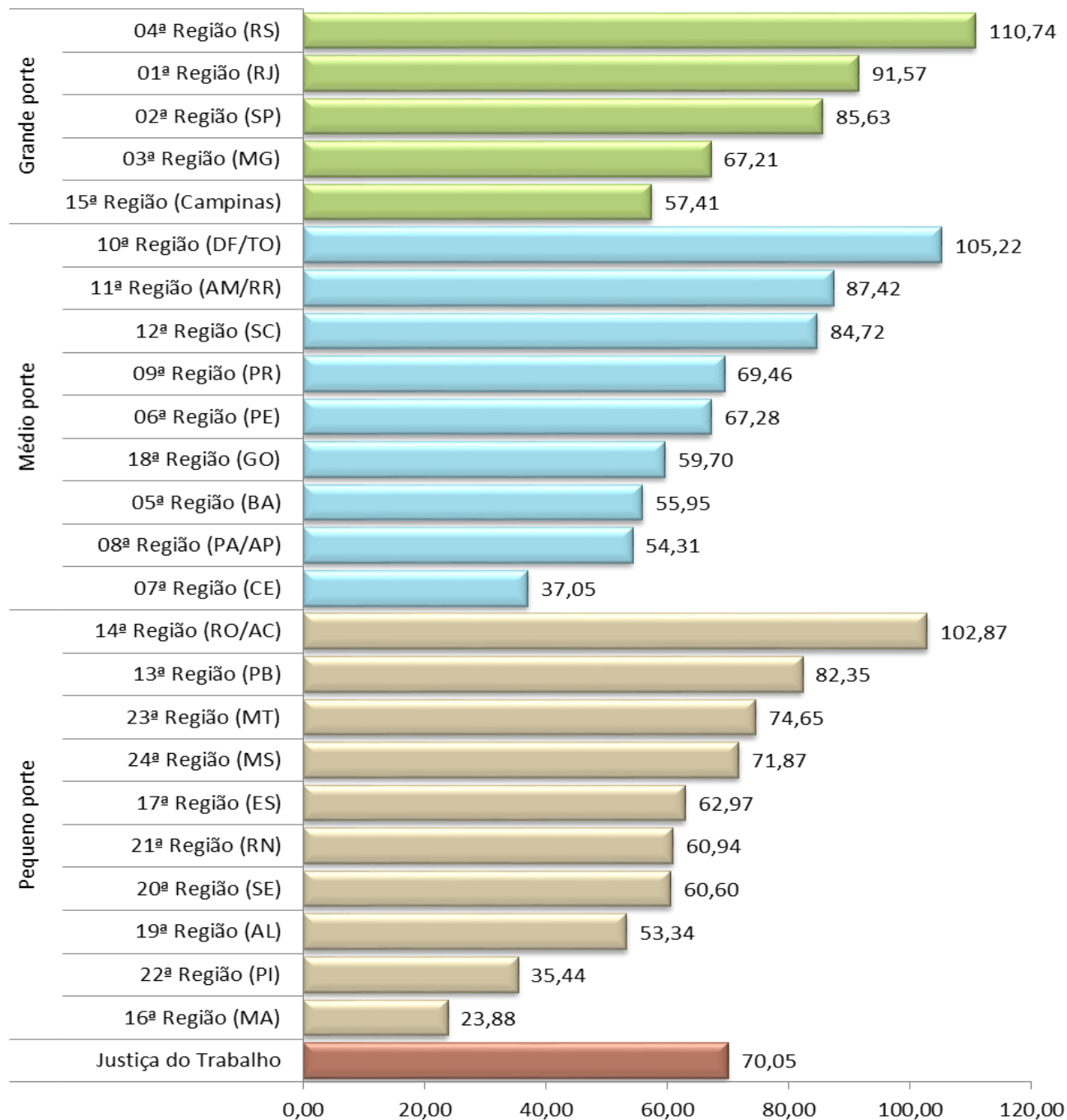
#### 1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)
01ª Região (RJ)	1.507.341.295	16.461.173	91,57
02ª Região (SP)	1.917.111.899	22.387.691	85,63
03ª Região (MG)	1.393.456.278	20.734.097	67,21
04ª Região (RS)	1.241.134.396	11.207.274	110,74
05ª Região (BA)	846.272.342	15.126.371	55,95
06ª Região (PE)	624.211.832	9.277.727	67,28
07ª Região (CE)	327.641.391	8.842.791	37,05
08ª Região (PA/AP)	478.718.543	8.814.305	54,31
09ª Região (PR)	769.681.881	11.081.692	69,46
10ª Região (DF/TO)	457.608.743	4.349.252	105,22
11ª Região (AM/RR)	382.067.948	4.370.679	87,42
12ª Região (SC)	569.932.211	6.727.148	84,72
13ª Região (PB)	324.796.743	3.943.885	82,35
14ª Região (RO/AC)	261.141.329	2.538.632	102,87
15ª Região (Campinas)	1.242.699.999	21.647.613	57,41
16ª Região (MA)	163.613.450	6.850.884	23,88
17ª Região (ES)	244.655.176	3.885.049	62,97
18ª Região (GO)	389.414.438	6.523.222	59,70
19ª Região (AL)	177.197.085	3.321.730	53,34
20ª Região (SE)	134.512.055	2.219.574	60,60
21ª Região (RN)	207.723.344	3.408.510	60,94
22ª Região (PI)	113.206.976	3.194.718	35,44
23ª Região (MT)	240.713.549	3.224.357	74,65
24ª Região (MS)	188.273.120	2.619.657	71,87
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>202.758.031</b>	<b>70,05</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população da Região no ano-base.

Fórmula:  $G7 = D_{pj} / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $D_{pj}$  - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV’s) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- $h1$  - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

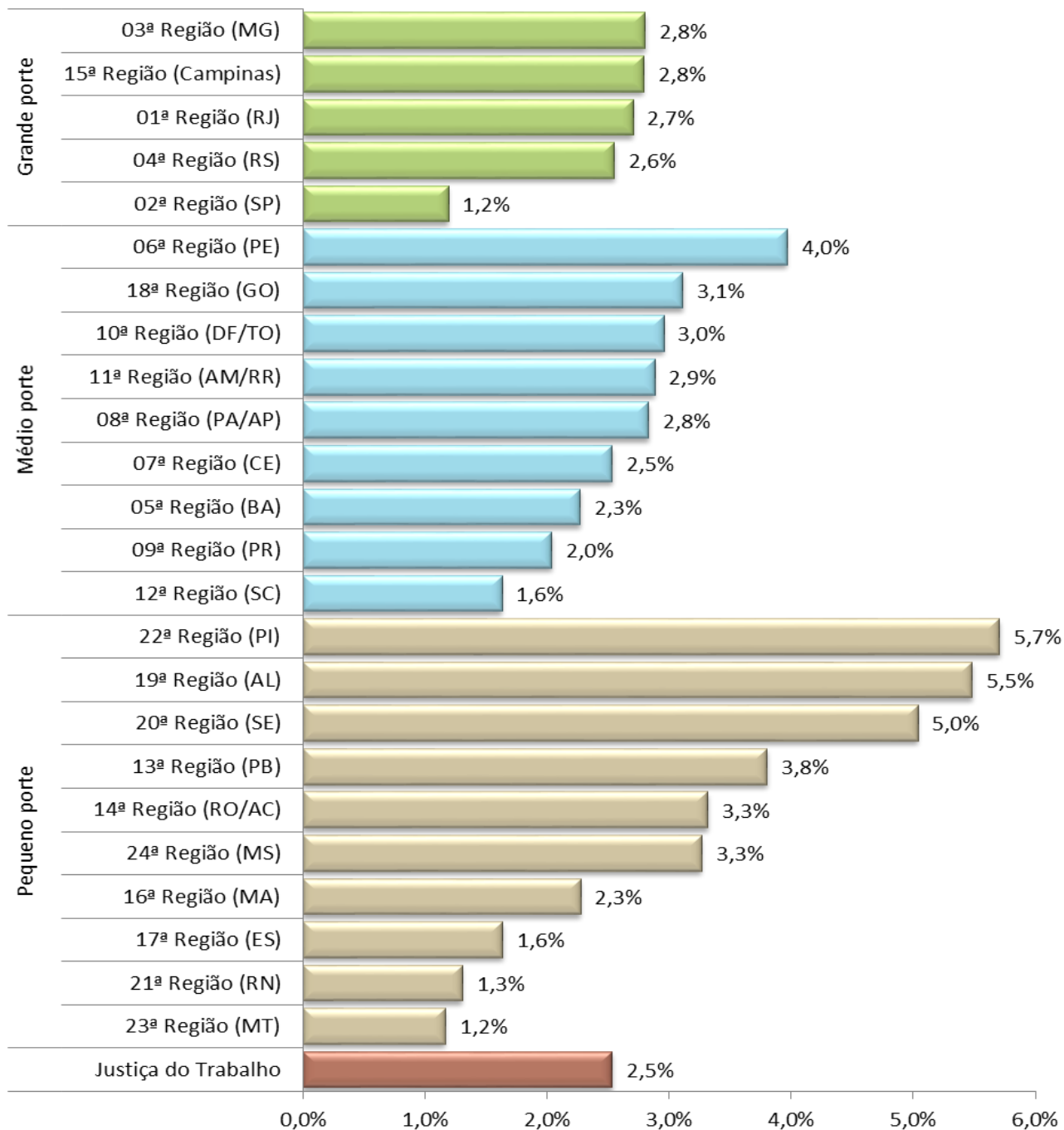
Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	6.712.593	27.444.888	6.629.921	1.507.341.295	2,7%
02ª Região (SP)	14.868.674	2.329.388	5.659.919	1.917.111.899	1,2%
03ª Região (MG)	10.091.877	27.434.245	1.557.074	1.393.456.278	2,8%
04ª Região (RS)	9.142.487	17.019.122	5.541.687	1.241.134.396	2,6%
05ª Região (BA)	6.291.768	12.611.166	336.234	846.272.342	2,3%
06ª Região (PE)	3.500.899	18.717.466	2.550.145	624.211.832	4,0%
07ª Região (CE)	1.563.837	6.292.893	443.755	327.641.391	2,5%
08ª Região (PA/AP)	2.839.012	6.328.448	4.395.830	478.718.543	2,8%
09ª Região (PR)	9.965.310	621.130	5.098.816	769.681.881	2,0%
10ª Região (DF/TO)	4.290.098	6.848.900	2.397.748	457.608.743	3,0%
11ª Região (AM/RR)	2.127.199	5.284.054	3.602.018	382.067.948	2,9%
12ª Região (SC)	1.289.449	4.524.142	3.492.352	569.932.211	1,6%
13ª Região (PB)	2.794.571	7.799.596	1.758.975	324.796.743	3,8%
14ª Região (RO/AC)	1.873.043	6.212.215	582.632	261.141.329	3,3%
15ª Região (Campinas)	14.033.399	15.957.274	4.695.483	1.242.699.999	2,8%
16ª Região (MA)	308.465	3.413.017	0	163.613.450	2,3%
17ª Região (ES)	3.017.262	389.519	596.065	244.655.176	1,6%
18ª Região (GO)	5.762.856	5.829.918	518.469	389.414.438	3,1%
19ª Região (AL)	3.176.846	3.460.940	3.076.000	177.197.085	5,5%
20ª Região (SE)	1.770.335	4.523.768	484.801	134.512.055	5,0%
21ª Região (RN)	1.875.037	214.509	624.600	207.723.344	1,3%
22ª Região (PI)	1.248.226	4.362.222	852.097	113.206.976	5,7%
23ª Região (MT)	1.049.979	1.433.058	328.112	240.713.549	1,2%
24ª Região (MS)	2.521.791	1.872.742	1.758.317	188.273.120	3,3%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>112.115.014</b>	<b>190.924.620</b>	<b>56.981.049</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>2,5%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

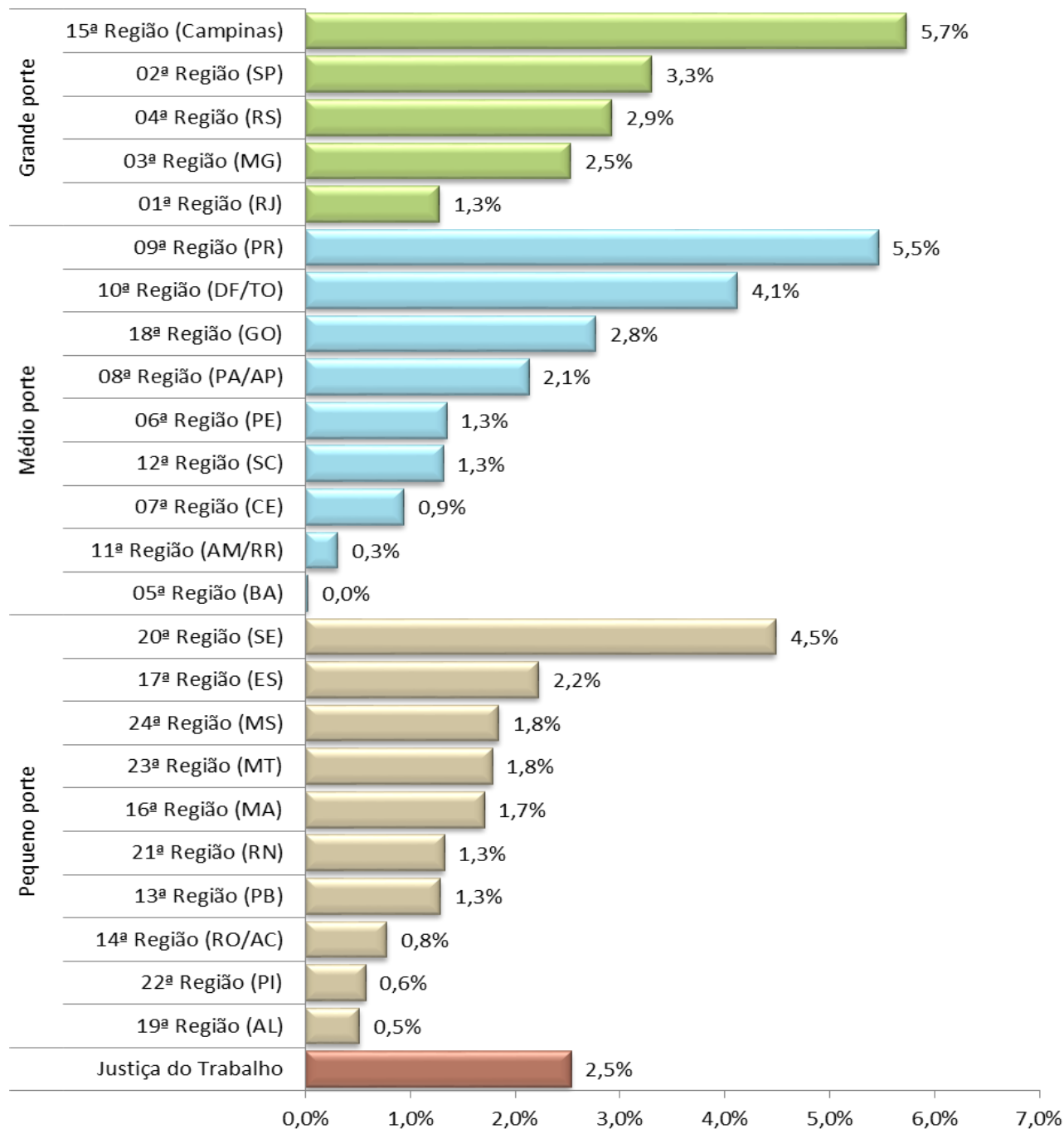
#### 1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	19.278.717	1.507.341.295	1,3%
02ª Região (SP)	63.275.719	1.917.111.899	3,3%
03ª Região (MG)	35.225.806	1.393.456.278	2,5%
04ª Região (RS)	36.260.729	1.241.134.396	2,9%
05ª Região (BA)	202.872	846.272.342	0,0%
06ª Região (PE)	8.418.247	624.211.832	1,3%
07ª Região (CE)	3.079.553	327.641.391	0,9%
08ª Região (PA/AP)	10.215.806	478.718.543	2,1%
09ª Região (PR)	42.078.636	769.681.881	5,5%
10ª Região (DF/TO)	18.871.841	457.608.743	4,1%
11ª Região (AM/RR)	1.189.031	382.067.948	0,3%
12ª Região (SC)	7.489.545	569.932.211	1,3%
13ª Região (PB)	4.189.710	324.796.743	1,3%
14ª Região (RO/AC)	2.033.631	261.141.329	0,8%
15ª Região (Campinas)	71.232.363	1.242.699.999	5,7%
16ª Região (MA)	2.792.706	163.613.450	1,7%
17ª Região (ES)	5.445.163	244.655.176	2,2%
18ª Região (GO)	10.794.459	389.414.438	2,8%
19ª Região (AL)	918.401	177.197.085	0,5%
20ª Região (SE)	6.036.933	134.512.055	4,5%
21ª Região (RN)	2.753.826	207.723.344	1,3%
22ª Região (PI)	650.889	113.206.976	0,6%
23ª Região (MT)	4.297.393	240.713.549	1,8%
24ª Região (MS)	3.472.620	188.273.120	1,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>360.204.596</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>2,5%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.12 11 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

#### I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça do Trabalho com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

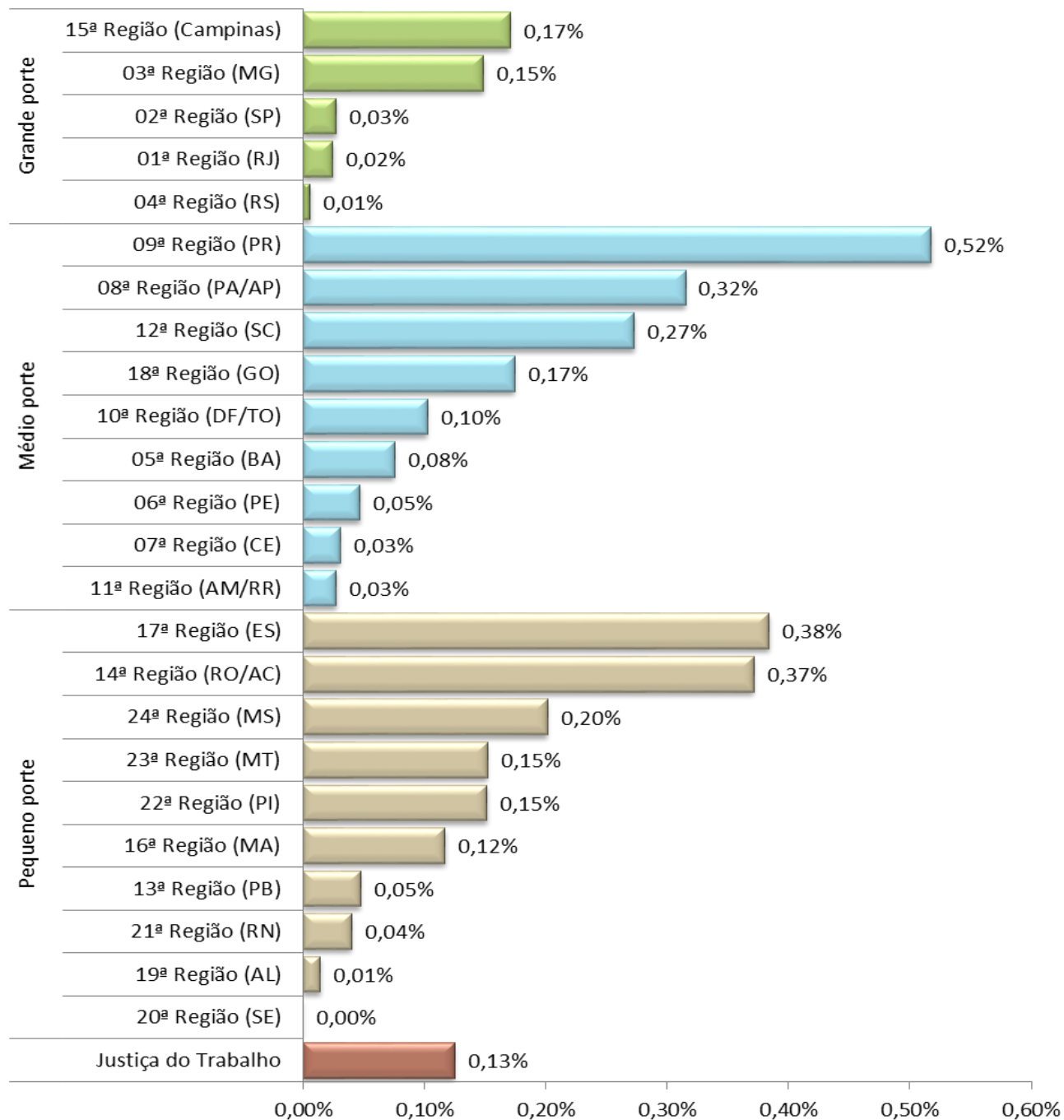
#### 1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	374.285	1.507.341.295	0,02%
02ª Região (SP)	522.309	1.917.111.899	0,03%
03ª Região (MG)	2.075.896	1.393.456.278	0,15%
04ª Região (RS)	72.158	1.241.134.396	0,01%
05ª Região (BA)	638.346	846.272.342	0,08%
06ª Região (PE)	292.559	624.211.832	0,05%
07ª Região (CE)	100.040	327.641.391	0,03%
08ª Região (PA/AP)	1.509.039	478.718.543	0,32%
09ª Região (PR)	3.982.998	769.681.881	0,52%
10ª Região (DF/TO)	469.281	457.608.743	0,10%
11ª Região (AM/RR)	104.057	382.067.948	0,03%
12ª Região (SC)	1.554.459	569.932.211	0,27%
13ª Região (PB)	154.433	324.796.743	0,05%
14ª Região (RO/AC)	970.570	261.141.329	0,37%
15ª Região (Campinas)	2.124.509	1.242.699.999	0,17%
16ª Região (MA)	191.387	163.613.450	0,12%
17ª Região (ES)	939.782	244.655.176	0,38%
18ª Região (GO)	679.047	389.414.438	0,17%
19ª Região (AL)	25.740	177.197.085	0,01%
20ª Região (SE)	0	134.512.055	0,00%
21ª Região (RN)	83.337	207.723.344	0,04%
22ª Região (PI)	171.647	113.206.976	0,15%
23ª Região (MT)	365.649	240.713.549	0,15%
24ª Região (MS)	379.819	188.273.120	0,20%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>17.781.348</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>0,13%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.13 12b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação fiscal da Justiça do Trabalho com a execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I2b = RERT / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho: As receitas transferidas aos cofres da União em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho de execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.



## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

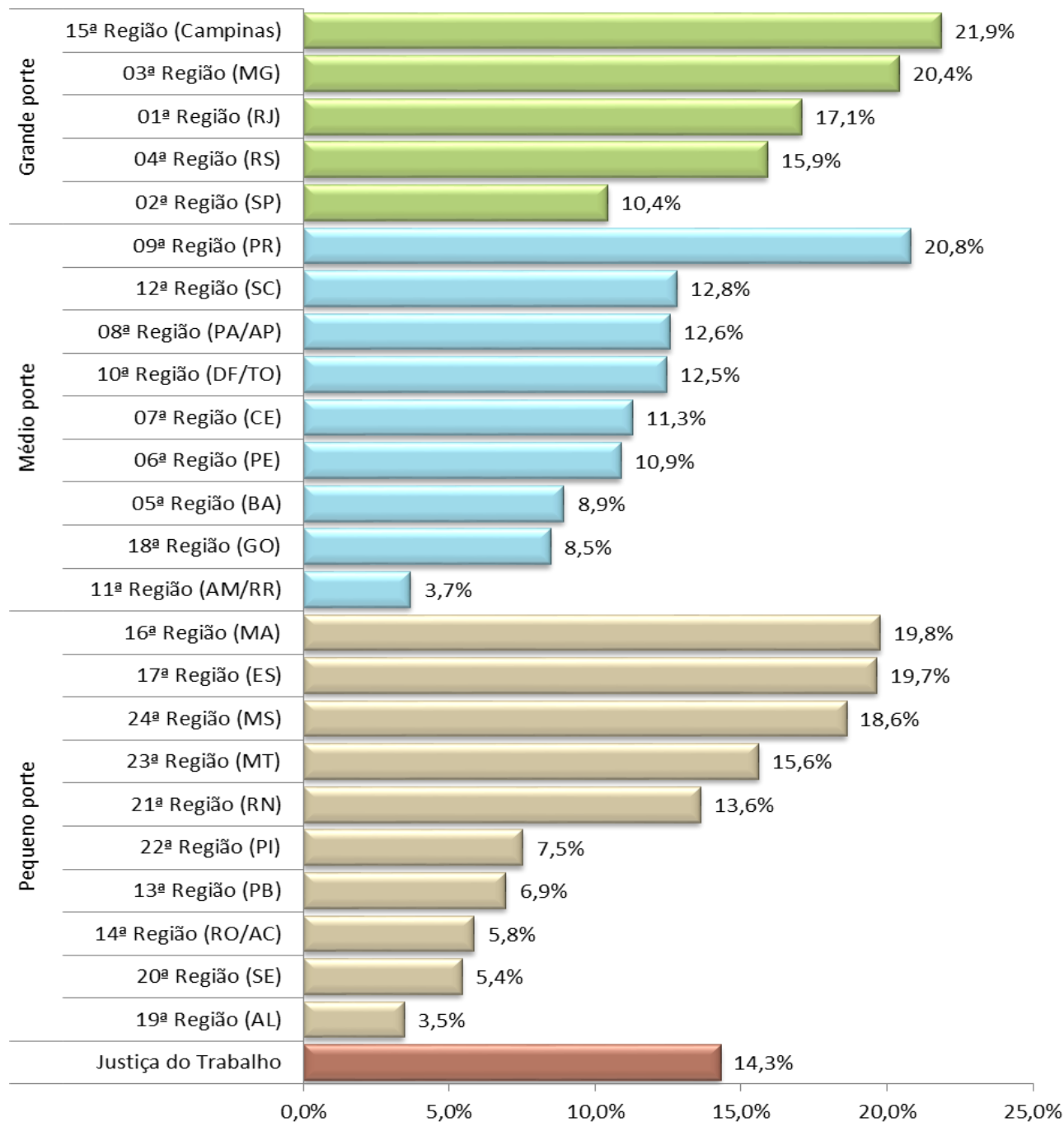
#### 1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.14 I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RPrev - Receitas de Execução Previdenciária	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	257.670.032	1.507.341.295	17,1%
02ª Região (SP)	200.201.654	1.917.111.899	10,4%
03ª Região (MG)	284.847.817	1.393.456.278	20,4%
04ª Região (RS)	197.451.537	1.241.134.396	15,9%
05ª Região (BA)	75.566.003	846.272.342	8,9%
06ª Região (PE)	67.949.577	624.211.832	10,9%
07ª Região (CE)	36.952.588	327.641.391	11,3%
08ª Região (PA/AP)	60.228.484	478.718.543	12,6%
09ª Região (PR)	160.269.487	769.681.881	20,8%
10ª Região (DF/TO)	57.041.025	457.608.743	12,5%
11ª Região (AM/RR)	14.010.061	382.067.948	3,7%
12ª Região (SC)	73.033.399	569.932.211	12,8%
13ª Região (PB)	22.512.371	324.796.743	6,9%
14ª Região (RO/AC)	15.250.615	261.141.329	5,8%
15ª Região (Campinas)	271.956.234	1.242.699.999	21,9%
16ª Região (MA)	32.359.255	163.613.450	19,8%
17ª Região (ES)	48.093.855	244.655.176	19,7%
18ª Região (GO)	32.985.442	389.414.438	8,5%
19ª Região (AL)	6.116.356	177.197.085	3,5%
20ª Região (SE)	7.308.145	134.512.055	5,4%
21ª Região (RN)	28.268.616	207.723.344	13,6%
22ª Região (PI)	8.525.917	113.206.976	7,5%
23ª Região (MT)	37.589.653	240.713.549	15,6%
24ª Região (MS)	35.057.469	188.273.120	18,6%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.031.245.592</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>14,3%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.14 13 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a execução das contribuições previdenciárias representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I3 = RPrev / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RPrev - Receitas de Execução Previdenciária: As receitas transferidas pela Justiça do Trabalho aos cofres públicos em decorrência da execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição, e seus acréscimos legais, no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

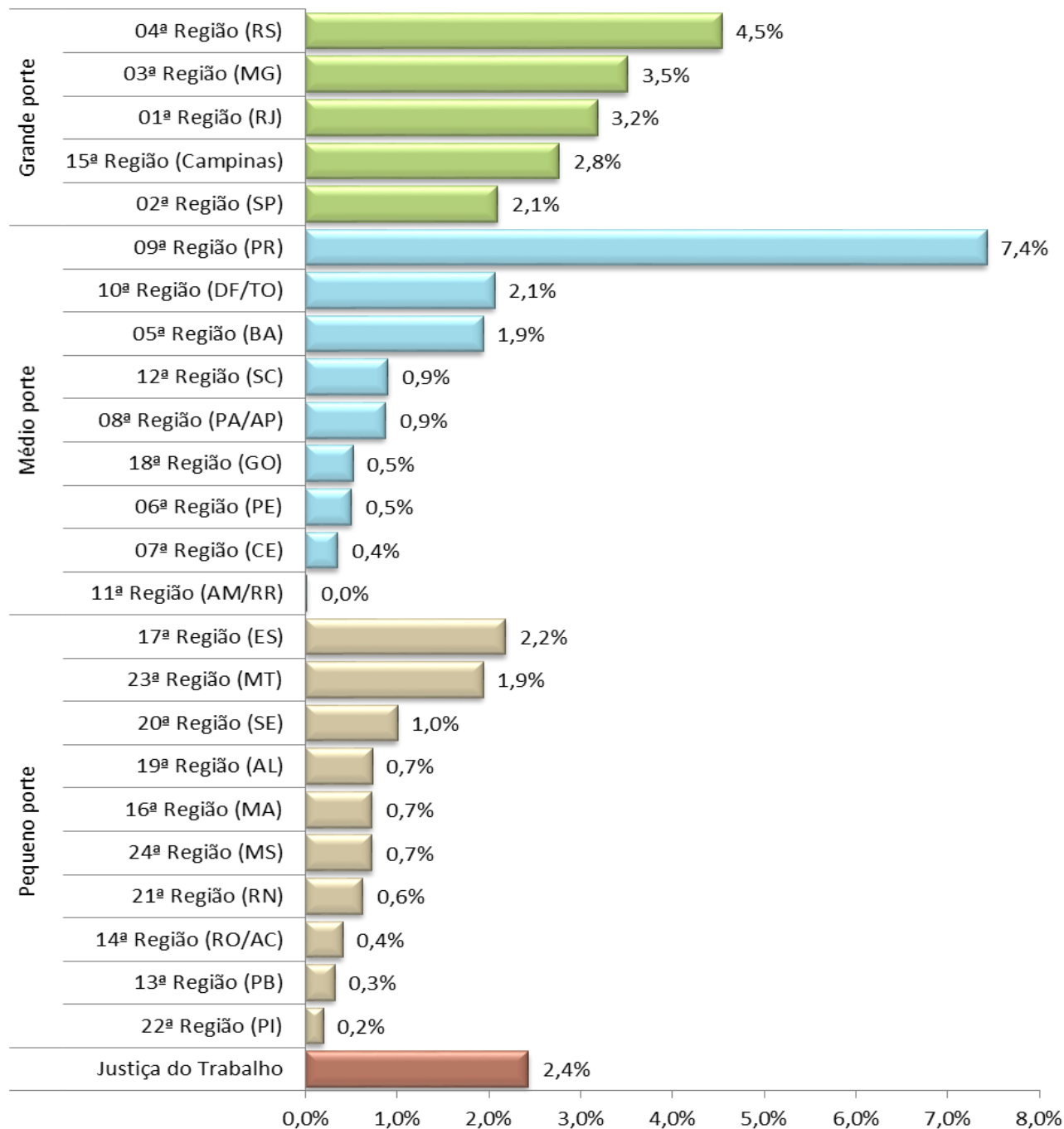
#### 1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	47.982.191	1.507.341.295	3,2%
02ª Região (SP)	40.130.123	1.917.111.899	2,1%
03ª Região (MG)	48.910.791	1.393.456.278	3,5%
04ª Região (RS)	56.344.499	1.241.134.396	4,5%
05ª Região (BA)	16.421.187	846.272.342	1,9%
06ª Região (PE)	3.130.632	624.211.832	0,5%
07ª Região (CE)	1.152.313	327.641.391	0,4%
08ª Região (PA/AP)	4.171.815	478.718.543	0,9%
09ª Região (PR)	57.181.495	769.681.881	7,4%
10ª Região (DF/TO)	9.442.393	457.608.743	2,1%
11ª Região (AM/RR)	61.522	382.067.948	0,0%
12ª Região (SC)	5.138.302	569.932.211	0,9%
13ª Região (PB)	1.041.406	324.796.743	0,3%
14ª Região (RO/AC)	1.069.926	261.141.329	0,4%
15ª Região (Campinas)	34.342.146	1.242.699.999	2,8%
16ª Região (MA)	1.188.749	163.613.450	0,7%
17ª Região (ES)	5.344.049	244.655.176	2,2%
18ª Região (GO)	2.018.103	389.414.438	0,5%
19ª Região (AL)	1.297.357	177.197.085	0,7%
20ª Região (SE)	1.352.148	134.512.055	1,0%
21ª Região (RN)	1.304.526	207.723.344	0,6%
22ª Região (PI)	221.206	113.206.976	0,2%
23ª Região (MT)	4.664.515	240.713.549	1,9%
24ª Região (MS)	1.363.695	188.273.120	0,7%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>345.275.089</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>2,4%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a retenção de imposto de renda representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $I4 = RIR / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda: As receitas de imposto de renda transferidas aos cofres públicos decorrentes da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

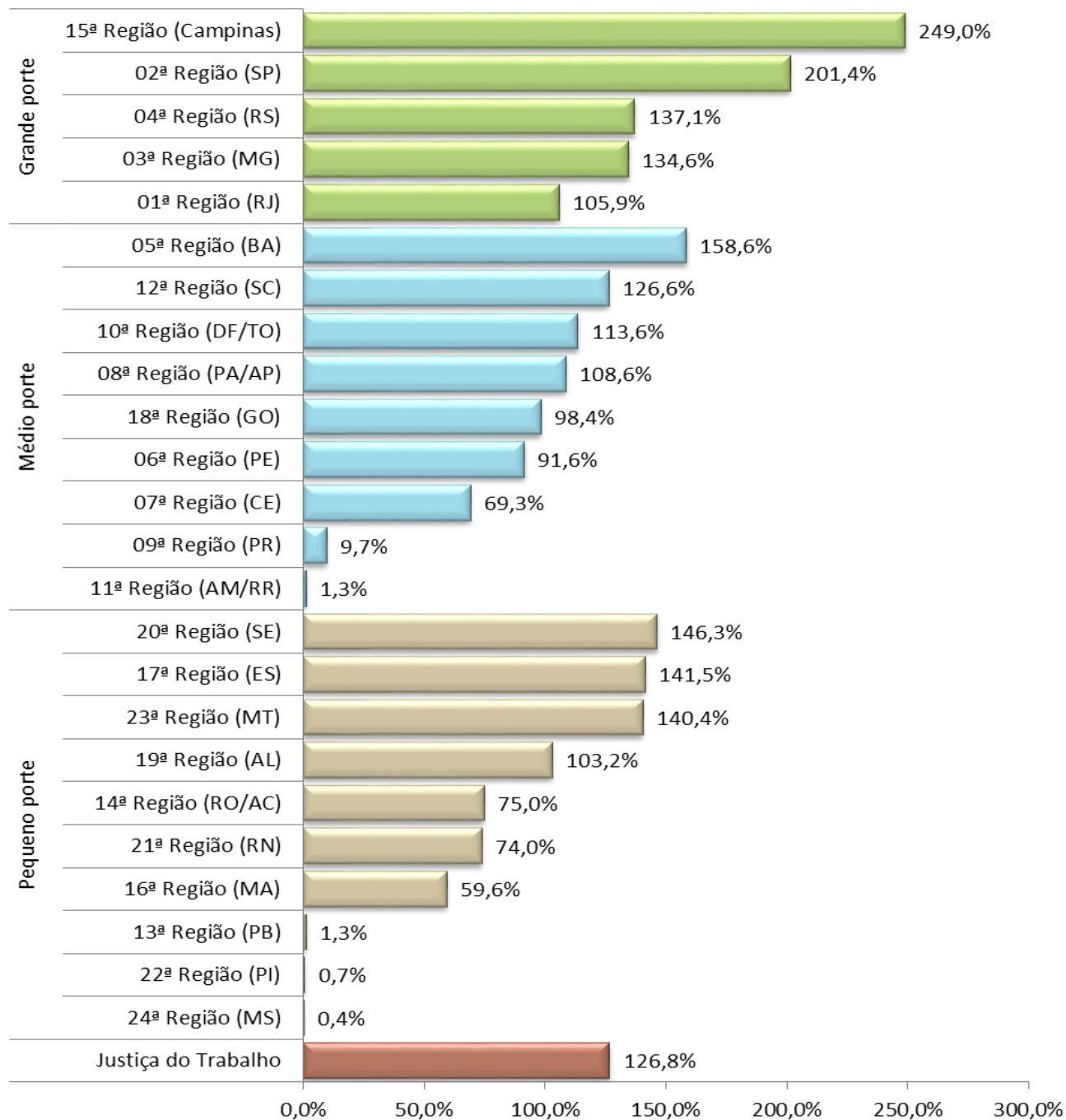
#### 1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.595.997.895	1.507.341.295	105,9%
02ª Região (SP)	3.861.687.054	1.917.111.899	201,4%
03ª Região (MG)	1.875.490.578	1.393.456.278	134,6%
04ª Região (RS)	1.701.806.205	1.241.134.396	137,1%
05ª Região (BA)	1.341.945.147	846.272.342	158,6%
06ª Região (PE)	572.029.054	624.211.832	91,6%
07ª Região (CE)	226.909.120	327.641.391	69,3%
08ª Região (PA/AP)	519.845.062	478.718.543	108,6%
09ª Região (PR)	74.601.222	769.681.881	9,7%
10ª Região (DF/TO)	519.926.763	457.608.743	113,6%
11ª Região (AM/RR)	4.784.558	382.067.948	1,3%
12ª Região (SC)	721.276.807	569.932.211	126,6%
13ª Região (PB)	4.354.663	324.796.743	1,3%
14ª Região (RO/AC)	195.944.294	261.141.329	75,0%
15ª Região (Campinas)	3.094.193.961	1.242.699.999	249,0%
16ª Região (MA)	97.462.658	163.613.450	59,6%
17ª Região (ES)	346.198.970	244.655.176	141,5%
18ª Região (GO)	383.067.751	389.414.438	98,4%
19ª Região (AL)	182.795.744	177.197.085	103,2%
20ª Região (SE)	196.855.497	134.512.055	146,3%
21ª Região (RN)	153.819.135	207.723.344	74,0%
22ª Região (PI)	803.655	113.206.976	0,7%
23ª Região (MT)	338.080.893	240.713.549	140,4%
24ª Região (MS)	771.024	188.273.120	0,4%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>18.010.647.709</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>126,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.16 15 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça





Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula:  $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais e aos recolhimentos previdenciários e fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

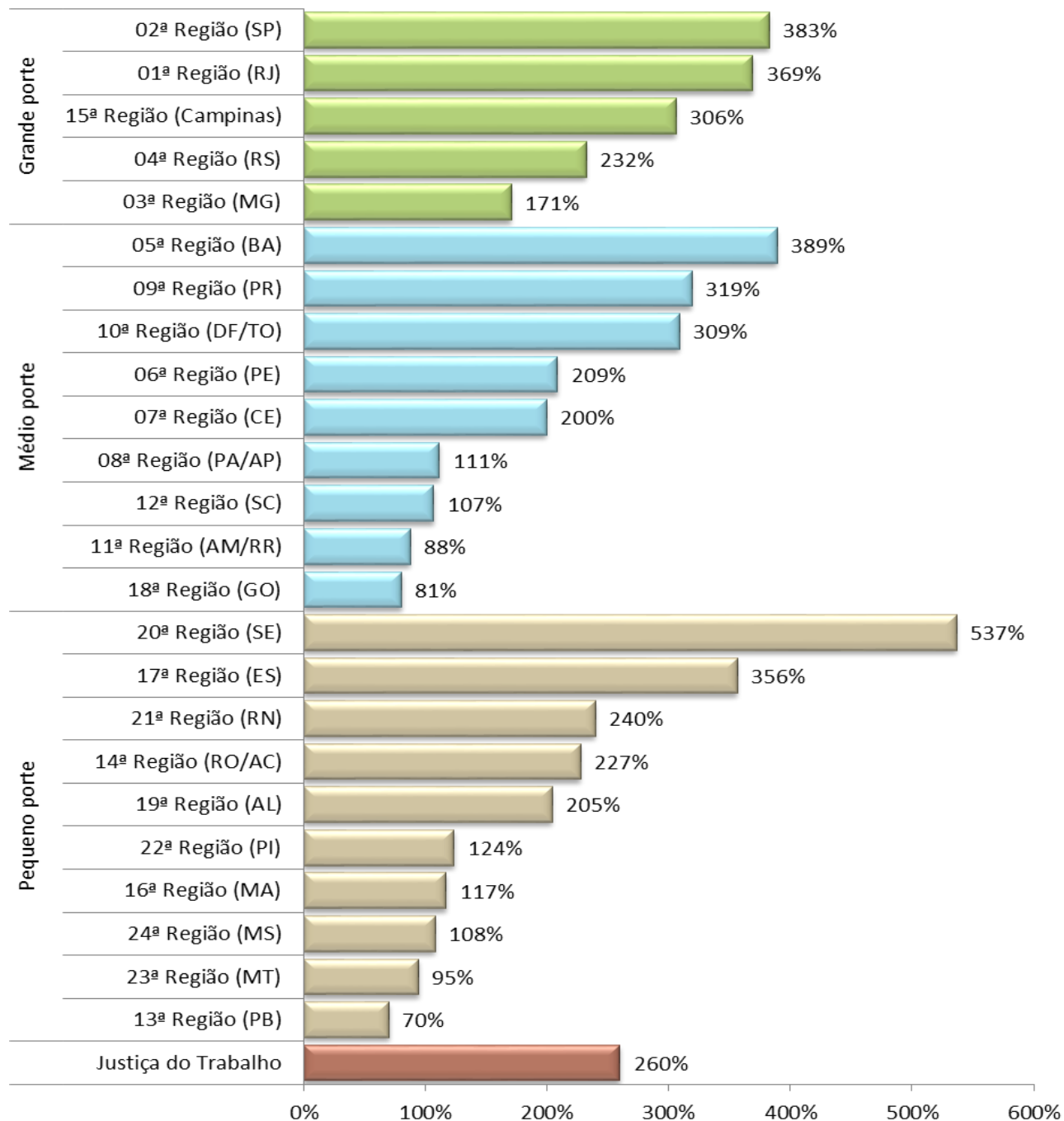
#### 1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	5.564.550.160	1.507.341.295	369%
02ª Região (SP)	7.336.409.766	1.917.111.899	383%
03ª Região (MG)	2.379.986.778	1.393.456.278	171%
04ª Região (RS)	2.885.239.641	1.241.134.396	232%
05ª Região (BA)	3.292.480.660	846.272.342	389%
06ª Região (PE)	1.302.861.411	624.211.832	209%
07ª Região (CE)	654.060.641	327.641.391	200%
08ª Região (PA/AP)	533.123.846	478.718.543	111%
09ª Região (PR)	2.455.759.187	769.681.881	319%
10ª Região (DF/TO)	1.412.645.759	457.608.743	309%
11ª Região (AM/RR)	335.122.589	382.067.948	88%
12ª Região (SC)	609.657.593	569.932.211	107%
13ª Região (PB)	228.049.295	324.796.743	70%
14ª Região (RO/AC)	594.011.699	261.141.329	227%
15ª Região (Campinas)	3.805.963.820	1.242.699.999	306%
16ª Região (MA)	191.788.093	163.613.450	117%
17ª Região (ES)	872.139.144	244.655.176	356%
18ª Região (GO)	313.521.963	389.414.438	81%
19ª Região (AL)	362.463.032	177.197.085	205%
20ª Região (SE)	722.031.515	134.512.055	537%
21ª Região (RN)	497.798.783	207.723.344	240%
22ª Região (PI)	140.082.061	113.206.976	124%
23ª Região (MT)	227.595.747	240.713.549	95%
24ª Região (MS)	203.872.272	188.273.120	108%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>36.921.215.453</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>260%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.17 16 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça



### Glossário:

#### I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais no final do ano-base representam em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias

Fórmula:  $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais na Justiça do Trabalho no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.1. Recursos Financeiros

#### 1.1.17. 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

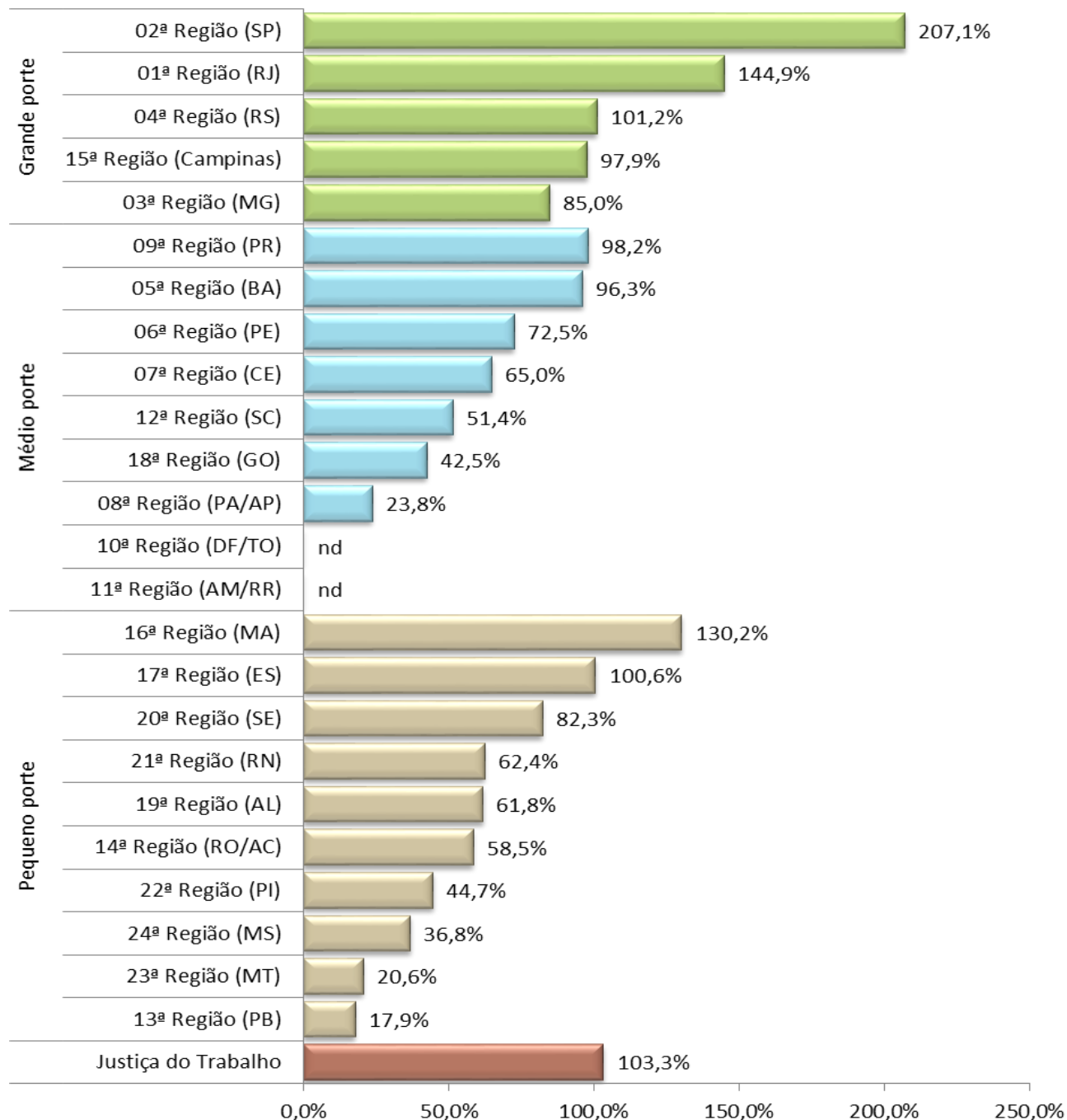
Tabela 1.18 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	2.184.558.647	1.507.341.295	144,9%
02ª Região (SP)	3.969.965.465	1.917.111.899	207,1%
03ª Região (MG)	1.183.892.480	1.393.456.278	85,0%
04ª Região (RS)	1.255.784.696	1.241.134.396	101,2%
05ª Região (BA)	814.942.455	846.272.342	96,3%
06ª Região (PE)	452.776.220	624.211.832	72,5%
07ª Região (CE)	213.067.413	327.641.391	65,0%
08ª Região (PA/AP)	114.082.946	478.718.543	23,8%
09ª Região (PR)	755.810.422	769.681.881	98,2%
10ª Região (DF/TO)	nd	457.608.743	nd
11ª Região (AM/RR)	nd	382.067.948	nd
12ª Região (SC)	293.225.494	569.932.211	51,4%
13ª Região (PB)	58.053.402	324.796.743	17,9%
14ª Região (RO/AC)	152.660.491	261.141.329	58,5%
15ª Região (Campinas)	1.216.123.477	1.242.699.999	97,9%
16ª Região (MA)	213.067.413	163.613.450	130,2%
17ª Região (ES)	246.175.731	244.655.176	100,6%
18ª Região (GO)	165.612.447	389.414.438	42,5%
19ª Região (AL)	109.493.438	177.197.085	61,8%
20ª Região (SE)	110.766.363	134.512.055	82,3%
21ª Região (RN)	129.699.688	207.723.344	62,4%
22ª Região (PI)	50.625.000	113.206.976	44,7%
23ª Região (MT)	49.596.105	240.713.549	20,6%
24ª Região (MS)	69.316.803	188.273.120	36,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>13.809.296.595</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>103,3%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.18 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula:  $I7 = \text{DepRecP} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes: Saldo total de depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no termo final do ano-base, incluindo o resíduo de depósitos recursais dos anos anteriores e aqueles realizados fora de conta vinculada em virtude de controvérsia sobre a existência de vínculo empregatício ou relação de trabalho.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

#### 1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

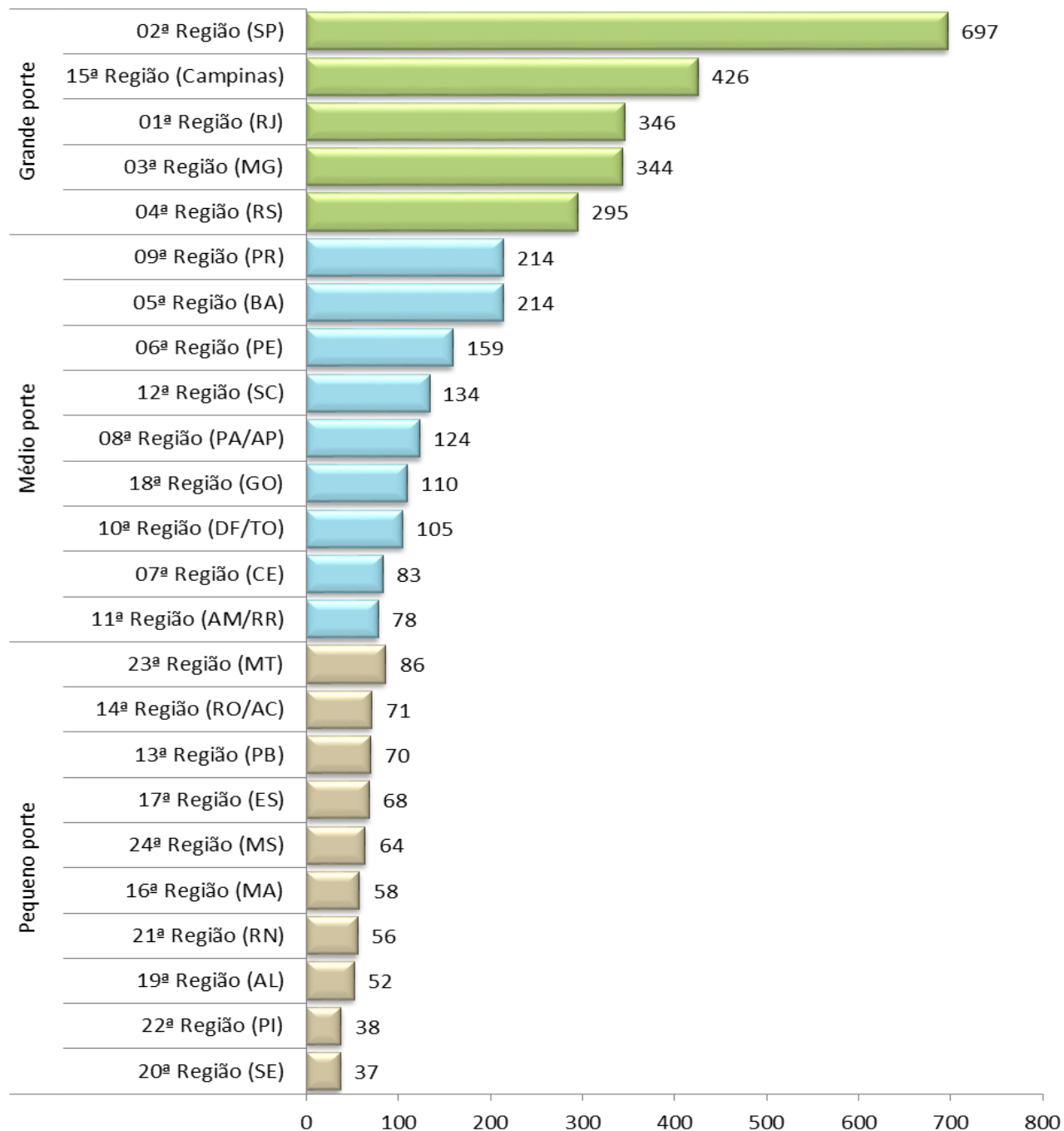
Tabela 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
01ª Região (RJ)	54	292	346
02ª Região (SP)	94	603	697
03ª Região (MG)	49	295	344
04ª Região (RS)	48	247	295
05ª Região (BA)	29	185	214
06ª Região (PE)	19	140	159
07ª Região (CE)	14	69	83
08ª Região (PA/AP)	23	101	124
09ª Região (PR)	31	183	214
10ª Região (DF/TO)	17	88	105
11ª Região (AM/RR)	14	64	78
12ª Região (SC)	18	116	134
13ª Região (PB)	10	60	70
14ª Região (RO/AC)	8	63	71
15ª Região (Campinas)	55	371	426
16ª Região (MA)	8	50	58
17ª Região (ES)	12	56	68
18ª Região (GO)	14	96	110
19ª Região (AL)	8	44	52
20ª Região (SE)	8	29	37
21ª Região (RN)	10	46	56
22ª Região (PI)	8	30	38
23ª Região (MT)	8	78	86
24ª Região (MS)	8	56	64
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>567</b>	<b>3.362</b>	<b>3.929</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula:  $\text{MagE} = \text{MagE}^{2^\circ} + \text{MagE}^{1^\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE<sup>2º</sup>** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.
- **MagE<sup>1º</sup>** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

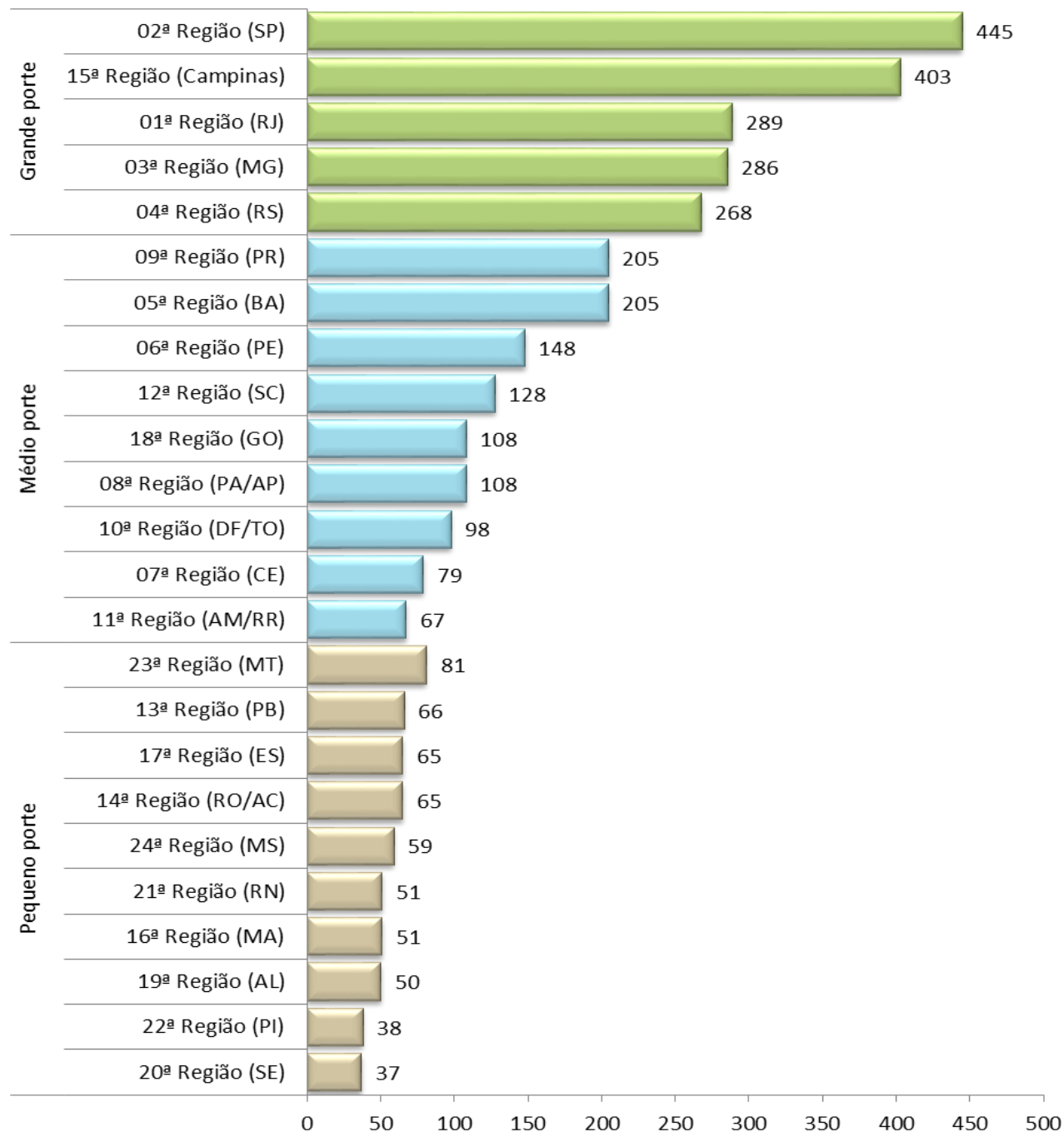
#### 1.2.2. Mag - Total de Magistrados

Tabela 1.20 Mag - Total de Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	MagP1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados
01ª Região (RJ)	54	246	11	289
02ª Região (SP)	87	376	18	445
03ª Região (MG)	38	262	14	286
04ª Região (RS)	46	239	17	268
05ª Região (BA)	27	181	3	205
06ª Região (PE)	19	129	0	148
07ª Região (CE)	14	67	2	79
08ª Região (PA/AP)	23	85	0	108
09ª Região (PR)	29	178	2	205
10ª Região (DF/TO)	17	84	3	98
11ª Região (AM/RR)	13	59	5	67
12ª Região (SC)	17	113	2	128
13ª Região (PB)	9	60	3	66
14ª Região (RO/AC)	8	62	5	65
15ª Região (Campinas)	54	366	17	403
16ª Região (MA)	8	47	4	51
17ª Região (ES)	12	56	3	65
18ª Região (GO)	14	96	2	108
19ª Região (AL)	7	44	1	50
20ª Região (SE)	8	29	0	37
21ª Região (RN)	10	43	2	51
22ª Região (PI)	8	30	0	38
23ª Região (MT)	8	74	1	81
24ª Região (MS)	8	53	2	59
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>538</b>	<b>2.979</b>	<b>117</b>	<b>3.400</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.20 Mag - Total de Magistrados



Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado providos, exceto aqueles afastados da atividade, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula:  $\text{Mag} = \text{MagP2}^{\circ} + \text{MagP1}^{\circ} - \text{MagAJ1}^{\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagP2º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 2º Grau no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagP1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Indicadores relacionados: Mag.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau, durante todo o período-base (semestre). Incluem-se os convocados para outro órgão.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

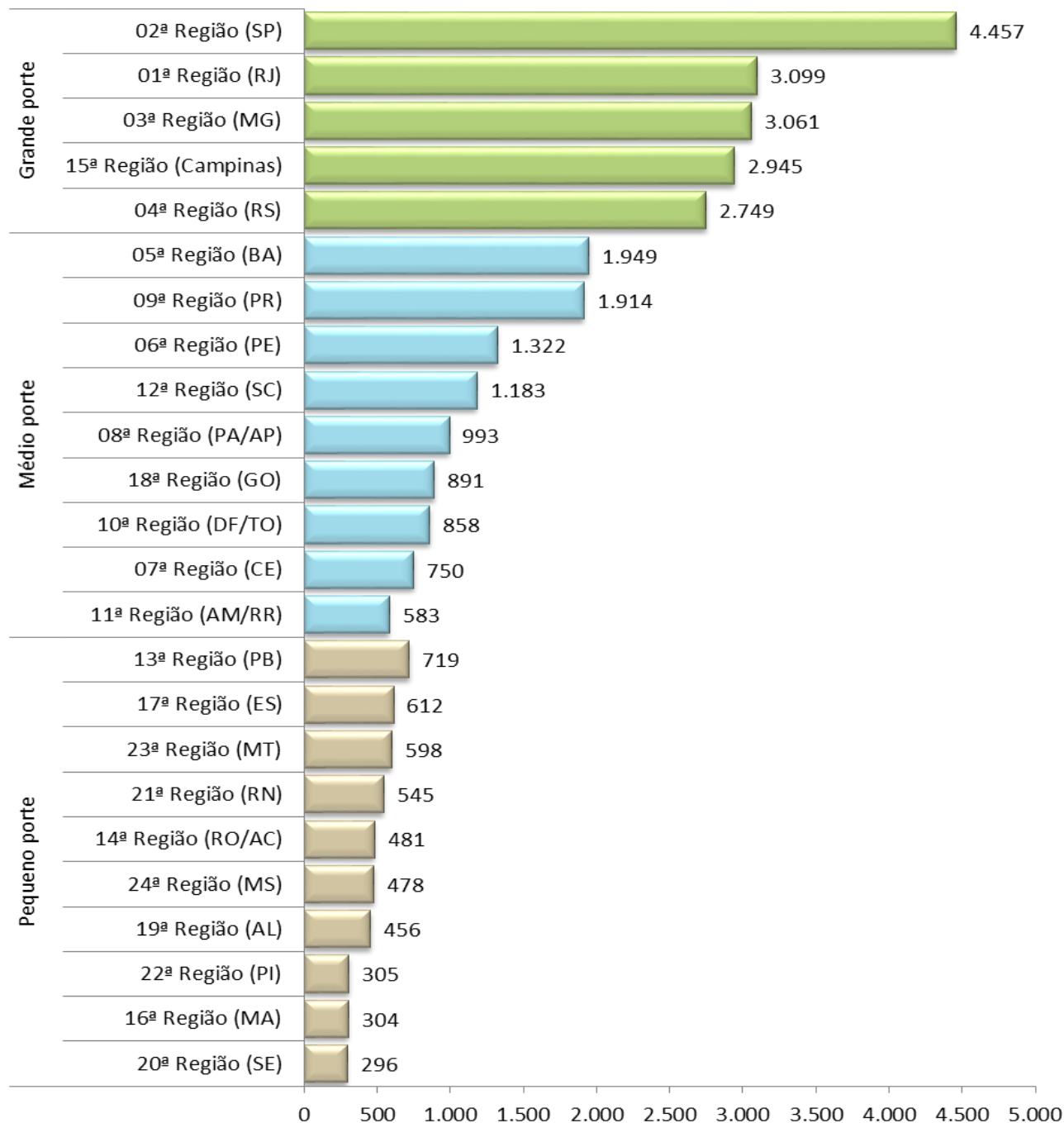
#### 1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tabela 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tribunal Regional do Trabalho	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária
01ª Região (RJ)	945	2.154	3.099
02ª Região (SP)	1.142	3.315	4.457
03ª Região (MG)	760	2.301	3.061
04ª Região (RS)	765	1.984	2.749
05ª Região (BA)	420	1.529	1.949
06ª Região (PE)	308	1.014	1.322
07ª Região (CE)	250	500	750
08ª Região (PA/AP)	215	778	993
09ª Região (PR)	579	1.335	1.914
10ª Região (DF/TO)	283	575	858
11ª Região (AM/RR)	190	393	583
12ª Região (SC)	339	844	1.183
13ª Região (PB)	276	443	719
14ª Região (RO/AC)	118	363	481
15ª Região (Campinas)	690	2.255	2.945
16ª Região (MA)	97	207	304
17ª Região (ES)	229	383	612
18ª Região (GO)	221	670	891
19ª Região (AL)	142	314	456
20ª Região (SE)	137	159	296
21ª Região (RN)	200	345	545
22ª Região (PI)	134	171	305
23ª Região (MT)	161	437	598
24ª Região (MS)	143	335	478
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>8.744</b>	<b>22.804</b>	<b>31.548</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária



Glossário:

SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Finalidade: Indicar o número total de servidores lotados na área judiciária em efetiva atividade no final do período-base (semestre).

Fórmula: SaJud = SaJud2 + SaJud1

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.



## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

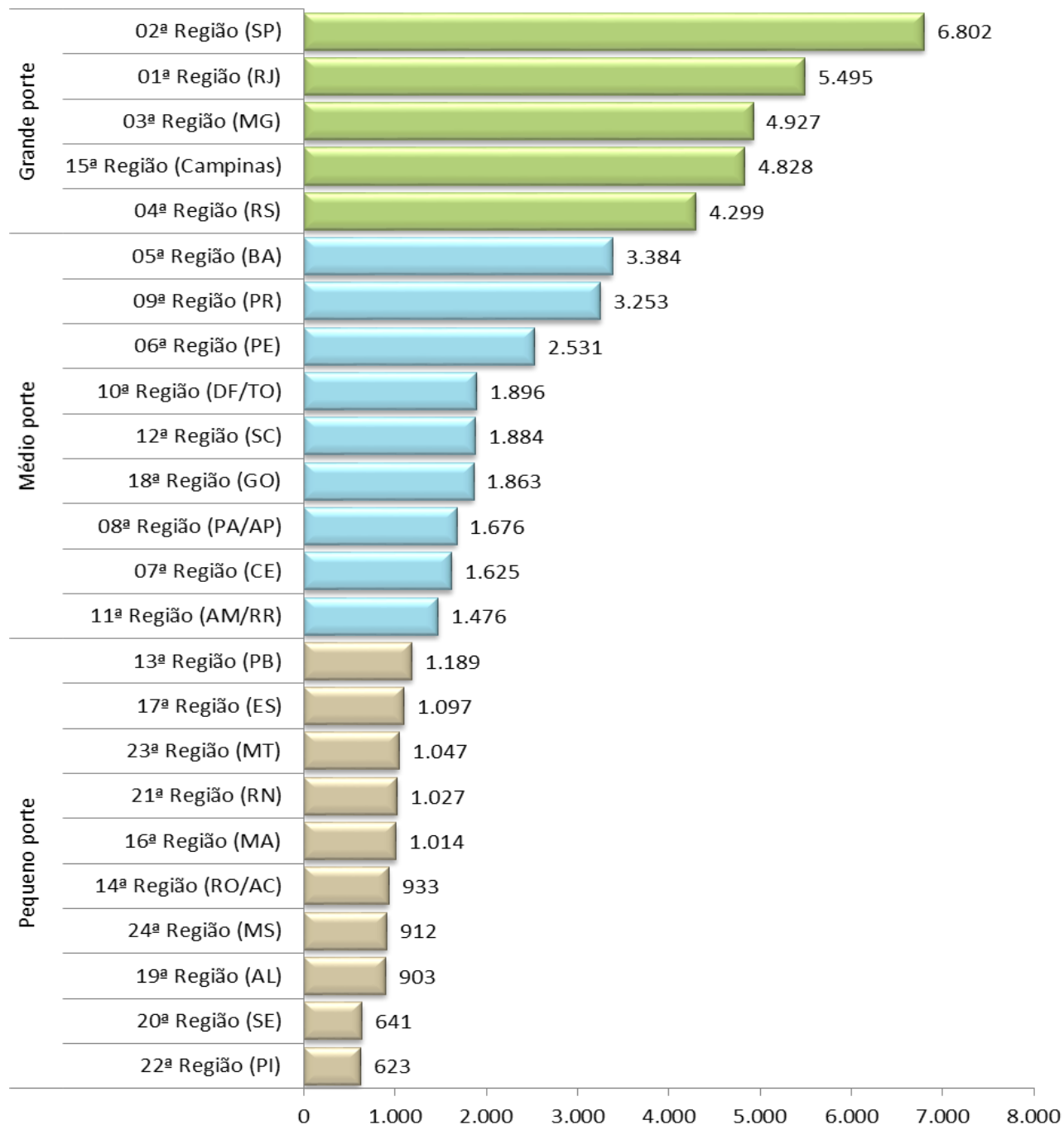
#### 1.2.4. TS - Total de Servidores

Tabela 1.22 TS - Total de Servidores

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
01ª Região (RJ)	3.943	193	237	1.480	28	5.495
02ª Região (SP)	5.717	461	253	1.281	12	6.802
03ª Região (MG)	3.529	14	197	1.200	15	4.927
04ª Região (RS)	3.478	20	2	838	1	4.299
05ª Região (BA)	2.266	135	275	967	11	3.384
06ª Região (PE)	1.723	35	183	653	7	2.531
07ª Região (CE)	906	70	213	571	5	1.625
08ª Região (PA/AP)	1.230	35	25	446	10	1.676
09ª Região (PR)	2.429	154	157	817	4	3.253
10ª Região (DF/TO)	1.090	132	230	705	3	1.896
11ª Região (AM/RR)	1.027	6	46	402	7	1.476
12ª Região (SC)	1.507	68	87	356	2	1.884
13ª Região (PB)	1.002	20	55	147	5	1.189
14ª Região (RO/AC)	765	45	16	195	2	933
15ª Região (Campinas)	3.269	16	396	1.166	13	4.828
16ª Região (MA)	538	6	42	432	8	1.014
17ª Região (ES)	709	69	149	306	2	1.097
18ª Região (GO)	1.140	9	142	589	1	1.863
19ª Região (AL)	527	73	160	287	2	903
20ª Região (SE)	412	36	75	189	1	641
21ª Região (RN)	586	79	140	359	21	1.027
22ª Região (PI)	339	33	121	191	5	623
23ª Região (MT)	805	44	29	256	1	1.047
24ª Região (MS)	553	44	124	275	4	912
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>39.490</b>	<b>1.797</b>	<b>3.354</b>	<b>14.108</b>	<b>170</b>	<b>55.325</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.22 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPREq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

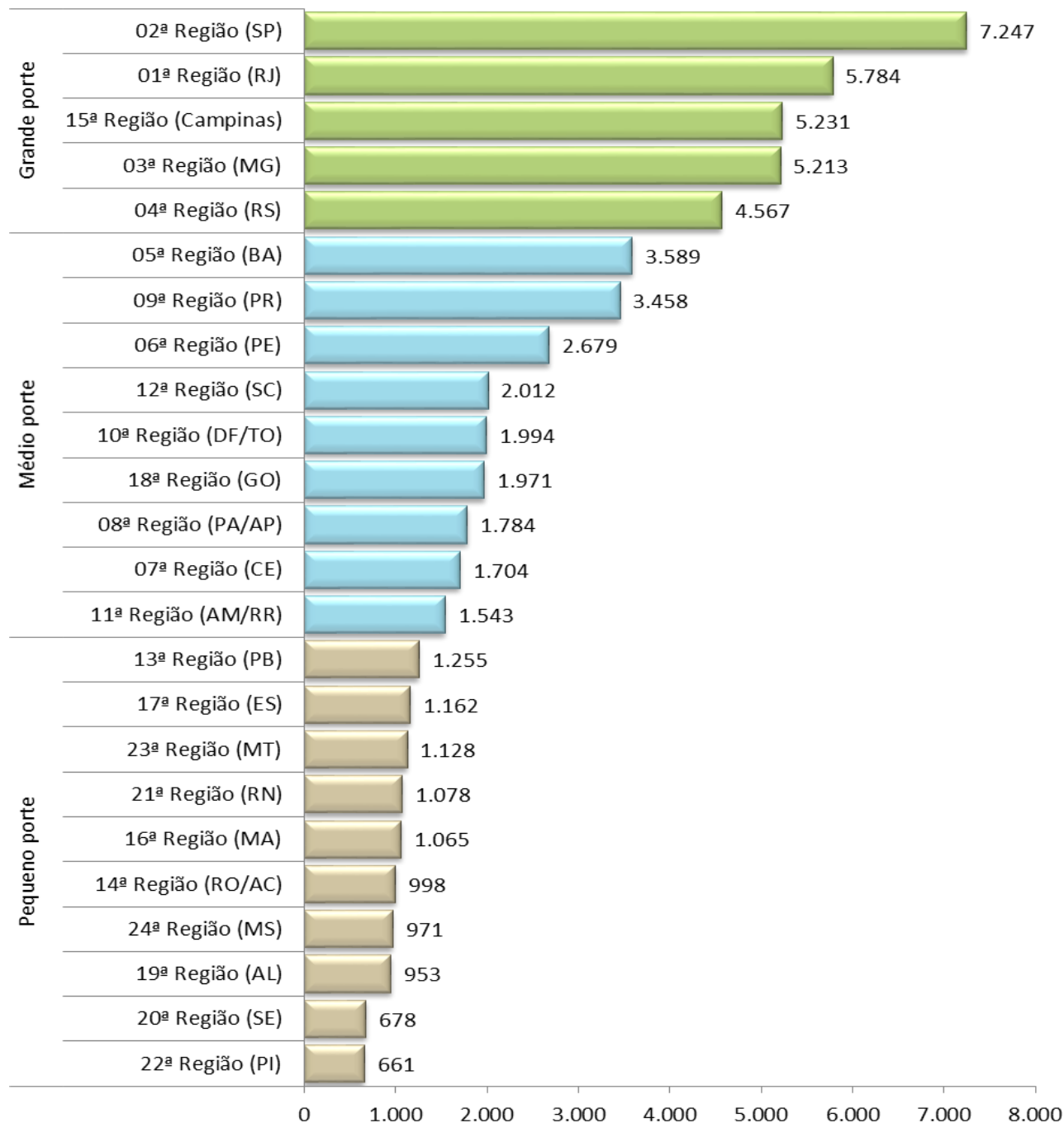
#### 1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>TS - Total de Servidores</b>	<b>Mag - Total de Magistrados</b>	<b>FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados</b>
01ª Região (RJ)	5.495	289	5.784
02ª Região (SP)	6.802	445	7.247
03ª Região (MG)	4.927	286	5.213
04ª Região (RS)	4.299	268	4.567
05ª Região (BA)	3.384	205	3.589
06ª Região (PE)	2.531	148	2.679
07ª Região (CE)	1.625	79	1.704
08ª Região (PA/AP)	1.676	108	1.784
09ª Região (PR)	3.253	205	3.458
10ª Região (DF/TO)	1.896	98	1.994
11ª Região (AM/RR)	1.476	67	1.543
12ª Região (SC)	1.884	128	2.012
13ª Região (PB)	1.189	66	1.255
14ª Região (RO/AC)	933	65	998
15ª Região (Campinas)	4.828	403	5.231
16ª Região (MA)	1.014	51	1.065
17ª Região (ES)	1.097	65	1.162
18ª Região (GO)	1.863	108	1.971
19ª Região (AL)	903	50	953
20ª Região (SE)	641	37	678
21ª Região (RN)	1.027	51	1.078
22ª Região (PI)	623	38	661
23ª Região (MT)	1.047	81	1.128
24ª Região (MS)	912	59	971
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>55.325</b>	<b>3.400</b>	<b>58.725</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar Número total da força de trabalho em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base

Fórmula:  $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- $Mag = MagP2º + MagP1º - MagAJ1º$

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

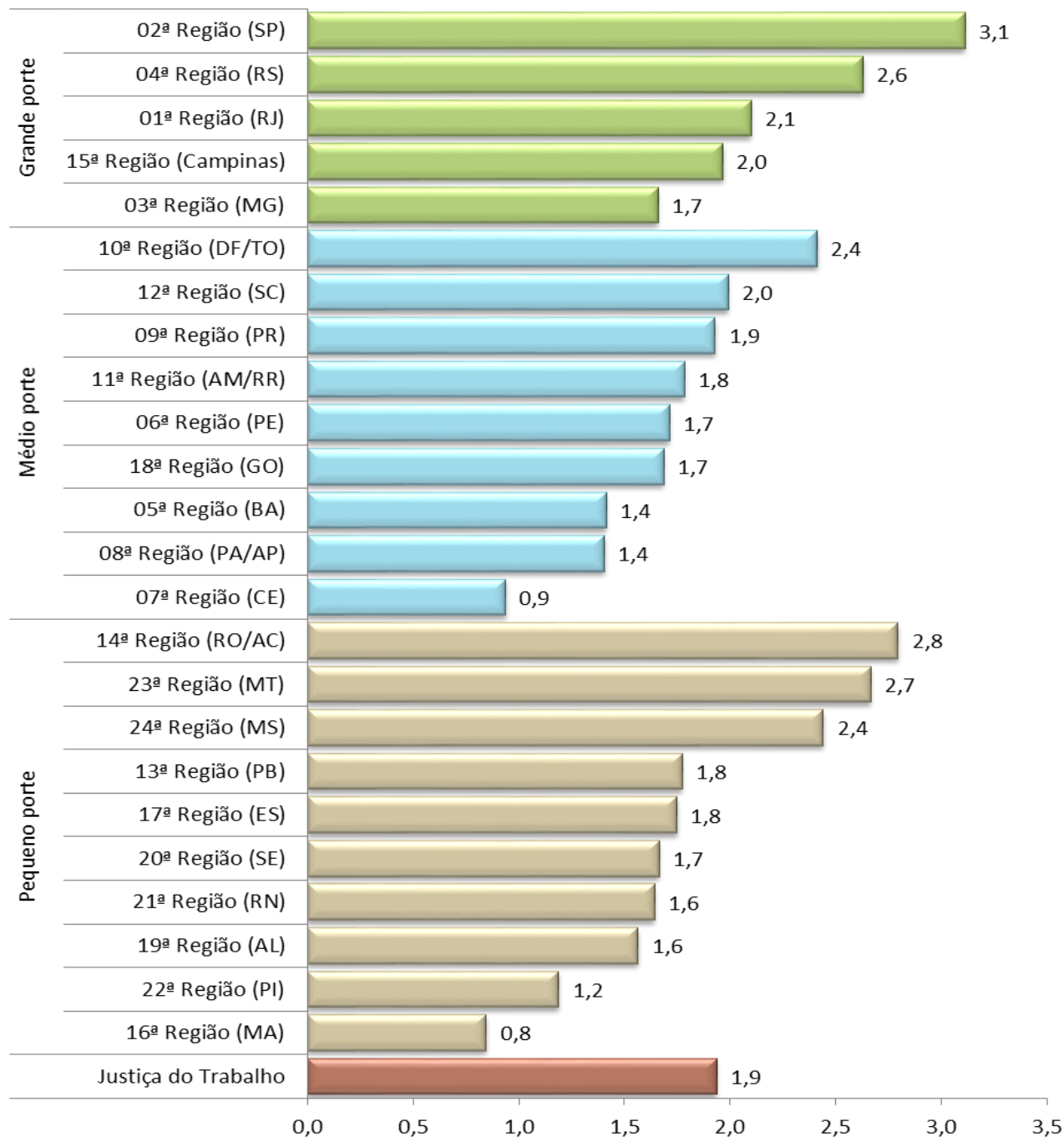
#### 1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	346	165	2,1
02ª Região (SP)	697	224	3,1
03ª Região (MG)	344	207	1,7
04ª Região (RS)	295	112	2,6
05ª Região (BA)	214	151	1,4
06ª Região (PE)	159	93	1,7
07ª Região (CE)	83	88	0,9
08ª Região (PA/AP)	124	88	1,4
09ª Região (PR)	214	111	1,9
10ª Região (DF/TO)	105	43	2,4
11ª Região (AM/RR)	78	44	1,8
12ª Região (SC)	134	67	2,0
13ª Região (PB)	70	39	1,8
14ª Região (RO/AC)	71	25	2,8
15ª Região (Campinas)	426	216	2,0
16ª Região (MA)	58	69	0,8
17ª Região (ES)	68	39	1,8
18ª Região (GO)	110	65	1,7
19ª Região (AL)	52	33	1,6
20ª Região (SE)	37	22	1,7
21ª Região (RN)	56	34	1,6
22ª Região (PI)	38	32	1,2
23ª Região (MT)	86	32	2,7
24ª Região (MS)	64	26	2,4
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.929</b>	<b>2.028</b>	<b>1,9</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes





Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F1 = (\text{MagE}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{MagE} = \text{MagE2}^{\circ} + \text{MagE1}^{\circ}$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

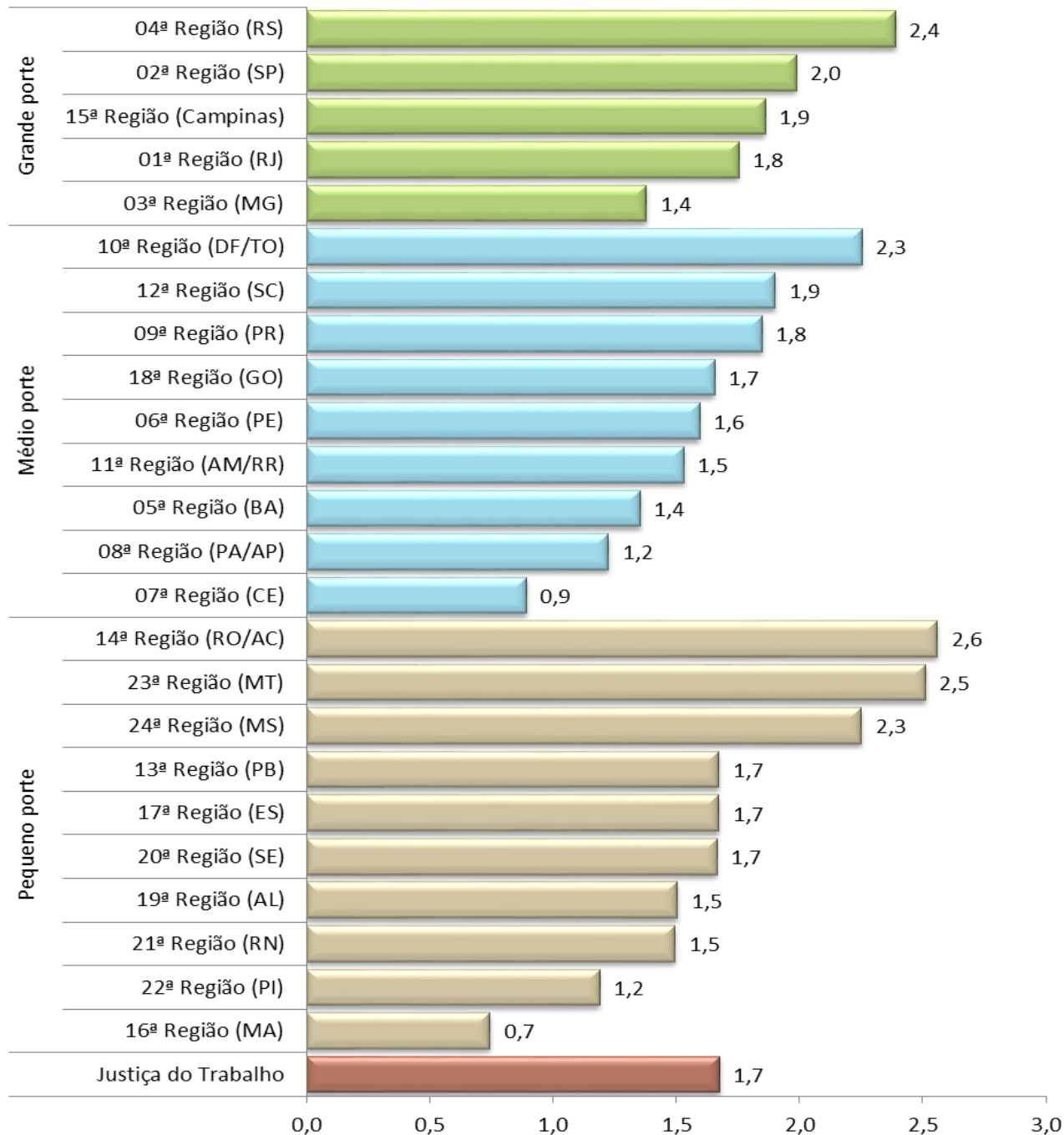
#### 1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Mag - Total de Magistrados	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	289	165	1,8
02ª Região (SP)	445	224	2,0
03ª Região (MG)	286	207	1,4
04ª Região (RS)	268	112	2,4
05ª Região (BA)	205	151	1,4
06ª Região (PE)	148	93	1,6
07ª Região (CE)	79	88	0,9
08ª Região (PA/AP)	108	88	1,2
09ª Região (PR)	205	111	1,8
10ª Região (DF/TO)	98	43	2,3
11ª Região (AM/RR)	67	44	1,5
12ª Região (SC)	128	67	1,9
13ª Região (PB)	66	39	1,7
14ª Região (RO/AC)	65	25	2,6
15ª Região (Campinas)	403	216	1,9
16ª Região (MA)	51	69	0,7
17ª Região (ES)	65	39	1,7
18ª Região (GO)	108	65	1,7
19ª Região (AL)	50	33	1,5
20ª Região (SE)	37	22	1,7
21ª Região (RN)	51	34	1,5
22ª Região (PI)	38	32	1,2
23ª Região (MT)	81	32	2,5
24ª Região (MS)	59	26	2,3
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.400</b>	<b>2.028</b>	<b>1,7</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F2 = (\text{Mag}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag} = \text{MagP2}^{\circ} + \text{MagP1}^{\circ} - \text{MagAJ1}^{\circ}$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

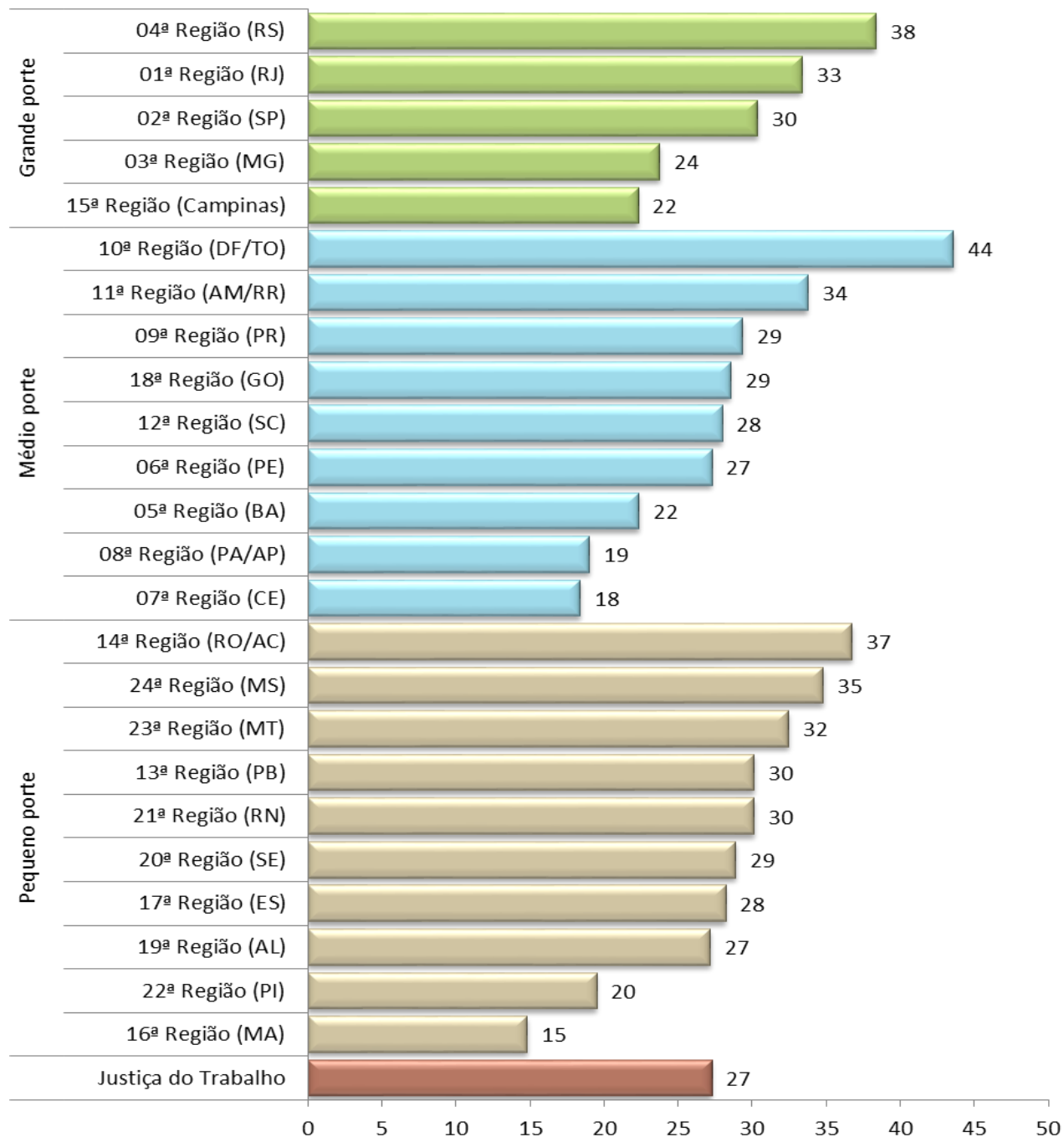
#### 1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	5.495	165	33
02ª Região (SP)	6.802	224	30
03ª Região (MG)	4.927	207	24
04ª Região (RS)	4.299	112	38
05ª Região (BA)	3.384	151	22
06ª Região (PE)	2.531	93	27
07ª Região (CE)	1.625	88	18
08ª Região (PA/AP)	1.676	88	19
09ª Região (PR)	3.253	111	29
10ª Região (DF/TO)	1.896	43	44
11ª Região (AM/RR)	1.476	44	34
12ª Região (SC)	1.884	67	28
13ª Região (PB)	1.189	39	30
14ª Região (RO/AC)	933	25	37
15ª Região (Campinas)	4.828	216	22
16ª Região (MA)	1.014	69	15
17ª Região (ES)	1.097	39	28
18ª Região (GO)	1.863	65	29
19ª Região (AL)	903	33	27
20ª Região (SE)	641	22	29
21ª Região (RN)	1.027	34	30
22ª Região (PI)	623	32	20
23ª Região (MT)	1.047	32	32
24ª Região (MS)	912	26	35
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>55.325</b>	<b>2.028</b>	<b>27</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

#### 1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

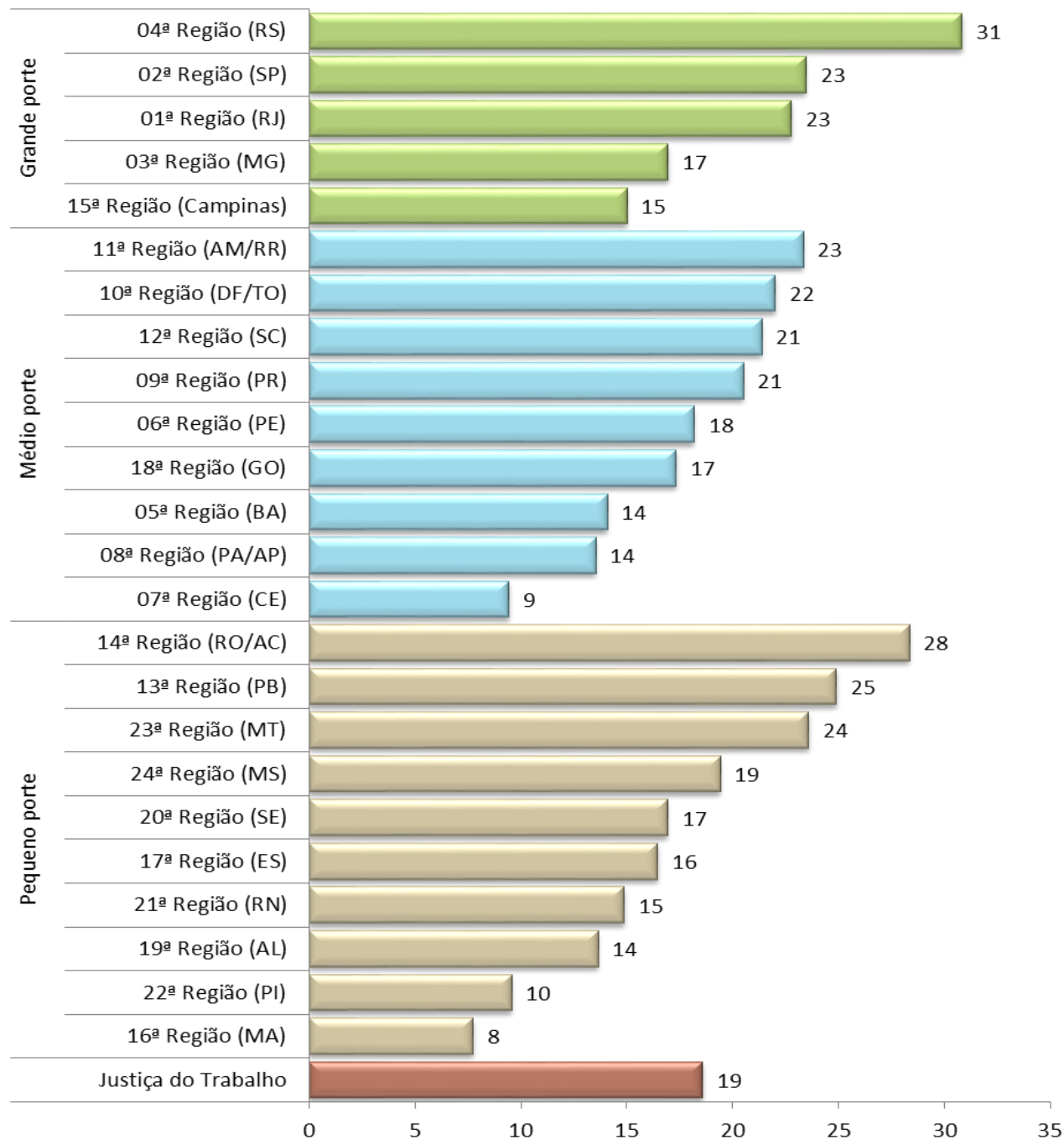
Tabela 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	3.943	193	165	23
02ª Região (SP)	5.717	461	224	23
03ª Região (MG)	3.529	14	207	17
04ª Região (RS)	3.478	20	112	31
05ª Região (BA)	2.266	135	151	14
06ª Região (PE)	1.723	35	93	18
07ª Região (CE)	906	70	88	9
08ª Região (PA/AP)	1.230	35	88	14
09ª Região (PR)	2.429	154	111	21
10ª Região (DF/TO)	1.090	132	43	22
11ª Região (AM/RR)	1.027	6	44	23
12ª Região (SC)	1.507	68	67	21
13ª Região (PB)	1.002	20	39	25
14ª Região (RO/AC)	765	45	25	28
15ª Região (Campinas)	3.269	16	216	15
16ª Região (MA)	538	6	69	8
17ª Região (ES)	709	69	39	16
18ª Região (GO)	1.140	9	65	17
19ª Região (AL)	527	73	33	14
20ª Região (SE)	412	36	22	17
21ª Região (RN)	586	79	34	15
22ª Região (PI)	339	33	32	10
23ª Região (MT)	805	44	32	24
24ª Região (MS)	553	44	26	19
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>39.490</b>	<b>1.797</b>	<b>2.028</b>	<b>19</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



### Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

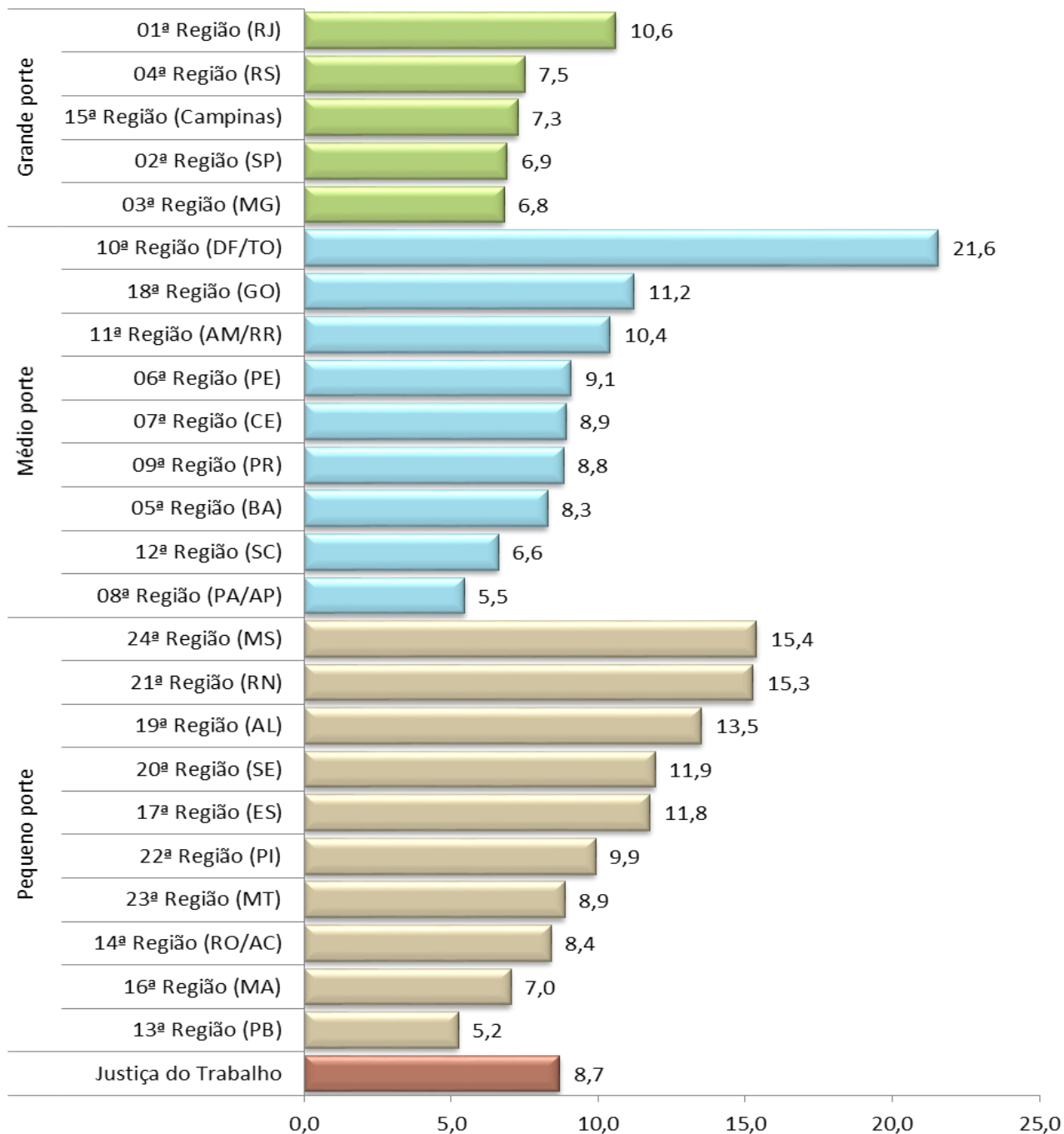
#### 1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	28	237	1.480	165	10,6
02ª Região (SP)	12	253	1.281	224	6,9
03ª Região (MG)	15	197	1.200	207	6,8
04ª Região (RS)	1	2	838	112	7,5
05ª Região (BA)	11	275	967	151	8,3
06ª Região (PE)	7	183	653	93	9,1
07ª Região (CE)	5	213	571	88	8,9
08ª Região (PA/AP)	10	25	446	88	5,5
09ª Região (PR)	4	157	817	111	8,8
10ª Região (DF/TO)	3	230	705	43	21,6
11ª Região (AM/RR)	7	46	402	44	10,4
12ª Região (SC)	2	87	356	67	6,6
13ª Região (PB)	5	55	147	39	5,2
14ª Região (RO/AC)	2	16	195	25	8,4
15ª Região (Campinas)	13	396	1.166	216	7,3
16ª Região (MA)	8	42	432	69	7,0
17ª Região (ES)	2	149	306	39	11,8
18ª Região (GO)	1	142	589	65	11,2
19ª Região (AL)	2	160	287	33	13,5
20ª Região (SE)	1	75	189	22	11,9
21ª Região (RN)	21	140	359	34	15,3
22ª Região (PI)	5	121	191	32	9,9
23ª Região (MT)	1	29	256	32	8,9
24ª Região (MS)	4	124	275	26	15,4
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>170</b>	<b>3.354</b>	<b>14.108</b>	<b>2.028</b>	<b>8,7</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



### Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

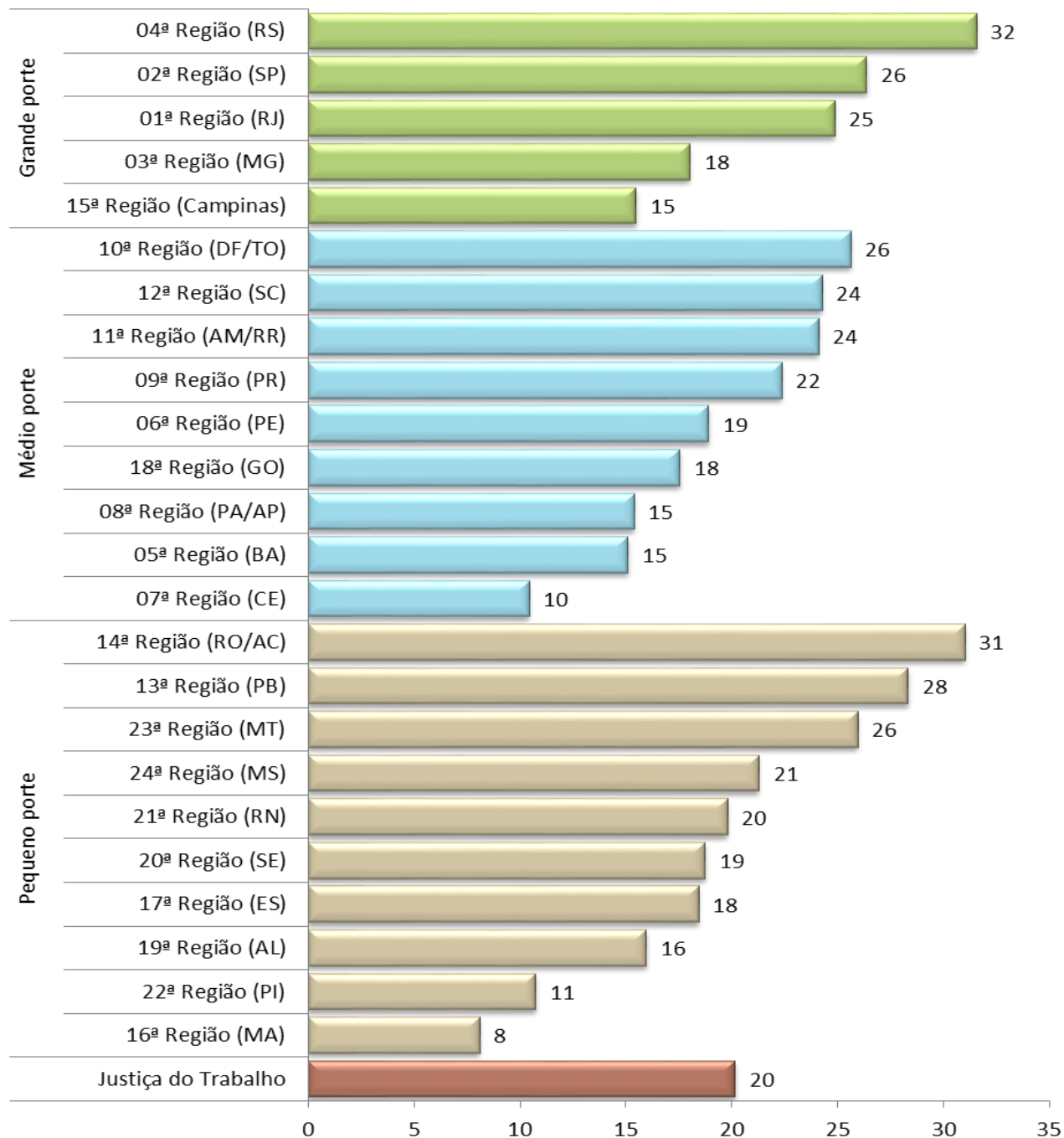
#### 1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	4.094	165	25
02ª Região (SP)	5.906	224	26
03ª Região (MG)	3.739	207	18
04ª Região (RS)	3.540	112	32
05ª Região (BA)	2.284	151	15
06ª Região (PE)	1.754	93	19
07ª Região (CE)	924	88	10
08ª Região (PA/AP)	1.358	88	15
09ª Região (PR)	2.479	111	22
10ª Região (DF/TO)	1.115	43	26
11ª Região (AM/RR)	1.054	44	24
12ª Região (SC)	1.633	67	24
13ª Região (PB)	1.118	39	28
14ª Região (RO/AC)	788	25	31
15ª Região (Campinas)	3.354	216	15
16ª Região (MA)	555	69	8
17ª Região (ES)	717	39	18
18ª Região (GO)	1.146	65	18
19ª Região (AL)	531	33	16
20ª Região (SE)	416	22	19
21ª Região (RN)	675	34	20
22ª Região (PI)	343	32	11
23ª Região (MT)	837	32	26
24ª Região (MS)	558	26	21
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>40.918</b>	<b>2.028</b>	<b>20</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



### Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula:  $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).



## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

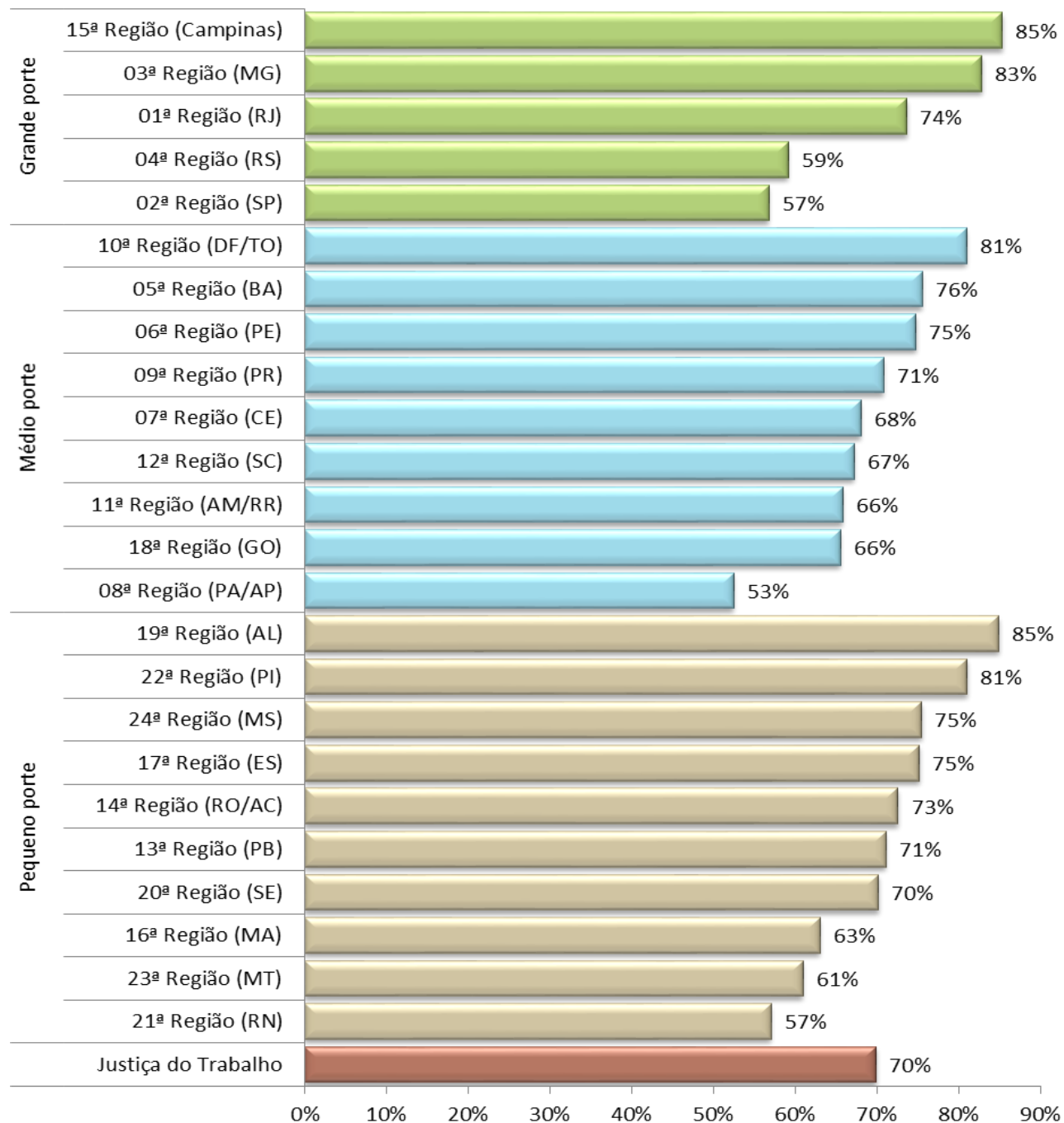
#### 1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
01ª Região (RJ)	491	2.525	4.094	74%
02ª Região (SP)	705	2.648	5.906	57%
03ª Região (MG)	321	2.776	3.739	83%
04ª Região (RS)	319	1.775	3.540	59%
05ª Região (BA)	160	1.565	2.284	76%
06ª Região (PE)	162	1.150	1.754	75%
07ª Região (CE)	85	544	924	68%
08ª Região (PA/AP)	121	592	1.358	53%
09ª Região (PR)	309	1.446	2.479	71%
10ª Região (DF/TO)	99	804	1.115	81%
11ª Região (AM/RR)	72	622	1.054	66%
12ª Região (SC)	238	860	1.633	67%
13ª Região (PB)	78	717	1.118	71%
14ª Região (RO/AC)	69	503	788	73%
15ª Região (Campinas)	345	2.518	3.354	85%
16ª Região (MA)	51	299	555	63%
17ª Região (ES)	59	480	717	75%
18ª Região (GO)	91	660	1.146	66%
19ª Região (AL)	55	396	531	85%
20ª Região (SE)	42	250	416	70%
21ª Região (RN)	57	328	675	57%
22ª Região (PI)	39	239	343	81%
23ª Região (MT)	82	428	837	61%
24ª Região (MS)	51	370	558	75%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>4.101</b>	<b>24.495</b>	<b>40.918</b>	<b>70%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula:  $F4d = (TCC + TFC) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

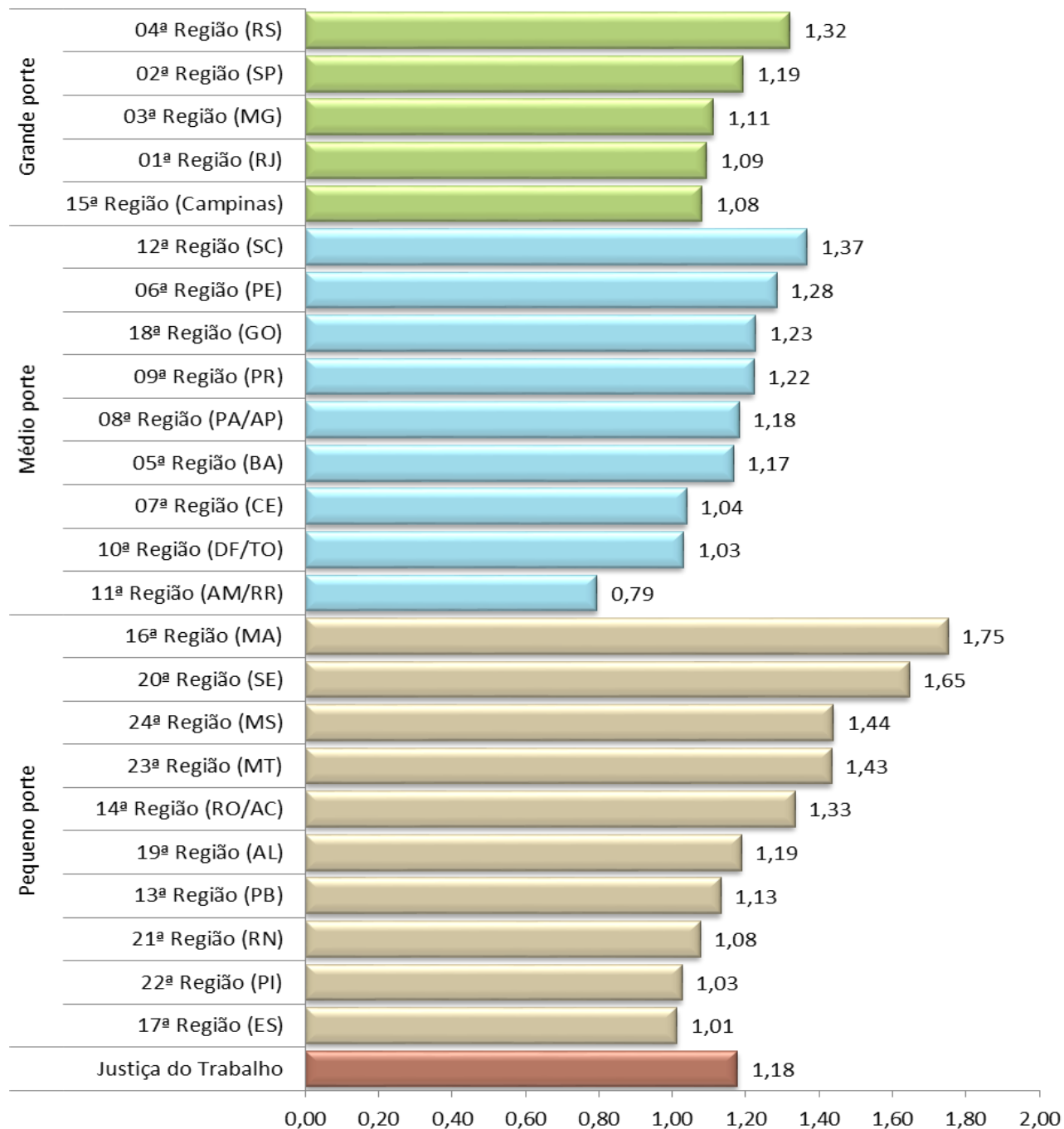
#### 1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tabela 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal Regional do Trabalho	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
01ª Região (RJ)	5.687	5.200	1,09
02ª Região (SP)	7.886	6.608	1,19
03ª Região (MG)	5.210	4.683	1,11
04ª Região (RS)	5.245	3.970	1,32
05ª Região (BA)	3.944	3.381	1,17
06ª Região (PE)	2.587	2.014	1,28
07ª Região (CE)	1.714	1.650	1,04
08ª Região (PA/AP)	1.682	1.423	1,18
09ª Região (PR)	4.065	3.326	1,22
10ª Região (DF/TO)	1.963	1.905	1,03
11ª Região (AM/RR)	960	1.208	0,79
12ª Região (SC)	2.539	1.857	1,37
13ª Região (PB)	1.302	1.150	1,13
14ª Região (RO/AC)	1.138	853	1,33
15ª Região (Campinas)	6.435	5.957	1,08
16ª Região (MA)	1.279	730	1,75
17ª Região (ES)	1.030	1.017	1,01
18ª Região (GO)	2.074	1.690	1,23
19ª Região (AL)	894	752	1,19
20ª Região (SE)	848	515	1,65
21ª Região (RN)	1.107	1.028	1,08
22ª Região (PI)	643	626	1,03
23ª Região (MT)	1.548	1.079	1,43
24ª Região (MS)	1.216	845	1,44
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>62.996</b>	<b>53.467</b>	<b>1,18</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Inf2 = Comp / Ui$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

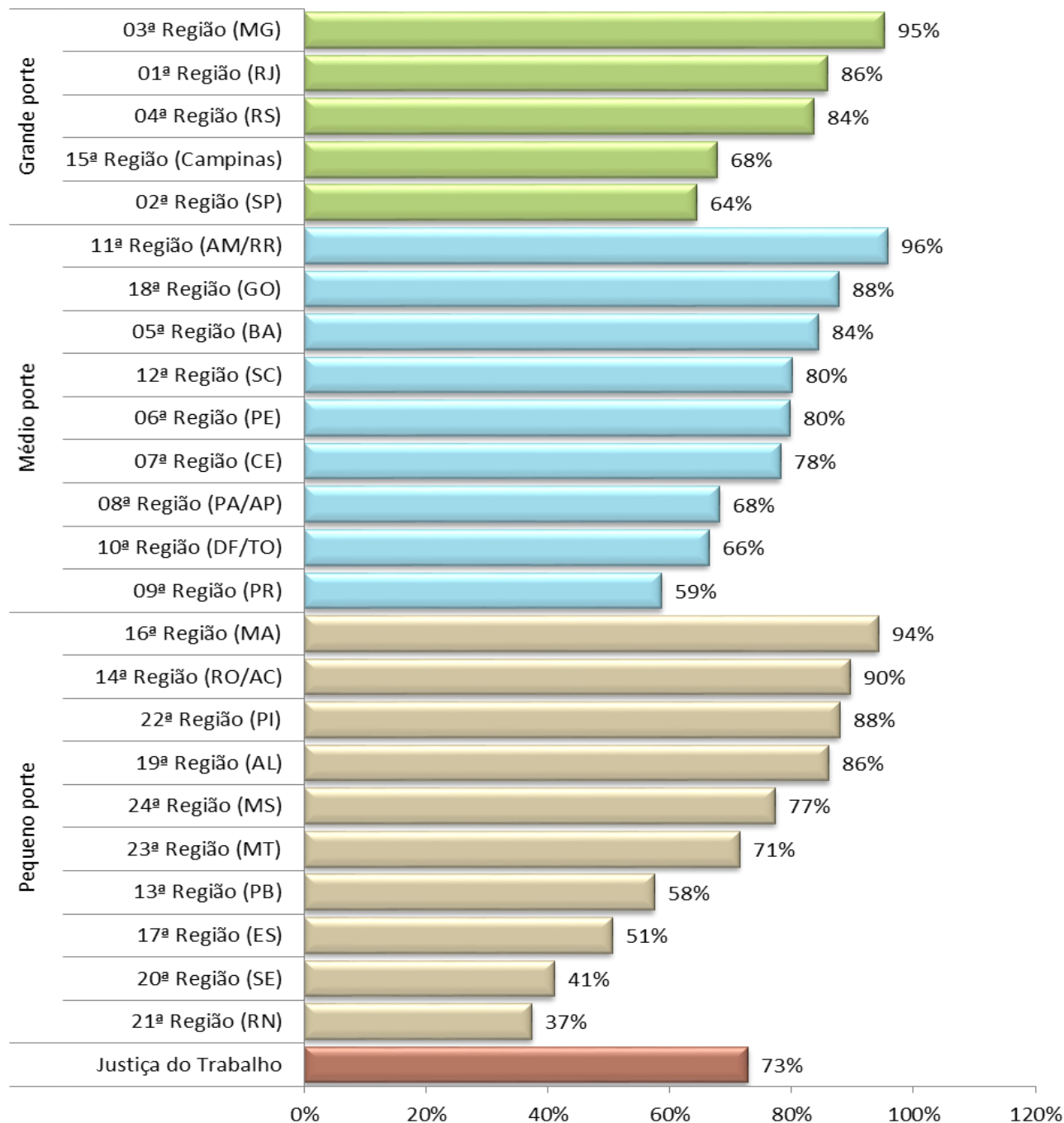
#### 1.2.14. Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.32 Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	m <sup>2</sup> Util - Área útil em metros quadrados	m <sup>2</sup> Total - Área total em metros quadrados	Dm <sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
01ª Região (RJ)	103.931	120.986	86%
02ª Região (SP)	190.984	296.547	64%
03ª Região (MG)	151.529	159.105	95%
04ª Região (RS)	114.506	136.861	84%
05ª Região (BA)	61.330	72.599	84%
06ª Região (PE)	65.825	82.514	80%
07ª Região (CE)	38.105	48.735	78%
08ª Região (PA/AP)	34.334	50.350	68%
09ª Região (PR)	105.890	180.471	59%
10ª Região (DF/TO)	37.127	55.854	66%
11ª Região (AM/RR)	47.064	49.080	96%
12ª Região (SC)	64.043	79.931	80%
13ª Região (PB)	26.944	46.840	58%
14ª Região (RO/AC)	26.548	29.588	90%
15ª Região (Campinas)	152.274	224.615	68%
16ª Região (MA)	29.414	31.201	94%
17ª Região (ES)	18.390	36.360	51%
18ª Região (GO)	47.673	54.265	88%
19ª Região (AL)	18.763	21.789	86%
20ª Região (SE)	20.326	49.500	41%
21ª Região (RN)	28.290	75.658	37%
22ª Região (PI)	12.454	14.159	88%
23ª Região (MT)	32.198	45.048	71%
24ª Região (MS)	28.748	37.175	77%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.456.690</b>	<b>1.999.231</b>	<b>73%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.32 Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)





Glossário:

Dm<sup>2</sup> - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Dm^2 = m^2_{\text{util}} / m^2_{\text{total}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m<sup>2</sup>Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m<sup>2</sup>Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

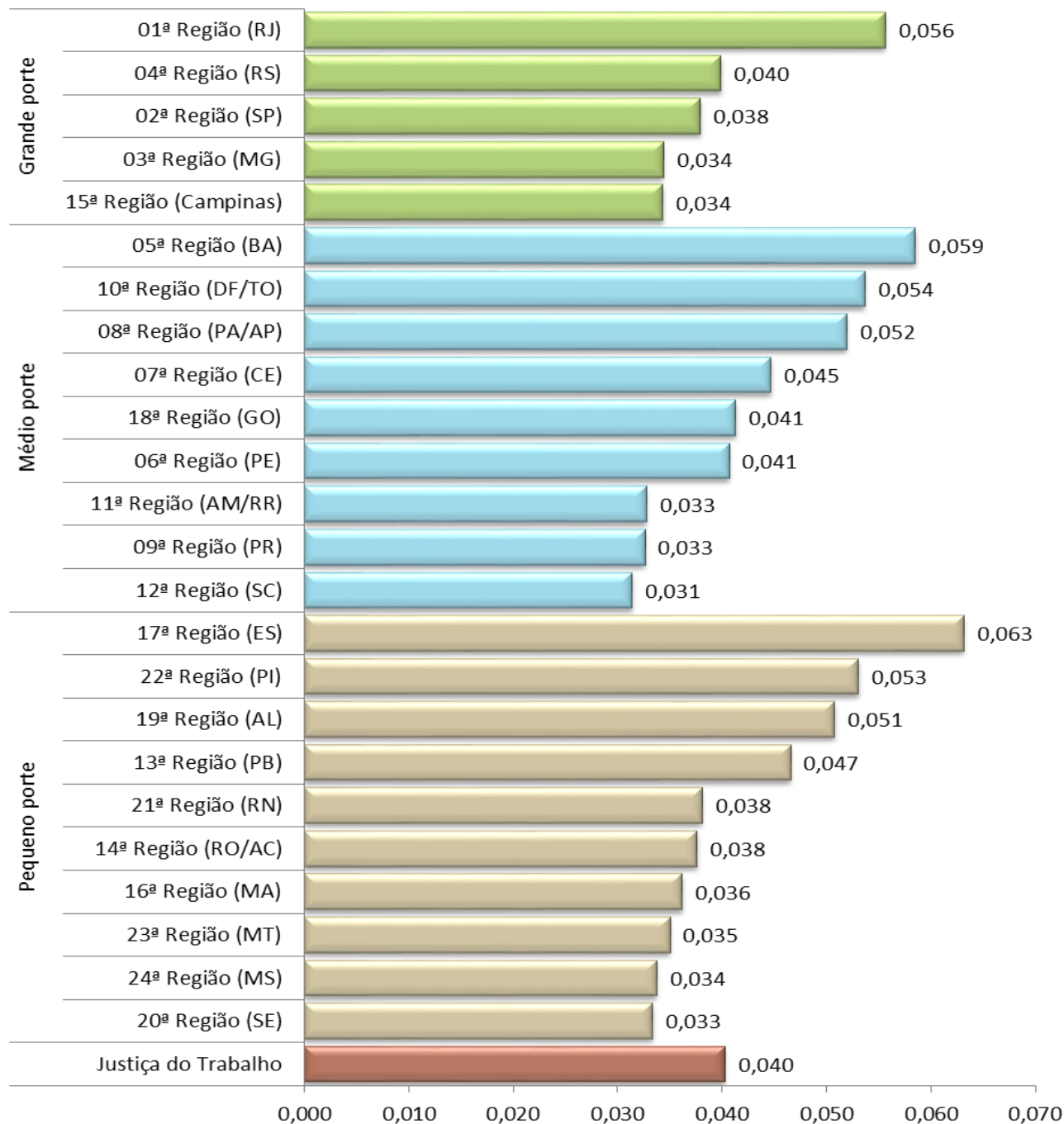
#### 1.2.15. Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.33 Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m <sup>2</sup> Util - Área útil em metros quadrados	Pm <sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
01ª Região (RJ)	5.784	103.931	0,056
02ª Região (SP)	7.247	190.984	0,038
03ª Região (MG)	5.213	151.529	0,034
04ª Região (RS)	4.567	114.506	0,040
05ª Região (BA)	3.589	61.330	0,059
06ª Região (PE)	2.679	65.825	0,041
07ª Região (CE)	1.704	38.105	0,045
08ª Região (PA/AP)	1.784	34.334	0,052
09ª Região (PR)	3.458	105.890	0,033
10ª Região (DF/TO)	1.994	37.127	0,054
11ª Região (AM/RR)	1.543	47.064	0,033
12ª Região (SC)	2.012	64.043	0,031
13ª Região (PB)	1.255	26.944	0,047
14ª Região (RO/AC)	998	26.548	0,038
15ª Região (Campinas)	5.231	152.274	0,034
16ª Região (MA)	1.065	29.414	0,036
17ª Região (ES)	1.162	18.390	0,063
18ª Região (GO)	1.971	47.673	0,041
19ª Região (AL)	953	18.763	0,051
20ª Região (SE)	678	20.326	0,033
21ª Região (RN)	1.078	28.290	0,038
22ª Região (PI)	661	12.454	0,053
23ª Região (MT)	1.128	32.198	0,035
24ª Região (MS)	971	28.748	0,034
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>58.725</b>	<b>1.456.690</b>	<b>0,040</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.33 Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



### Glossário:

Pm<sup>2</sup> - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula:  $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

·  $FTT = TS + Mag$

· m<sup>2</sup>Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

## 1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

### 1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

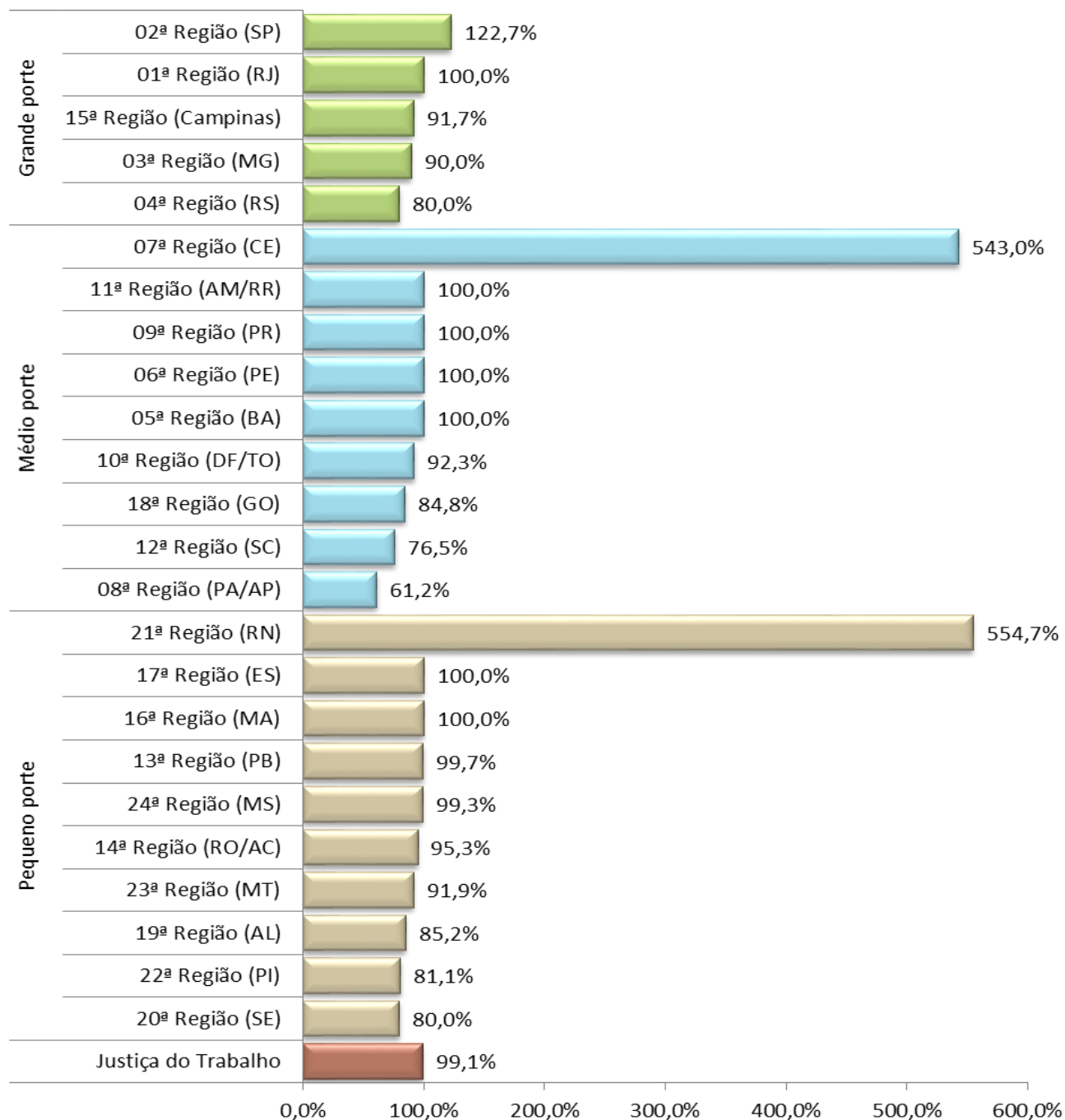
#### 1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tabela 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal Regional do Trabalho	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
01ª Região (RJ)	28.994	28.994	100,0%
02ª Região (SP)	97.416	79.416	122,7%
03ª Região (MG)	34.155	37.950	90,0%
04ª Região (RS)	73.892	92.365	80,0%
05ª Região (BA)	13.032	13.032	100,0%
06ª Região (PE)	15.188	15.188	100,0%
07ª Região (CE)	8.591	1.582	543,0%
08ª Região (PA/AP)	1.120	1.830	61,2%
09ª Região (PR)	42.147	42.147	100,0%
10ª Região (DF/TO)	20.269	21.949	92,3%
11ª Região (AM/RR)	354	354	100,0%
12ª Região (SC)	5.736	7.501	76,5%
13ª Região (PB)	14.873	14.924	99,7%
14ª Região (RO/AC)	2.834	2.974	95,3%
15ª Região (Campinas)	17.254	18.816	91,7%
16ª Região (MA)	1.352	1.352	100,0%
17ª Região (ES)	2.585	2.585	100,0%
18ª Região (GO)	8.858	10.447	84,8%
19ª Região (AL)	1.028	1.207	85,2%
20ª Região (SE)	1.680	2.100	80,0%
21ª Região (RN)	3.456	623	554,7%
22ª Região (PI)	1.920	2.368	81,1%
23ª Região (MT)	10.728	11.675	91,9%
24ª Região (MS)	11.421	11.498	99,3%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>418.883</b>	<b>422.877</b>	<b>99,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



### Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula:  $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MLUtilArq** - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento  $\times$  altura  $\times$  largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m<sup>3</sup> por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- **MLDispArq** - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento  $\times$  altura  $\times$  largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m<sup>3</sup> por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

#### 2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

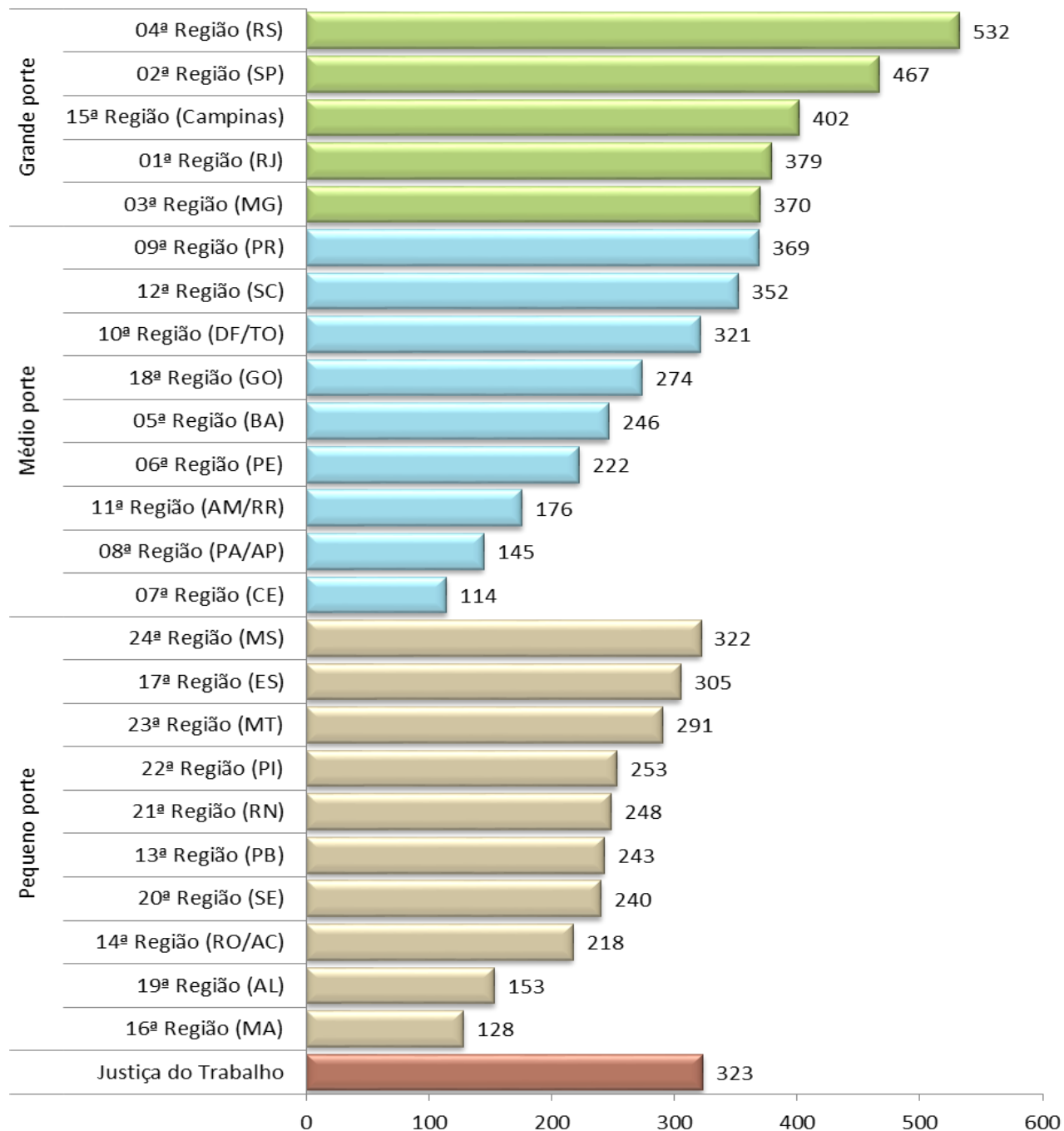
Tabela 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau
01ª Região (RJ)	62.462	165	379
02ª Região (SP)	104.580	224	467
03ª Região (MG)	76.760	207	370
04ª Região (RS)	59.663	112	532
05ª Região (BA)	37.250	151	246
06ª Região (PE)	20.633	93	222
07ª Região (CE)	10.094	88	114
08ª Região (PA/AP)	12.742	88	145
09ª Região (PR)	40.884	111	369
10ª Região (DF/TO)	13.971	43	321
11ª Região (AM/RR)	7.678	44	176
12ª Região (SC)	23.703	67	352
13ª Região (PB)	9.568	39	243
14ª Região (RO/AC)	5.525	25	218
15ª Região (Campinas)	86.971	216	402
16ª Região (MA)	8.798	69	128
17ª Região (ES)	11.863	39	305
18ª Região (GO)	17.842	65	274
19ª Região (AL)	5.090	33	153
20ª Região (SE)	5.329	22	240
21ª Região (RN)	8.462	34	248
22ª Região (PI)	8.093	32	253
23ª Região (MT)	9.376	32	291
24ª Região (MS)	8.430	26	322
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>655.767</b>	<b>2.028</b>	<b>323</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



### Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes no período-base (semestre).

Fórmula:  $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

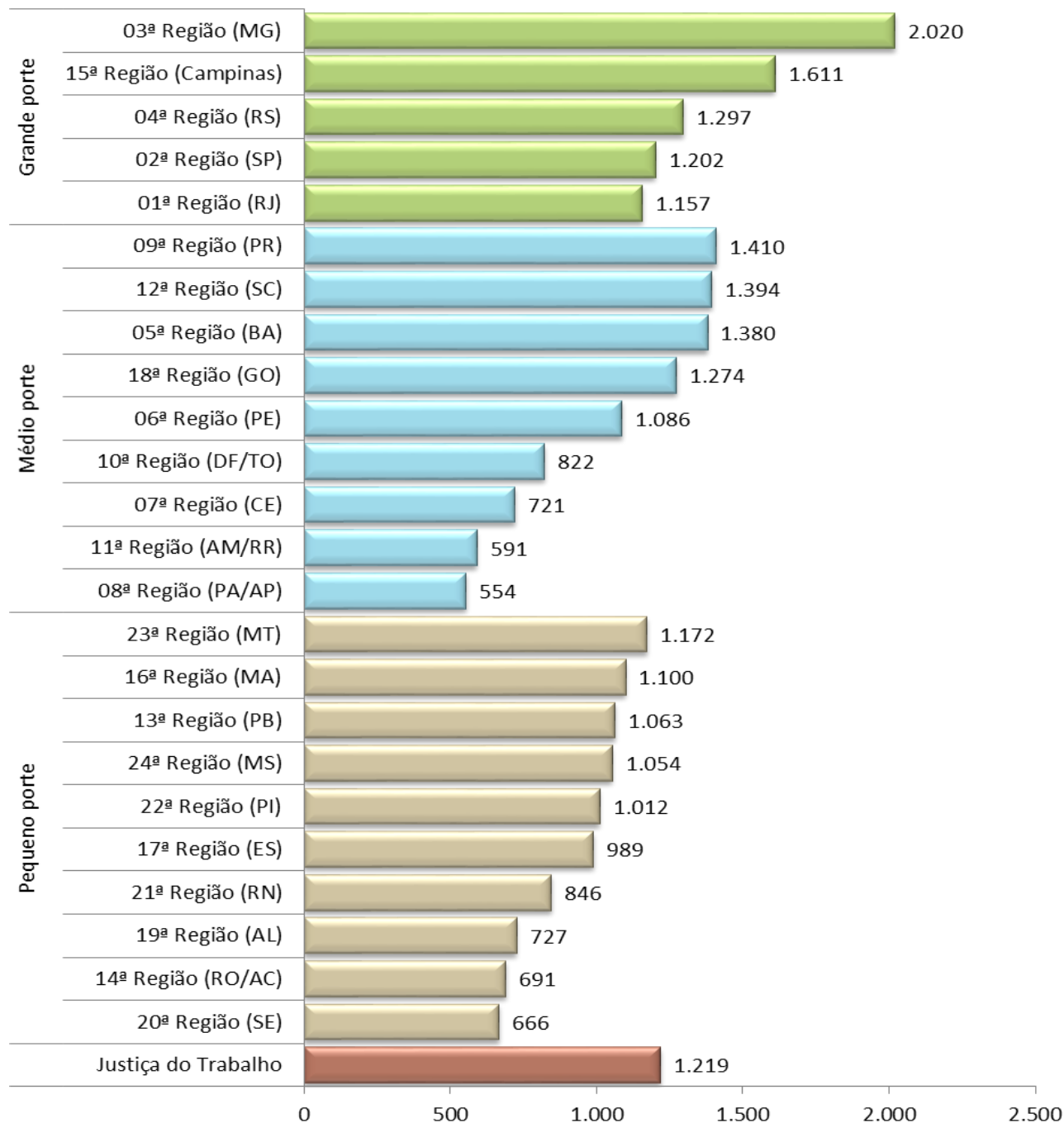
#### 2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	62.462	54	1.157
02ª Região (SP)	104.580	87	1.202
03ª Região (MG)	76.760	38	2.020
04ª Região (RS)	59.663	46	1.297
05ª Região (BA)	37.250	27	1.380
06ª Região (PE)	20.633	19	1.086
07ª Região (CE)	10.094	14	721
08ª Região (PA/AP)	12.742	23	554
09ª Região (PR)	40.884	29	1.410
10ª Região (DF/TO)	13.971	17	822
11ª Região (AM/RR)	7.678	13	591
12ª Região (SC)	23.703	17	1.394
13ª Região (PB)	9.568	9	1.063
14ª Região (RO/AC)	5.525	8	691
15ª Região (Campinas)	86.971	54	1.611
16ª Região (MA)	8.798	8	1.100
17ª Região (ES)	11.863	12	989
18ª Região (GO)	17.842	14	1.274
19ª Região (AL)	5.090	7	727
20ª Região (SE)	5.329	8	666
21ª Região (RN)	8.462	10	846
22ª Região (PI)	8.093	8	1.012
23ª Região (MT)	9.376	8	1.172
24ª Região (MS)	8.430	8	1.054
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>655.767</b>	<b>538</b>	<b>1.219</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 2º Grau, para cada magistrado na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cm2º = Cn2º / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Mag2º = MagP2º

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

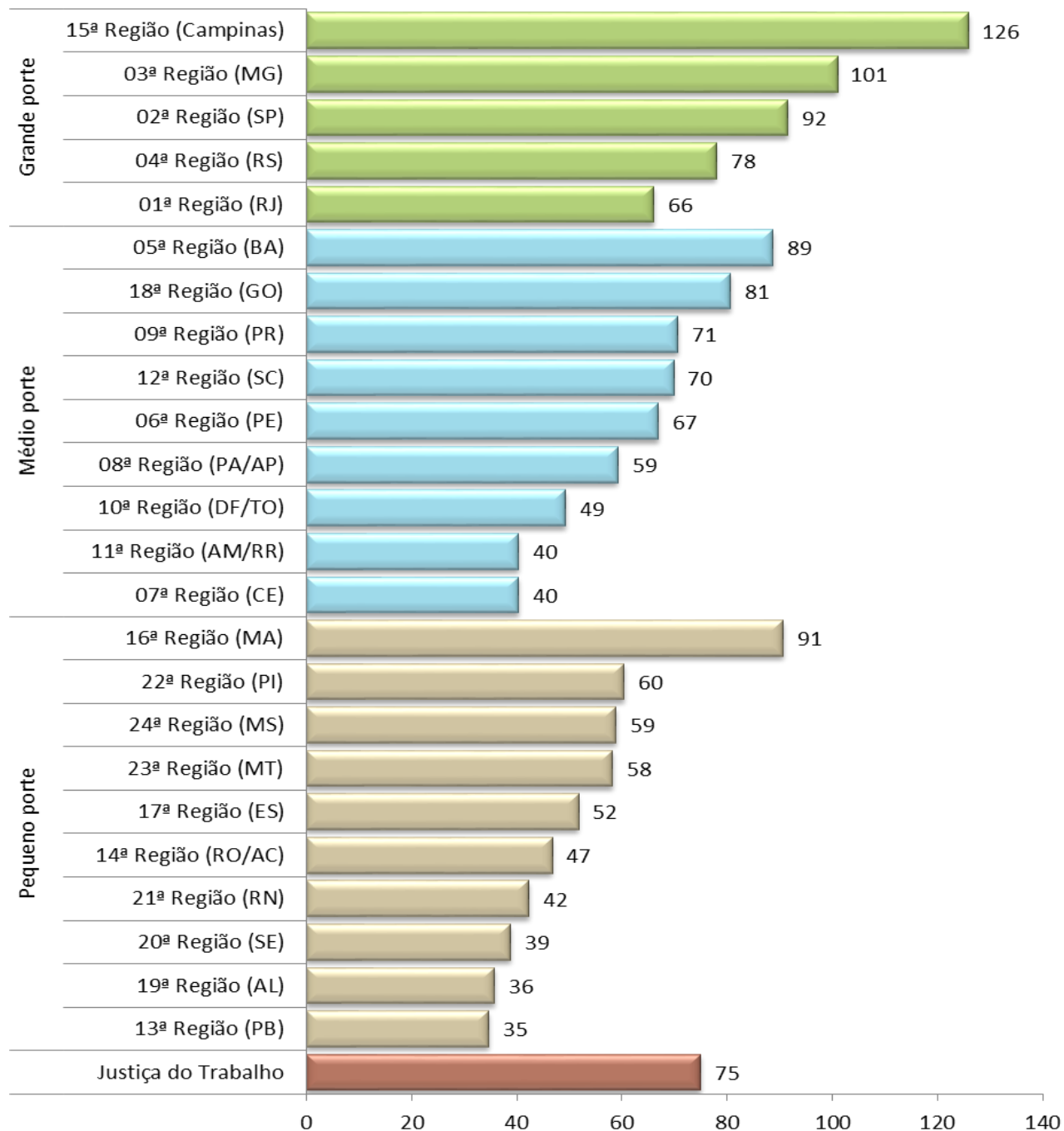
#### 2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
01ª Região (RJ)	62.462	945	66
02ª Região (SP)	104.580	1.142	92
03ª Região (MG)	76.760	760	101
04ª Região (RS)	59.663	765	78
05ª Região (BA)	37.250	420	89
06ª Região (PE)	20.633	308	67
07ª Região (CE)	10.094	250	40
08ª Região (PA/AP)	12.742	215	59
09ª Região (PR)	40.884	579	71
10ª Região (DF/TO)	13.971	283	49
11ª Região (AM/RR)	7.678	190	40
12ª Região (SC)	23.703	339	70
13ª Região (PB)	9.568	276	35
14ª Região (RO/AC)	5.525	118	47
15ª Região (Campinas)	86.971	690	126
16ª Região (MA)	8.798	97	91
17ª Região (ES)	11.863	229	52
18ª Região (GO)	17.842	221	81
19ª Região (AL)	5.090	142	36
20ª Região (SE)	5.329	137	39
21ª Região (RN)	8.462	200	42
22ª Região (PI)	8.093	134	60
23ª Região (MT)	9.376	161	58
24ª Região (MS)	8.430	143	59
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>655.767</b>	<b>8.744</b>	<b>75</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



### Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados Justiça do Trabalho de 2º Grau para cada servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cs2º = Cn2º / SaJud2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.



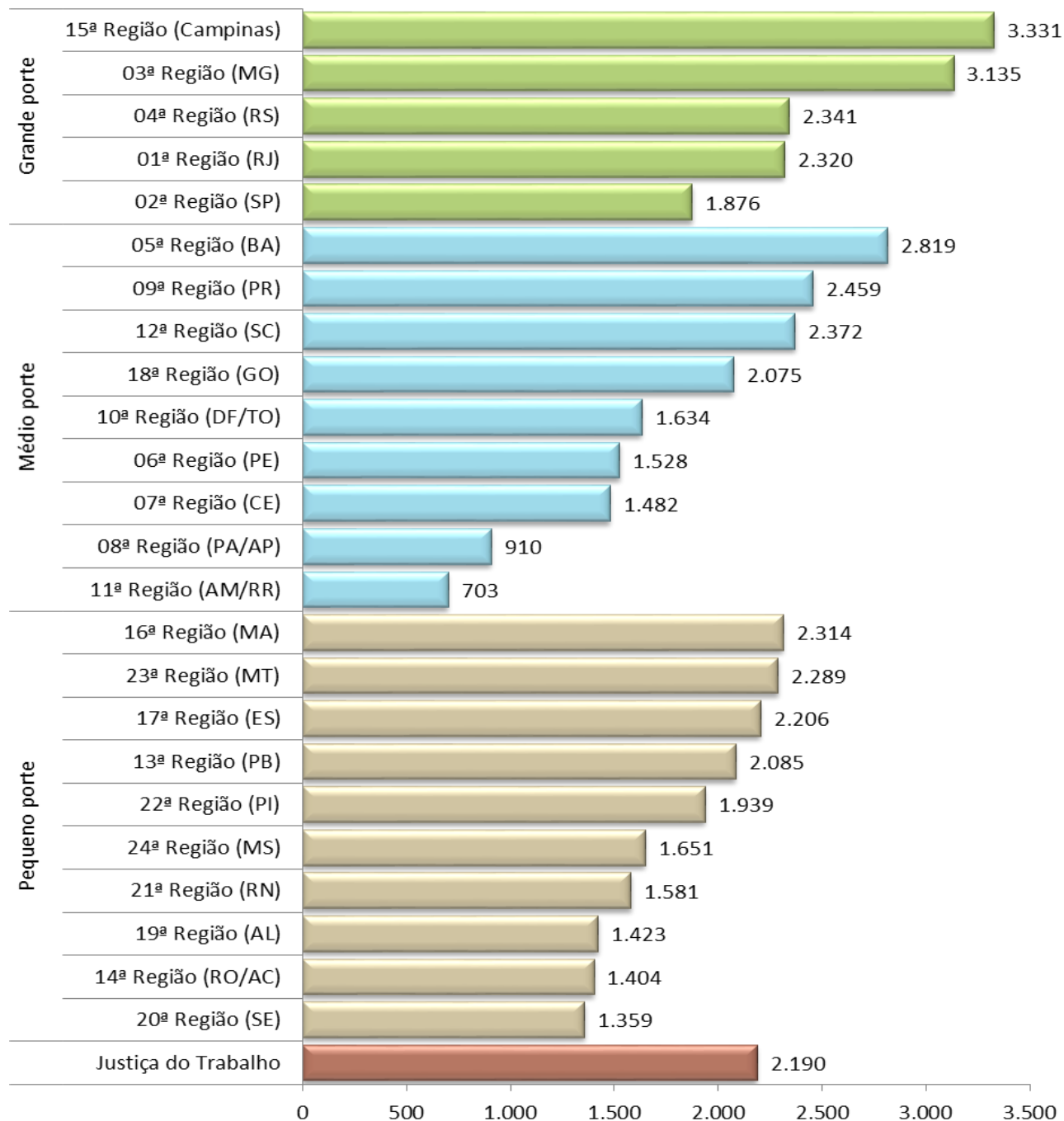
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau**

Tabela 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
01ª Região (RJ)	62.462	44.578	15.712	2.534	54	2.320
02ª Região (SP)	104.580	27.246	25.962	5.400	87	1.876
03ª Região (MG)	76.760	25.374	16.291	710	38	3.135
04ª Região (RS)	59.663	33.493	13.633	909	46	2.341
05ª Região (BA)	37.250	25.254	12.060	1.550	27	2.819
06ª Região (PE)	20.633	3.451	4.678	273	19	1.528
07ª Região (CE)	10.094	7.121	2.523	1.004	14	1.482
08ª Região (PA/AP)	12.742	5.320	2.609	259	23	910
09ª Região (PR)	40.884	17.192	11.761	1.464	29	2.459
10ª Região (DF/TO)	13.971	8.641	4.775	386	17	1.634
11ª Região (AM/RR)	7.678	143	1.221	92	13	703
12ª Região (SC)	23.703	9.494	6.032	1.093	17	2.372
13ª Região (PB)	9.568	6.321	2.454	420	9	2.085
14ª Região (RO/AC)	5.525	5.058	624	24	8	1.404
15ª Região (Campinas)	86.971	69.753	20.941	2.201	54	3.331
16ª Região (MA)	8.798	8.290	1.202	223	8	2.314
17ª Região (ES)	11.863	9.969	4.114	529	12	2.206
18ª Região (GO)	17.842	6.197	4.631	385	14	2.075
19ª Região (AL)	5.090	3.679	1.012	181	7	1.423
20ª Região (SE)	5.329	4.427	1.060	55	8	1.359
21ª Região (RN)	8.462	5.808	1.309	226	10	1.581
22ª Região (PI)	8.093	5.356	1.987	72	8	1.939
23ª Região (MT)	9.376	7.228	1.565	141	8	2.289
24ª Região (MS)	8.430	2.944	1.632	198	8	1.651
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>655.767</b>	<b>342.337</b>	<b>159.788</b>	<b>20.329</b>	<b>538</b>	<b>2.190</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, até o final do período anterior ao período-base (semestre), para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

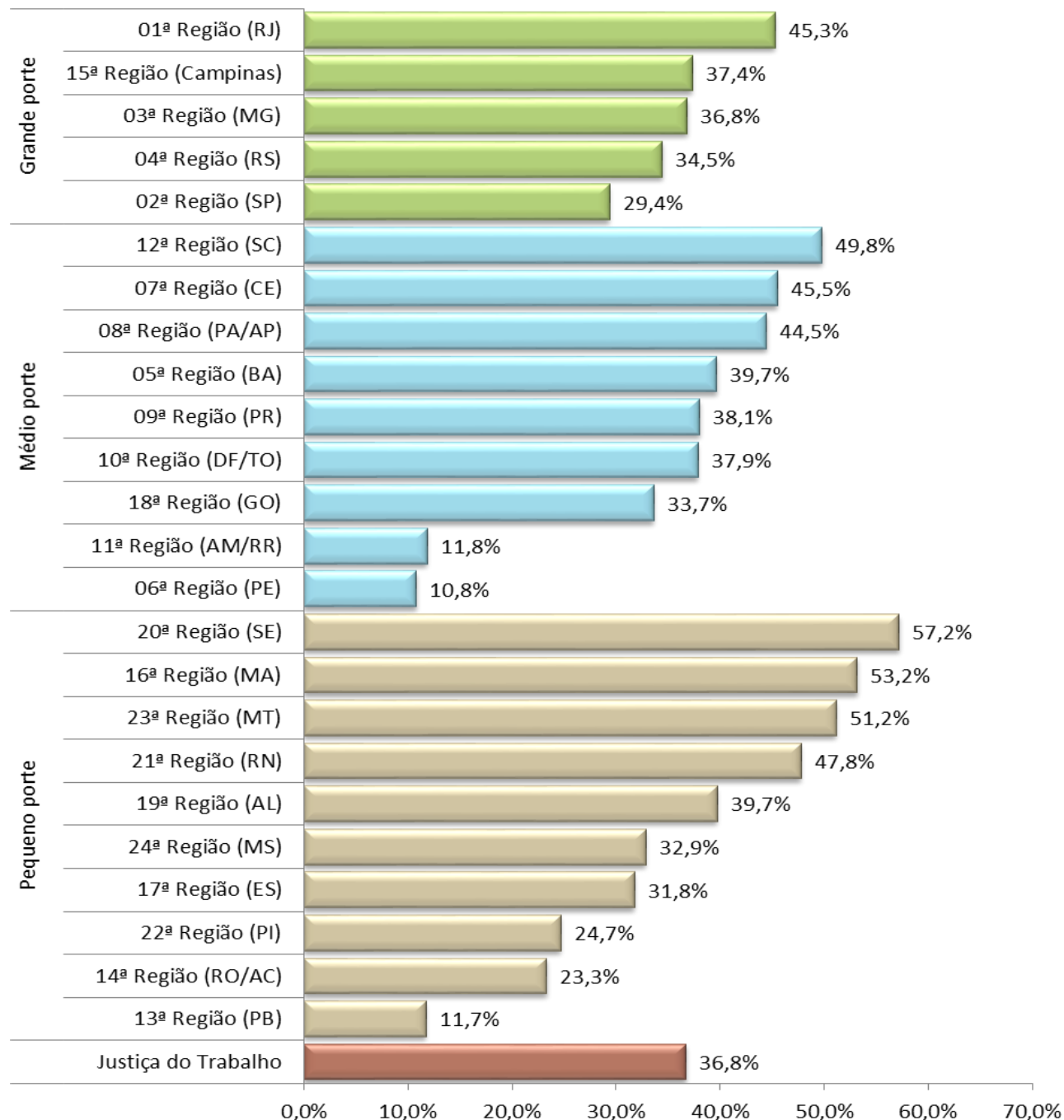
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau**

Tabela 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
01ª Região (RJ)	58.527	62.462	44.578	45,3%
02ª Região (SP)	93.091	104.580	27.246	29,4%
03ª Região (MG)	64.500	76.760	25.374	36,8%
04ª Região (RS)	61.033	59.663	33.493	34,5%
05ª Região (BA)	37.697	37.250	25.254	39,7%
06ª Região (PE)	21.483	20.633	3.451	10,8%
07ª Região (CE)	9.382	10.094	7.121	45,5%
08ª Região (PA/AP)	10.026	12.742	5.320	44,5%
09ª Região (PR)	35.976	40.884	17.192	38,1%
10ª Região (DF/TO)	14.044	13.971	8.641	37,9%
11ª Região (AM/RR)	6.895	7.678	143	11,8%
12ª Região (SC)	16.658	23.703	9.494	49,8%
13ª Região (PB)	14.025	9.568	6.321	11,7%
14ª Região (RO/AC)	8.113	5.525	5.058	23,3%
15ª Região (Campinas)	98.185	86.971	69.753	37,4%
16ª Região (MA)	7.998	8.798	8.290	53,2%
17ª Região (ES)	14.890	11.863	9.969	31,8%
18ª Região (GO)	15.948	17.842	6.197	33,7%
19ª Região (AL)	5.284	5.090	3.679	39,7%
20ª Região (SE)	4.171	5.329	4.427	57,2%
21ª Região (RN)	7.446	8.462	5.808	47,8%
22ª Região (PI)	10.127	8.093	5.356	24,7%
23ª Região (MT)	8.109	9.376	7.228	51,2%
24ª Região (MS)	7.634	8.430	2.944	32,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>631.242</b>	<b>655.767</b>	<b>342.337</b>	<b>36,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

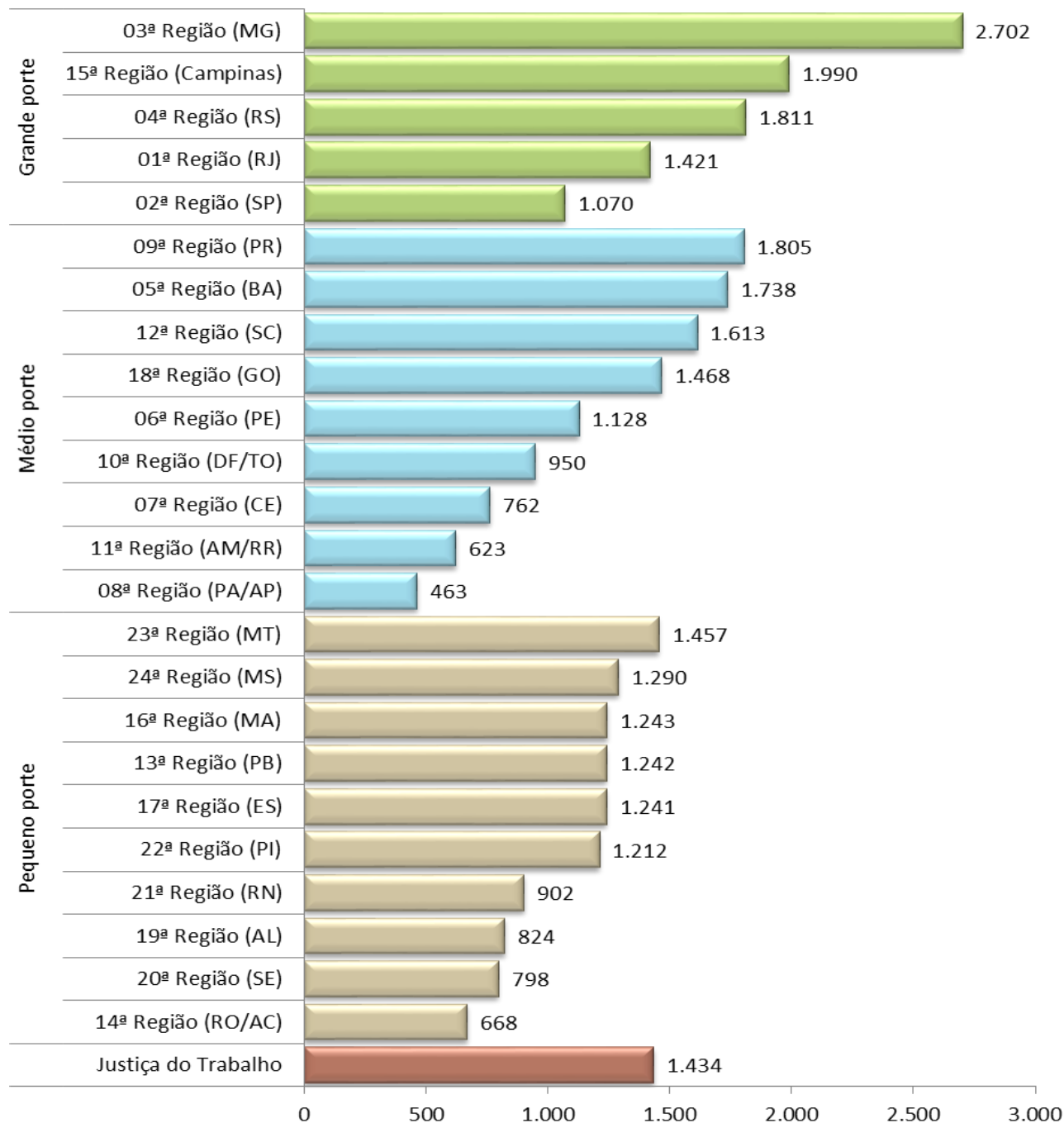
#### 2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	76.733	54	1.421
02ª Região (SP)	93.091	87	1.070
03ª Região (MG)	102.669	38	2.702
04ª Região (RS)	83.297	46	1.811
05ª Região (BA)	46.939	27	1.738
06ª Região (PE)	21.438	19	1.128
07ª Região (CE)	10.662	14	762
08ª Região (PA/AP)	10.648	23	463
09ª Região (PR)	52.342	29	1.805
10ª Região (DF/TO)	16.154	17	950
11ª Região (AM/RR)	8.099	13	623
12ª Região (SC)	27.429	17	1.613
13ª Região (PB)	11.177	9	1.242
14ª Região (RO/AC)	5.346	8	668
15ª Região (Campinas)	107.482	54	1.990
16ª Região (MA)	9.947	8	1.243
17ª Região (ES)	14.890	12	1.241
18ª Região (GO)	20.558	14	1.468
19ª Região (AL)	5.769	7	824
20ª Região (SE)	6.386	8	798
21ª Região (RN)	9.015	10	902
22ª Região (PI)	9.698	8	1.212
23ª Região (MT)	11.654	8	1.457
24ª Região (MS)	10.320	8	1.290
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>771.743</b>	<b>538</b>	<b>1.434</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau





Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º Grau.

- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

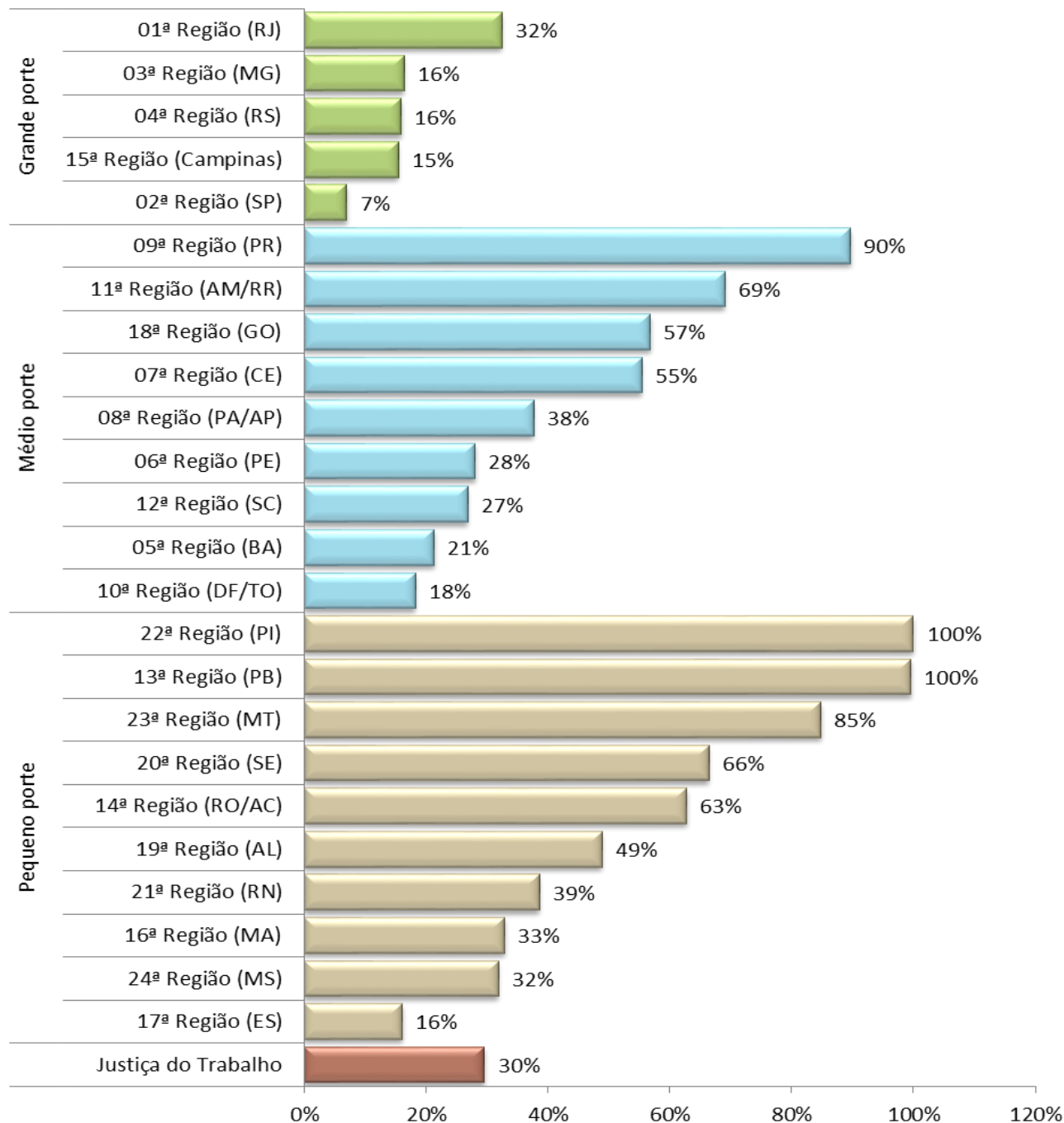
#### 2.1.7. ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tabela 2.7 - ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
01ª Região (RJ)	20.260	62.462	32%
02ª Região (SP)	7.344	104.580	7%
03ª Região (MG)	12.613	76.760	16%
04ª Região (RS)	9.510	59.663	16%
05ª Região (BA)	7.956	37.250	21%
06ª Região (PE)	5.789	20.633	28%
07ª Região (CE)	5.598	10.094	55%
08ª Região (PA/AP)	4.805	12.742	38%
09ª Região (PR)	36.675	40.884	90%
10ª Região (DF/TO)	2.552	13.971	18%
11ª Região (AM/RR)	5.306	7.678	69%
12ª Região (SC)	6.361	23.703	27%
13ª Região (PB)	9.527	9.568	100%
14ª Região (RO/AC)	3.471	5.525	63%
15ª Região (Campinas)	13.453	86.971	15%
16ª Região (MA)	2.900	8.798	33%
17ª Região (ES)	1.910	11.863	16%
18ª Região (GO)	10.133	17.842	57%
19ª Região (AL)	2.489	5.090	49%
20ª Região (SE)	3.540	5.329	66%
21ª Região (RN)	3.271	8.462	39%
22ª Região (PI)	8.093	8.093	100%
23ª Região (MT)	7.954	9.376	85%
24ª Região (MS)	2.692	8.430	32%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>194.202</b>	<b>655.767</b>	<b>30%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.7 - ProcEIJ2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



### Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos de 2º Grau.
- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

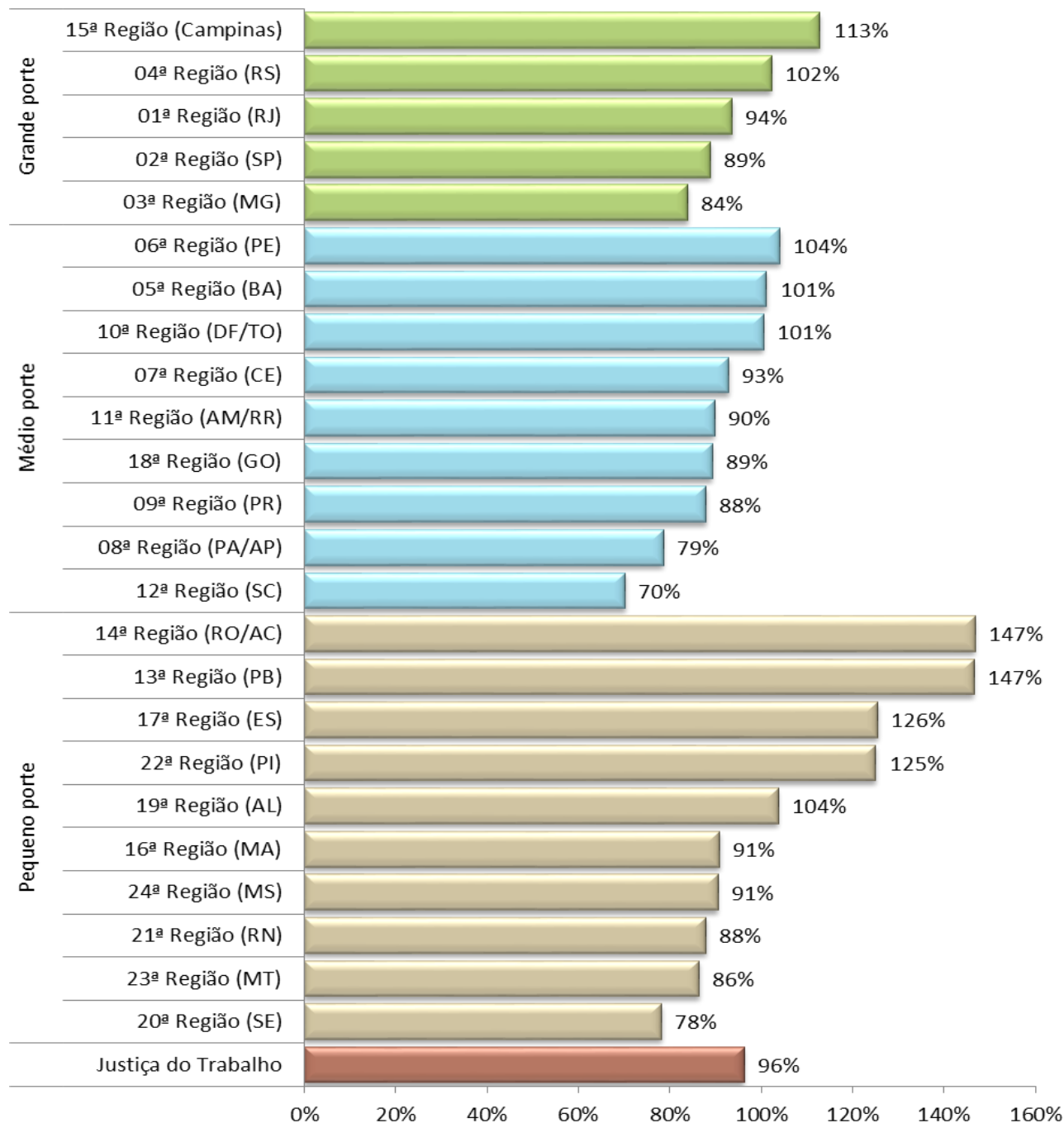
#### 2.1.8. IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.8 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
01ª Região (RJ)	58.527	62.462	94%
02ª Região (SP)	93.091	104.580	89%
03ª Região (MG)	64.500	76.760	84%
04ª Região (RS)	61.033	59.663	102%
05ª Região (BA)	37.697	37.250	101%
06ª Região (PE)	21.483	20.633	104%
07ª Região (CE)	9.382	10.094	93%
08ª Região (PA/AP)	10.026	12.742	79%
09ª Região (PR)	35.976	40.884	88%
10ª Região (DF/TO)	14.044	13.971	101%
11ª Região (AM/RR)	6.895	7.678	90%
12ª Região (SC)	16.658	23.703	70%
13ª Região (PB)	14.025	9.568	147%
14ª Região (RO/AC)	8.113	5.525	147%
15ª Região (Campinas)	98.185	86.971	113%
16ª Região (MA)	7.998	8.798	91%
17ª Região (ES)	14.890	11.863	126%
18ª Região (GO)	15.948	17.842	89%
19ª Região (AL)	5.284	5.090	104%
20ª Região (SE)	4.171	5.329	78%
21ª Região (RN)	7.446	8.462	88%
22ª Região (PI)	10.127	8.093	125%
23ª Região (MT)	8.109	9.376	86%
24ª Região (MS)	7.634	8.430	91%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>631.242</b>	<b>655.767</b>	<b>96%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.8 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



### Glossário:

IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $IAD2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaix2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

· **Cn2º** - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

#### 2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

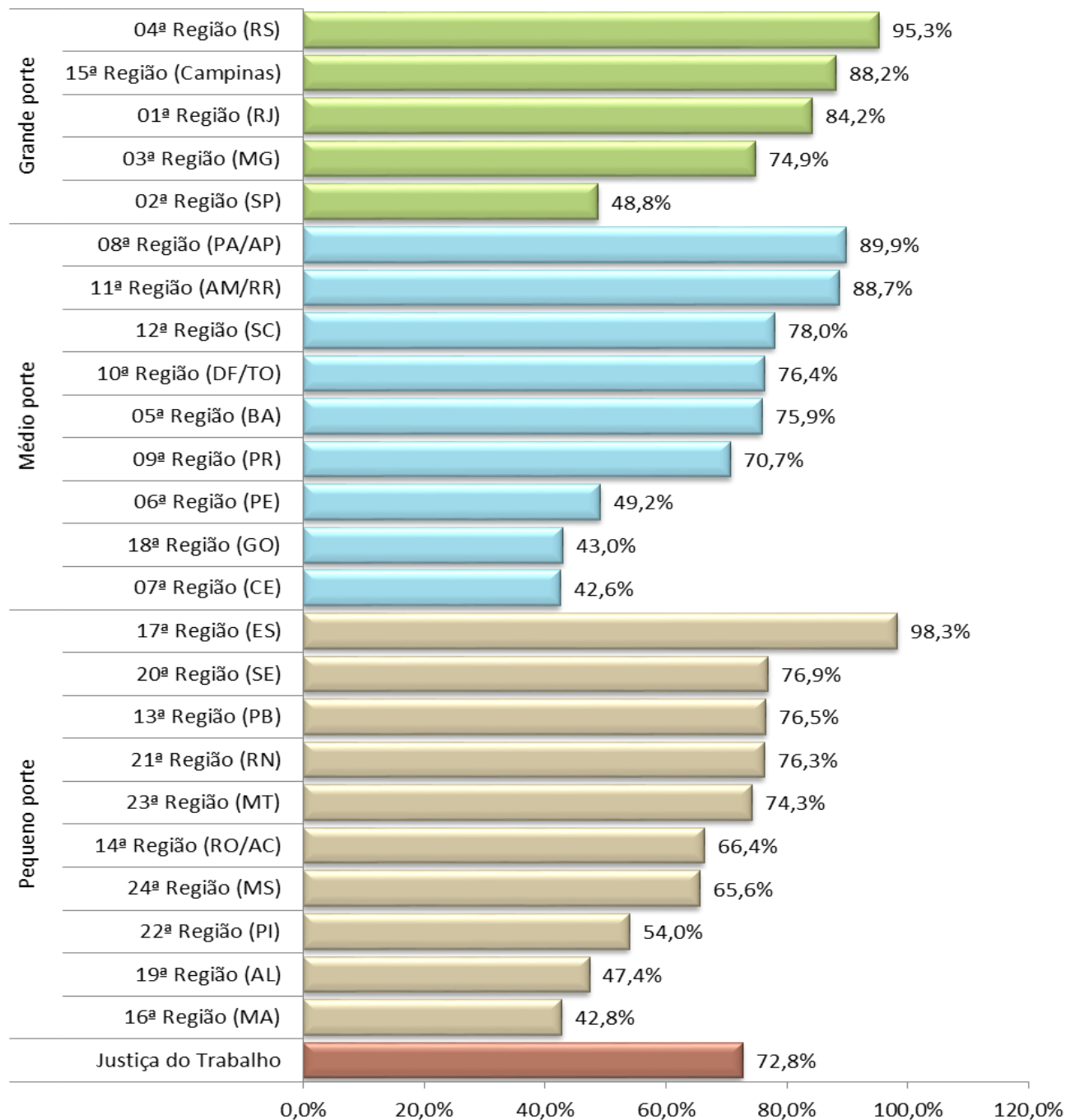
Tabela 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rsup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
01ª Região (RJ)	44.546	52.885	84,2%
02ª Região (SP)	44.040	90.197	48,8%
03ª Região (MG)	51.234	68.409	74,9%
04ª Região (RS)	51.569	54.084	95,3%
05ª Região (BA)	27.876	36.716	75,9%
06ª Região (PE)	9.511	19.324	49,2%
07ª Região (CE)	4.844	11.380	42,6%
08ª Região (PA/AP)	7.163	7.966	89,9%
09ª Região (PR)	31.264	44.193	70,7%
10ª Região (DF/TO)	11.019	14.431	76,4%
11ª Região (AM/RR)	5.756	6.489	88,7%
12ª Região (SC)	17.651	22.644	78,0%
13ª Região (PB)	7.896	10.316	76,5%
14ª Região (RO/AC)	3.565	5.372	66,4%
15ª Região (Campinas)	77.068	87.351	88,2%
16ª Região (MA)	3.155	7.369	42,8%
17ª Região (ES)	9.209	9.366	98,3%
18ª Região (GO)	7.407	17.231	43,0%
19ª Região (AL)	2.207	4.659	47,4%
20ª Região (SE)	1.978	2.571	76,9%
21ª Região (RN)	6.382	8.368	76,3%
22ª Região (PI)	5.360	9.926	54,0%
23ª Região (MT)	4.006	5.391	74,3%
24ª Região (MS)	5.278	8.049	65,6%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>439.984</b>	<b>604.687</b>	<b>72,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais do Trabalho passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula:  $Rx2º = R_{sup2º} / A_{public2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R<sub>sup2º</sub> - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais de Tribunais de 2º Grau e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- A<sub>public2º</sub> - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo tribunal de 2º Grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

## 2. Litigiosidade.

### 2.1. Litigiosidade de 2º grau

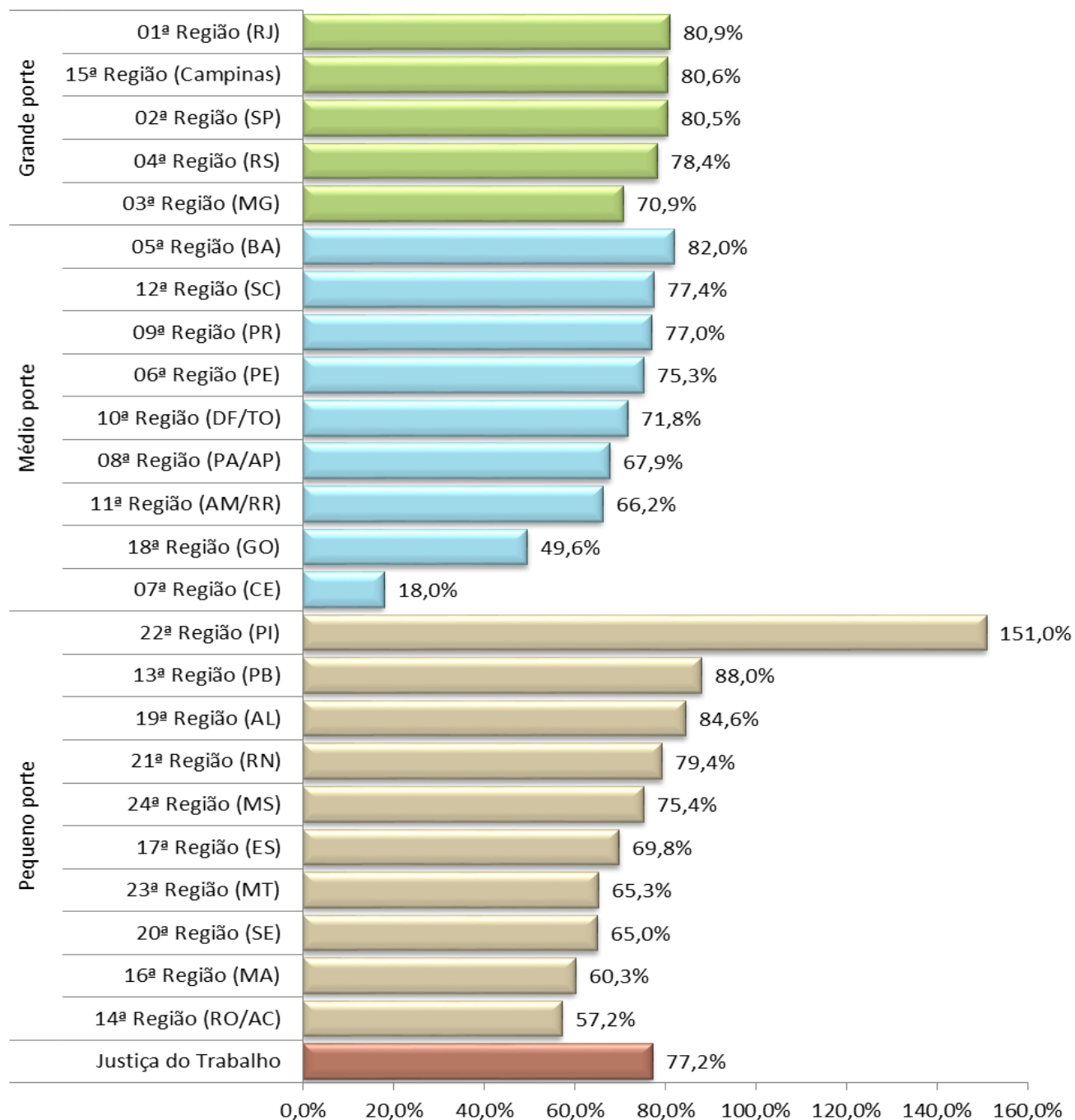
#### 2.1.10. RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tabela 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tribunal Regional do Trabalho	AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST	DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST	RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST
01ª Região (RJ)	17.086	21.108	80,9%
02ª Região (SP)	33.273	41.346	80,5%
03ª Região (MG)	18.230	25.720	70,9%
04ª Região (RS)	16.792	21.428	78,4%
05ª Região (BA)	10.373	12.646	82,0%
06ª Região (PE)	5.119	6.798	75,3%
07ª Região (CE)	248	1.380	18,0%
08ª Região (PA/AP)	2.306	3.398	67,9%
09ª Região (PR)	10.007	12.993	77,0%
10ª Região (DF/TO)	4.252	5.925	71,8%
11ª Região (AM/RR)	2.181	3.295	66,2%
12ª Região (SC)	5.223	6.745	77,4%
13ª Região (PB)	3.305	3.754	88,0%
14ª Região (RO/AC)	1.404	2.453	57,2%
15ª Região (Campinas)	31.294	38.806	80,6%
16ª Região (MA)	864	1.434	60,3%
17ª Região (ES)	2.544	3.643	69,8%
18ª Região (GO)	2.965	5.978	49,6%
19ª Região (AL)	1.479	1.748	84,6%
20ª Região (SE)	949	1.459	65,0%
21ª Região (RN)	2.261	2.848	79,4%
22ª Região (PI)	3.589	2.377	151,0%
23ª Região (MT)	1.651	2.530	65,3%
24ª Região (MS)	1.902	2.524	75,4%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>179.297</b>	<b>232.336</b>	<b>77,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST



### Glossário:

RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravo de instrumento interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho em relação ao número de decisões denegatórias de seguimento a recursos proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $RxAI2^\circ = AI2^\circ / DA2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST: Os recursos de agravos de instrumento interpostos contra as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de admissibilidade de recursos para o TST (de revista e recurso ordinário) no período-base (semestre).
- DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST: O número de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de seguimento a recursos de revista e a recursos ordinários para o TST no período-base (semestre).

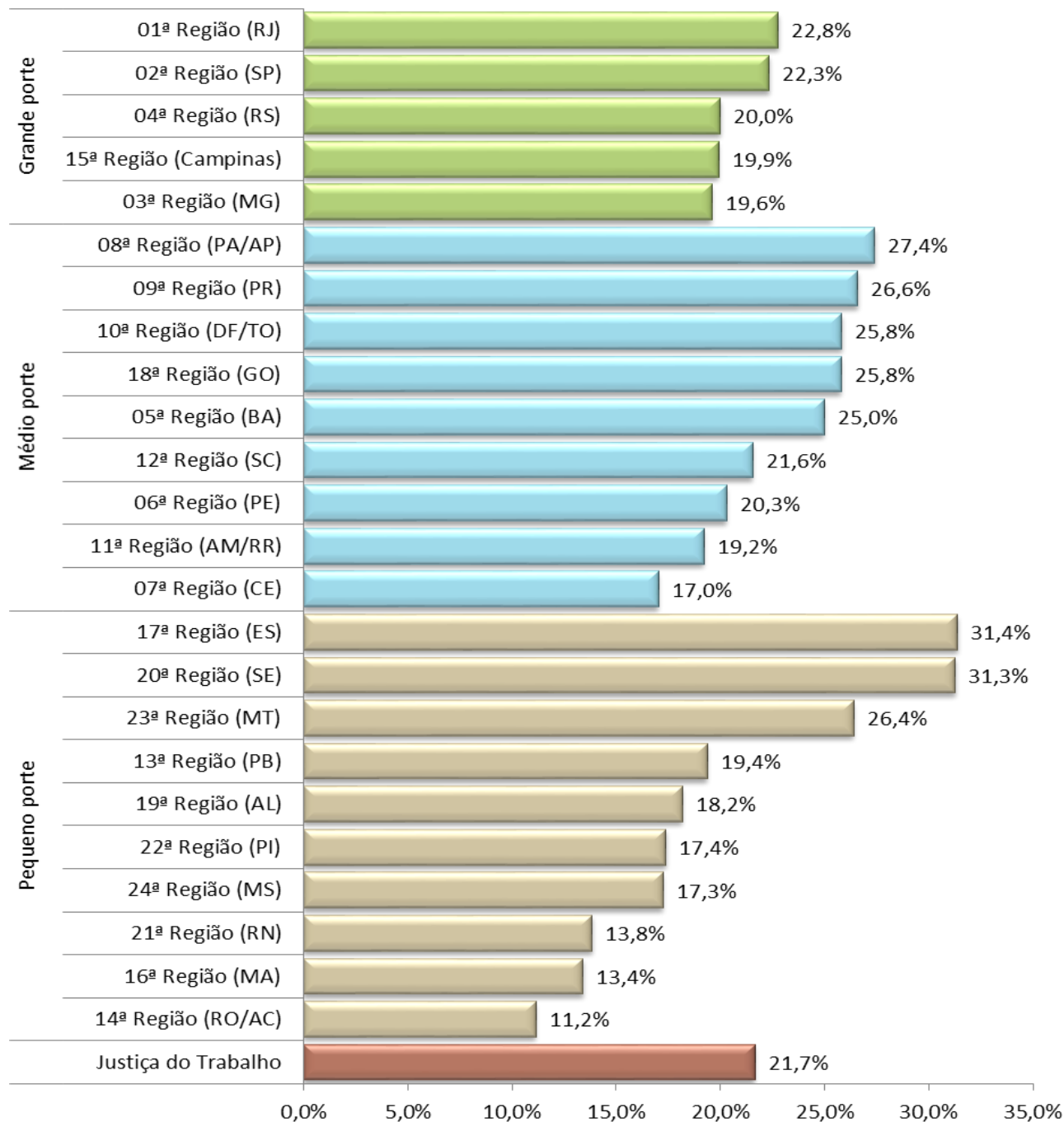
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau**

Tabela 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau</b>	<b>DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau</b>	<b>Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau</b>
01ª Região (RJ)	15.712	68.982	22,8%
02ª Região (SP)	25.962	116.165	22,3%
03ª Região (MG)	16.291	83.130	19,6%
04ª Região (RS)	13.633	68.122	20,0%
05ª Região (BA)	12.060	48.253	25,0%
06ª Região (PE)	4.678	23.023	20,3%
07ª Região (CE)	2.523	14.816	17,0%
08ª Região (PA/AP)	2.609	9.515	27,4%
09ª Região (PR)	11.761	44.202	26,6%
10ª Região (DF/TO)	4.775	18.477	25,8%
11ª Região (AM/RR)	1.221	6.355	19,2%
12ª Região (SC)	6.032	27.979	21,6%
13ª Região (PB)	2.454	12.665	19,4%
14ª Região (RO/AC)	624	5.590	11,2%
15ª Região (Campinas)	20.941	105.093	19,9%
16ª Região (MA)	1.202	8.956	13,4%
17ª Região (ES)	4.114	13.101	31,4%
18ª Região (GO)	4.631	17.948	25,8%
19ª Região (AL)	1.012	5.567	18,2%
20ª Região (SE)	1.060	3.388	31,3%
21ª Região (RN)	1.309	9.452	13,8%
22ª Região (PI)	1.987	11.426	17,4%
23ª Região (MT)	1.565	5.928	26,4%
24ª Região (MS)	1.632	9.450	17,3%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>159.788</b>	<b>737.583</b>	<b>21,7%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Glossário:

Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $Rin2º = RInt2º / DeRint2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.



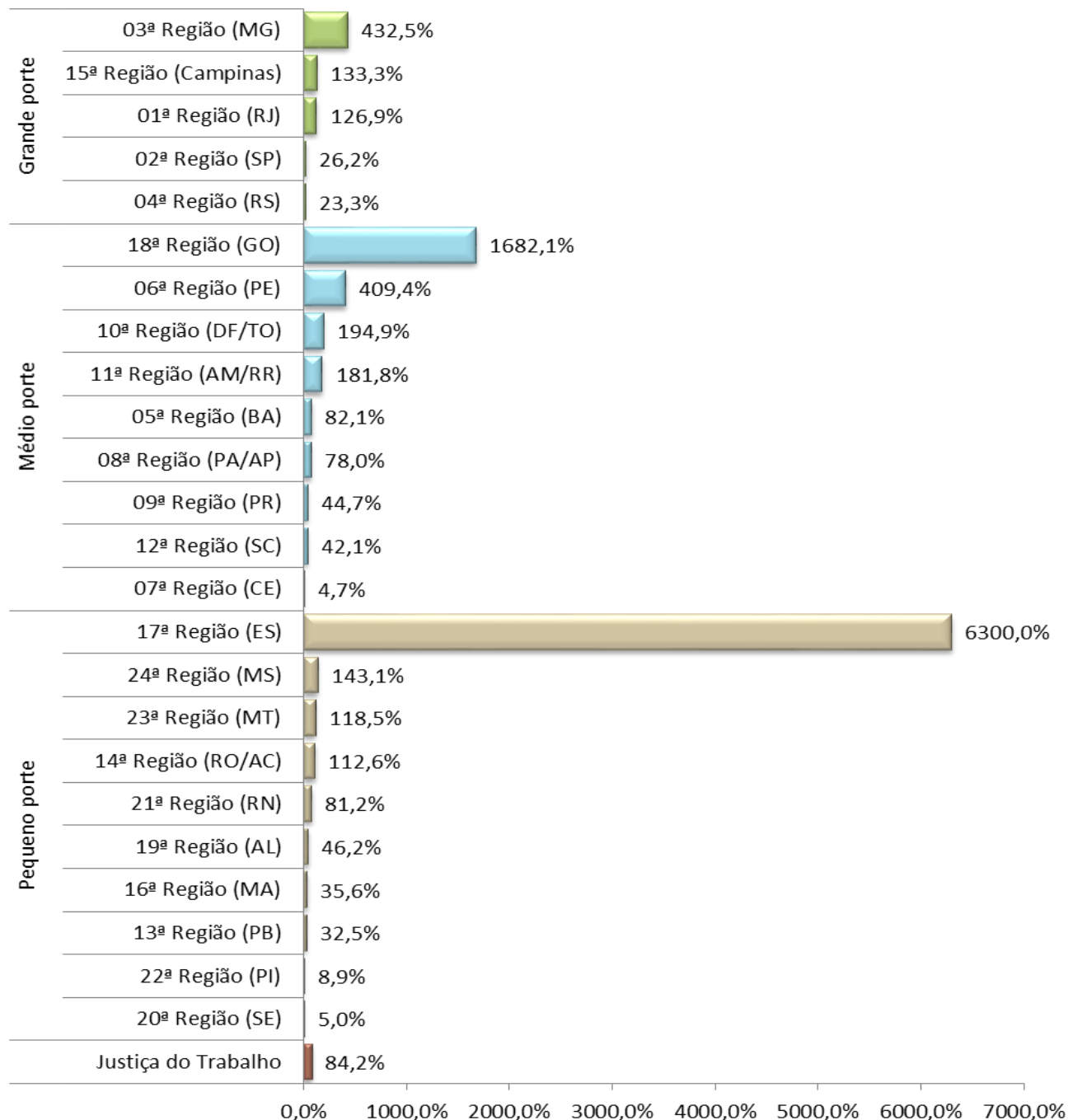
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.12. Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau**

Tabela 2.12 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau</b>	<b>DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau</b>	<b>Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau</b>
01ª Região (RJ)	580	457	126,9%
02ª Região (SP)	167	638	26,2%
03ª Região (MG)	333	77	432,5%
04ª Região (RS)	334	1.436	23,3%
05ª Região (BA)	782	953	82,1%
06ª Região (PE)	831	203	409,4%
07ª Região (CE)	106	2.235	4,7%
08ª Região (PA/AP)	238	305	78,0%
09ª Região (PR)	344	769	44,7%
10ª Região (DF/TO)	530	272	194,9%
11ª Região (AM/RR)	669	368	181,8%
12ª Região (SC)	185	439	42,1%
13ª Região (PB)	51	157	32,5%
14ª Região (RO/AC)	286	254	112,6%
15ª Região (Campinas)	1.916	1.437	133,3%
16ª Região (MA)	350	983	35,6%
17ª Região (ES)	126	2	6300,0%
18ª Região (GO)	1.884	112	1682,1%
19ª Região (AL)	30	65	46,2%
20ª Região (SE)	2	40	5,0%
21ª Região (RN)	177	218	81,2%
22ª Região (PI)	46	517	8,9%
23ª Região (MT)	77	65	118,5%
24ª Região (MS)	146	102	143,1%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.190</b>	<b>12.104</b>	<b>84,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.12 - Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau



### Glossário:

Rin2<sup>º</sup>a - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2<sup>º</sup> Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravos (regimentais ou do art. 557 do CPC) interpostos na Justiça do Trabalho de 2<sup>º</sup> Grau em relação ao número de decisões monocráticas proferidas pelo 2<sup>º</sup> Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula:  $Rin2^{º}a = Ag2^{º} / DeMono2^{º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ag2<sup>º</sup> - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2<sup>º</sup> Grau: Os Agravos Regimentais e os Agravos do art. 557 interpostos na Justiça do Trabalho de 2<sup>º</sup> Grau no período-base (semestre). Excluem-se os agravos regimentais em decisões correicionais.
- DeMono2<sup>º</sup> - Decisões Monocráticas no 2<sup>º</sup> Grau: As decisões monocráticas proferidas na Justiça do Trabalho de 2<sup>º</sup> Grau que solucionem processos originários ou recursos no período-base (semestre). Devem ser excluídas as decisões de natureza correicionais.

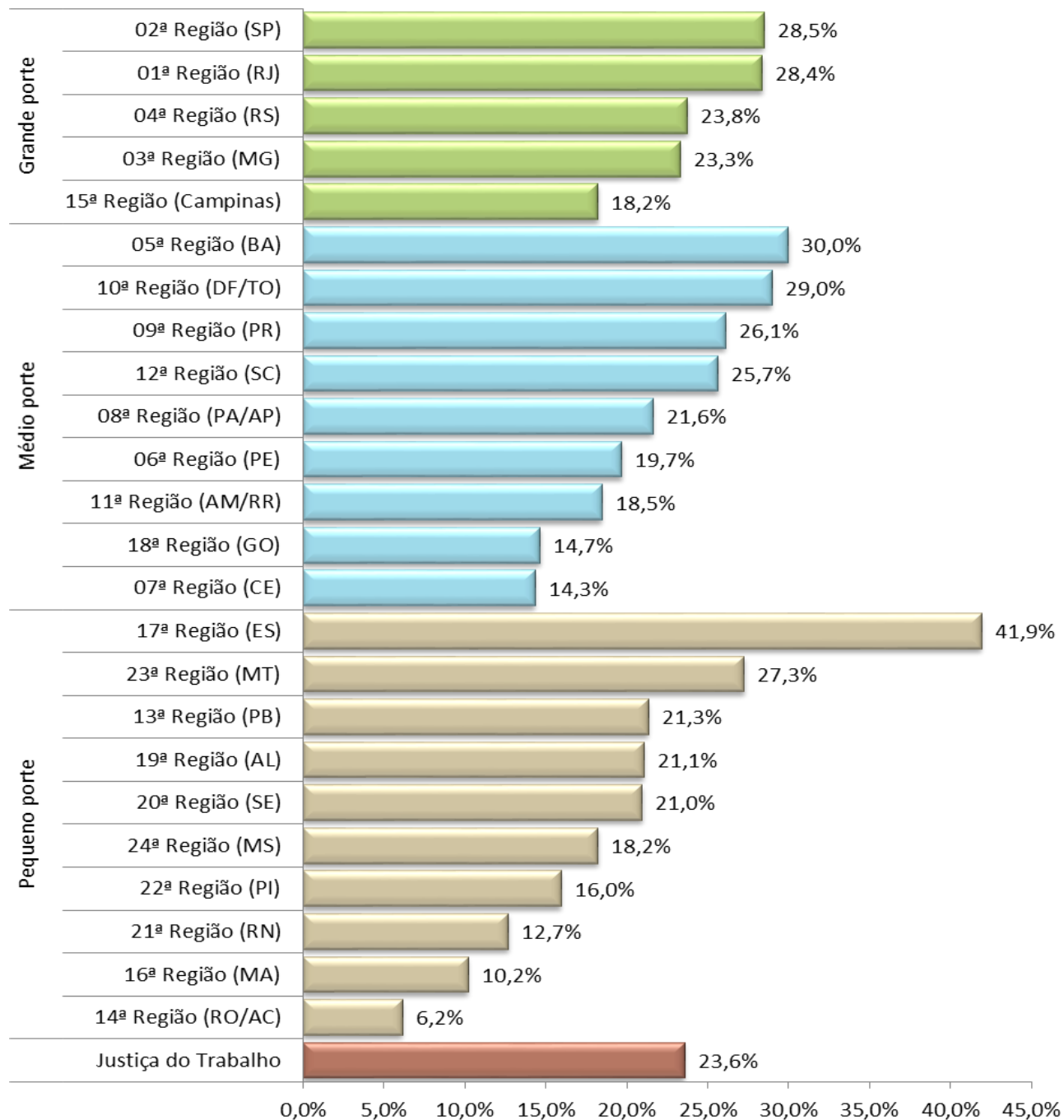
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau**

Tabela 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau</b>	<b>DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas</b>	<b>Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau</b>
01ª Região (RJ)	15.129	53.313	28,4%
02ª Região (SP)	25.795	90.586	28,5%
03ª Região (MG)	15.958	68.479	23,3%
04ª Região (RS)	13.292	55.897	23,8%
05ª Região (BA)	11.278	37.607	30,0%
06ª Região (PE)	3.847	19.511	19,7%
07ª Região (CE)	1.998	13.941	14,3%
08ª Região (PA/AP)	1.775	8.212	21,6%
09ª Região (PR)	11.537	44.193	26,1%
10ª Região (DF/TO)	4.245	14.646	29,0%
11ª Região (AM/RR)	1.040	5.626	18,5%
12ª Região (SC)	5.847	22.786	25,7%
13ª Região (PB)	2.243	10.508	21,3%
14ª Região (RO/AC)	338	5.491	6,2%
15ª Região (Campinas)	16.215	89.021	18,2%
16ª Região (MA)	852	8.351	10,2%
17ª Região (ES)	3.949	9.420	41,9%
18ª Região (GO)	2.544	17.343	14,7%
19ª Região (AL)	982	4.662	21,1%
20ª Região (SE)	557	2.658	21,0%
21ª Região (RN)	1.072	8.435	12,7%
22ª Região (PI)	1.813	11.365	16,0%
23ª Região (MT)	1.488	5.456	27,3%
24ª Região (MS)	1.486	8.143	18,2%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>145.280</b>	<b>615.650</b>	<b>23,6%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau



Glossário:

Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos no 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas ou colegiadas proferidas pelo 2º Grau.

Fórmula:  $Rin2ºb = ED2º / DePub2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau: Os embargos de declaração opostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau para julgamento no período-base (semestre).
- DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas: As decisões, colegiadas ou monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, publicadas no período-base (semestre). Excluem-se as decisões proferidas em embargos de declaração.

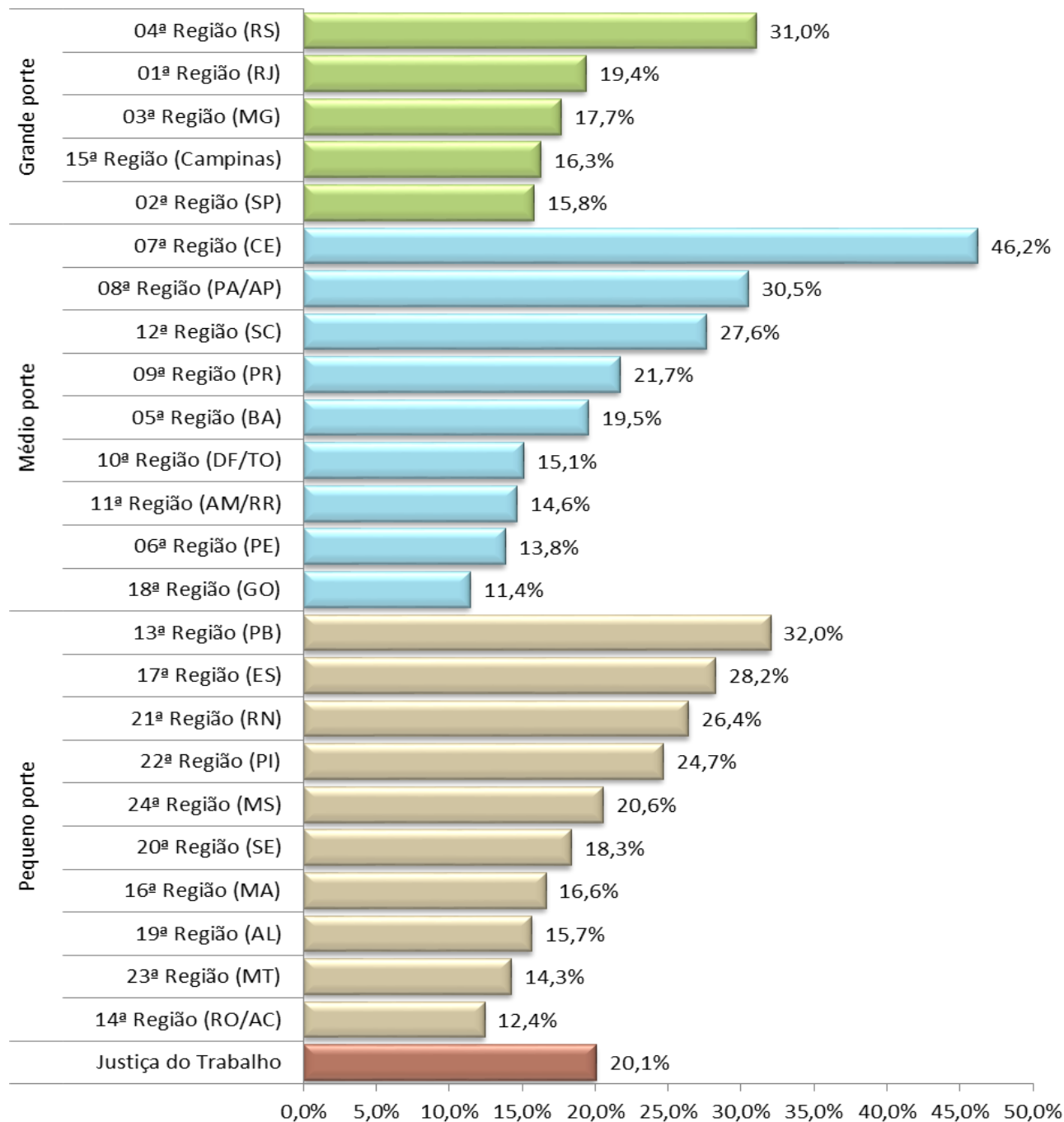
**2. Litigiosidade.**
**2.1. Litigiosidade de 2º grau**
**2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau**

Tabela 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente)</b>	<b>Rj2º - Recursos Julgados pelo TST</b>	<b>Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau</b>
01ª Região (RJ)	3.784	19.555	19,4%
02ª Região (SP)	8.079	51.224	15,8%
03ª Região (MG)	3.837	21.695	17,7%
04ª Região (RS)	7.009	22.581	31,0%
05ª Região (BA)	2.282	11.694	19,5%
06ª Região (PE)	990	7.150	13,8%
07ª Região (CE)	1.370	2.965	46,2%
08ª Região (PA/AP)	1.234	4.047	30,5%
09ª Região (PR)	3.028	13.959	21,7%
10ª Região (DF/TO)	1.151	7.611	15,1%
11ª Região (AM/RR)	405	2.770	14,6%
12ª Região (SC)	2.021	7.310	27,6%
13ª Região (PB)	1.153	3.600	32,0%
14ª Região (RO/AC)	229	1.844	12,4%
15ª Região (Campinas)	4.812	29.532	16,3%
16ª Região (MA)	241	1.450	16,6%
17ª Região (ES)	1.468	5.198	28,2%
18ª Região (GO)	481	4.206	11,4%
19ª Região (AL)	215	1.373	15,7%
20ª Região (SE)	311	1.695	18,3%
21ª Região (RN)	939	3.557	26,4%
22ª Região (PI)	1.228	4.978	24,7%
23ª Região (MT)	282	1.978	14,3%
24ª Região (MS)	364	1.771	20,6%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>46.913</b>	<b>233.743</b>	<b>20,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau





Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau e providos pelo TST, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau, no período-base (semestre).

Fórmula:  $Rd2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ) / (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ)$

· Rj2º - Recursos Julgados pelo TST: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST no período-base (semestre).

$RJ2^\circ = (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

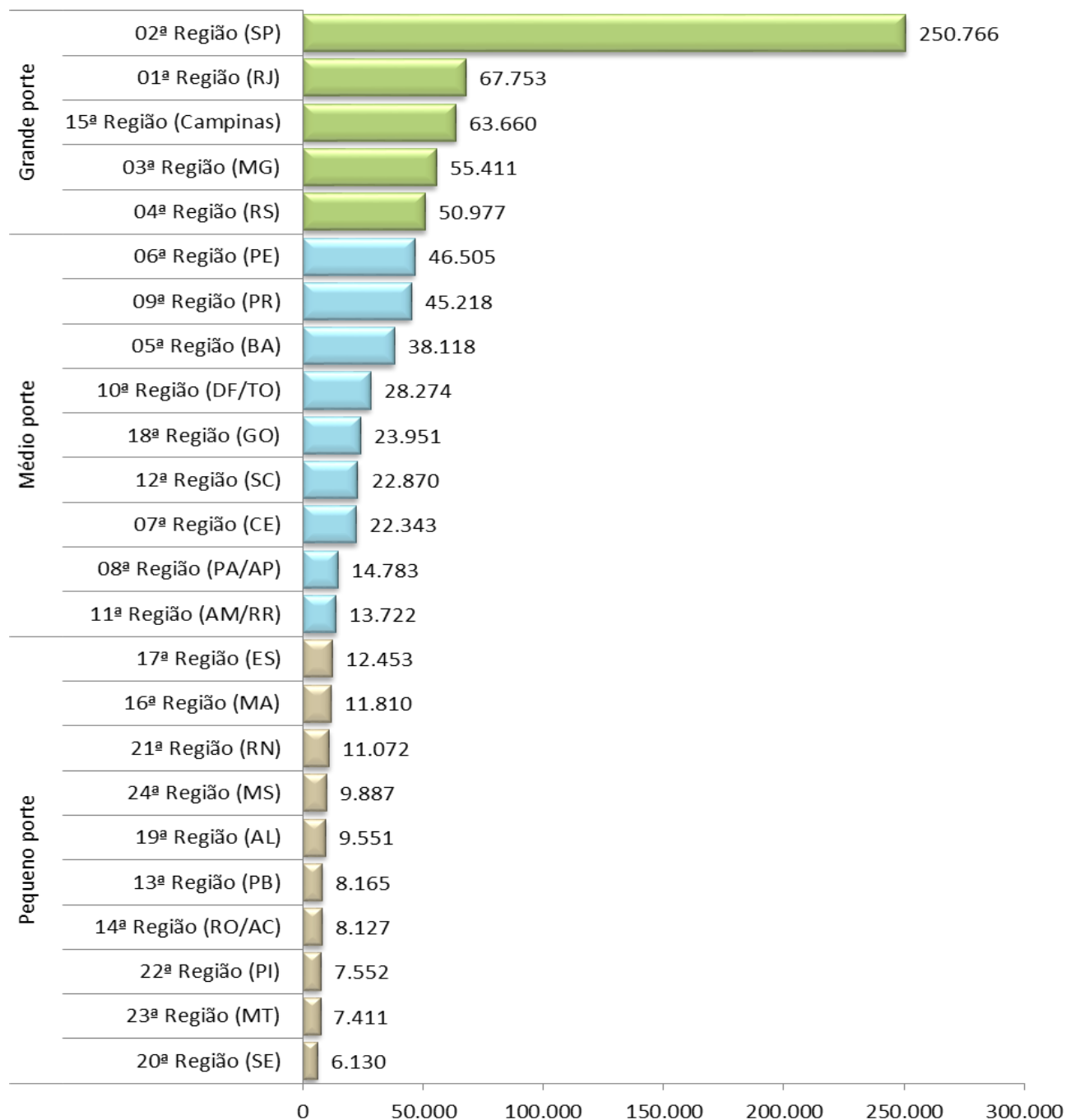
#### 2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tabela 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.315	66.438	67.753
02ª Região (SP)	27.358	223.408	250.766
03ª Região (MG)	1.017	54.394	55.411
04ª Região (RS)	468	50.509	50.977
05ª Região (BA)	529	37.589	38.118
06ª Região (PE)	403	46.102	46.505
07ª Região (CE)	404	21.939	22.343
08ª Região (PA/AP)	755	14.028	14.783
09ª Região (PR)	867	44.351	45.218
10ª Região (DF/TO)	158	28.116	28.274
11ª Região (AM/RR)	429	13.293	13.722
12ª Região (SC)	408	22.462	22.870
13ª Região (PB)	96	8.069	8.165
14ª Região (RO/AC)	167	7.960	8.127
15ª Região (Campinas)	1.513	62.147	63.660
16ª Região (MA)	175	11.635	11.810
17ª Região (ES)	91	12.362	12.453
18ª Região (GO)	526	23.425	23.951
19ª Região (AL)	193	9.358	9.551
20ª Região (SE)	129	6.001	6.130
21ª Região (RN)	98	10.974	11.072
22ª Região (PI)	163	7.389	7.552
23ª Região (MT)	151	7.260	7.411
24ª Região (MS)	197	9.690	9.887
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>37.610</b>	<b>798.899</b>	<b>836.509</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau: Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados no período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

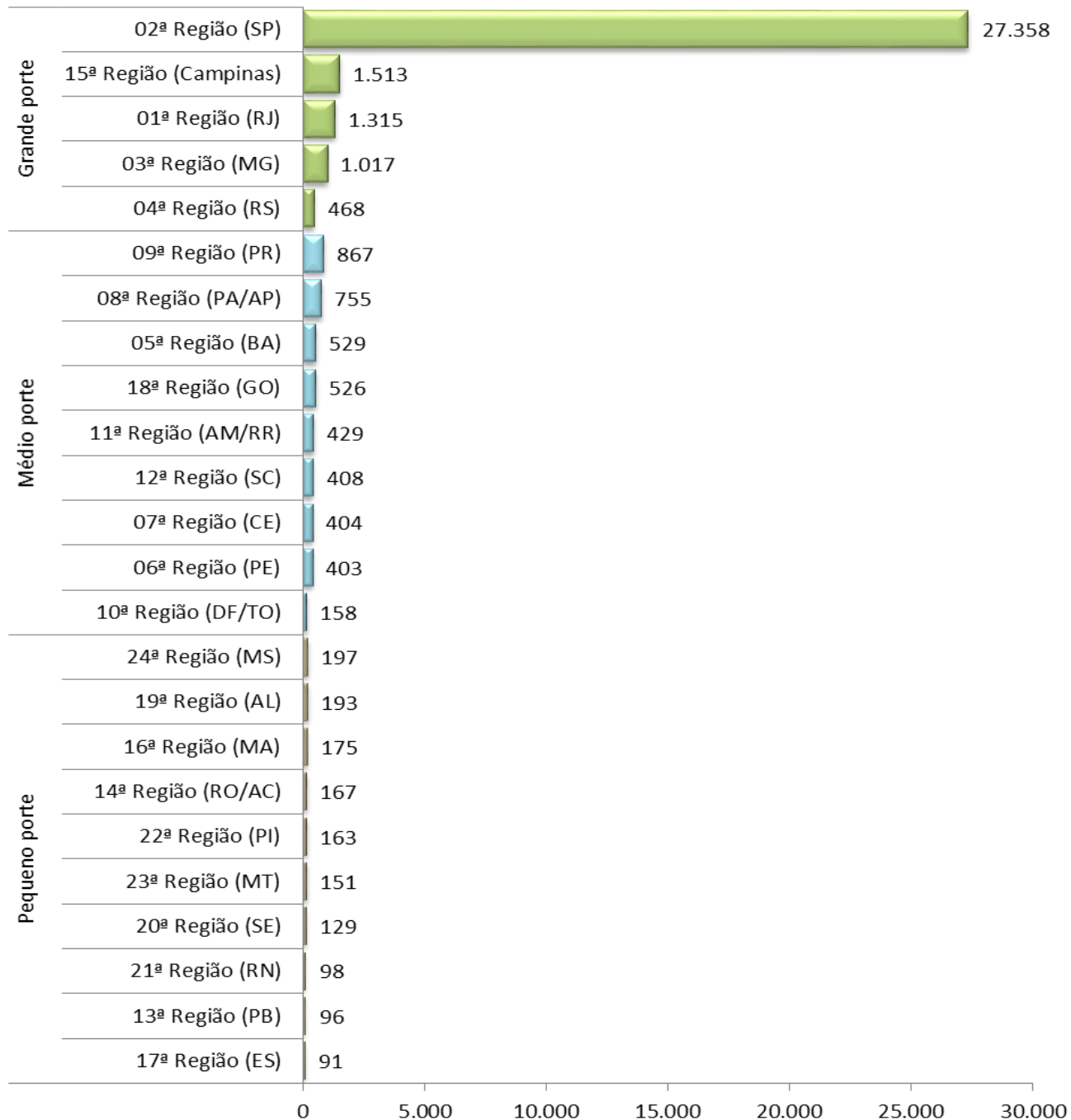
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

Tabela 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau</b>	<b>CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais</b>	<b>CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	1.069	246	1.315
02ª Região (SP)	26.859	499	27.358
03ª Região (MG)	868	149	1.017
04ª Região (RS)	300	168	468
05ª Região (BA)	378	151	529
06ª Região (PE)	316	87	403
07ª Região (CE)	378	26	404
08ª Região (PA/AP)	708	47	755
09ª Região (PR)	569	298	867
10ª Região (DF/TO)	82	76	158
11ª Região (AM/RR)	327	102	429
12ª Região (SC)	244	164	408
13ª Região (PB)	47	49	96
14ª Região (RO/AC)	115	52	167
15ª Região (Campinas)	1.080	433	1.513
16ª Região (MA)	123	52	175
17ª Região (ES)	51	40	91
18ª Região (GO)	468	58	526
19ª Região (AL)	165	28	193
20ª Região (SE)	96	33	129
21ª Região (RN)	77	21	98
22ª Região (PI)	102	61	163
23ª Região (MT)	115	36	151
24ª Região (MS)	139	58	197
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>34.676</b>	<b>2.934</b>	<b>37.610</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



### Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

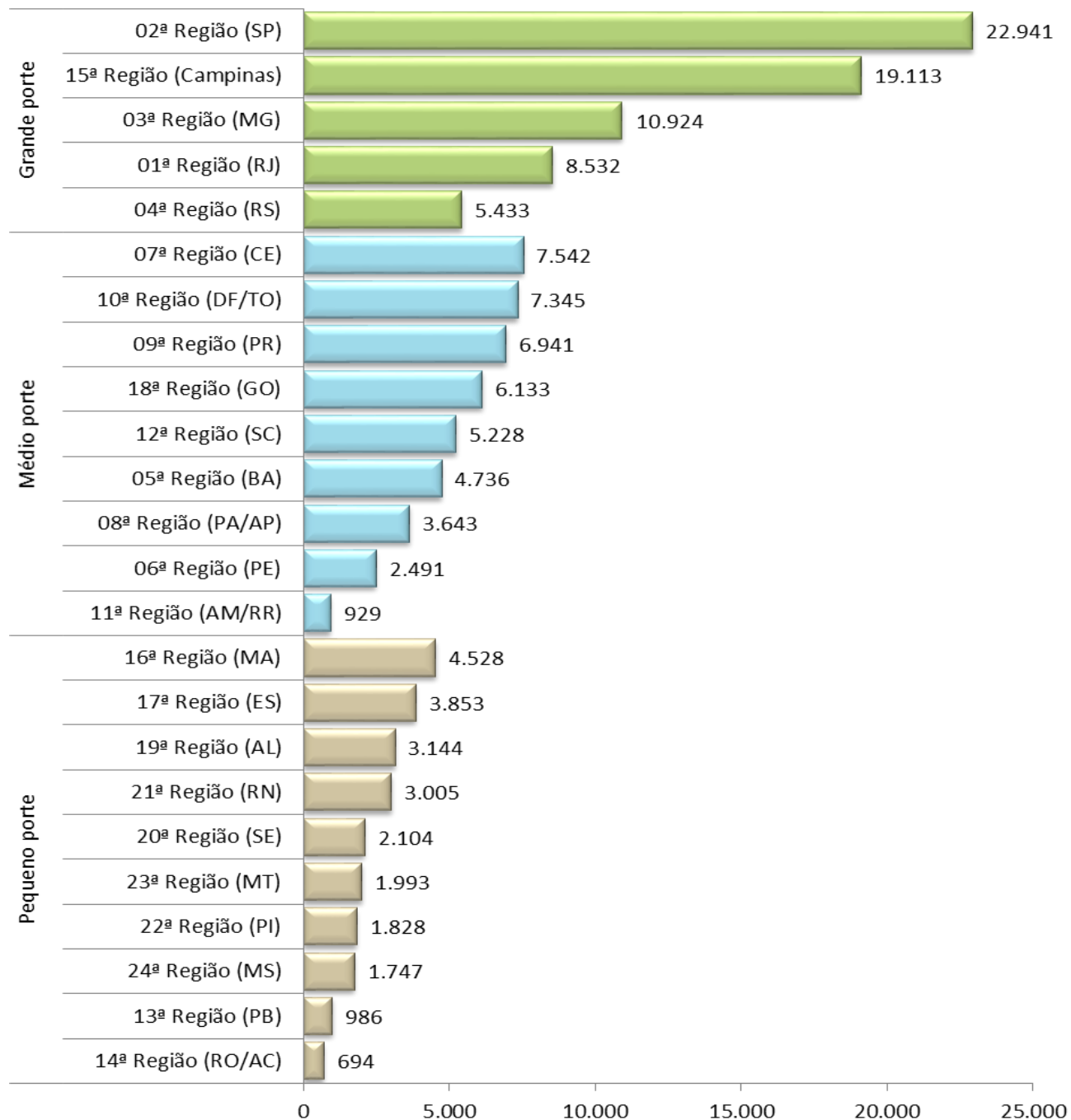
Tabela 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau</b>	<b>CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais</b>	<b>CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	6.722	1.810	8.532
02ª Região (SP)	16.898	6.043	22.941
03ª Região (MG)	10.298	626	10.924
04ª Região (RS)	4.468	965	5.433
05ª Região (BA)	4.096	640	4.736
06ª Região (PE)	1.306	1.185	2.491
07ª Região (CE)	7.464	78	7.542
08ª Região (PA/AP)	1.774	1.869	3.643
09ª Região (PR)	5.861	1.080	6.941
10ª Região (DF/TO)	6.932	413	7.345
11ª Região (AM/RR)	877	52	929
12ª Região (SC)	4.490	738	5.228
13ª Região (PB)	667	319	986
14ª Região (RO/AC)	639	55	694
15ª Região (Campinas)	15.472	3.641	19.113
16ª Região (MA)	4.277	251	4.528
17ª Região (ES)	3.699	154	3.853
18ª Região (GO)	5.880	253	6.133
19ª Região (AL)	3.082	62	3.144
20ª Região (SE)	2.071	33	2.104
21ª Região (RN)	2.462	543	3.005
22ª Região (PI)	1.817	11	1.828
23ª Região (MT)	1.815	178	1.993
24ª Região (MS)	1.632	115	1.747
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>114.699</b>	<b>21.114</b>	<b>135.813</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



### Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula:  $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais, exceto execuções fiscais, (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

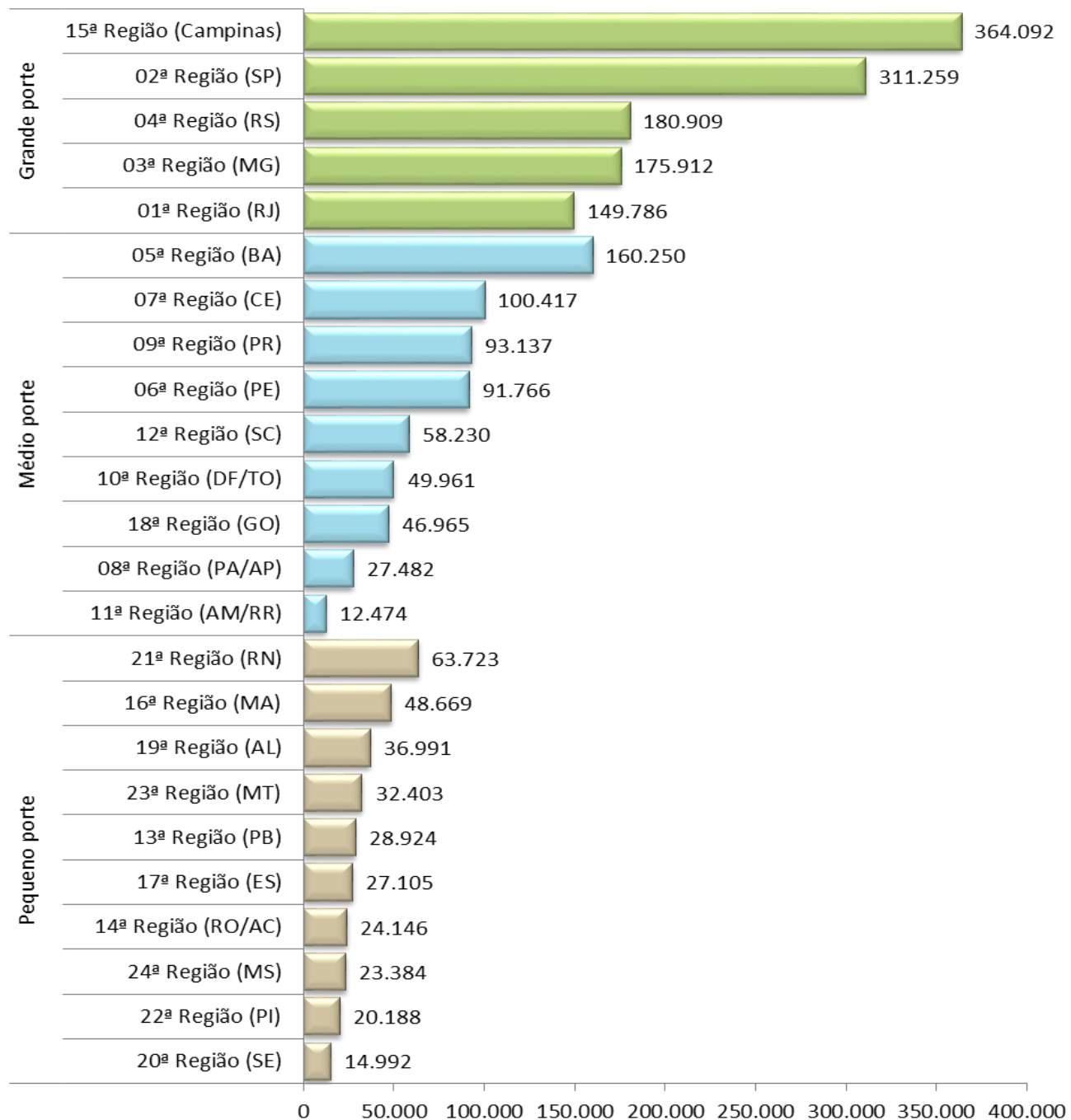
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau**

Tabela 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>	<b>ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau</b>	<b>CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	8.532	141.254	149.786
02ª Região (SP)	22.941	288.318	311.259
03ª Região (MG)	10.924	164.988	175.912
04ª Região (RS)	5.433	175.476	180.909
05ª Região (BA)	4.736	155.514	160.250
06ª Região (PE)	2.491	89.275	91.766
07ª Região (CE)	7.542	92.875	100.417
08ª Região (PA/AP)	3.643	23.839	27.482
09ª Região (PR)	6.941	86.196	93.137
10ª Região (DF/TO)	7.345	42.616	49.961
11ª Região (AM/RR)	929	11.545	12.474
12ª Região (SC)	5.228	53.002	58.230
13ª Região (PB)	986	27.938	28.924
14ª Região (RO/AC)	694	23.452	24.146
15ª Região (Campinas)	19.113	344.979	364.092
16ª Região (MA)	4.528	44.141	48.669
17ª Região (ES)	3.853	23.252	27.105
18ª Região (GO)	6.133	40.832	46.965
19ª Região (AL)	3.144	33.847	36.991
20ª Região (SE)	2.104	12.888	14.992
21ª Região (RN)	3.005	60.718	63.723
22ª Região (PI)	1.828	18.360	20.188
23ª Região (MT)	1.993	30.410	32.403
24ª Região (MS)	1.747	21.637	23.384
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>135.813</b>	<b>2.007.352</b>	<b>2.143.165</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula:  $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$
- ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau: Saldo residual de processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

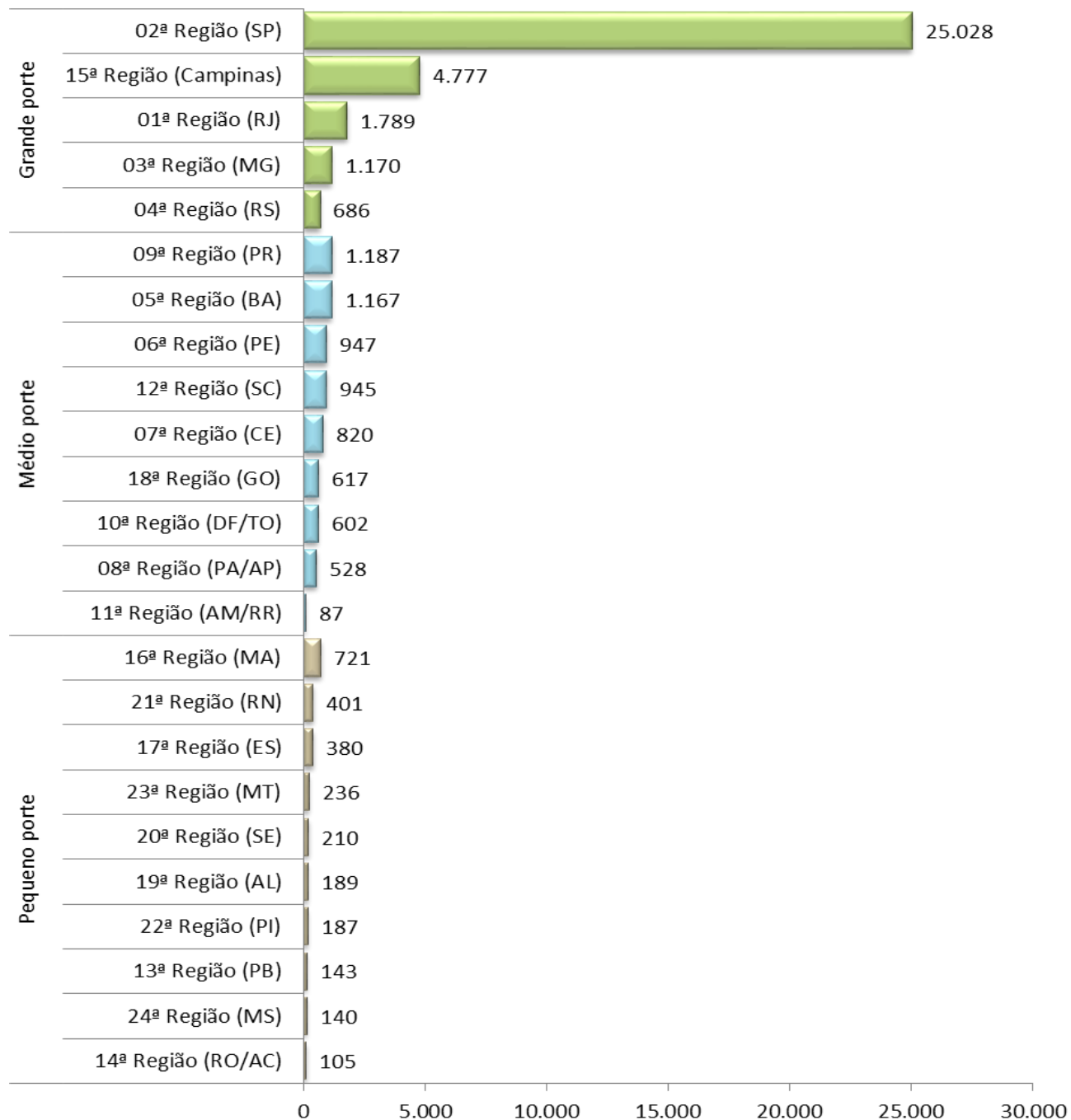
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau**

Tabela 2.19 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau</b>	<b>TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais</b>	<b>TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	1.147	642	1.789
02ª Região (SP)	24.425	603	25.028
03ª Região (MG)	1.002	168	1.170
04ª Região (RS)	510	176	686
05ª Região (BA)	964	203	1.167
06ª Região (PE)	824	123	947
07ª Região (CE)	787	33	820
08ª Região (PA/AP)	354	174	528
09ª Região (PR)	619	568	1.187
10ª Região (DF/TO)	468	134	602
11ª Região (AM/RR)	39	48	87
12ª Região (SC)	604	341	945
13ª Região (PB)	75	68	143
14ª Região (RO/AC)	80	25	105
15ª Região (Campinas)	3.471	1.306	4.777
16ª Região (MA)	703	18	721
17ª Região (ES)	346	34	380
18ª Região (GO)	531	86	617
19ª Região (AL)	166	23	189
20ª Região (SE)	198	12	210
21ª Região (RN)	333	68	401
22ª Região (PI)	156	31	187
23ª Região (MT)	194	42	236
24ª Região (MS)	110	30	140
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>38.106</b>	<b>4.956</b>	<b>43.062</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.19 - TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



### Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

- TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnEx1ºNFisc - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.



## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

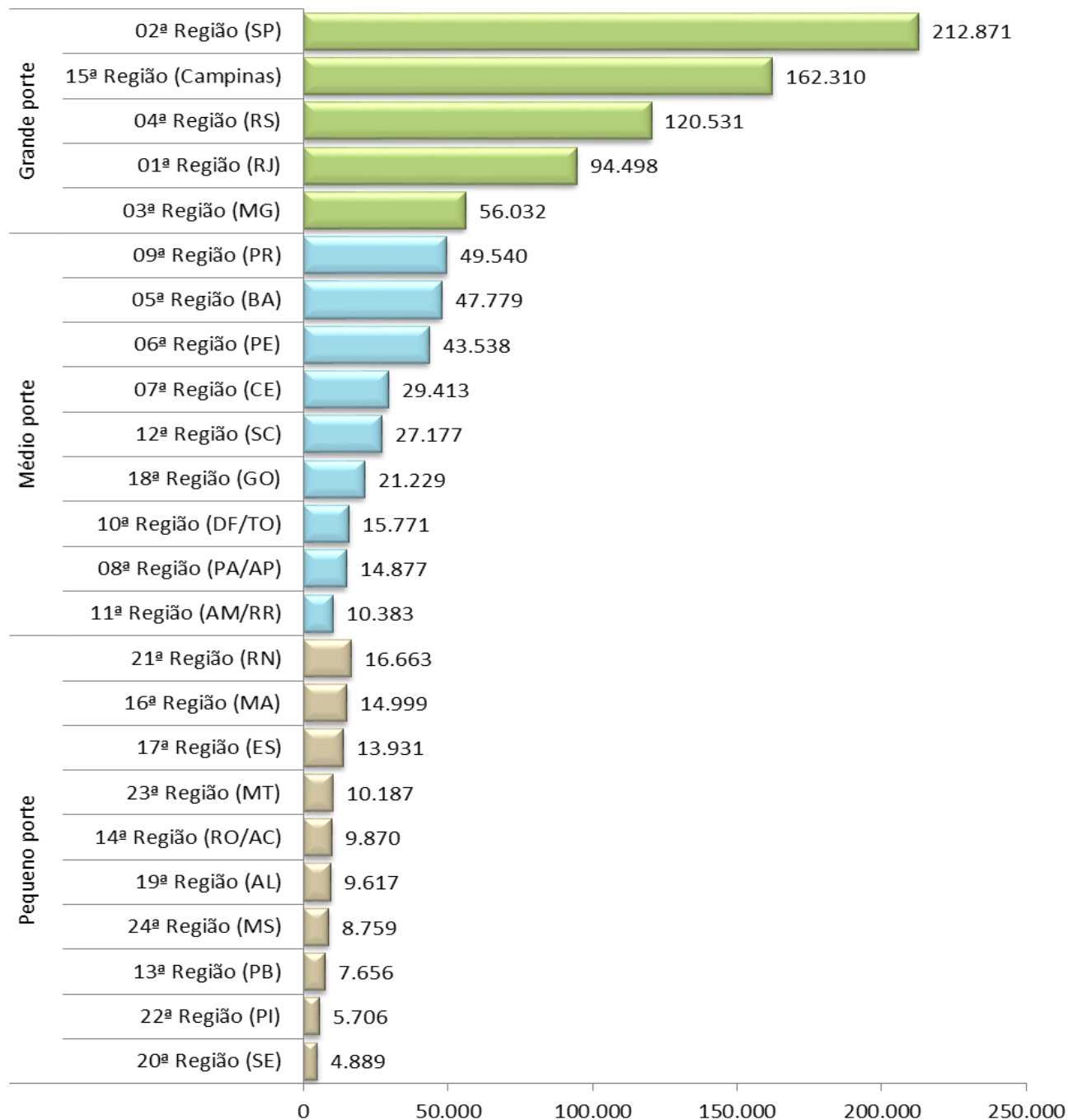
#### 2.2.6. TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tabela 2.20 - TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	TBaixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.789	92.709	94.498
02ª Região (SP)	25.028	187.843	212.871
03ª Região (MG)	1.170	54.862	56.032
04ª Região (RS)	686	119.845	120.531
05ª Região (BA)	1.167	46.612	47.779
06ª Região (PE)	947	42.591	43.538
07ª Região (CE)	820	28.593	29.413
08ª Região (PA/AP)	528	14.349	14.877
09ª Região (PR)	1.187	48.353	49.540
10ª Região (DF/TO)	602	15.169	15.771
11ª Região (AM/RR)	87	10.296	10.383
12ª Região (SC)	945	26.232	27.177
13ª Região (PB)	143	7.513	7.656
14ª Região (RO/AC)	105	9.765	9.870
15ª Região (Campinas)	4.777	157.533	162.310
16ª Região (MA)	721	14.278	14.999
17ª Região (ES)	380	13.551	13.931
18ª Região (GO)	617	20.612	21.229
19ª Região (AL)	189	9.428	9.617
20ª Região (SE)	210	4.679	4.889
21ª Região (RN)	401	16.262	16.663
22ª Região (PI)	187	5.519	5.706
23ª Região (MT)	236	9.951	10.187
24ª Região (MS)	140	8.619	8.759
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>43.062</b>	<b>965.164</b>	<b>1.008.226</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.20 - TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



### Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$
- **TBaixJud1º** - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau: Os processos de execução judicial que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções Judiciais no 1º Grau.

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

#### 2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

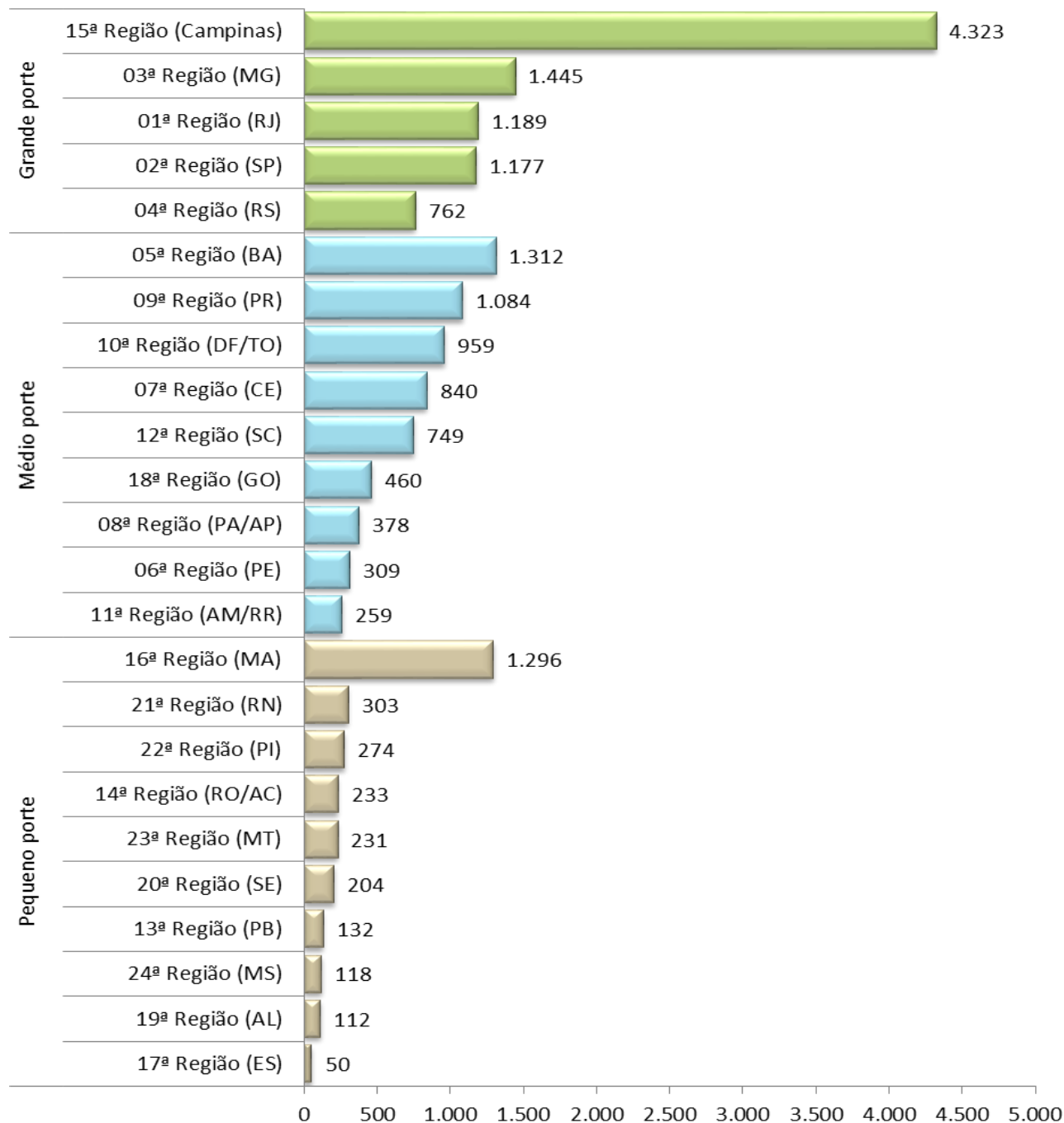
Tabela 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	799	390	1.189
02ª Região (SP)	1.177	nd	1.177
03ª Região (MG)	1.236	209	1.445
04ª Região (RS)	619	143	762
05ª Região (BA)	1.125	187	1.312
06ª Região (PE)	221	88	309
07ª Região (CE)	815	25	840
08ª Região (PA/AP)	207	171	378
09ª Região (PR)	500	584	1.084
10ª Região (DF/TO)	731	228	959
11ª Região (AM/RR)	254	5	259
12ª Região (SC)	482	267	749
13ª Região (PB)	64	68	132
14ª Região (RO/AC)	196	37	233
15ª Região (Campinas)	3.119	1.204	4.323
16ª Região (MA)	1.284	12	1.296
17ª Região (ES)	45	5	50
18ª Região (GO)	376	84	460
19ª Região (AL)	99	13	112
20ª Região (SE)	191	13	204
21ª Região (RN)	240	63	303
22ª Região (PI)	159	115	274
23ª Região (MT)	187	44	231
24ª Região (MS)	97	21	118
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>14.223</b>	<b>3.976</b>	<b>18.199</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SentExt1º = SentExtFisc1º + SentExtNFisc1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

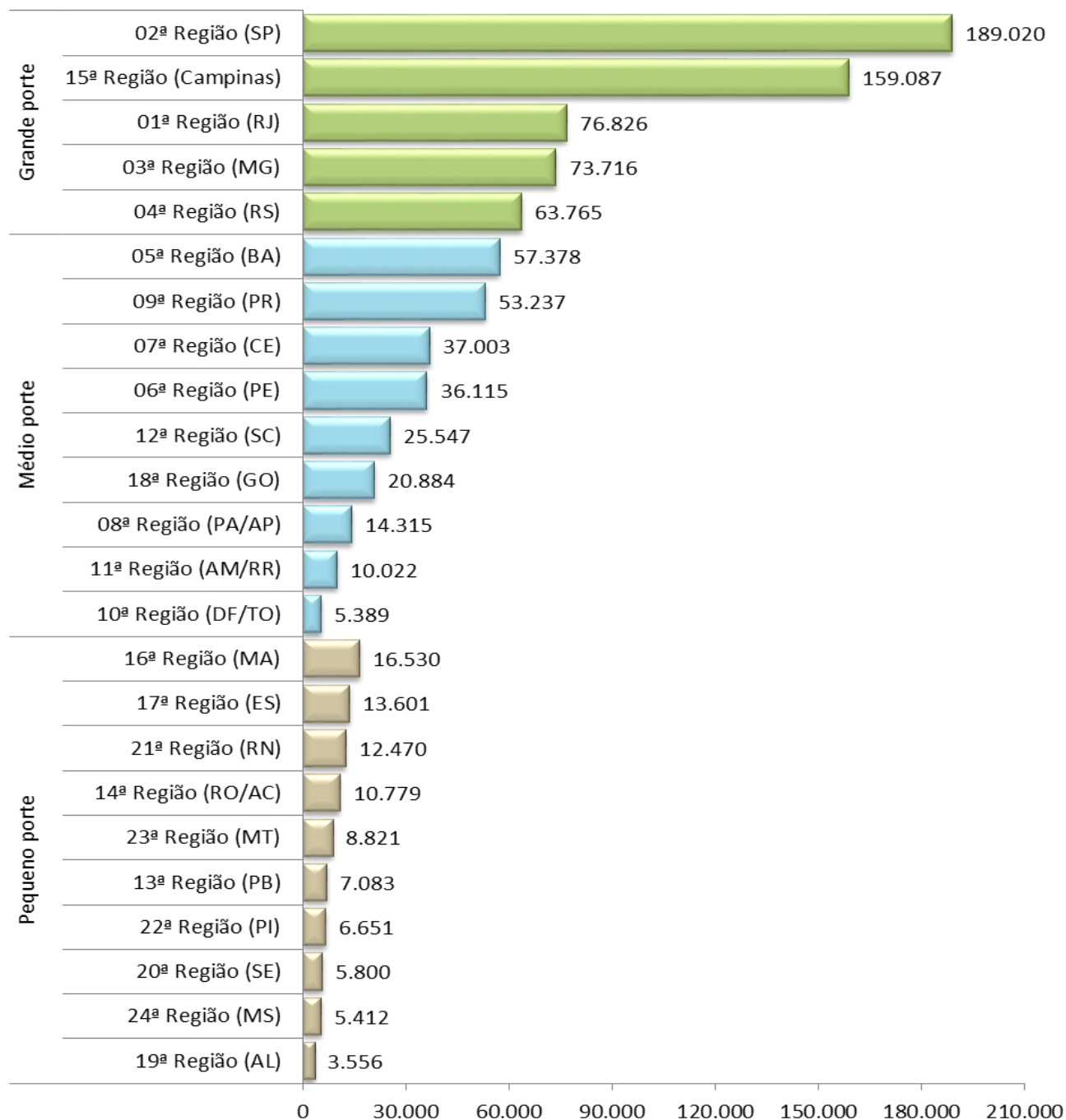
#### 2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tabela 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.189	75.637	76.826
02ª Região (SP)	1.177	187.843	189.020
03ª Região (MG)	1.445	72.271	73.716
04ª Região (RS)	762	63.003	63.765
05ª Região (BA)	1.312	56.066	57.378
06ª Região (PE)	309	35.806	36.115
07ª Região (CE)	840	36.163	37.003
08ª Região (PA/AP)	378	13.937	14.315
09ª Região (PR)	1.084	52.153	53.237
10ª Região (DF/TO)	959	4.430	5.389
11ª Região (AM/RR)	259	9.763	10.022
12ª Região (SC)	749	24.798	25.547
13ª Região (PB)	132	6.951	7.083
14ª Região (RO/AC)	233	10.546	10.779
15ª Região (Campinas)	4.323	154.764	159.087
16ª Região (MA)	1.296	15.234	16.530
17ª Região (ES)	50	13.551	13.601
18ª Região (GO)	460	20.424	20.884
19ª Região (AL)	112	3.444	3.556
20ª Região (SE)	204	5.596	5.800
21ª Região (RN)	303	12.167	12.470
22ª Região (PI)	274	6.377	6.651
23ª Região (MT)	231	8.590	8.821
24ª Região (MS)	118	5.294	5.412
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>18.199</b>	<b>894.808</b>	<b>913.007</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau





Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$
- SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau: Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções judiciais no 1º Grau.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau**

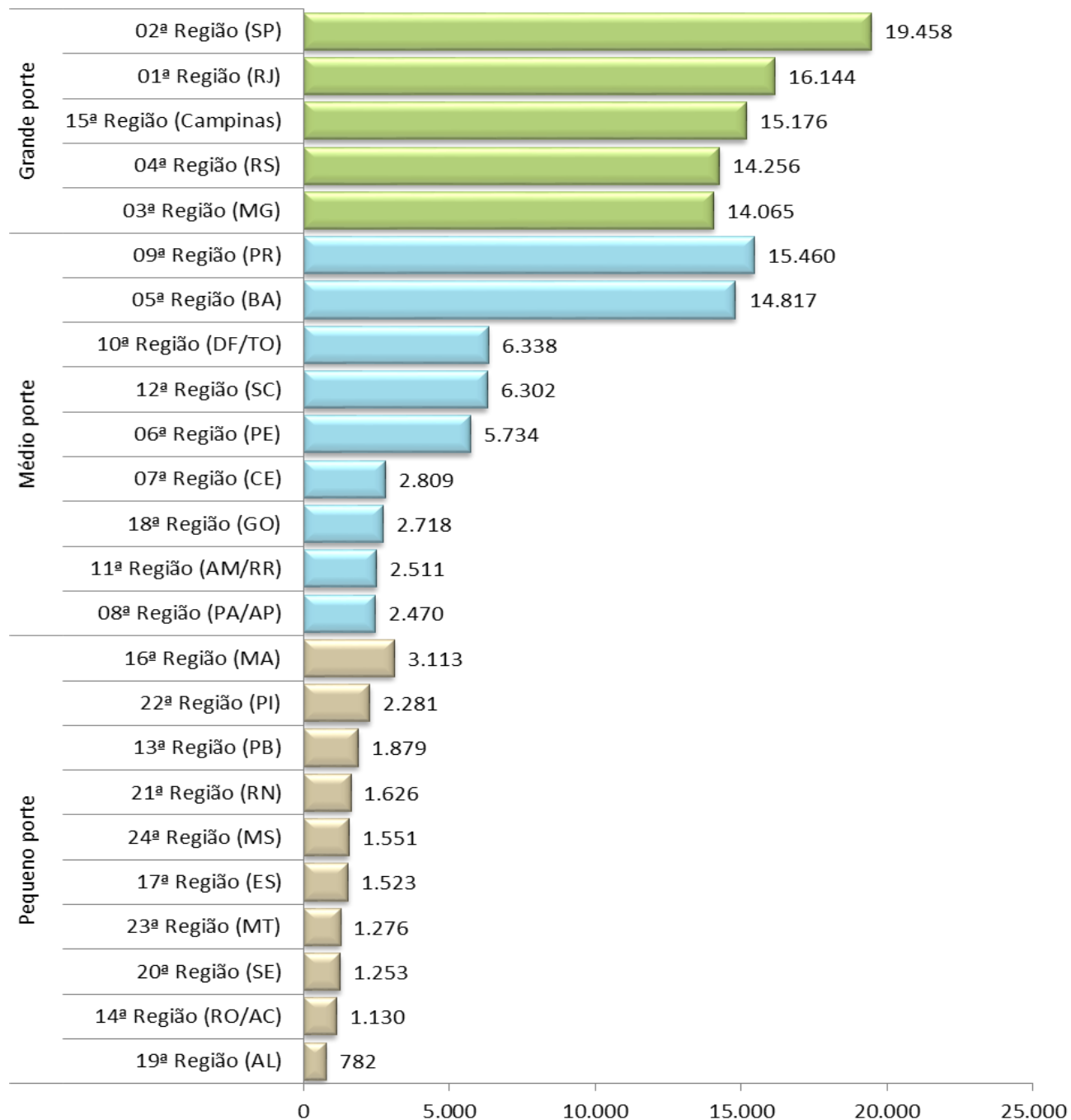
Tabela 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau</b>	<b>IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais</b>	<b>IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	0	16.144	16.144
02ª Região (SP)	20	19.438	19.458
03ª Região (MG)	8	14.057	14.065
04ª Região (RS)	2	14.254	14.256
05ª Região (BA)	2	14.815	14.817
06ª Região (PE)	2	5.732	5.734
07ª Região (CE)	0	2.809	2.809
08ª Região (PA/AP)	3	2.467	2.470
09ª Região (PR)	4	15.456	15.460
10ª Região (DF/TO)	4	6.334	6.338
11ª Região (AM/RR)	0	2.511	2.511
12ª Região (SC)	0	6.302	6.302
13ª Região (PB)	0	1.879	1.879
14ª Região (RO/AC)	0	1.130	1.130
15ª Região (Campinas)	3	15.173	15.176
16ª Região (MA)	0	3.113	3.113
17ª Região (ES)	36	1.487	1.523
18ª Região (GO)	5	2.713	2.718
19ª Região (AL)	0	782	782
20ª Região (SE)	0	1.253	1.253
21ª Região (RN)	nd	1.626	1.626
22ª Região (PI)	19	2.262	2.281
23ª Região (MT)	1	1.275	1.276
24ª Região (MS)	0	1.551	1.551
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>109</b>	<b>154.563</b>	<b>154.672</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{IncEx1}^\circ = \text{IncExFisc1}^\circ + \text{IncExNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau: Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).
- IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau**

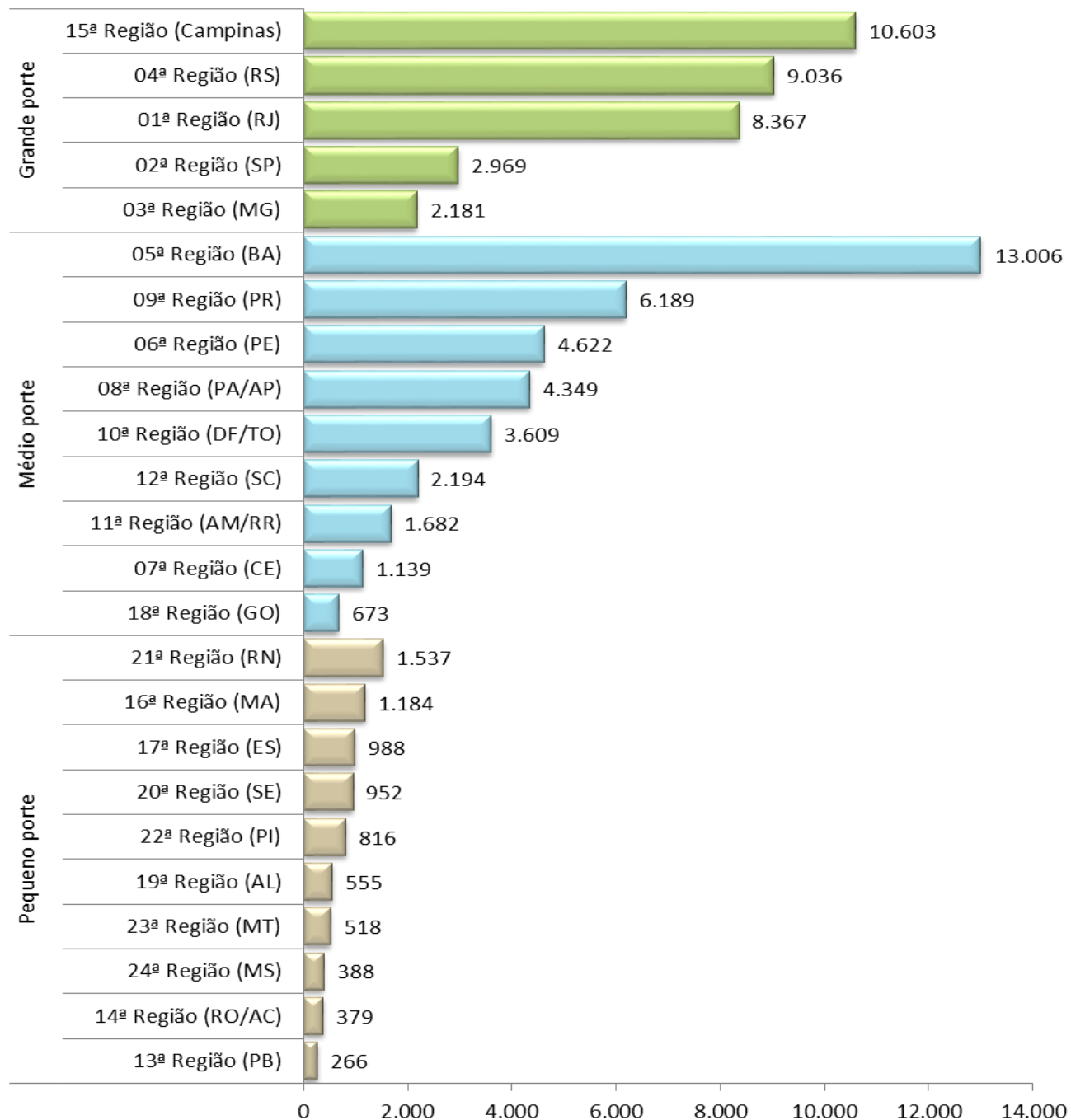
Tabela 2.24 - IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2	8.365	8.367
02ª Região (SP)	60	2.909	2.969
03ª Região (MG)	4	2.177	2.181
04ª Região (RS)	2	9.034	9.036
05ª Região (BA)	2	13.004	13.006
06ª Região (PE)	0	4.622	4.622
07ª Região (CE)	1	1.138	1.139
08ª Região (PA/AP)	46	4.303	4.349
09ª Região (PR)	2	6.187	6.189
10ª Região (DF/TO)	2	3.607	3.609
11ª Região (AM/RR)	877	805	1.682
12ª Região (SC)	1	2.193	2.194
13ª Região (PB)	0	266	266
14ª Região (RO/AC)	0	379	379
15ª Região (Campinas)	5	10.598	10.603
16ª Região (MA)	0	1.184	1.184
17ª Região (ES)	221	767	988
18ª Região (GO)	0	673	673
19ª Região (AL)	1	554	555
20ª Região (SE)	0	952	952
21ª Região (RN)	nd	1.537	1.537
22ª Região (PI)	1	815	816
23ª Região (MT)	2	516	518
24ª Região (MS)	0	388	388
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.229</b>	<b>76.973</b>	<b>78.202</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{IncExp1}^\circ = \text{IncExpPFisc1}^\circ + \text{IncExpPNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExpPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau: Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- IncExpPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau**

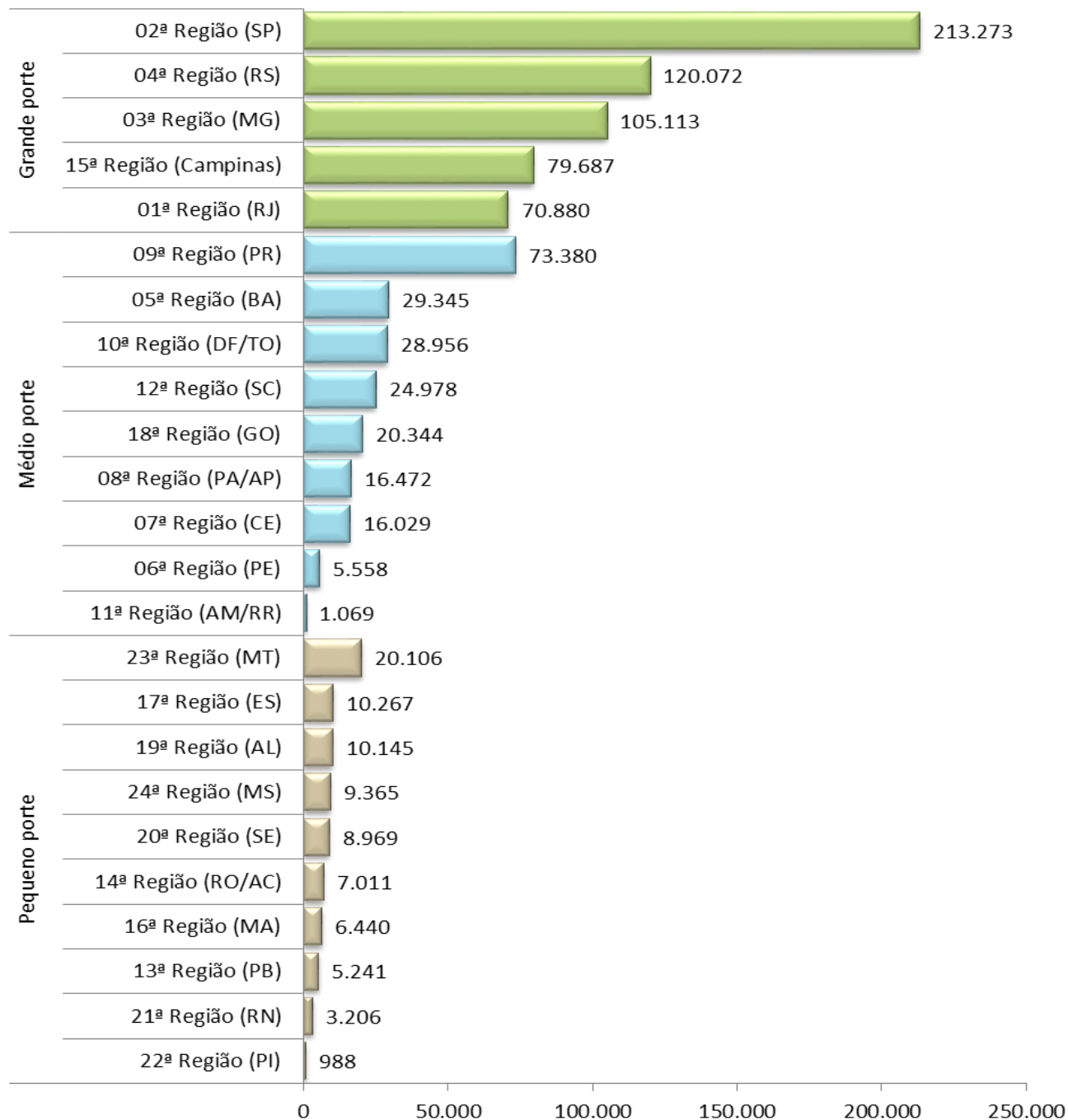
Tabela 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório</b>	<b>ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais</b>	<b>ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	2.011	68.869	70.880
02ª Região (SP)	7.110	206.163	213.273
03ª Região (MG)	4.878	100.235	105.113
04ª Região (RS)	2.180	117.892	120.072
05ª Região (BA)	1.381	27.964	29.345
06ª Região (PE)	69	5.489	5.558
07ª Região (CE)	704	15.325	16.029
08ª Região (PA/AP)	376	16.096	16.472
09ª Região (PR)	5.149	68.231	73.380
10ª Região (DF/TO)	1.275	27.681	28.956
11ª Região (AM/RR)	23	1.046	1.069
12ª Região (SC)	2.794	22.184	24.978
13ª Região (PB)	382	4.859	5.241
14ª Região (RO/AC)	413	6.598	7.011
15ª Região (Campinas)	3.903	75.784	79.687
16ª Região (MA)	526	5.914	6.440
17ª Região (ES)	3.707	6.560	10.267
18ª Região (GO)	3.171	17.173	20.344
19ª Região (AL)	1.058	9.087	10.145
20ª Região (SE)	1.907	7.062	8.969
21ª Região (RN)	219	2.987	3.206
22ª Região (PI)	160	828	988
23ª Região (MT)	973	19.133	20.106
24ª Região (MS)	1.010	8.355	9.365
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>45.379</b>	<b>841.515</b>	<b>886.894</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau



### Glossário:

ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $ExeSuS1^\circ = ExeSuSFisc1^\circ + ExeSuSNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

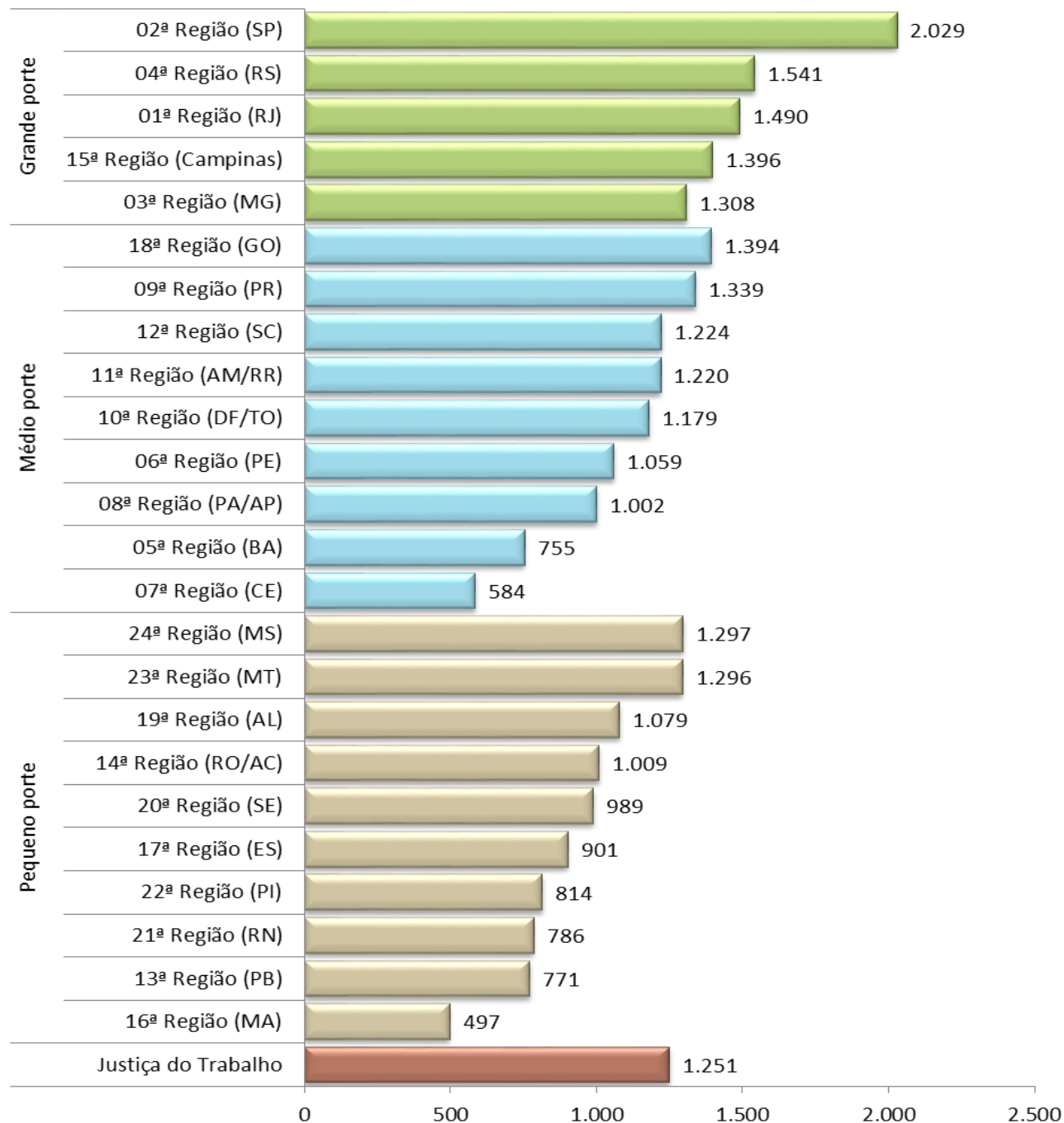
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau**

Tabela 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	243.965	1.315	165	1.490
02ª Região (SP)	427.000	27.358	224	2.029
03ª Região (MG)	270.139	1.017	207	1.308
04ª Região (RS)	172.233	468	112	1.541
05ª Região (BA)	113.642	529	151	755
06ª Região (PE)	97.857	403	93	1.059
07ª Região (CE)	51.244	404	88	584
08ª Região (PA/AP)	87.548	755	88	1.002
09ª Região (PR)	147.532	867	111	1.339
10ª Região (DF/TO)	51.137	158	43	1.179
11ª Região (AM/RR)	52.910	429	44	1.220
12ª Região (SC)	81.914	408	67	1.224
13ª Região (PB)	30.302	96	39	771
14ª Região (RO/AC)	25.456	167	25	1.009
15ª Região (Campinas)	300.790	1.513	216	1.396
16ª Região (MA)	33.863	175	69	497
17ª Região (ES)	34.931	91	39	901
18ª Região (GO)	90.388	526	65	1.394
19ª Região (AL)	35.635	193	33	1.079
20ª Região (SE)	21.817	129	22	989
21ª Região (RN)	26.680	98	34	786
22ª Região (PI)	25.834	163	32	814
23ª Região (MT)	41.624	151	32	1.296
24ª Região (MS)	33.783	197	26	1.297
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.498.224</b>	<b>37.610</b>	<b>2.028</b>	<b>1.251</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes da Região no período-base (semestre).

Fórmula:  $Ch1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

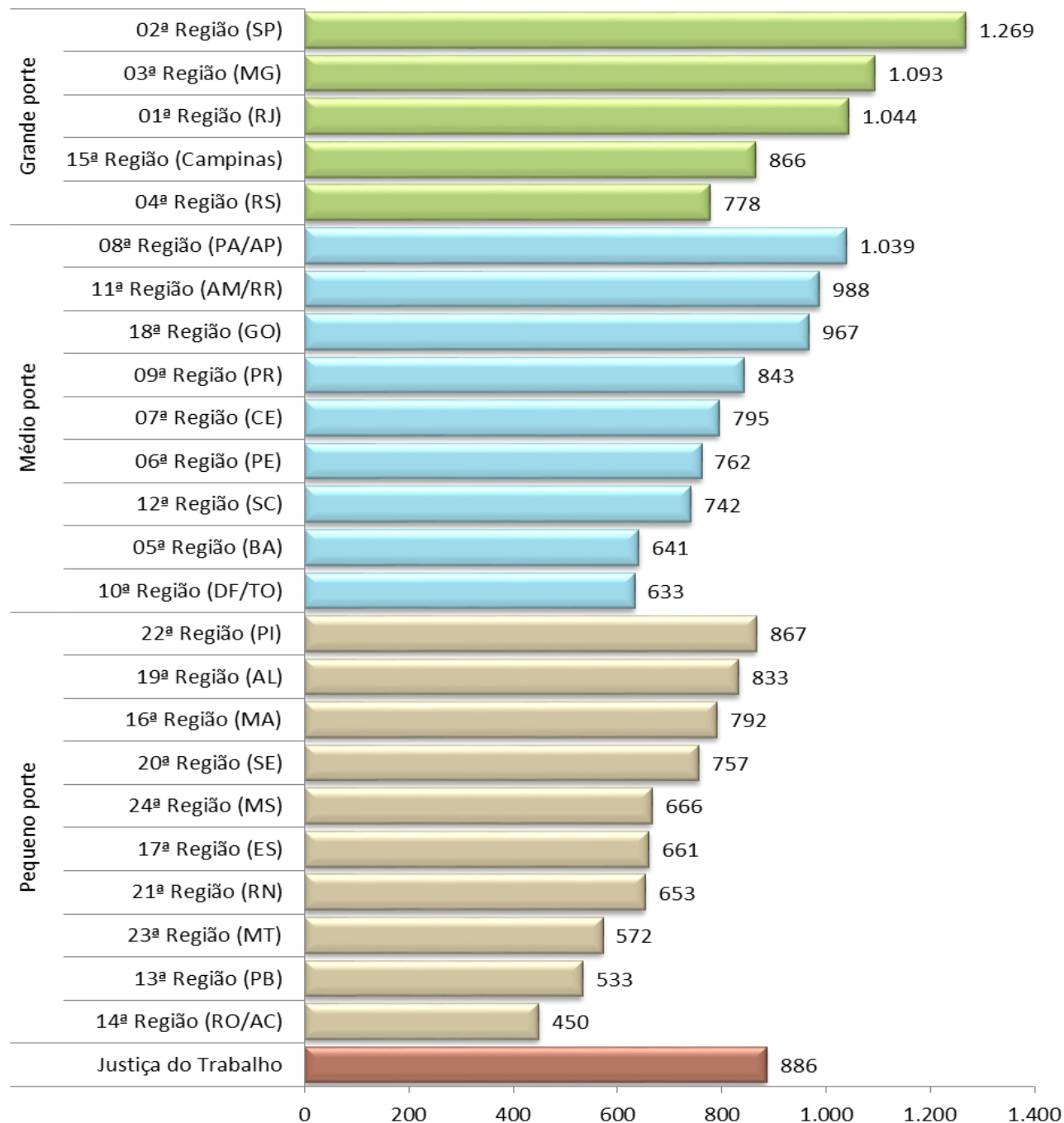
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau**

Tabela 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau
01ª Região (RJ)	243.965	1.315	235	1.044
02ª Região (SP)	427.000	27.358	358	1.269
03ª Região (MG)	270.139	1.017	248	1.093
04ª Região (RS)	172.233	468	222	778
05ª Região (BA)	113.642	529	178	641
06ª Região (PE)	97.857	403	129	762
07ª Região (CE)	51.244	404	65	795
08ª Região (PA/AP)	87.548	755	85	1.039
09ª Região (PR)	147.532	867	176	843
10ª Região (DF/TO)	51.137	158	81	633
11ª Região (AM/RR)	52.910	429	54	988
12ª Região (SC)	81.914	408	111	742
13ª Região (PB)	30.302	96	57	533
14ª Região (RO/AC)	25.456	167	57	450
15ª Região (Campinas)	300.790	1.513	349	866
16ª Região (MA)	33.863	175	43	792
17ª Região (ES)	34.931	91	53	661
18ª Região (GO)	90.388	526	94	967
19ª Região (AL)	35.635	193	43	833
20ª Região (SE)	21.817	129	29	757
21ª Região (RN)	26.680	98	41	653
22ª Região (PI)	25.834	163	30	867
23ª Região (MT)	41.624	151	73	572
24ª Região (MS)	33.783	197	51	666
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.498.224</b>	<b>37.610</b>	<b>2.862</b>	<b>886</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014)

Gráfico 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau para cada magistrado da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cm1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$



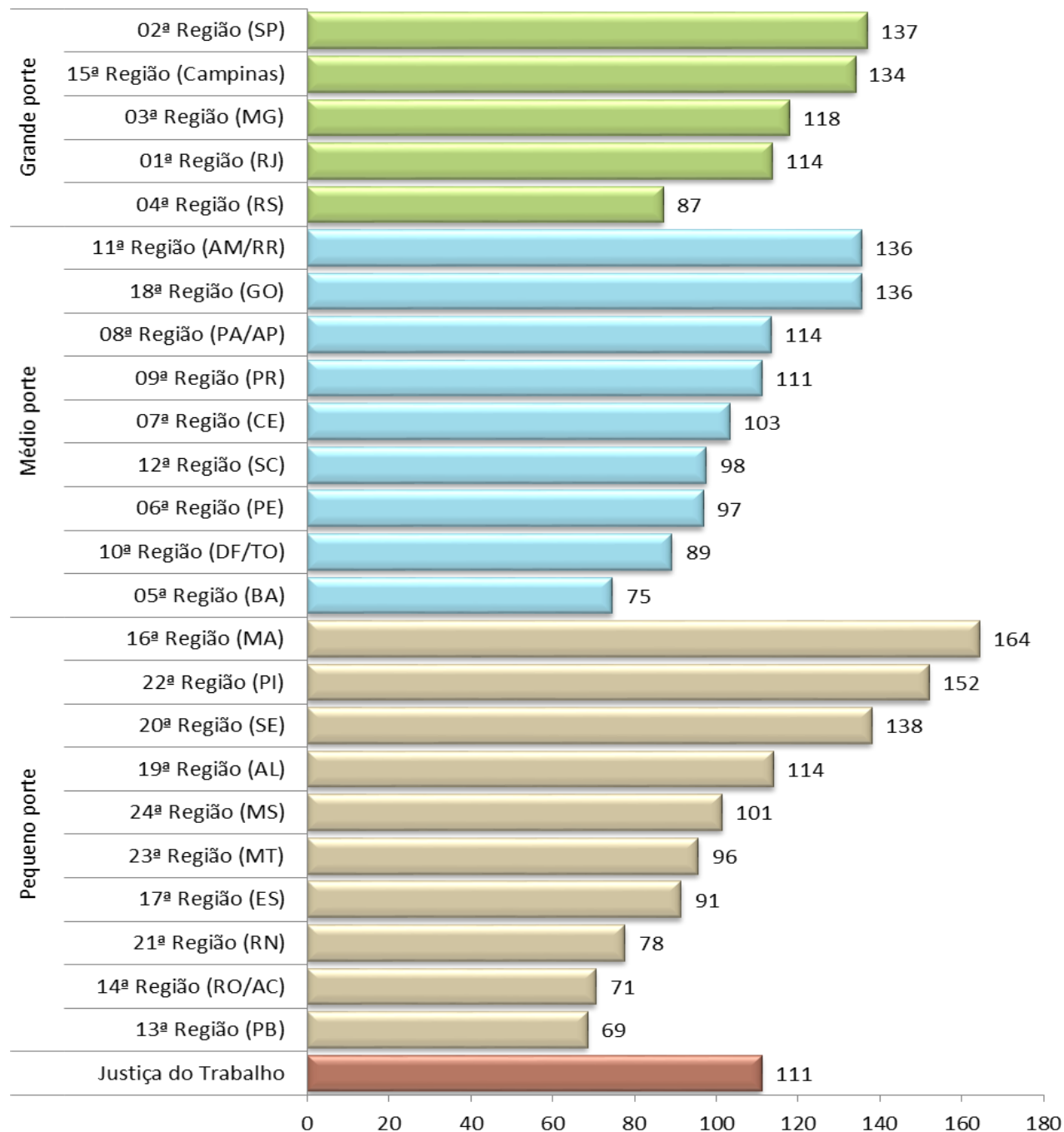
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau**

Tabela 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
01ª Região (RJ)	243.965	1.315	2.154	114
02ª Região (SP)	427.000	27.358	3.315	137
03ª Região (MG)	270.139	1.017	2.301	118
04ª Região (RS)	172.233	468	1.984	87
05ª Região (BA)	113.642	529	1.529	75
06ª Região (PE)	97.857	403	1.014	97
07ª Região (CE)	51.244	404	500	103
08ª Região (PA/AP)	87.548	755	778	114
09ª Região (PR)	147.532	867	1.335	111
10ª Região (DF/TO)	51.137	158	575	89
11ª Região (AM/RR)	52.910	429	393	136
12ª Região (SC)	81.914	408	844	98
13ª Região (PB)	30.302	96	443	69
14ª Região (RO/AC)	25.456	167	363	71
15ª Região (Campinas)	300.790	1.513	2.255	134
16ª Região (MA)	33.863	175	207	164
17ª Região (ES)	34.931	91	383	91
18ª Região (GO)	90.388	526	670	136
19ª Região (AL)	35.635	193	314	114
20ª Região (SE)	21.817	129	159	138
21ª Região (RN)	26.680	98	345	78
22ª Região (PI)	25.834	163	171	152
23ª Região (MT)	41.624	151	437	96
24ª Região (MS)	33.783	197	335	101
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.498.224</b>	<b>37.610</b>	<b>22.804</b>	<b>111</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cs1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

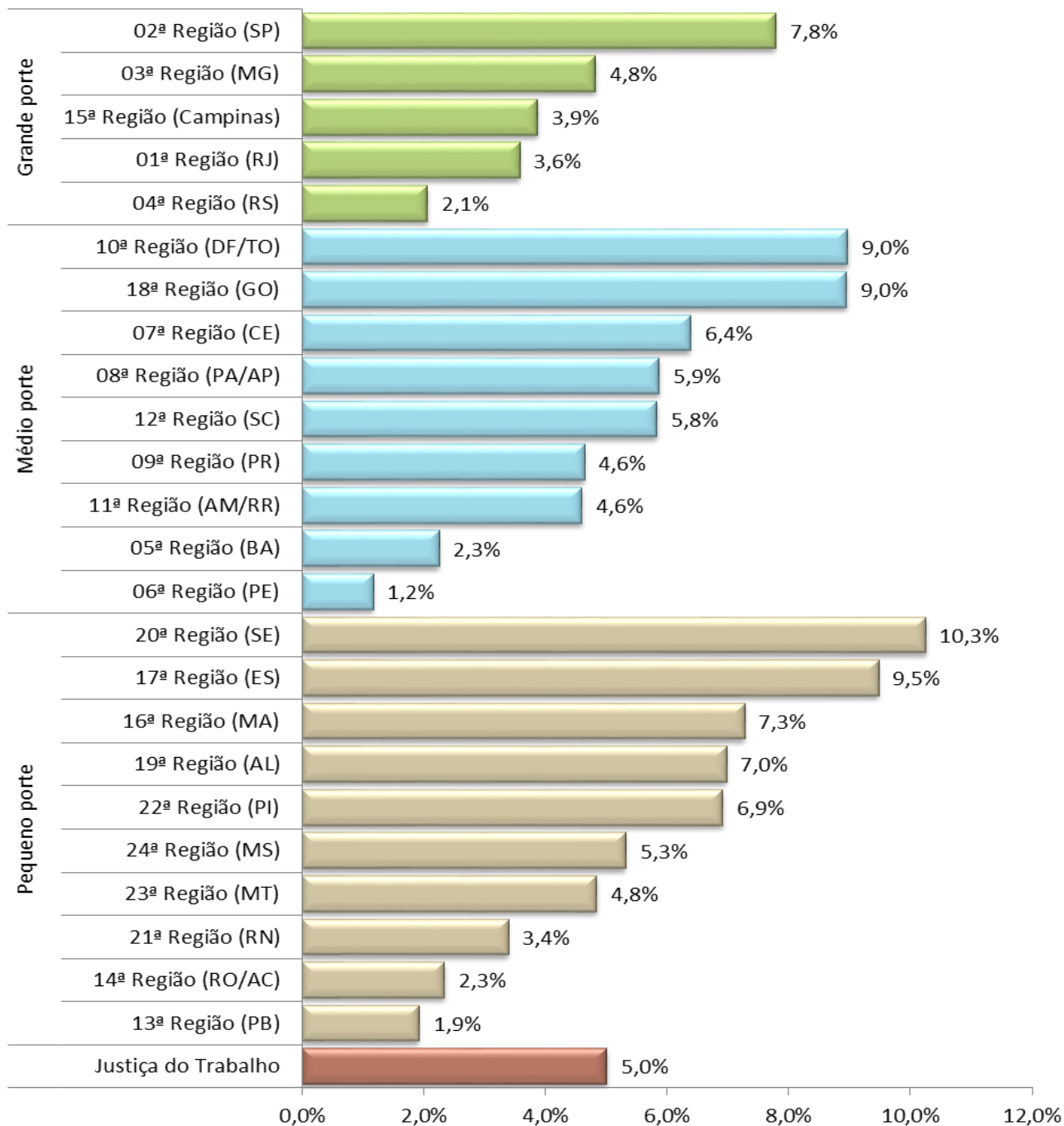
#### 2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tabela 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau
01ª Região (RJ)	1.069	6.722	67.753	149.786	3,6%
02ª Região (SP)	26.859	16.898	250.766	311.259	7,8%
03ª Região (MG)	868	10.298	55.411	175.912	4,8%
04ª Região (RS)	300	4.468	50.977	180.909	2,1%
05ª Região (BA)	378	4.096	38.118	160.250	2,3%
06ª Região (PE)	316	1.306	46.505	91.766	1,2%
07ª Região (CE)	378	7.464	22.343	100.417	6,4%
08ª Região (PA/AP)	708	1.774	14.783	27.482	5,9%
09ª Região (PR)	569	5.861	45.218	93.137	4,6%
10ª Região (DF/TO)	82	6.932	28.274	49.961	9,0%
11ª Região (AM/RR)	327	877	13.722	12.474	4,6%
12ª Região (SC)	244	4.490	22.870	58.230	5,8%
13ª Região (PB)	47	667	8.165	28.924	1,9%
14ª Região (RO/AC)	115	639	8.127	24.146	2,3%
15ª Região (Campinas)	1.080	15.472	63.660	364.092	3,9%
16ª Região (MA)	123	4.277	11.810	48.669	7,3%
17ª Região (ES)	51	3.699	12.453	27.105	9,5%
18ª Região (GO)	468	5.880	23.951	46.965	9,0%
19ª Região (AL)	165	3.082	9.551	36.991	7,0%
20ª Região (SE)	96	2.071	6.130	14.992	10,3%
21ª Região (RN)	77	2.462	11.072	63.723	3,4%
22ª Região (PI)	102	1.817	7.552	20.188	6,9%
23ª Região (MT)	115	1.815	7.411	32.403	4,8%
24ª Região (MS)	139	1.632	9.887	23.384	5,3%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>34.676</b>	<b>114.699</b>	<b>836.509</b>	<b>2.143.165</b>	<b>5,0%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau



### Glossário:

PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça do Trabalho de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $PExtFisc1º = ((CnExtFisc1º + CPExtFisc1º) / (CnEx1º + CpEx1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

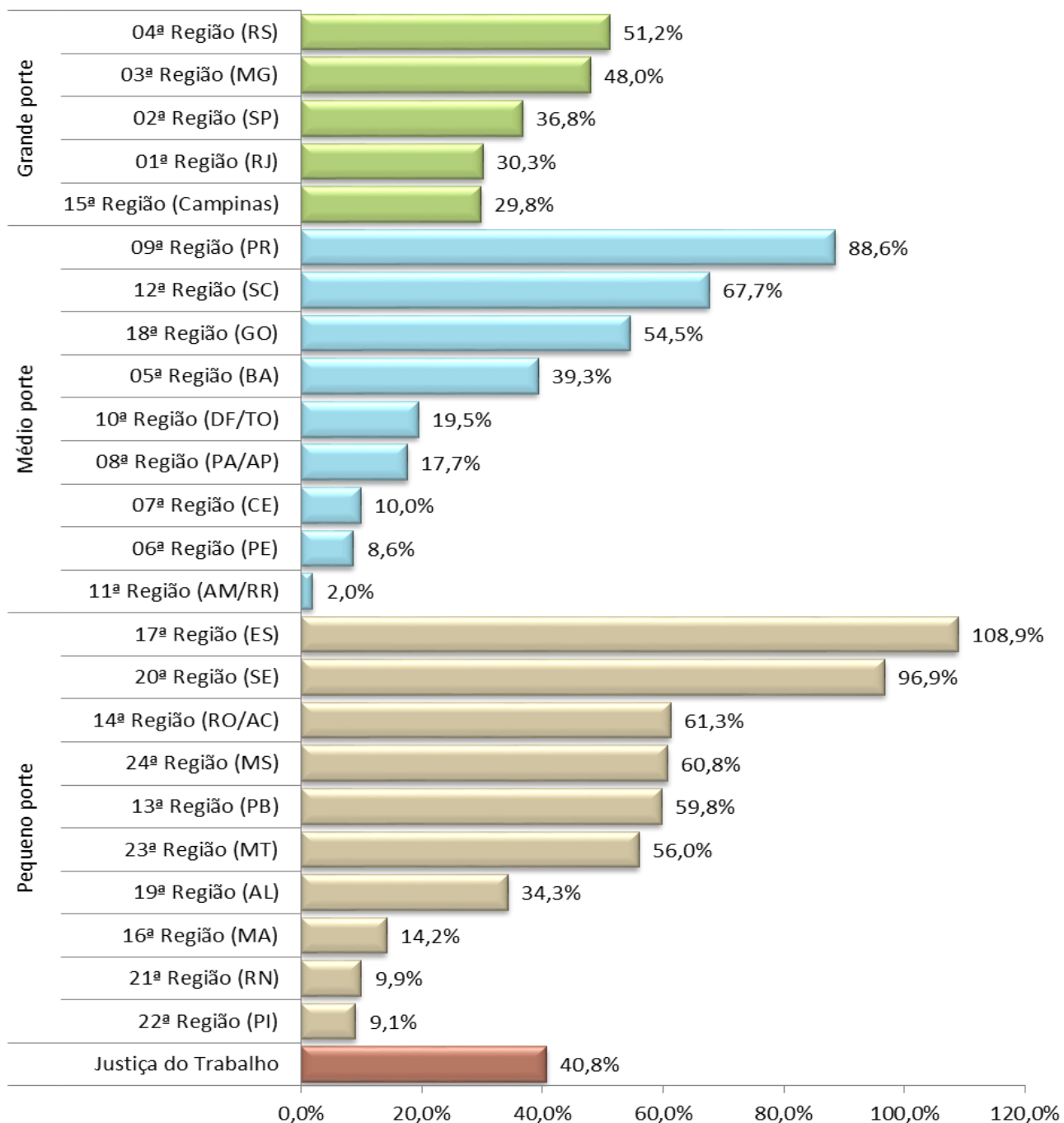
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau**

Tabela 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	2.011	1.069	6.722	1.147	30,3%
02ª Região (SP)	7.110	26.859	16.898	24.425	36,8%
03ª Região (MG)	4.878	868	10.298	1.002	48,0%
04ª Região (RS)	2.180	300	4.468	510	51,2%
05ª Região (BA)	1.381	378	4.096	964	39,3%
06ª Região (PE)	69	316	1.306	824	8,6%
07ª Região (CE)	704	378	7.464	787	10,0%
08ª Região (PA/AP)	376	708	1.774	354	17,7%
09ª Região (PR)	5.149	569	5.861	619	88,6%
10ª Região (DF/TO)	1.275	82	6.932	468	19,5%
11ª Região (AM/RR)	23	327	877	39	2,0%
12ª Região (SC)	2.794	244	4.490	604	67,7%
13ª Região (PB)	382	47	667	75	59,8%
14ª Região (RO/AC)	413	115	639	80	61,3%
15ª Região (Campinas)	3.903	1.080	15.472	3.471	29,8%
16ª Região (MA)	526	123	4.277	703	14,2%
17ª Região (ES)	3.707	51	3.699	346	108,9%
18ª Região (GO)	3.171	468	5.880	531	54,5%
19ª Região (AL)	1.058	165	3.082	166	34,3%
20ª Região (SE)	1.907	96	2.071	198	96,9%
21ª Região (RN)	219	77	2.462	333	9,9%
22ª Região (PI)	160	102	1.817	156	9,1%
23ª Região (MT)	973	115	1.815	194	56,0%
24ª Região (MS)	1.010	139	1.632	110	60,8%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>45.379</b>	<b>34.676</b>	<b>114.699</b>	<b>38.106</b>	<b>40,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.30 - PEXSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau





### Glossário:

PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal no final do período-base (semestre).

Fórmula:  $PexSFisc1º = (ExeSuSFisc1º / (CnExtFisc1º + CpExtFisc1º - TBaixExtFisc1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

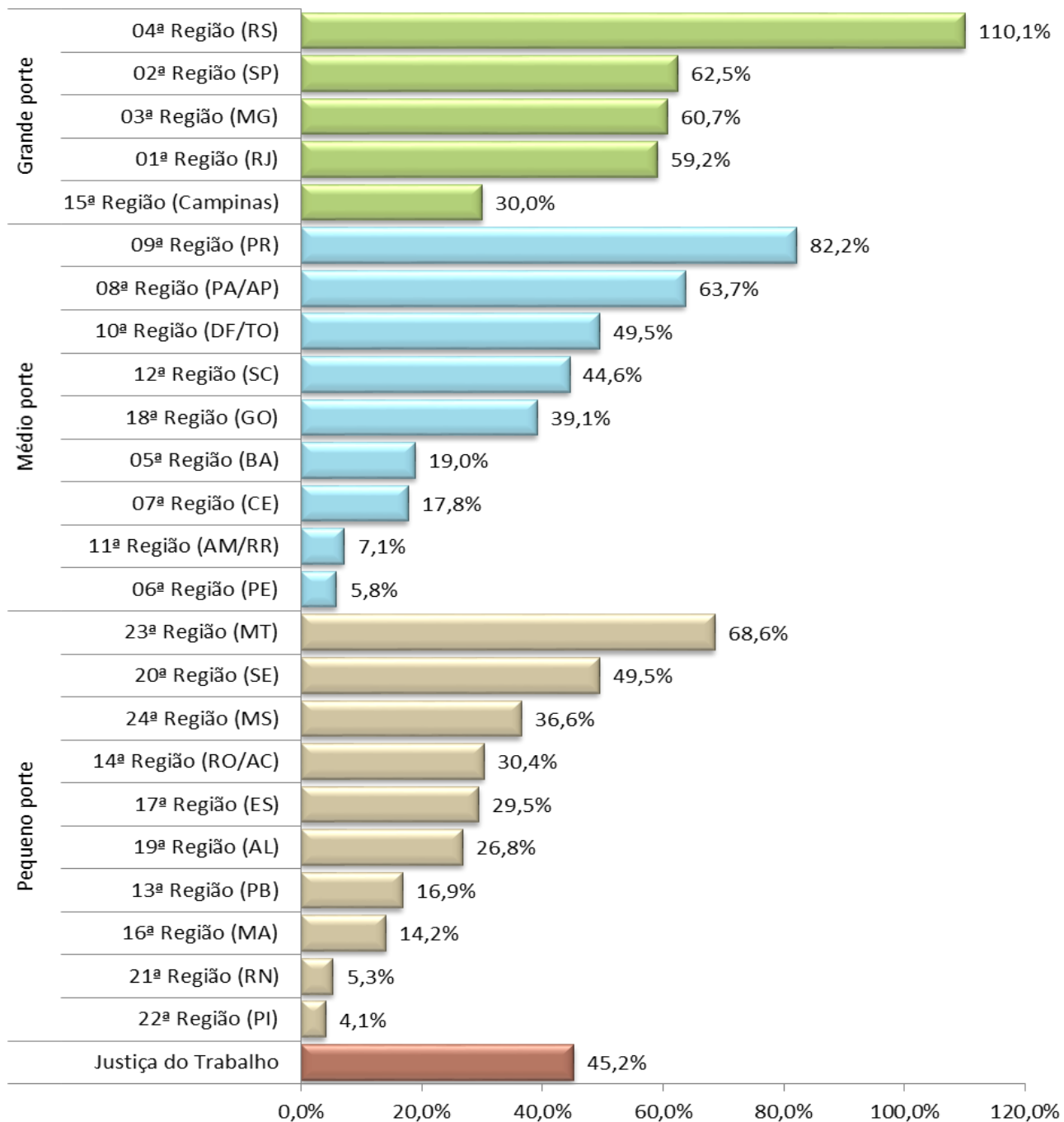
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau**

Tabela 2.31 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	Total de casos novos no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de casos pendentes no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de processos baixados no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	68.869	66.684	143.064	93.351	59,2%
02ª Região (SP)	206.163	223.907	294.361	188.446	62,5%
03ª Região (MG)	100.235	54.543	165.614	55.030	60,7%
04ª Região (RS)	117.892	50.677	176.441	120.021	110,1%
05ª Região (BA)	27.964	37.740	156.154	46.815	19,0%
06ª Região (PE)	5.489	46.189	90.460	42.714	5,8%
07ª Região (CE)	15.325	21.965	92.953	28.626	17,8%
08ª Região (PA/AP)	16.096	14.075	25.708	14.523	63,7%
09ª Região (PR)	68.231	44.649	87.276	48.921	82,2%
10ª Região (DF/TO)	27.681	28.192	43.029	15.303	49,5%
11ª Região (AM/RR)	1.046	13.395	11.597	10.344	7,1%
12ª Região (SC)	22.184	22.626	53.740	26.573	44,6%
13ª Região (PB)	4.859	8.118	28.257	7.581	16,9%
14ª Região (RO/AC)	6.598	8.012	23.507	9.790	30,4%
15ª Região (Campinas)	75.784	62.580	348.620	158.839	30,0%
16ª Região (MA)	5.914	11.687	44.392	14.296	14,2%
17ª Região (ES)	6.560	12.402	23.406	13.585	29,5%
18ª Região (GO)	17.173	23.483	41.085	20.698	39,1%
19ª Região (AL)	9.087	9.386	33.909	9.451	26,8%
20ª Região (SE)	7.062	6.034	12.921	4.691	49,5%
21ª Região (RN)	2.987	10.995	61.261	16.330	5,3%
22ª Região (PI)	828	7.450	18.371	5.550	4,1%
23ª Região (MT)	19.133	7.296	30.588	9.993	68,6%
24ª Região (MS)	8.355	9.748	21.752	8.649	36,6%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>841.515</b>	<b>801.833</b>	<b>2.028.466</b>	<b>970.120</b>	<b>45,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.31 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



### Glossário:

PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais.

Fórmula:  $PexS1º = (ExeSuSNFisc1º / (CnExtNFisc1º + ExeJud1º + CpExtNFisc1º + ExeJudP1º - TbaixExtNFisc1º - TbaixJud1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

- $TcJud1º = 1 - TbaixJud1º / (ExeJud1º + ExeJudP1º)$

- $TcJud1º = 1 - TbaixJud1º / (ExeJud1º + ExeJudP1º)$

- $TcJud1º = 1 - TbaixJud1º / (ExeJud1º + ExeJudP1º)$

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau**

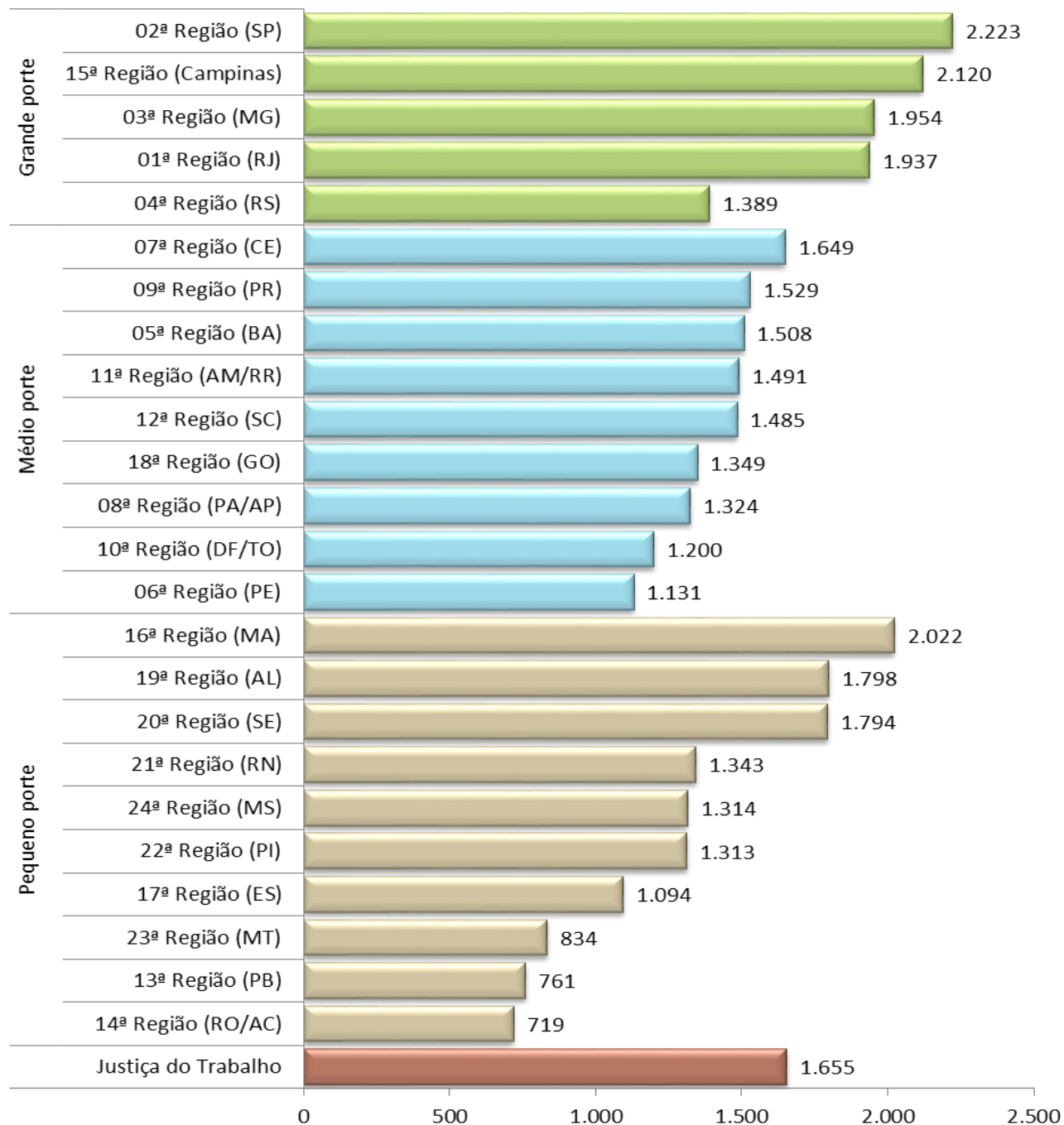
Tabela 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	243.965	164.504	35.598	11.080	235	1.937
02ª Região (SP)	427.000	308.531	56.645	3.501	358	2.223
03ª Região (MG)	270.139	183.145	28.961	2.366	248	1.954
04ª Região (RS)	172.233	109.662	22.075	4.465	222	1.389
05ª Região (BA)	113.642	129.418	18.193	7.199	178	1.508
06ª Região (PE)	97.857	34.626	11.100	2.274	129	1.131
07ª Região (CE)	51.244	51.462	3.175	1.292	65	1.649
08ª Região (PA/AP)	87.548	20.391	3.967	592	85	1.324
09ª Região (PR)	147.532	98.213	20.857	2.439	176	1.529
10ª Região (DF/TO)	51.137	46.053	nd	nd	81	1.200
11ª Região (AM/RR)	52.910	25.002	2.185	407	54	1.491
12ª Região (SC)	81.914	73.799	7.892	1.186	111	1.485
13ª Região (PB)	30.302	9.602	3.171	296	57	761
14ª Região (RO/AC)	25.456	14.122	1.263	124	57	719
15ª Região (Campinas)	300.790	400.146	32.878	5.922	349	2.120
16ª Região (MA)	33.863	50.356	2.083	659	43	2.022
17ª Região (ES)	34.931	15.519	6.570	969	53	1.094
18ª Região (GO)	90.388	31.122	3.472	1.802	94	1.349
19ª Região (AL)	35.635	39.035	2.018	646	43	1.798
20ª Região (SE)	21.817	24.950	4.170	1.090	29	1.794
21ª Região (RN)	26.680	26.655	1.131	610	41	1.343
22ª Região (PI)	25.834	11.476	1.723	350	30	1.313
23ª Região (MT)	41.624	13.671	3.543	2.011	73	834
24ª Região (MS)	33.783	29.628	3.139	476	51	1.314
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.498.224</b>	<b>1.911.088</b>	<b>275.809</b>	<b>51.756</b>	<b>2.862</b>	<b>1.655</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $KC1^\circ = (CnC1^\circ + CpC1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau**

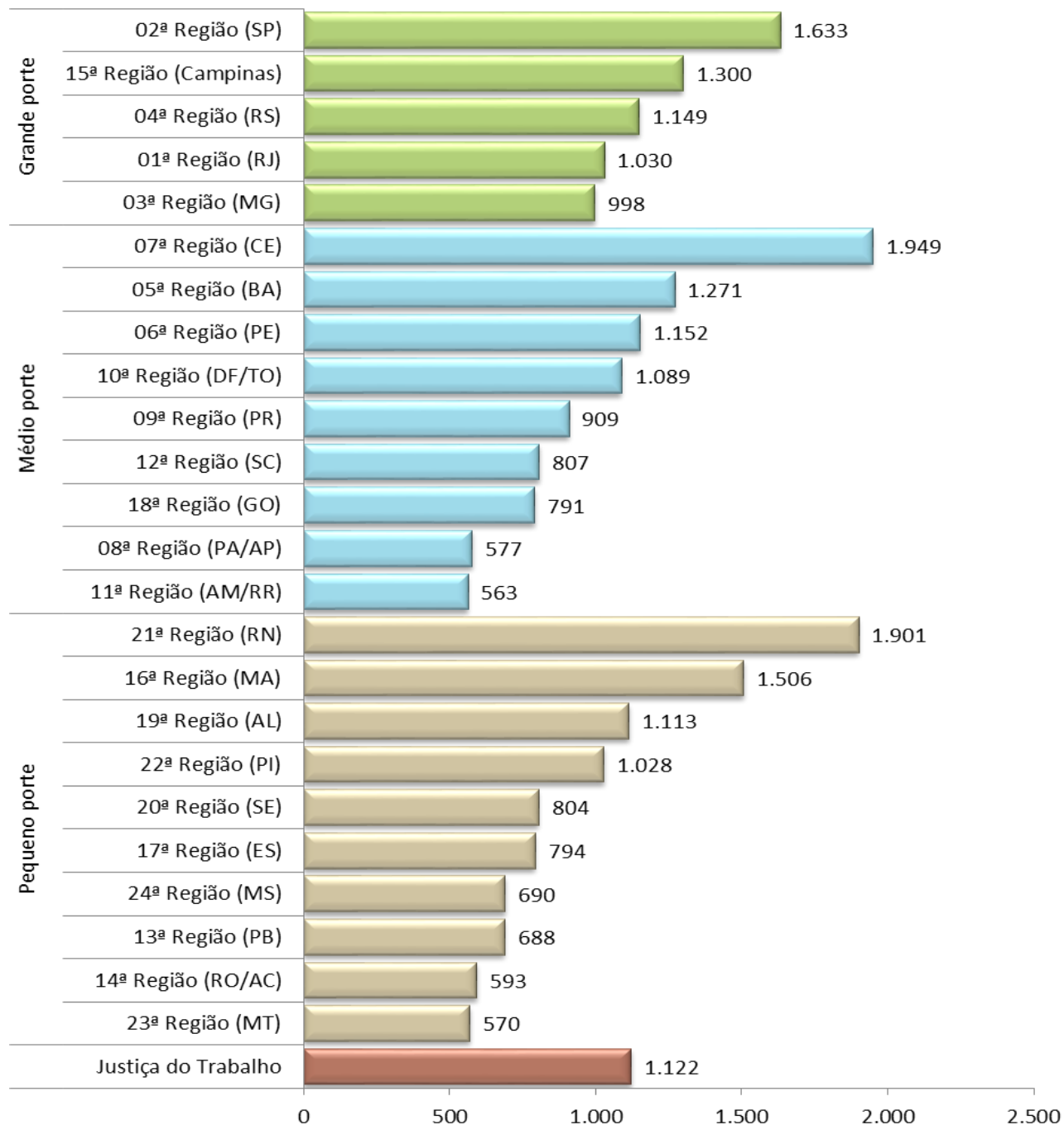
Tabela 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	67.753	149.786	16.144	8.367	235	1.030
02ª Região (SP)	250.766	311.259	19.458	2.969	358	1.633
03ª Região (MG)	55.411	175.912	14.065	2.181	248	998
04ª Região (RS)	50.977	180.909	14.256	9.036	222	1.149
05ª Região (BA)	38.118	160.250	14.817	13.006	178	1.271
06ª Região (PE)	46.505	91.766	5.734	4.622	129	1.152
07ª Região (CE)	22.343	100.417	2.809	1.139	65	1.949
08ª Região (PA/AP)	14.783	27.482	2.470	4.349	85	577
09ª Região (PR)	45.218	93.137	15.460	6.189	176	909
10ª Região (DF/TO)	28.274	49.961	6.338	3.609	81	1.089
11ª Região (AM/RR)	13.722	12.474	2.511	1.682	54	563
12ª Região (SC)	22.870	58.230	6.302	2.194	111	807
13ª Região (PB)	8.165	28.924	1.879	266	57	688
14ª Região (RO/AC)	8.127	24.146	1.130	379	57	593
15ª Região (Campinas)	63.660	364.092	15.176	10.603	349	1.300
16ª Região (MA)	11.810	48.669	3.113	1.184	43	1.506
17ª Região (ES)	12.453	27.105	1.523	988	53	794
18ª Região (GO)	23.951	46.965	2.718	673	94	791
19ª Região (AL)	9.551	36.991	782	555	43	1.113
20ª Região (SE)	6.130	14.992	1.253	952	29	804
21ª Região (RN)	11.072	63.723	1.626	1.537	41	1.901
22ª Região (PI)	7.552	20.188	2.281	816	30	1.028
23ª Região (MT)	7.411	32.403	1.276	518	73	570
24ª Região (MS)	9.887	23.384	1.551	388	51	690
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>836.509</b>	<b>2.143.165</b>	<b>154.672</b>	<b>78.202</b>	<b>2.862</b>	<b>1.122</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de execução dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $KEx1º = (CnEx1º + CpEx1º + IncEx1º + IncExP1º) / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$
- $IncEx1º = IncExFisc1º + IncExNFisc1º$
- $IncExP1º = IncExPFisc1º + IncExPNFisc1º$
- $Mag1º = MagP1º - MagAj1º$

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

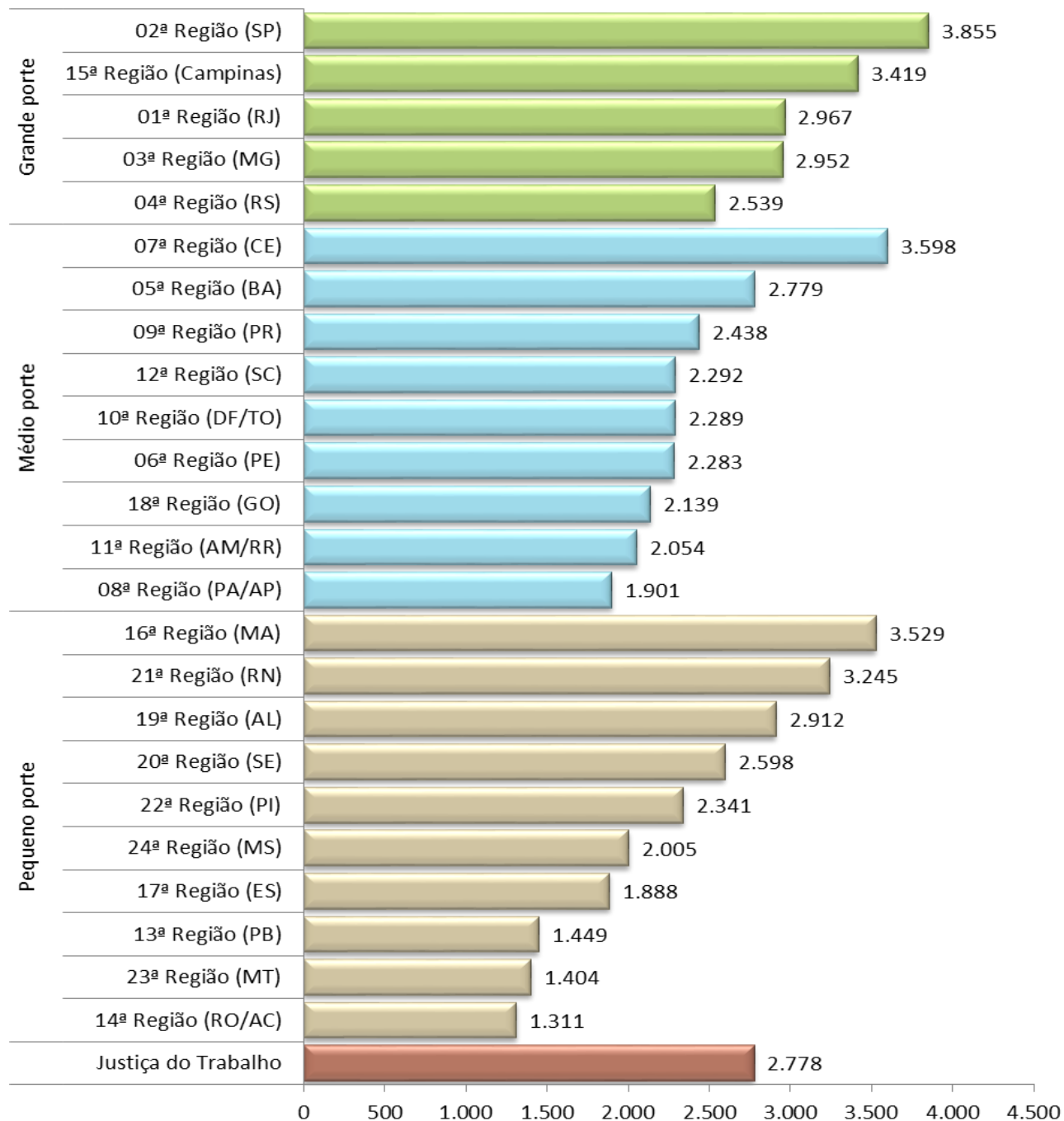
#### 2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.937	1.030	2.967
02ª Região (SP)	2.223	1.633	3.855
03ª Região (MG)	1.954	998	2.952
04ª Região (RS)	1.389	1.149	2.539
05ª Região (BA)	1.508	1.271	2.779
06ª Região (PE)	1.131	1.152	2.283
07ª Região (CE)	1.649	1.949	3.598
08ª Região (PA/AP)	1.324	577	1.901
09ª Região (PR)	1.529	909	2.438
10ª Região (DF/TO)	1.200	1.089	2.289
11ª Região (AM/RR)	1.491	563	2.054
12ª Região (SC)	1.485	807	2.292
13ª Região (PB)	761	688	1.449
14ª Região (RO/AC)	719	593	1.311
15ª Região (Campinas)	2.120	1.300	3.419
16ª Região (MA)	2.022	1.506	3.529
17ª Região (ES)	1.094	794	1.888
18ª Região (GO)	1.349	791	2.139
19ª Região (AL)	1.798	1.113	2.912
20ª Região (SE)	1.794	804	2.598
21ª Região (RN)	1.343	1.901	3.245
22ª Região (PI)	1.313	1.028	2.341
23ª Região (MT)	834	570	1.404
24ª Região (MS)	1.314	690	2.005
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.655</b>	<b>1.122</b>	<b>2.778</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau



Glossário:

K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau.

Fórmula:  $K1 = KC1 + KEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $KC1^{\circ} = (CnC1^{\circ} + CpC1^{\circ} + RIntC1^{\circ} + RIntCP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$
- $KEx1^{\circ} = (CnEx1^{\circ} + CpEx1^{\circ} + IncEx1^{\circ} + IncExP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

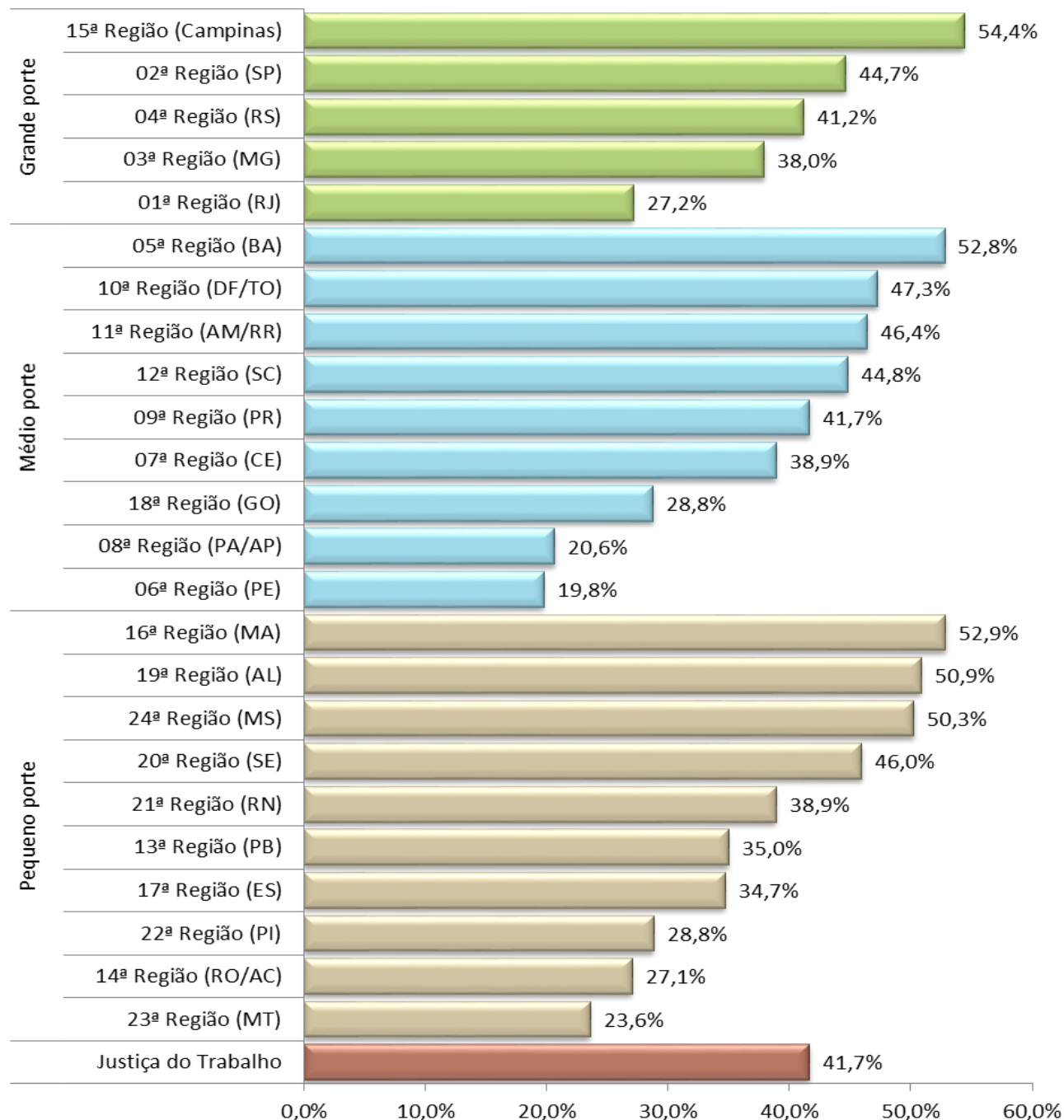
#### 2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.35 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	297.472	243.965	164.504	27,2%
02ª Região (SP)	406.867	427.000	308.531	44,7%
03ª Região (MG)	281.228	270.139	183.145	38,0%
04ª Região (RS)	165.847	172.233	109.662	41,2%
05ª Região (BA)	114.700	113.642	129.418	52,8%
06ª Região (PE)	106.279	97.857	34.626	19,8%
07ª Região (CE)	62.714	51.244	51.462	38,9%
08ª Região (PA/AP)	85.656	87.548	20.391	20,6%
09ª Região (PR)	143.294	147.532	98.213	41,7%
10ª Região (DF/TO)	51.260	51.137	46.053	47,3%
11ª Região (AM/RR)	41.723	52.910	25.002	46,4%
12ª Região (SC)	85.975	81.914	73.799	44,8%
13ª Região (PB)	25.943	30.302	9.602	35,0%
14ª Região (RO/AC)	28.862	25.456	14.122	27,1%
15ª Região (Campinas)	319.411	300.790	400.146	54,4%
16ª Região (MA)	39.695	33.863	50.356	52,9%
17ª Região (ES)	32.929	34.931	15.519	34,7%
18ª Região (GO)	86.536	90.388	31.122	28,8%
19ª Região (AL)	36.699	35.635	39.035	50,9%
20ª Região (SE)	25.260	21.817	24.950	46,0%
21ª Região (RN)	32.570	26.680	26.655	38,9%
22ª Região (PI)	26.547	25.834	11.476	28,8%
23ª Região (MT)	42.237	41.624	13.671	23,6%
24ª Região (MS)	31.539	33.783	29.628	50,3%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.571.243</b>	<b>2.498.224</b>	<b>1.911.088</b>	<b>41,7%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.35 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpC1º** - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.



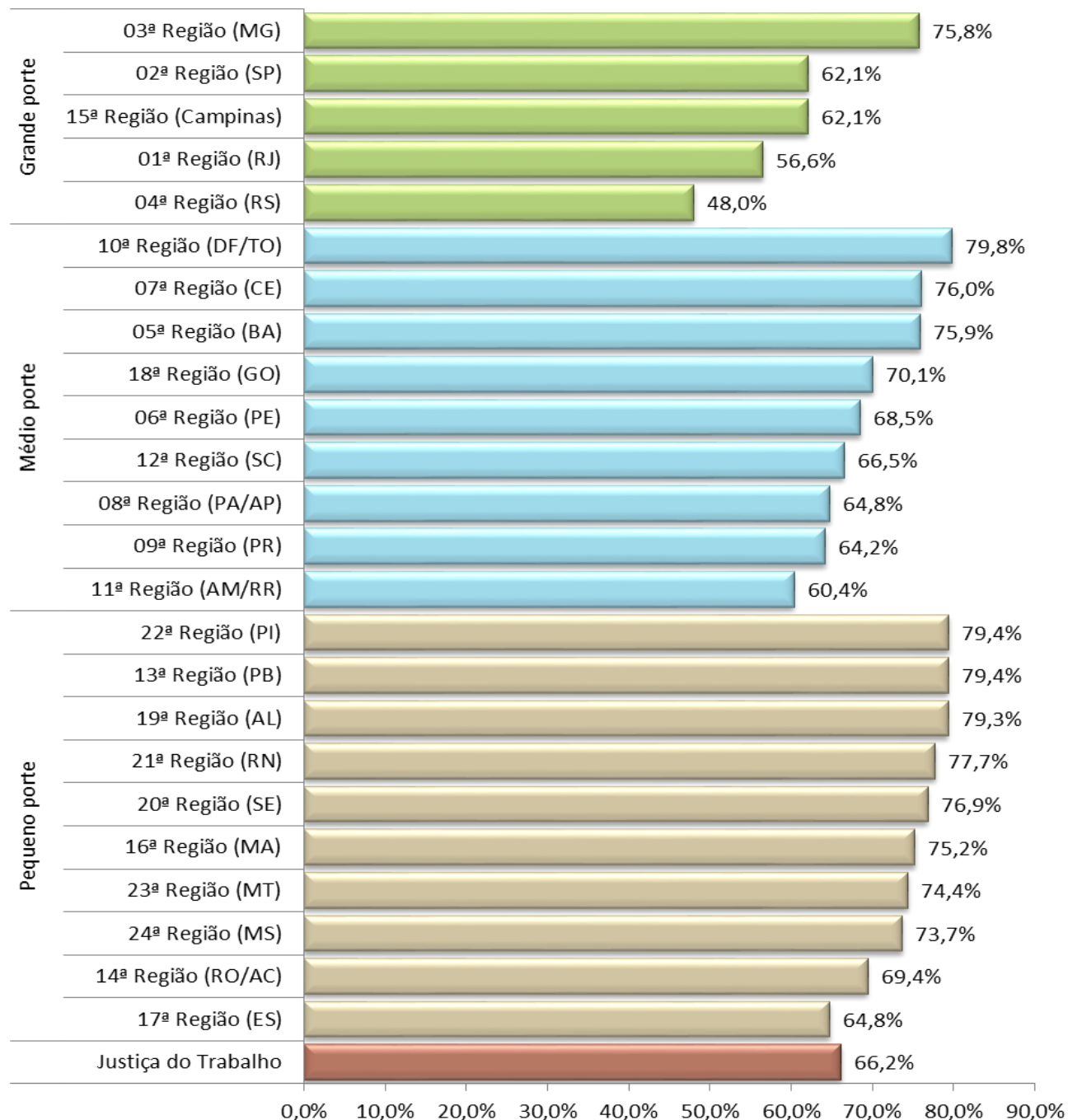
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau**

Tabela 2.36 - TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau</b>	<b>CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau</b>	<b>CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau</b>	<b>TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	94.498	67.753	149.786	56,6%
02ª Região (SP)	212.871	250.766	311.259	62,1%
03ª Região (MG)	56.032	55.411	175.912	75,8%
04ª Região (RS)	120.531	50.977	180.909	48,0%
05ª Região (BA)	47.779	38.118	160.250	75,9%
06ª Região (PE)	43.538	46.505	91.766	68,5%
07ª Região (CE)	29.413	22.343	100.417	76,0%
08ª Região (PA/AP)	14.877	14.783	27.482	64,8%
09ª Região (PR)	49.540	45.218	93.137	64,2%
10ª Região (DF/TO)	15.771	28.274	49.961	79,8%
11ª Região (AM/RR)	10.383	13.722	12.474	60,4%
12ª Região (SC)	27.177	22.870	58.230	66,5%
13ª Região (PB)	7.656	8.165	28.924	79,4%
14ª Região (RO/AC)	9.870	8.127	24.146	69,4%
15ª Região (Campinas)	162.310	63.660	364.092	62,1%
16ª Região (MA)	14.999	11.810	48.669	75,2%
17ª Região (ES)	13.931	12.453	27.105	64,8%
18ª Região (GO)	21.229	23.951	46.965	70,1%
19ª Região (AL)	9.617	9.551	36.991	79,3%
20ª Região (SE)	4.889	6.130	14.992	76,9%
21ª Região (RN)	16.663	11.072	63.723	77,7%
22ª Região (PI)	5.706	7.552	20.188	79,4%
23ª Região (MT)	10.187	7.411	32.403	74,4%
24ª Região (MS)	8.759	9.887	23.384	73,7%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.008.226</b>	<b>836.509</b>	<b>2.143.165</b>	<b>66,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.36 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $TCEx1º = 1 - (T BaixEx1º / (CnEx1º + CpEx1º))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T BaixEx1º = T BaixExt1º + T BaixJud1º$
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

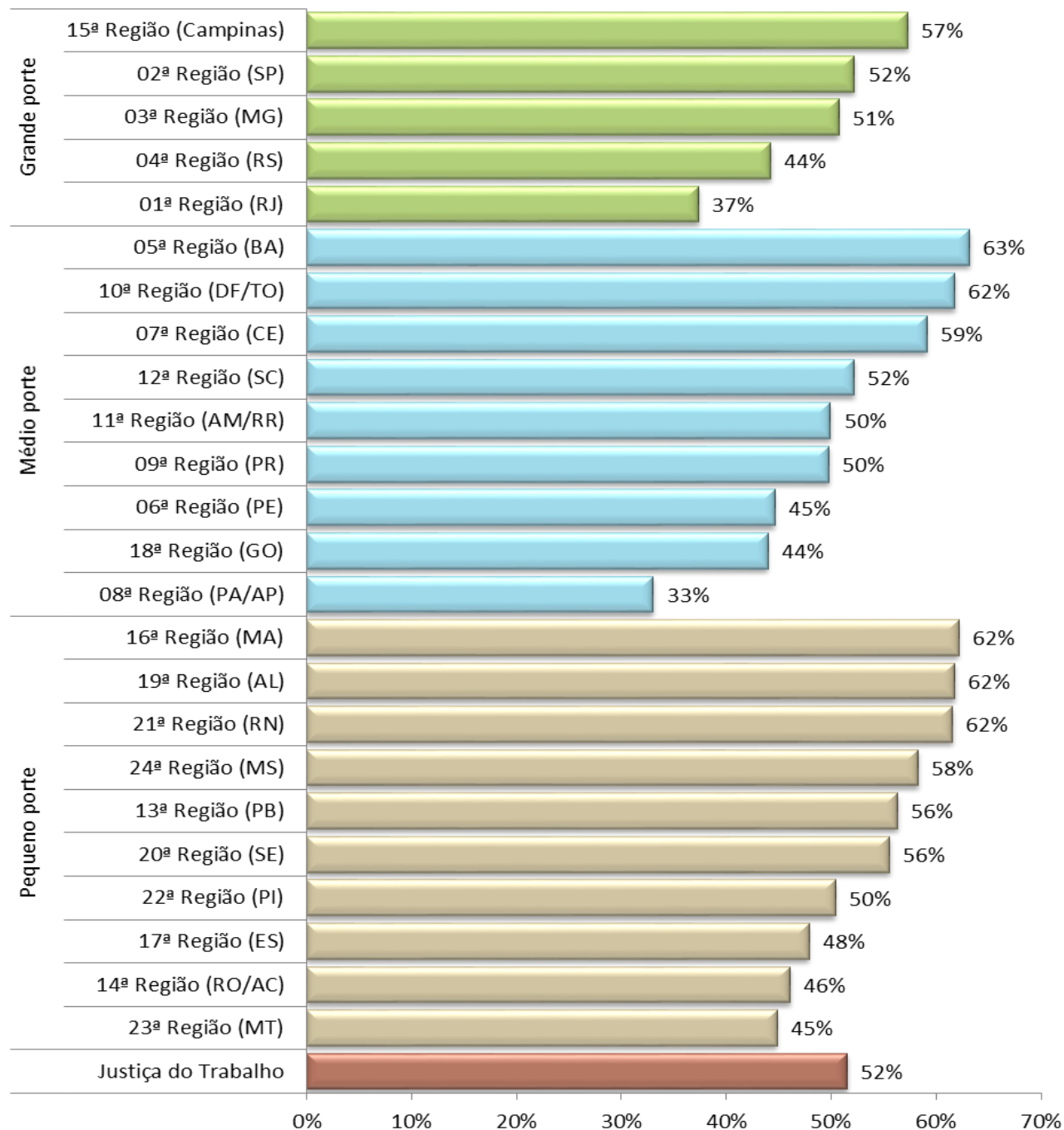
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau**

Tabela 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	391.970	311.718	314.290	37%
02ª Região (SP)	619.738	677.766	619.790	52%
03ª Região (MG)	337.260	325.550	359.057	51%
04ª Região (RS)	286.378	223.210	290.571	44%
05ª Região (BA)	162.479	151.760	289.668	63%
06ª Região (PE)	149.817	144.362	126.392	45%
07ª Região (CE)	92.127	73.587	151.879	59%
08ª Região (PA/AP)	100.533	102.331	47.873	33%
09ª Região (PR)	192.834	192.750	191.350	50%
10ª Região (DF/TO)	67.031	79.411	96.014	62%
11ª Região (AM/RR)	52.106	66.632	37.476	50%
12ª Região (SC)	113.152	104.784	132.029	52%
13ª Região (PB)	33.599	38.467	38.526	56%
14ª Região (RO/AC)	38.732	33.583	38.268	46%
15ª Região (Campinas)	481.721	364.450	764.238	57%
16ª Região (MA)	54.694	45.673	99.025	62%
17ª Região (ES)	46.860	47.384	42.624	48%
18ª Região (GO)	107.765	114.339	78.087	44%
19ª Região (AL)	46.316	45.186	76.026	62%
20ª Região (SE)	30.149	27.947	39.942	56%
21ª Região (RN)	49.233	37.752	90.378	62%
22ª Região (PI)	32.253	33.386	31.664	50%
23ª Região (MT)	52.424	49.035	46.074	45%
24ª Região (MS)	40.298	43.670	53.012	58%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.579.469</b>	<b>3.334.733</b>	<b>4.054.253</b>	<b>52%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau



Glossário:

TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 1º Grau.

Fórmula:  $TC1 = 1 - (T\text{Baix}1 / (Cn1 + Cp1))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{Baix}1^{\circ} = T\text{Baix}C1^{\circ} + T\text{Baix}Ex1^{\circ}$
- $Cn1^{\circ} = CnC1^{\circ} + CnEx1^{\circ}$
- $Cp1^{\circ} = CpC1^{\circ} + CpEx1^{\circ}$

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

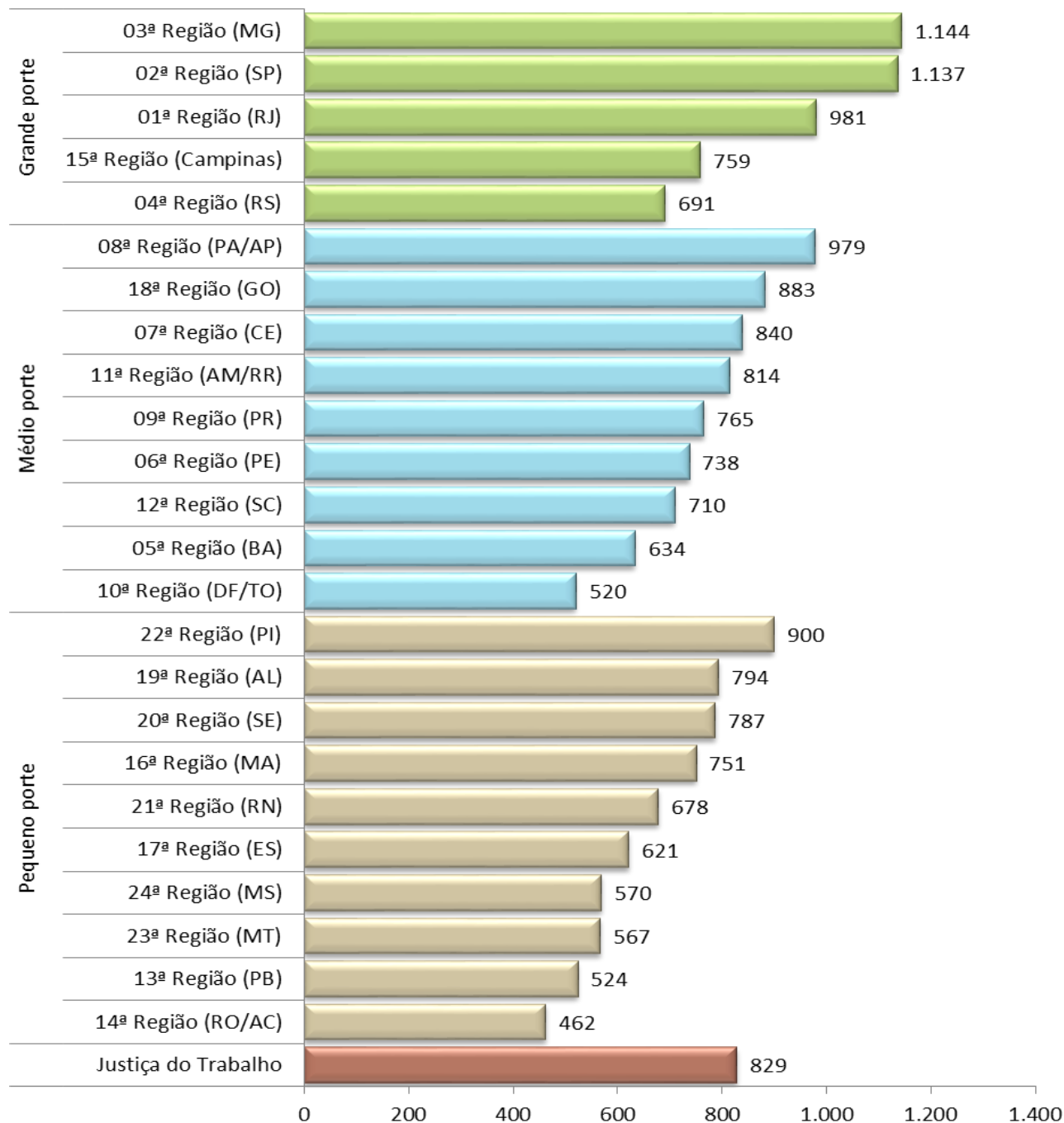
#### 2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	230.566	235	981
02ª Região (SP)	406.867	358	1.137
03ª Região (MG)	283.644	248	1.144
04ª Região (RS)	153.484	222	691
05ª Região (BA)	112.815	178	634
06ª Região (PE)	95.183	129	738
07ª Região (CE)	54.588	65	840
08ª Região (PA/AP)	83.173	85	979
09ª Região (PR)	134.679	176	765
10ª Região (DF/TO)	42.154	81	520
11ª Região (AM/RR)	43.969	54	814
12ª Região (SC)	78.769	111	710
13ª Região (PB)	29.878	57	524
14ª Região (RO/AC)	26.347	57	462
15ª Região (Campinas)	264.775	349	759
16ª Região (MA)	32.287	43	751
17ª Região (ES)	32.929	53	621
18ª Região (GO)	82.982	94	883
19ª Região (AL)	34.144	43	794
20ª Região (SE)	22.828	29	787
21ª Região (RN)	27.791	41	678
22ª Região (PI)	26.989	30	900
23ª Região (MT)	41.424	73	567
24ª Região (MS)	29.047	51	570
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.371.312</b>	<b>2.862</b>	<b>829</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau





Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SMC1º = \text{SentC1º} / \text{Mag1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau: Todas as sentenças proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

- $\text{Mag1º} = \text{MagP1º} - \text{MagAj1º}$

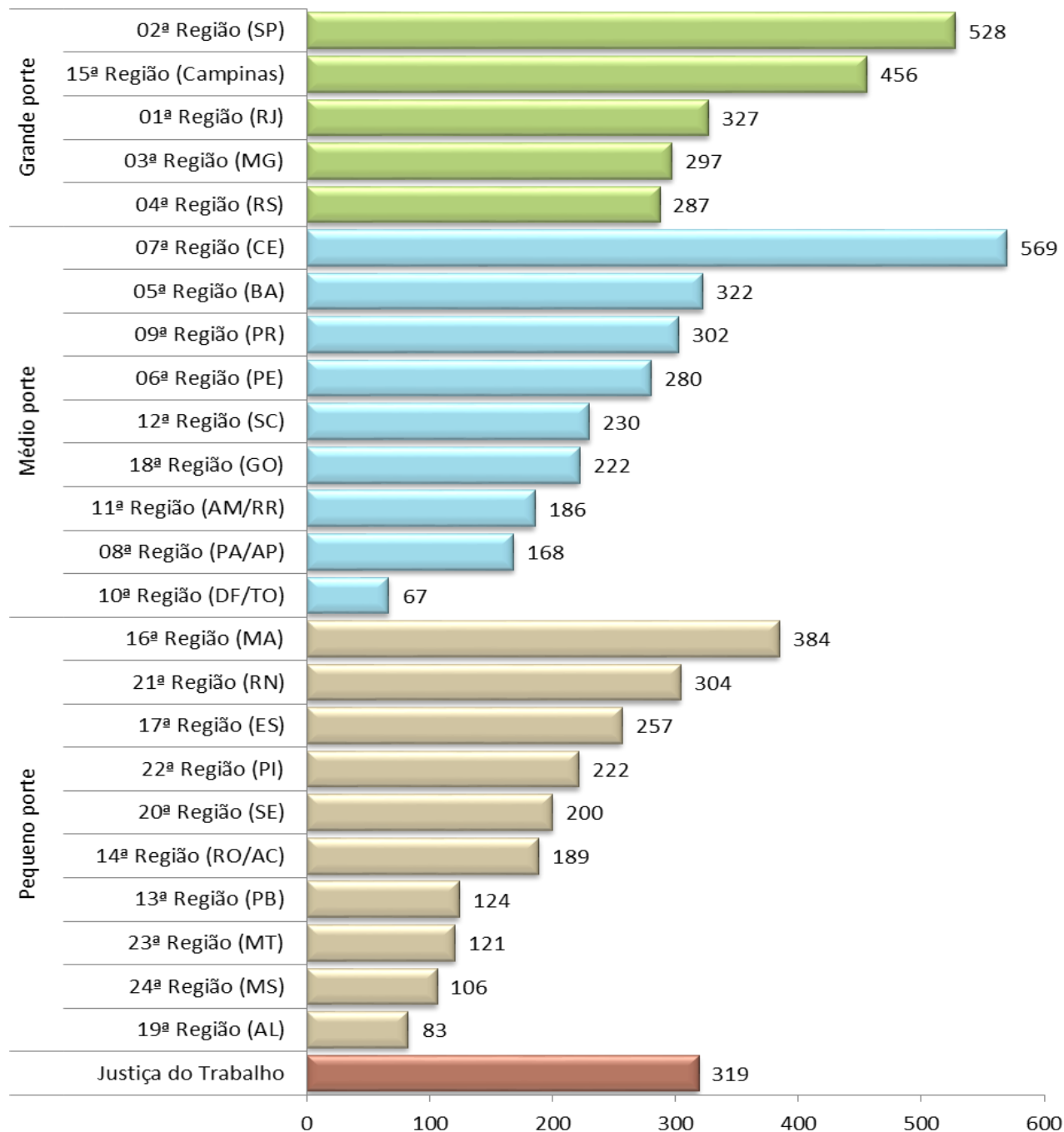
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau**

Tabela 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau</b>	<b>Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau</b>	<b>SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	76.826	235	327
02ª Região (SP)	189.020	358	528
03ª Região (MG)	73.716	248	297
04ª Região (RS)	63.765	222	287
05ª Região (BA)	57.378	178	322
06ª Região (PE)	36.115	129	280
07ª Região (CE)	37.003	65	569
08ª Região (PA/AP)	14.315	85	168
09ª Região (PR)	53.237	176	302
10ª Região (DF/TO)	5.389	81	67
11ª Região (AM/RR)	10.022	54	186
12ª Região (SC)	25.547	111	230
13ª Região (PB)	7.083	57	124
14ª Região (RO/AC)	10.779	57	189
15ª Região (Campinas)	159.087	349	456
16ª Região (MA)	16.530	43	384
17ª Região (ES)	13.601	53	257
18ª Região (GO)	20.884	94	222
19ª Região (AL)	3.556	43	83
20ª Região (SE)	5.800	29	200
21ª Região (RN)	12.470	41	304
22ª Região (PI)	6.651	30	222
23ª Região (MT)	8.821	73	121
24ª Região (MS)	5.412	51	106
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>913.007</b>	<b>2.862</b>	<b>319</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de execução da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $SMEEx1^\circ = SentEx1^\circ / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

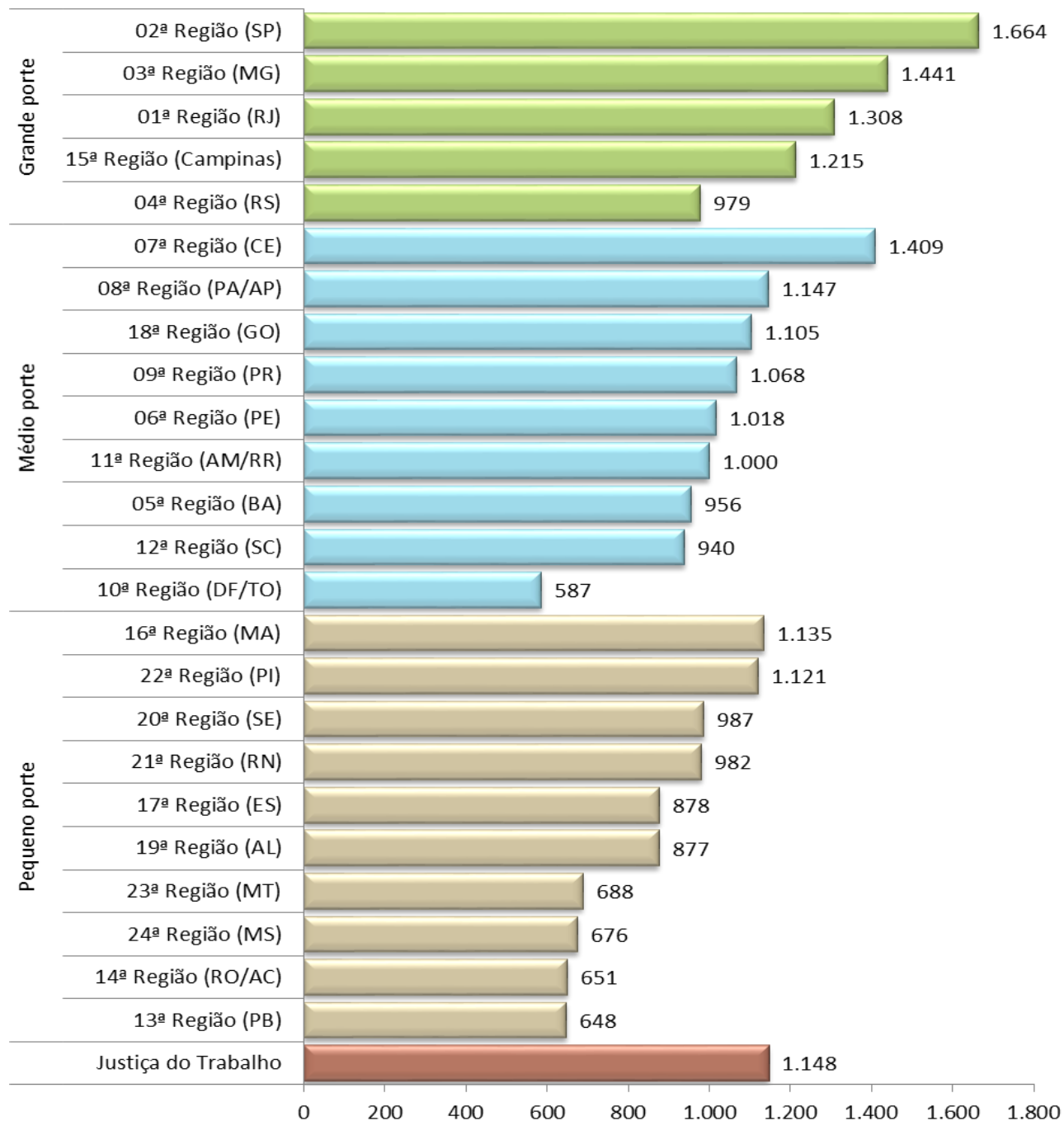
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau**

Tabela 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau</b>	<b>SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau</b>	<b>SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	981	327	1.308
02ª Região (SP)	1.137	528	1.664
03ª Região (MG)	1.144	297	1.441
04ª Região (RS)	691	287	979
05ª Região (BA)	634	322	956
06ª Região (PE)	738	280	1.018
07ª Região (CE)	840	569	1.409
08ª Região (PA/AP)	979	168	1.147
09ª Região (PR)	765	302	1.068
10ª Região (DF/TO)	520	67	587
11ª Região (AM/RR)	814	186	1.000
12ª Região (SC)	710	230	940
13ª Região (PB)	524	124	648
14ª Região (RO/AC)	462	189	651
15ª Região (Campinas)	759	456	1.215
16ª Região (MA)	751	384	1.135
17ª Região (ES)	621	257	878
18ª Região (GO)	883	222	1.105
19ª Região (AL)	794	83	877
20ª Região (SE)	787	200	987
21ª Região (RN)	678	304	982
22ª Região (PI)	900	222	1.121
23ª Região (MT)	567	121	688
24ª Região (MS)	570	106	676
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>829</b>	<b>319</b>	<b>1.148</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau



Glossário:

SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado no 1º Grau.

Fórmula:  $SM1 = SMC1 + SMEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SMC1º = \text{SentC1º} / \text{Mag1º}$
- $SMEx1º = \text{SentEx1º} / \text{Mag1º}$

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.27. ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau**

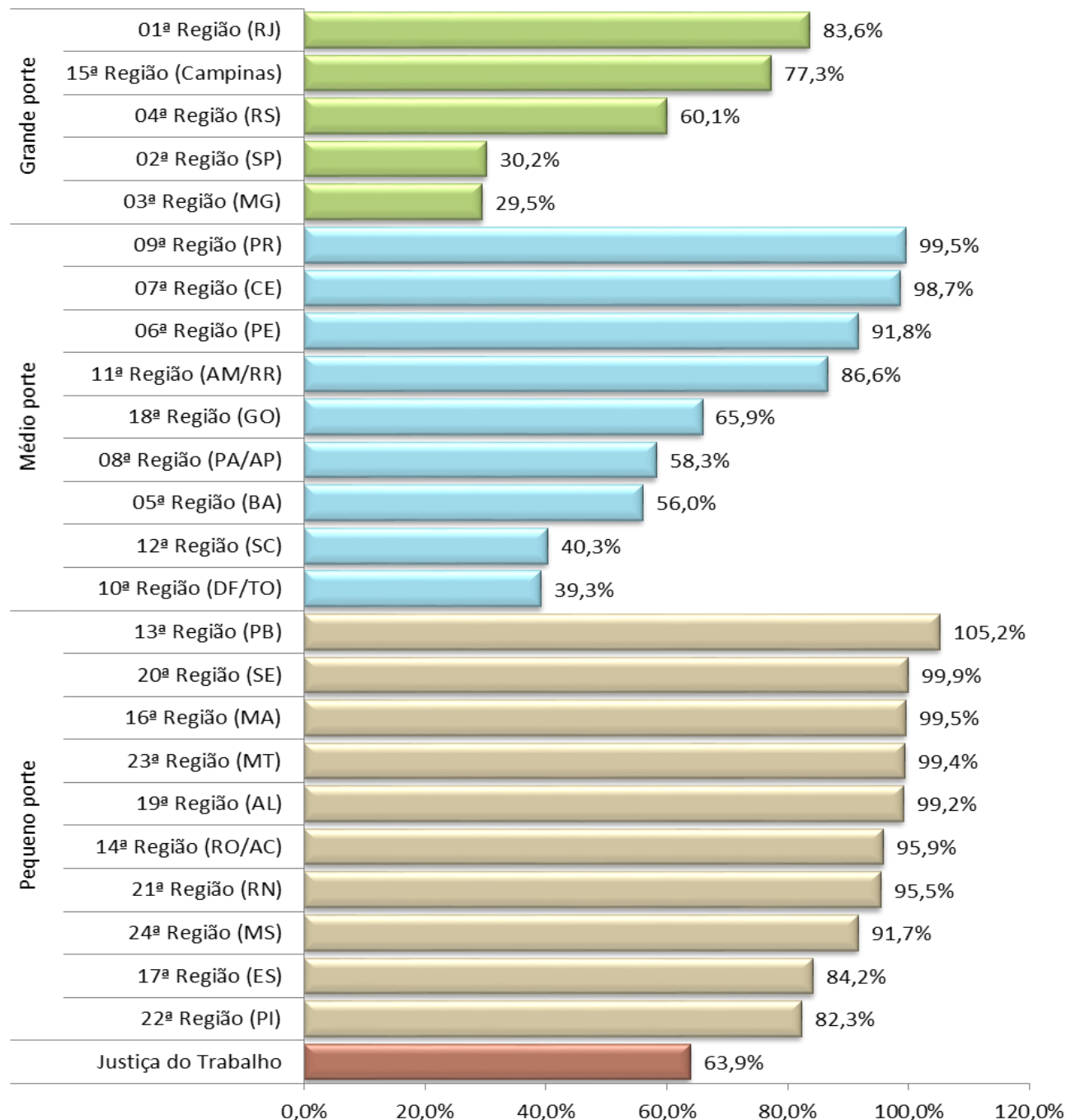
Tabela 2.41 - ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
01ª Região (RJ)	205.044	243.965	1.315	83,6%
02ª Região (SP)	137.087	427.000	27.358	30,2%
03ª Região (MG)	80.080	270.139	1.017	29,5%
04ª Região (RS)	103.775	172.233	468	60,1%
05ª Região (BA)	63.961	113.642	529	56,0%
06ª Região (PE)	90.201	97.857	403	91,8%
07ª Região (CE)	50.970	51.244	404	98,7%
08ª Região (PA/AP)	51.458	87.548	755	58,3%
09ª Região (PR)	147.684	147.532	867	99,5%
10ª Região (DF/TO)	20.157	51.137	158	39,3%
11ª Região (AM/RR)	46.217	52.910	429	86,6%
12ª Região (SC)	33.192	81.914	408	40,3%
13ª Região (PB)	31.964	30.302	96	105,2%
14ª Região (RO/AC)	24.579	25.456	167	95,9%
15ª Região (Campinas)	233.826	300.790	1.513	77,3%
16ª Região (MA)	33.878	33.863	175	99,5%
17ª Região (ES)	29.504	34.931	91	84,2%
18ª Região (GO)	59.938	90.388	526	65,9%
19ª Região (AL)	35.534	35.635	193	99,2%
20ª Região (SE)	21.918	21.817	129	99,9%
21ª Região (RN)	25.561	26.680	98	95,5%
22ª Região (PI)	21.404	25.834	163	82,3%
23ª Região (MT)	41.542	41.624	151	99,4%
24ª Região (MS)	31.154	33.783	197	91,7%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.620.628</b>	<b>2.498.224</b>	<b>37.610</b>	<b>63,9%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 2.41 - ProcE11º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{ProcEl1}^\circ = \text{CnElet1}^\circ / (\text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau.
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $\text{CnExt1}^\circ = \text{CnExtFisc1}^\circ + \text{CnExtNFisc1}^\circ$

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

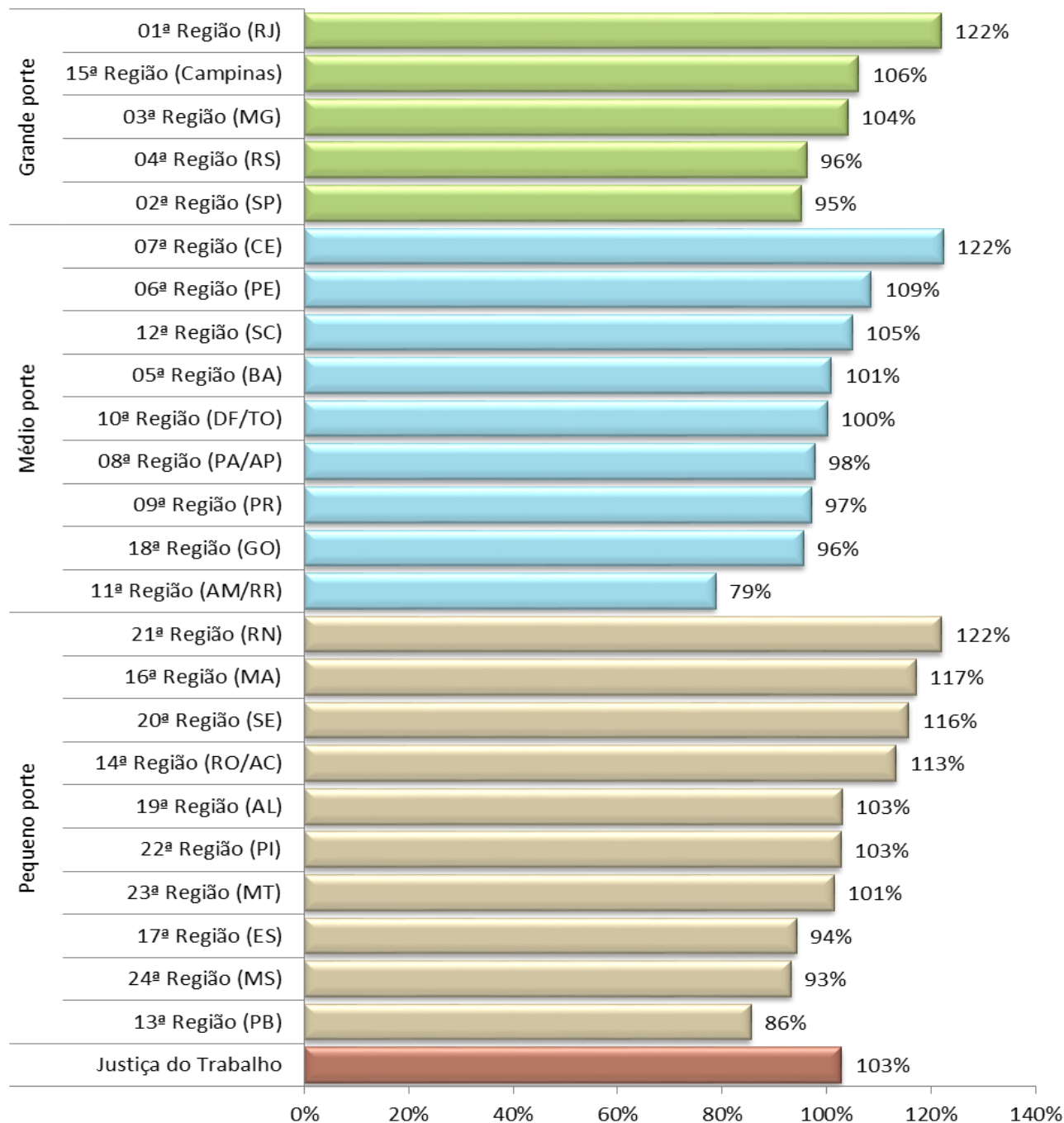
#### 2.2.28. IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.42 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	297.472	243.965	122%
02ª Região (SP)	406.867	427.000	95%
03ª Região (MG)	281.228	270.139	104%
04ª Região (RS)	165.847	172.233	96%
05ª Região (BA)	114.700	113.642	101%
06ª Região (PE)	106.279	97.857	109%
07ª Região (CE)	62.714	51.244	122%
08ª Região (PA/AP)	85.656	87.548	98%
09ª Região (PR)	143.294	147.532	97%
10ª Região (DF/TO)	51.260	51.137	100%
11ª Região (AM/RR)	41.723	52.910	79%
12ª Região (SC)	85.975	81.914	105%
13ª Região (PB)	25.943	30.302	86%
14ª Região (RO/AC)	28.862	25.456	113%
15ª Região (Campinas)	319.411	300.790	106%
16ª Região (MA)	39.695	33.863	117%
17ª Região (ES)	32.929	34.931	94%
18ª Região (GO)	86.536	90.388	96%
19ª Região (AL)	36.699	35.635	103%
20ª Região (SE)	25.260	21.817	116%
21ª Região (RN)	32.570	26.680	122%
22ª Região (PI)	26.547	25.834	103%
23ª Região (MT)	42.237	41.624	101%
24ª Região (MS)	31.539	33.783	93%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.571.243</b>	<b>2.498.224</b>	<b>103%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.42 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau



Glossário:

IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Fórmula:  $IADC1^\circ = TBaixC1^\circ / CnC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

· **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

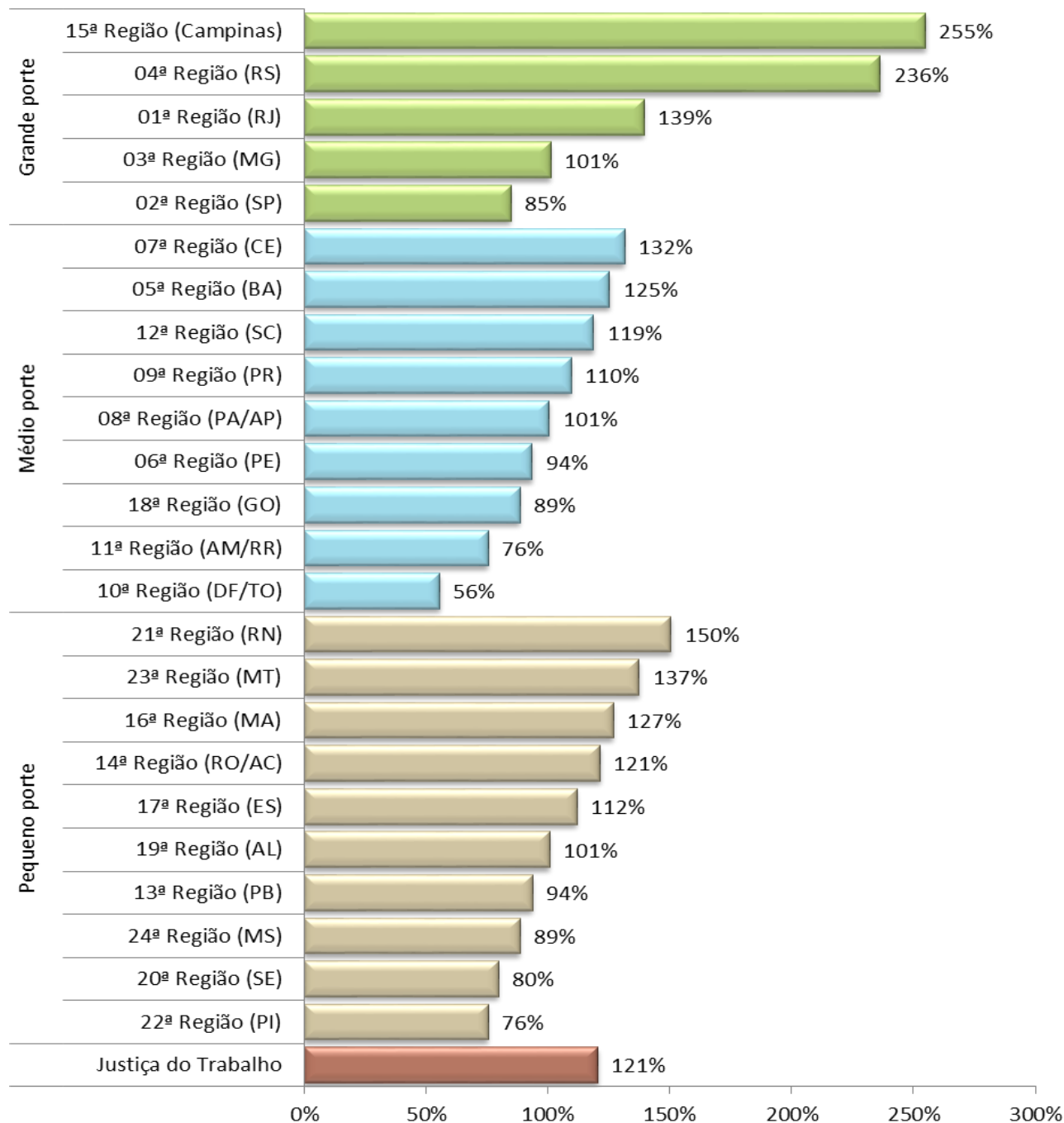
#### 2.2.29. IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tabela 2.43 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	94.498	67.753	139%
02ª Região (SP)	212.871	250.766	85%
03ª Região (MG)	56.032	55.411	101%
04ª Região (RS)	120.531	50.977	236%
05ª Região (BA)	47.779	38.118	125%
06ª Região (PE)	43.538	46.505	94%
07ª Região (CE)	29.413	22.343	132%
08ª Região (PA/AP)	14.877	14.783	101%
09ª Região (PR)	49.540	45.218	110%
10ª Região (DF/TO)	15.771	28.274	56%
11ª Região (AM/RR)	10.383	13.722	76%
12ª Região (SC)	27.177	22.870	119%
13ª Região (PB)	7.656	8.165	94%
14ª Região (RO/AC)	9.870	8.127	121%
15ª Região (Campinas)	162.310	63.660	255%
16ª Região (MA)	14.999	11.810	127%
17ª Região (ES)	13.931	12.453	112%
18ª Região (GO)	21.229	23.951	89%
19ª Região (AL)	9.617	9.551	101%
20ª Região (SE)	4.889	6.130	80%
21ª Região (RN)	16.663	11.072	150%
22ª Região (PI)	5.706	7.552	76%
23ª Região (MT)	10.187	7.411	137%
24ª Região (MS)	8.759	9.887	89%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.008.226</b>	<b>836.509</b>	<b>121%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.43 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau



Glossário:

IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Fórmula:  $IADEx1^\circ = T\text{BaixEx}1^\circ / CnEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{BaixEx}1^\circ = T\text{BaixExt}1^\circ + T\text{BaixJud}1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$



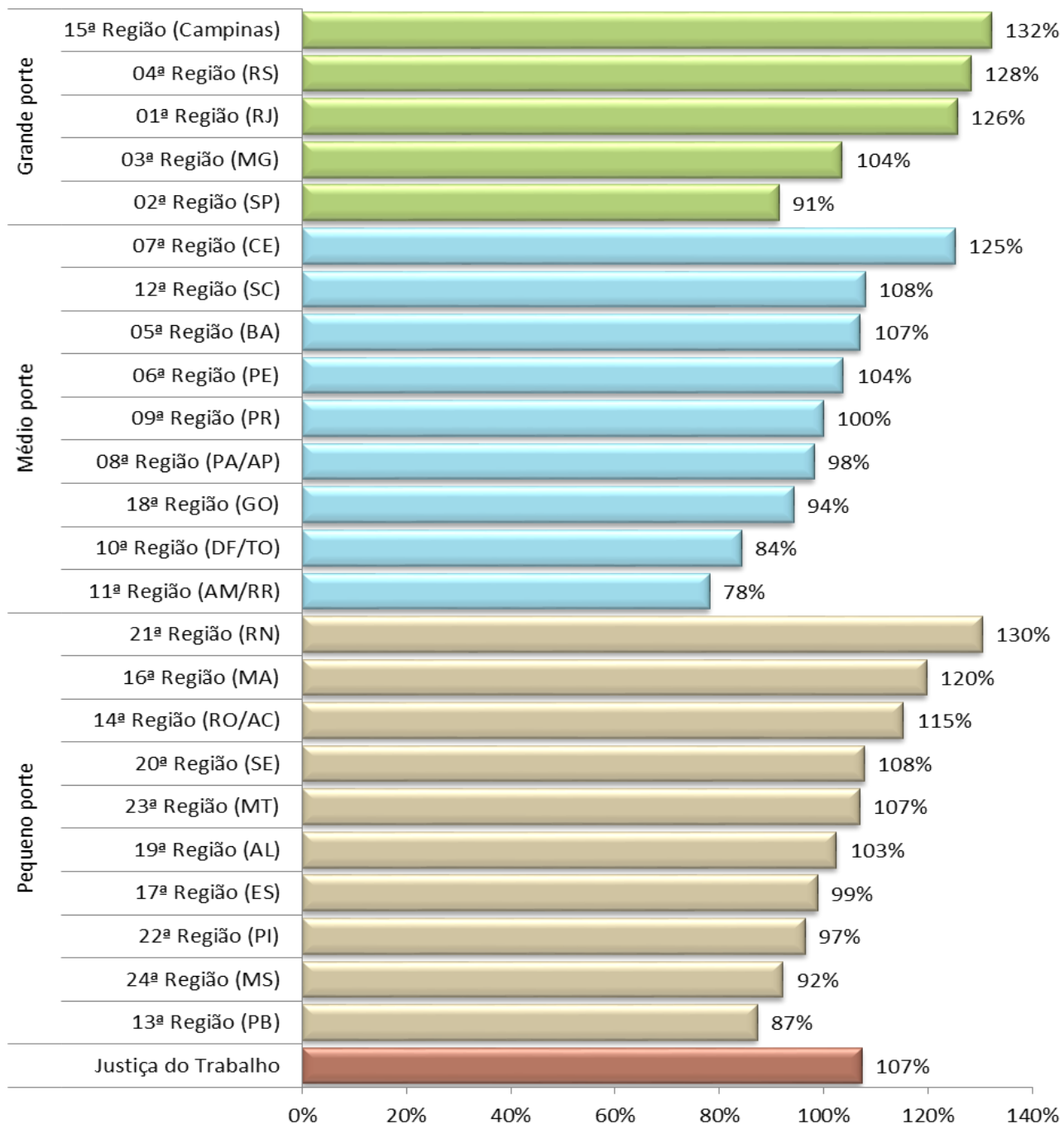
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.30. IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau**

Tabela 2.44 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
01ª Região (RJ)	297.472	94.498	243.965	67.753	126%
02ª Região (SP)	406.867	212.871	427.000	250.766	91%
03ª Região (MG)	281.228	56.032	270.139	55.411	104%
04ª Região (RS)	165.847	120.531	172.233	50.977	128%
05ª Região (BA)	114.700	47.779	113.642	38.118	107%
06ª Região (PE)	106.279	43.538	97.857	46.505	104%
07ª Região (CE)	62.714	29.413	51.244	22.343	125%
08ª Região (PA/AP)	85.656	14.877	87.548	14.783	98%
09ª Região (PR)	143.294	49.540	147.532	45.218	100%
10ª Região (DF/TO)	51.260	15.771	51.137	28.274	84%
11ª Região (AM/RR)	41.723	10.383	52.910	13.722	78%
12ª Região (SC)	85.975	27.177	81.914	22.870	108%
13ª Região (PB)	25.943	7.656	30.302	8.165	87%
14ª Região (RO/AC)	28.862	9.870	25.456	8.127	115%
15ª Região (Campinas)	319.411	162.310	300.790	63.660	132%
16ª Região (MA)	39.695	14.999	33.863	11.810	120%
17ª Região (ES)	32.929	13.931	34.931	12.453	99%
18ª Região (GO)	86.536	21.229	90.388	23.951	94%
19ª Região (AL)	36.699	9.617	35.635	9.551	103%
20ª Região (SE)	25.260	4.889	21.817	6.130	108%
21ª Região (RN)	32.570	16.663	26.680	11.072	130%
22ª Região (PI)	26.547	5.706	25.834	7.552	97%
23ª Região (MT)	42.237	10.187	41.624	7.411	107%
24ª Região (MS)	31.539	8.759	33.783	9.887	92%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.571.243</b>	<b>1.008.226</b>	<b>2.498.224</b>	<b>836.509</b>	<b>107%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.44 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Glossário:

IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula:  $IAD1^\circ = (TBaixC1^\circ + TBaixEx1^\circ) / (CnC1^\circ + CnEx1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

·  $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

· **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

·  $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

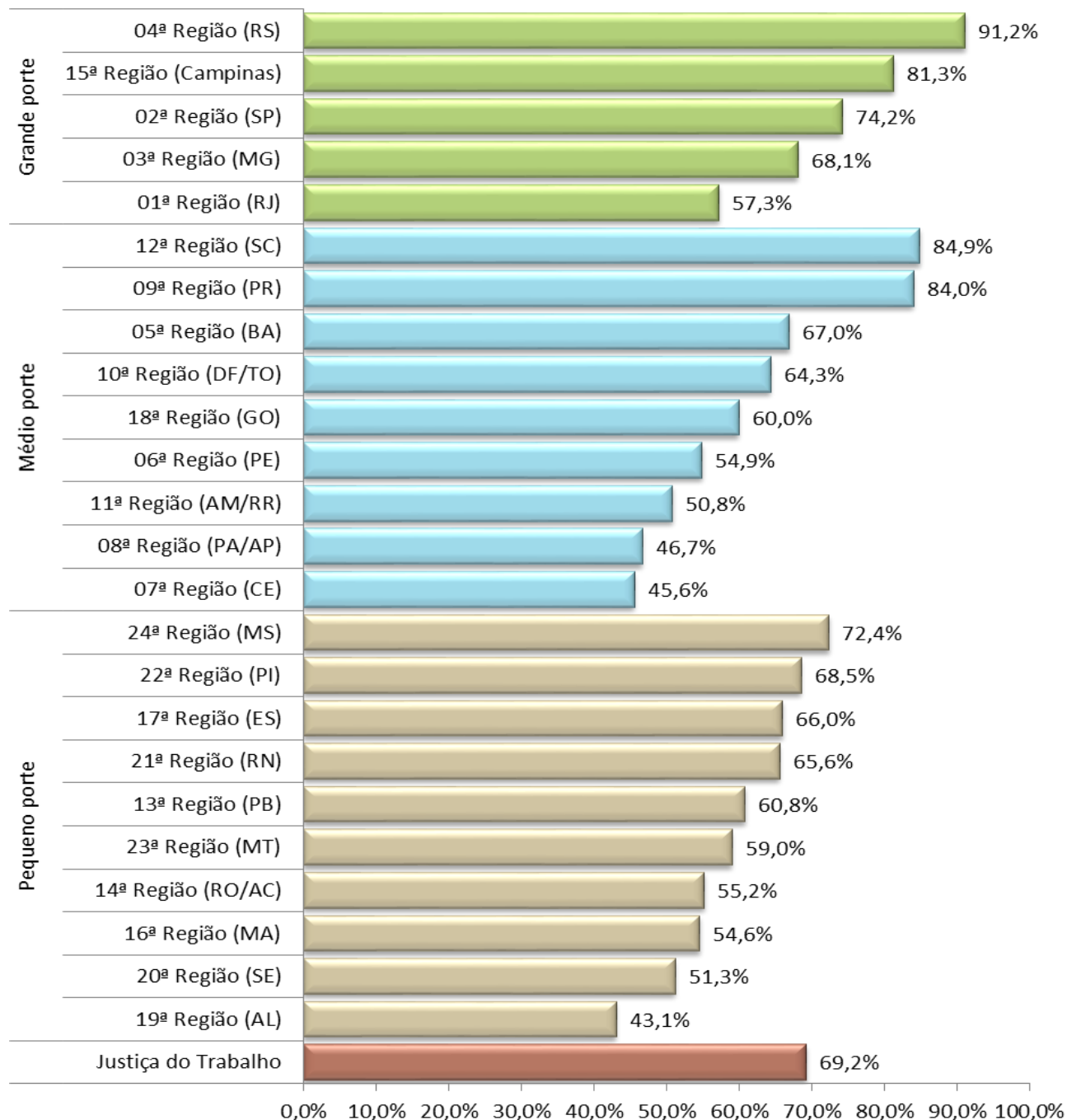
**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau**

Tabela 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau</b>	<b>SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo</b>	<b>RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	60.511	105.641	57,3%
02ª Região (SP)	114.922	154.860	74,2%
03ª Região (MG)	81.203	119.265	68,1%
04ª Região (RS)	63.182	69.299	91,2%
05ª Região (BA)	37.534	56.054	67,0%
06ª Região (PE)	21.661	39.482	54,9%
07ª Região (CE)	9.263	20.326	45,6%
08ª Região (PA/AP)	12.580	26.927	46,7%
09ª Região (PR)	42.496	50.568	84,0%
10ª Região (DF/TO)	12.718	19.764	64,3%
11ª Região (AM/RR)	7.345	14.449	50,8%
12ª Região (SC)	27.149	31.990	84,9%
13ª Região (PB)	8.668	14.249	60,8%
14ª Região (RO/AC)	5.719	10.355	55,2%
15ª Região (Campinas)	103.795	127.605	81,3%
16ª Região (MA)	7.922	14.508	54,6%
17ª Região (ES)	12.030	18.223	66,0%
18ª Região (GO)	19.266	32.107	60,0%
19ª Região (AL)	4.461	10.348	43,1%
20ª Região (SE)	7.021	13.699	51,3%
21ª Região (RN)	9.756	14.875	65,6%
22ª Região (PI)	8.943	13.047	68,5%
23ª Região (MT)	8.917	15.101	59,0%
24ª Região (MS)	9.406	12.990	72,4%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>696.468</b>	<b>1.005.732</b>	<b>69,2%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau



### Glossário:

RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de conhecimento em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento no período-base (semestre).

Fórmula:  $RxRO1^\circ = (RO + ROPS) 1^\circ / SeReC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau: Os Recursos Ordinários e os Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

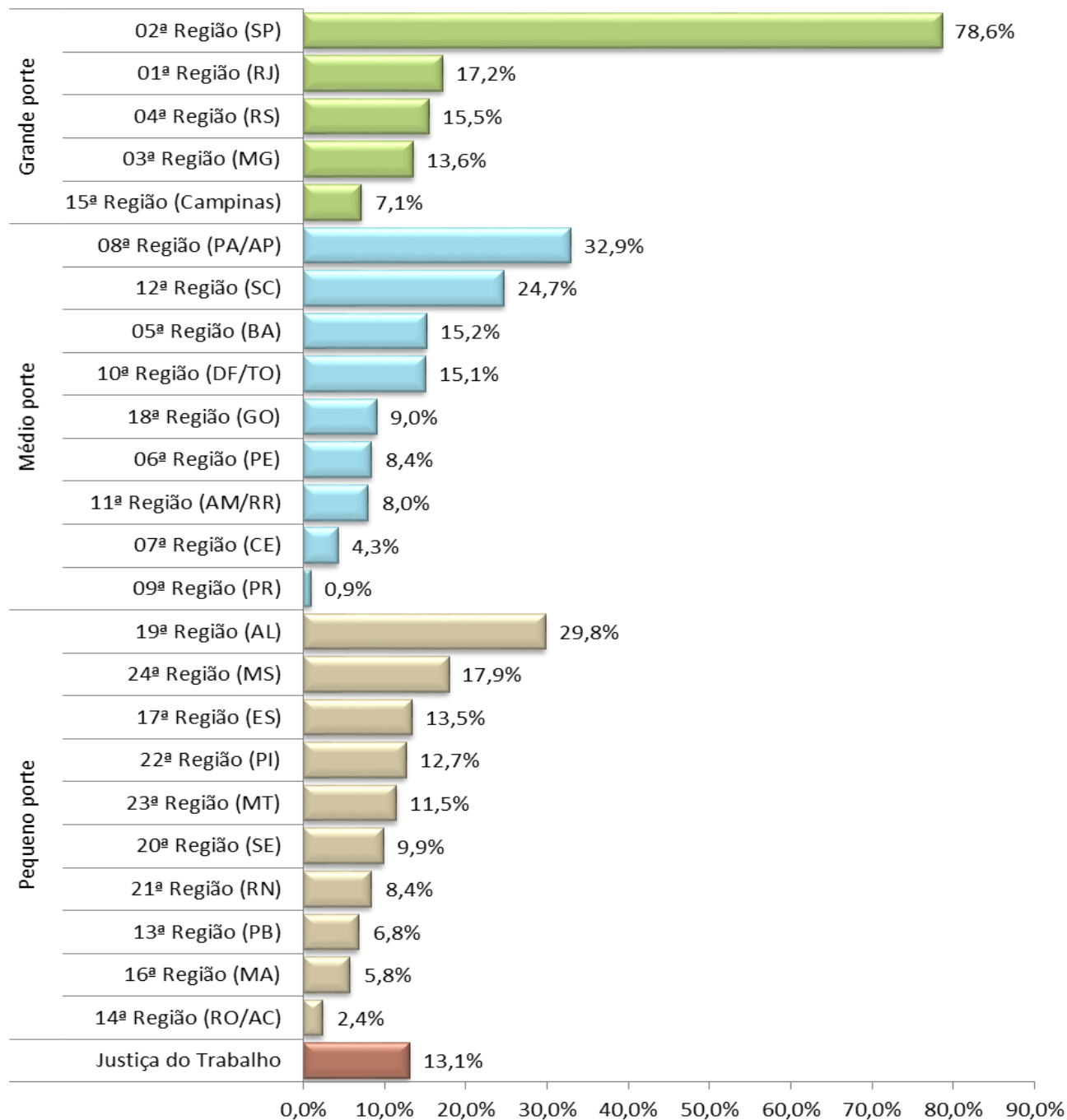
#### 2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tabela 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	AP1º - Agravos de Petição	SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	13.164	76.441	17,2%
02ª Região (SP)	18.482	23.510	78,6%
03ª Região (MG)	10.064	74.040	13,6%
04ª Região (RS)	10.041	64.597	15,5%
05ª Região (BA)	8.534	56.171	15,2%
06ª Região (PE)	2.936	34.867	8,4%
07ª Região (CE)	1.584	36.726	4,3%
08ª Região (PA/AP)	1.517	4.615	32,9%
09ª Região (PR)	492	52.884	0,9%
10ª Região (DF/TO)	3.351	22.227	15,1%
11ª Região (AM/RR)	843	10.507	8,0%
12ª Região (SC)	6.525	26.395	24,7%
13ª Região (PB)	949	13.886	6,8%
14ª Região (RO/AC)	267	11.025	2,4%
15ª Região (Campinas)	11.500	161.135	7,1%
16ª Região (MA)	955	16.588	5,8%
17ª Região (ES)	2.363	17.563	13,5%
18ª Região (GO)	1.879	20.829	9,0%
19ª Região (AL)	289	969	29,8%
20ª Região (SE)	573	5.793	9,9%
21ª Região (RN)	1.049	12.528	8,4%
22ª Região (PI)	849	6.684	12,7%
23ª Região (MT)	1.031	8.969	11,5%
24ª Região (MS)	949	5.289	17,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>100.186</b>	<b>764.238</b>	<b>13,1%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau





### Glossário:

RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de execução em relação ao número de decisões proferidas pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho na fase de execução, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação, embargos à arrematação.

Fórmula:  $RxAP1^\circ = AP1^\circ / SeReEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AP1º - Agravos de Petição: Os recursos de agravo de petição interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões proferidas na fase de execução, no período- base (semestre), pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação e embargos à arrematação.

**2. Litigiosidade.**
**2.2. Litigiosidade de 1º grau**
**2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau**

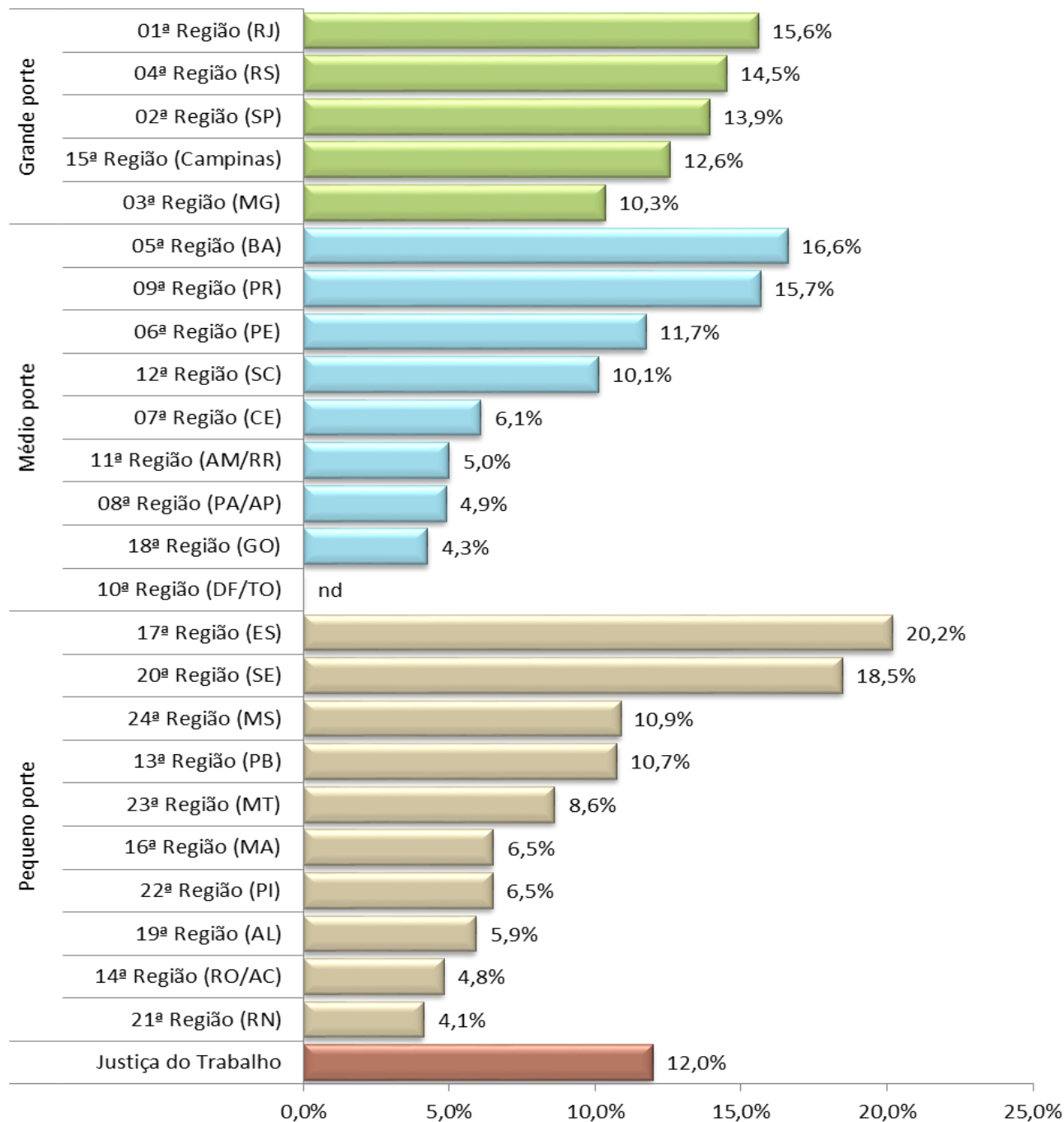
Tabela 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau</b>	<b>SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno</b>	<b>Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau</b>
01ª Região (RJ)	35.598	227.925	15,6%
02ª Região (SP)	56.645	406.867	13,9%
03ª Região (MG)	28.961	279.861	10,3%
04ª Região (RS)	22.075	152.132	14,5%
05ª Região (BA)	18.193	109.411	16,6%
06ª Região (PE)	11.100	94.537	11,7%
07ª Região (CE)	3.175	52.249	6,1%
08ª Região (PA/AP)	3.967	81.031	4,9%
09ª Região (PR)	20.857	132.957	15,7%
10ª Região (DF/TO)	nd	40.461	nd
11ª Região (AM/RR)	2.185	43.780	5,0%
12ª Região (SC)	7.892	77.914	10,1%
13ª Região (PB)	3.171	29.514	10,7%
14ª Região (RO/AC)	1.263	26.198	4,8%
15ª Região (Campinas)	32.878	261.880	12,6%
16ª Região (MA)	2.083	32.072	6,5%
17ª Região (ES)	6.570	32.515	20,2%
18ª Região (GO)	3.472	81.652	4,3%
19ª Região (AL)	2.018	34.103	5,9%
20ª Região (SE)	4.170	22.557	18,5%
21ª Região (RN)	1.131	27.401	4,1%
22ª Região (PI)	1.723	26.569	6,5%
23ª Região (MT)	3.543	41.176	8,6%
24ª Região (MS)	3.139	28.856	10,9%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>275.809</b>	<b>2.343.618</b>	<b>12,0%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Finalidade: Indicar a o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau da Justiça do Trabalho em relação ao número de decisões proferidas no 1º Grau.

Fórmula:  $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

## 2. Litigiosidade.

### 2.2. Litigiosidade de 1º grau

#### 2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

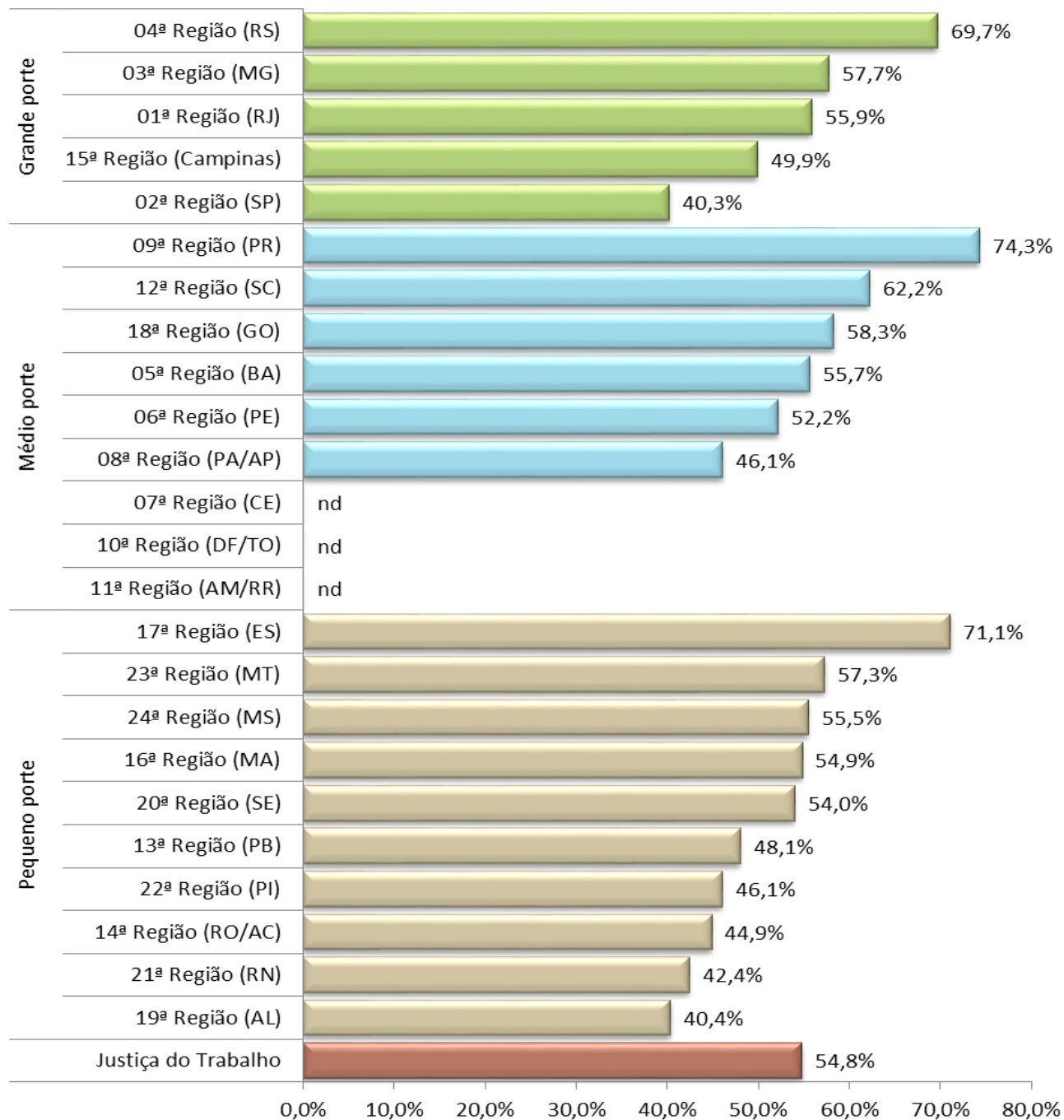
Tabela 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente)	Rj1º - Recursos julgados pelo TRT	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
01ª Região (RJ)	32.505	58.188	55,9%
02ª Região (SP)	36.688	91.115	40,3%
03ª Região (MG)	41.259	71.446	57,7%
04ª Região (RS)	39.514	56.711	69,7%
05ª Região (BA)	21.137	37.974	55,7%
06ª Região (PE)	10.252	19.646	52,2%
07ª Região (CE)	4.067	9.411	nd
08ª Região (PA/AP)	4.423	9.598	46,1%
09ª Região (PR)	27.400	36.866	74,3%
10ª Região (DF/TO)	6.287	13.820	nd
11ª Região (AM/RR)	3.019	6.261	nd
12ª Região (SC)	12.876	20.694	62,2%
13ª Região (PB)	4.938	10.275	48,1%
14ª Região (RO/AC)	2.443	5.442	44,9%
15ª Região (Campinas)	45.216	90.554	49,9%
16ª Região (MA)	4.668	8.510	54,9%
17ª Região (ES)	7.794	10.962	71,1%
18ª Região (GO)	10.450	17.920	58,3%
19ª Região (AL)	2.218	5.496	40,4%
20ª Região (SE)	2.858	5.294	54,0%
21ª Região (RN)	3.326	7.838	42,4%
22ª Região (PI)	3.393	7.365	46,1%
23ª Região (MT)	5.219	9.105	57,3%
24ª Região (MS)	4.476	8.068	55,5%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>336.426</b>	<b>618.559</b>	<b>54,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau e providos pelo Tribunal Regional do Trabalho, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau.

Fórmula:  $Rd1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ) / (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ)$

· Rj1º - Recursos julgados pelo TRT: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT no período-base (semestre).

$Rj1^\circ = (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

## 2. Litigiosidade.

### 2.3. Litigiosidade Total

#### 2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

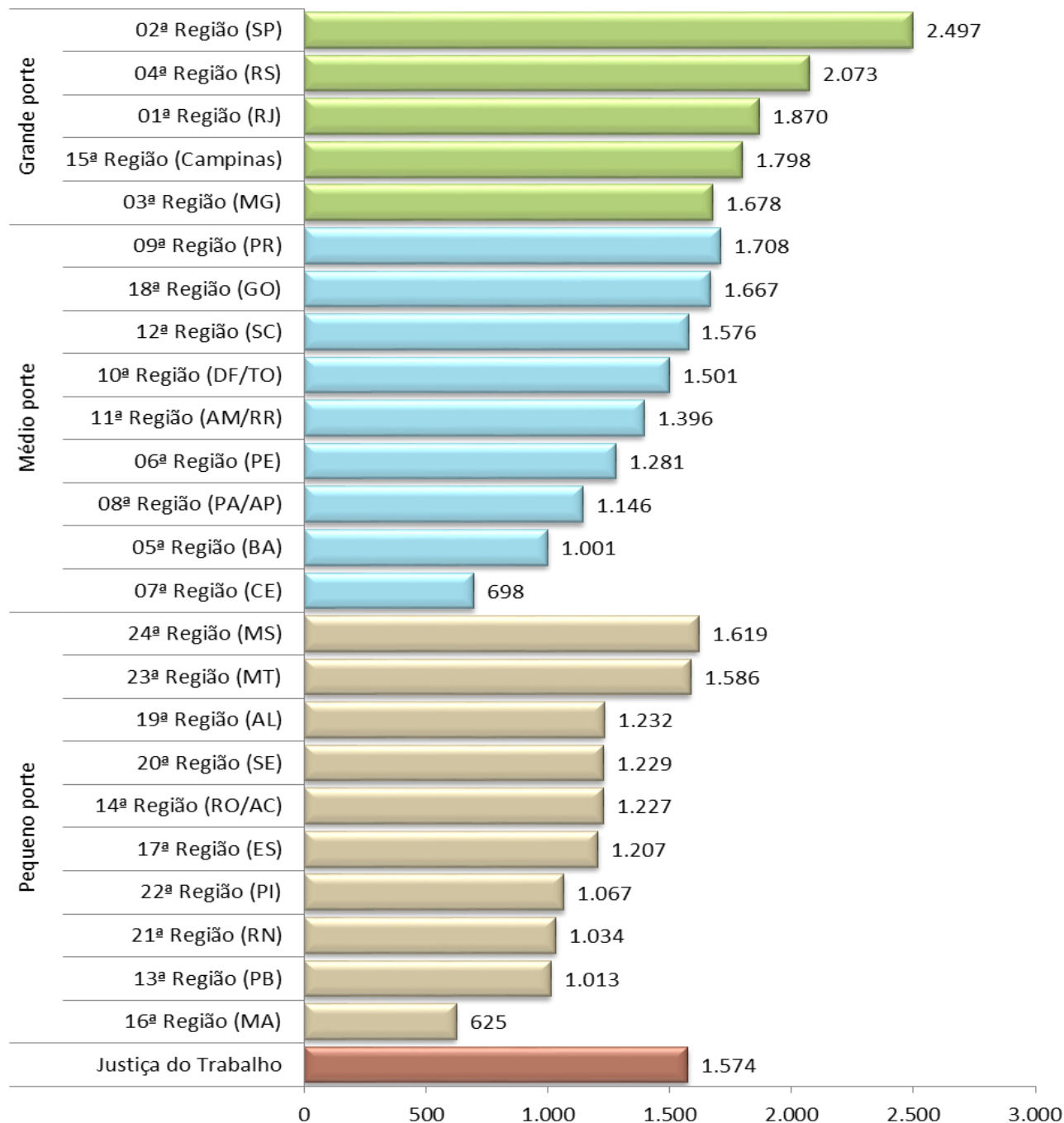
Tabela 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	307.742	165	1.870
02ª Região (SP)	558.938	224	2.497
03ª Região (MG)	347.916	207	1.678
04ª Região (RS)	232.364	112	2.073
05ª Região (BA)	151.421	151	1.001
06ª Região (PE)	118.893	93	1.281
07ª Região (CE)	61.742	88	698
08ª Região (PA/AP)	101.045	88	1.146
09ª Região (PR)	189.283	111	1.708
10ª Região (DF/TO)	65.266	43	1.501
11ª Região (AM/RR)	61.017	44	1.396
12ª Região (SC)	106.025	67	1.576
13ª Região (PB)	39.966	39	1.013
14ª Região (RO/AC)	31.148	25	1.227
15ª Região (Campinas)	389.274	216	1.798
16ª Região (MA)	42.836	69	625
17ª Região (ES)	46.885	39	1.207
18ª Região (GO)	108.756	65	1.667
19ª Região (AL)	40.918	33	1.232
20ª Região (SE)	27.275	22	1.229
21ª Região (RN)	35.240	34	1.034
22ª Região (PI)	34.090	32	1.067
23ª Região (MT)	51.151	32	1.586
24ª Região (MS)	42.410	26	1.619
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.191.601</b>	<b>2.028</b>	<b>1.574</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).



Gráfico 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula:  $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de  $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 2. Litigiosidade.

### 2.3. Litigiosidade Total

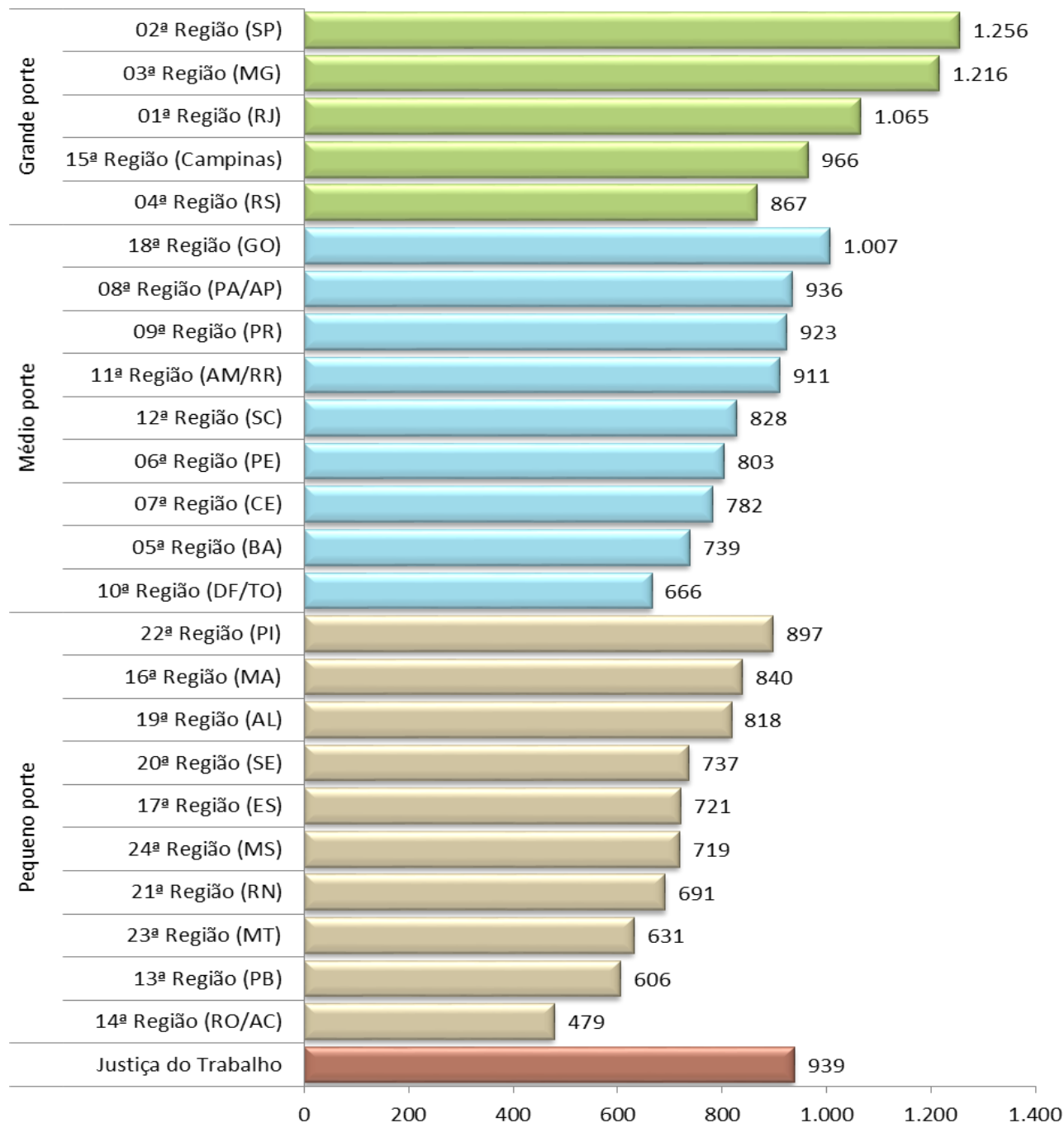
#### 2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	Mag - Total de Magistrados	Cm - Casos Novos por Magistrado
01ª Região (RJ)	307.742	289	1.065
02ª Região (SP)	558.938	445	1.256
03ª Região (MG)	347.916	286	1.216
04ª Região (RS)	232.364	268	867
05ª Região (BA)	151.421	205	739
06ª Região (PE)	118.893	148	803
07ª Região (CE)	61.742	79	782
08ª Região (PA/AP)	101.045	108	936
09ª Região (PR)	189.283	205	923
10ª Região (DF/TO)	65.266	98	666
11ª Região (AM/RR)	61.017	67	911
12ª Região (SC)	106.025	128	828
13ª Região (PB)	39.966	66	606
14ª Região (RO/AC)	31.148	65	479
15ª Região (Campinas)	389.274	403	966
16ª Região (MA)	42.836	51	840
17ª Região (ES)	46.885	65	721
18ª Região (GO)	108.756	108	1.007
19ª Região (AL)	40.918	50	818
20ª Região (SE)	27.275	37	737
21ª Região (RN)	35.240	51	691
22ª Região (PI)	34.090	38	897
23ª Região (MT)	51.151	81	631
24ª Região (MS)	42.410	59	719
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.191.601</b>	<b>3.400</b>	<b>939</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada magistrado no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de  $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

## 2. Litigiosidade.

### 2.3. Litigiosidade Total

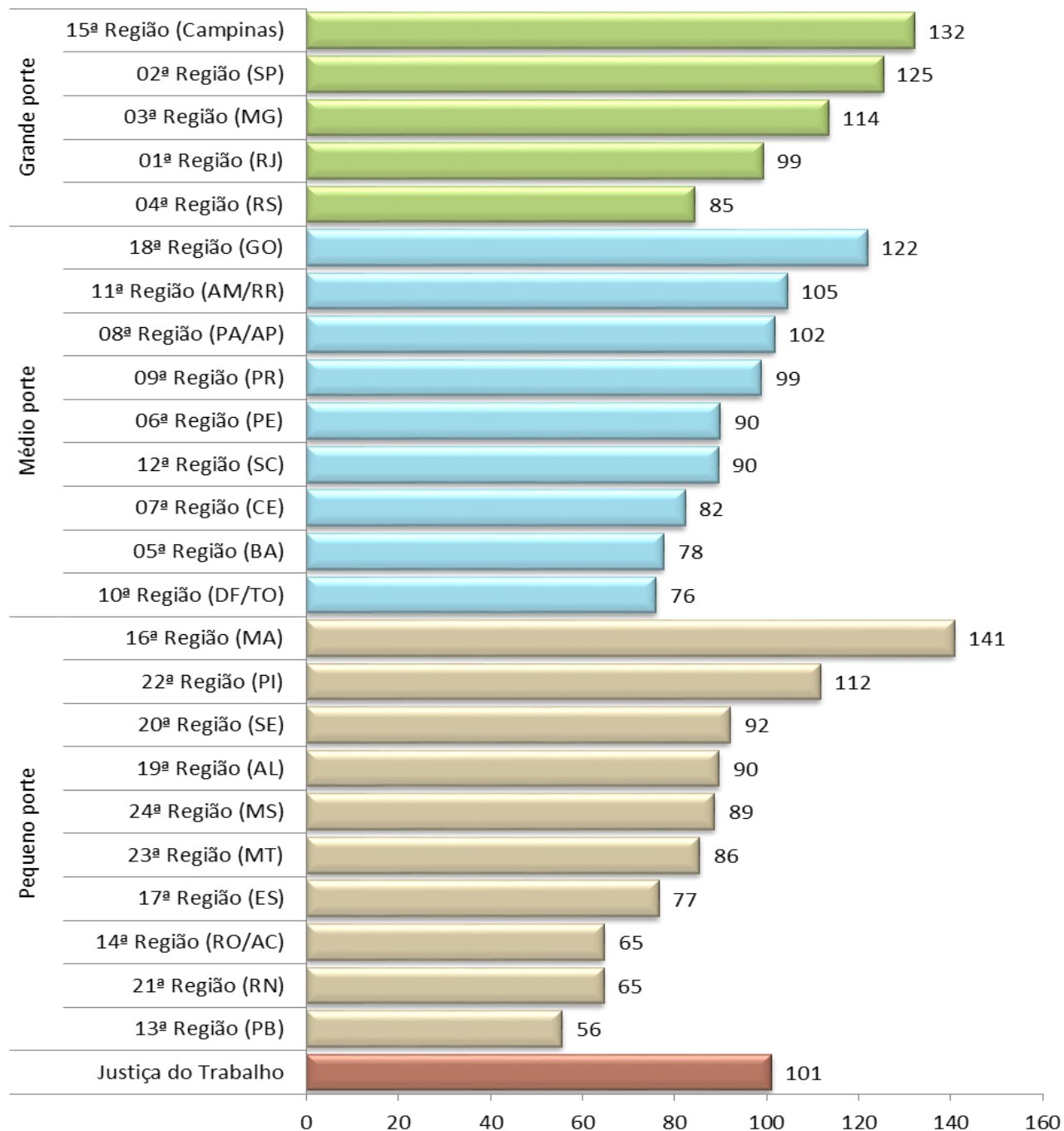
#### 2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
01ª Região (RJ)	307.742	3.099	99
02ª Região (SP)	558.938	4.457	125
03ª Região (MG)	347.916	3.061	114
04ª Região (RS)	232.364	2.749	85
05ª Região (BA)	151.421	1.949	78
06ª Região (PE)	118.893	1.322	90
07ª Região (CE)	61.742	750	82
08ª Região (PA/AP)	101.045	993	102
09ª Região (PR)	189.283	1.914	99
10ª Região (DF/TO)	65.266	858	76
11ª Região (AM/RR)	61.017	583	105
12ª Região (SC)	106.025	1.183	90
13ª Região (PB)	39.966	719	56
14ª Região (RO/AC)	31.148	481	65
15ª Região (Campinas)	389.274	2.945	132
16ª Região (MA)	42.836	304	141
17ª Região (ES)	46.885	612	77
18ª Região (GO)	108.756	891	122
19ª Região (AL)	40.918	456	90
20ª Região (SE)	27.275	296	92
21ª Região (RN)	35.240	545	65
22ª Região (PI)	34.090	305	112
23ª Região (MT)	51.151	598	86
24ª Região (MS)	42.410	478	89
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.191.601</b>	<b>31.548</b>	<b>101</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor



Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados por servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula:  $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de  $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $SaJud = SaJud2 + SaJud1$



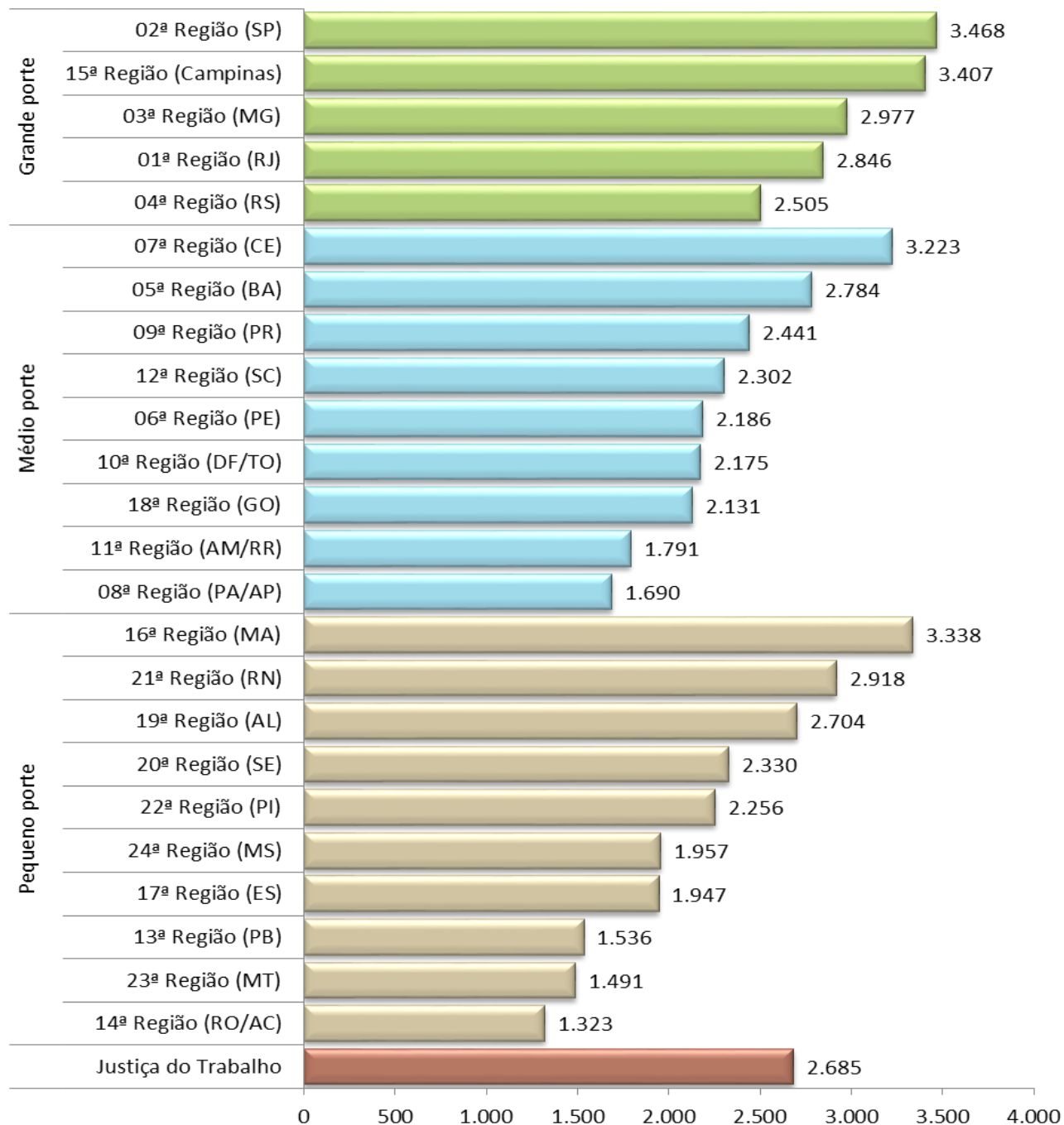
**2. Litigiosidade.**
**2.3. Litigiosidade Total**
**2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados**

Tabela 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Mag - Total de Magistrados	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
01ª Região (RJ)	374.180	358.868	67.454	21.981	289	2.846
02ª Região (SP)	782.346	647.036	102.065	11.870	445	3.468
03ª Região (MG)	402.310	384.431	59.317	5.257	286	2.977
04ª Região (RS)	282.873	324.064	49.964	14.410	268	2.505
05ª Região (BA)	189.010	314.922	45.070	21.755	205	2.784
06ª Região (PE)	164.995	129.843	21.512	7.169	148	2.186
07ª Região (CE)	83.681	159.000	8.507	3.435	79	3.223
08ª Região (PA/AP)	115.073	53.193	9.046	5.200	108	1.690
09ª Região (PR)	233.634	208.542	48.078	10.092	205	2.441
10ª Região (DF/TO)	93.382	104.655	11.113	3.995	98	2.175
11ª Região (AM/RR)	74.310	37.619	5.917	2.181	67	1.791
12ª Região (SC)	128.487	141.523	20.226	4.473	128	2.302
13ª Região (PB)	48.035	44.847	7.504	982	66	1.536
14ª Região (RO/AC)	39.108	43.326	3.017	527	65	1.323
15ª Região (Campinas)	451.421	833.991	68.995	18.726	403	3.407
16ª Região (MA)	54.471	107.315	6.398	2.066	51	3.338
17ª Região (ES)	59.247	52.593	12.207	2.486	65	1.947
18ª Região (GO)	132.181	84.284	10.821	2.860	108	2.131
19ª Região (AL)	50.276	79.705	3.812	1.382	50	2.704
20ª Região (SE)	33.276	44.369	6.483	2.097	37	2.330
21ª Região (RN)	46.214	96.186	4.066	2.373	51	2.918
22ª Região (PI)	41.479	37.020	5.991	1.238	38	2.256
23ª Região (MT)	58.411	53.302	6.384	2.670	81	1.491
24ª Região (MS)	52.100	55.956	6.322	1.062	59	1.957
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>3.990.500</b>	<b>4.396.590</b>	<b>590.269</b>	<b>150.287</b>	<b>3.400</b>	<b>2.685</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados no período-base (semestre).

Fórmula:  $K = (Cn + Cp + RInt + RIntP) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = Cn2 + Cn1$
- $Cp = Cp2 + Cp1$
- $RIntInc = RInt2 + RIntC1 + IncEx1$
- $RIntIncP = RIntP2 + RIntPC1 + IncExp1$
- $Mag = MagP2º + MagP1º - MagAJ1º$

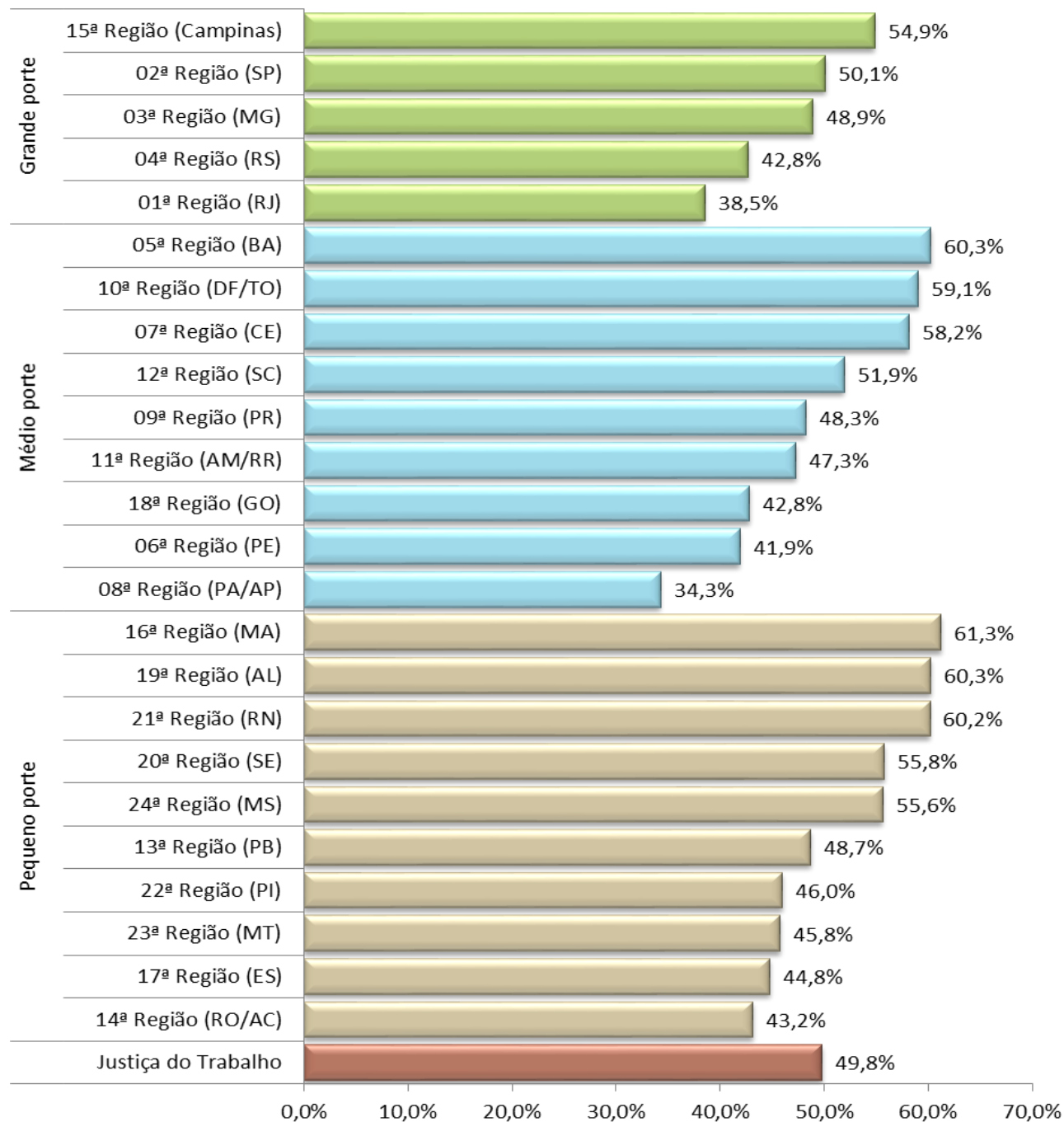
**2. Litigiosidade.**
**2.3. Litigiosidade Total**
**2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento**

Tabela 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
01ª Região (RJ)	450.497	374.180	358.868	38,5%
02ª Região (SP)	712.829	782.346	647.036	50,1%
03ª Região (MG)	401.760	402.310	384.431	48,9%
04ª Região (RS)	347.411	282.873	324.064	42,8%
05ª Região (BA)	200.176	189.010	314.922	60,3%
06ª Região (PE)	171.300	164.995	129.843	41,9%
07ª Região (CE)	101.509	83.681	159.000	58,2%
08ª Região (PA/AP)	110.559	115.073	53.193	34,3%
09ª Região (PR)	228.810	233.634	208.542	48,3%
10ª Região (DF/TO)	81.075	93.382	104.655	59,1%
11ª Região (AM/RR)	59.001	74.310	37.619	47,3%
12ª Região (SC)	129.810	128.487	141.523	51,9%
13ª Região (PB)	47.624	48.035	44.847	48,7%
14ª Região (RO/AC)	46.845	39.108	43.326	43,2%
15ª Região (Campinas)	579.906	451.421	833.991	54,9%
16ª Região (MA)	62.692	54.471	107.315	61,3%
17ª Região (ES)	61.750	59.247	52.593	44,8%
18ª Região (GO)	123.713	132.181	84.284	42,8%
19ª Região (AL)	51.600	50.276	79.705	60,3%
20ª Região (SE)	34.320	33.276	44.369	55,8%
21ª Região (RN)	56.679	46.214	96.186	60,2%
22ª Região (PI)	42.380	41.479	37.020	46,0%
23ª Região (MT)	60.533	58.411	53.302	45,8%
24ª Região (MS)	47.932	52.100	55.956	55,6%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>4.210.711</b>	<b>3.990.500</b>	<b>4.396.590</b>	<b>49,8%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento



Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no período-base (semestre).

Fórmula:  $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $C_n = C_{n2} + C_{n1}$
- $C_p = C_{p2} + C_{p1}$

## 2. Litigiosidade.

### 2.3. Litigiosidade Total

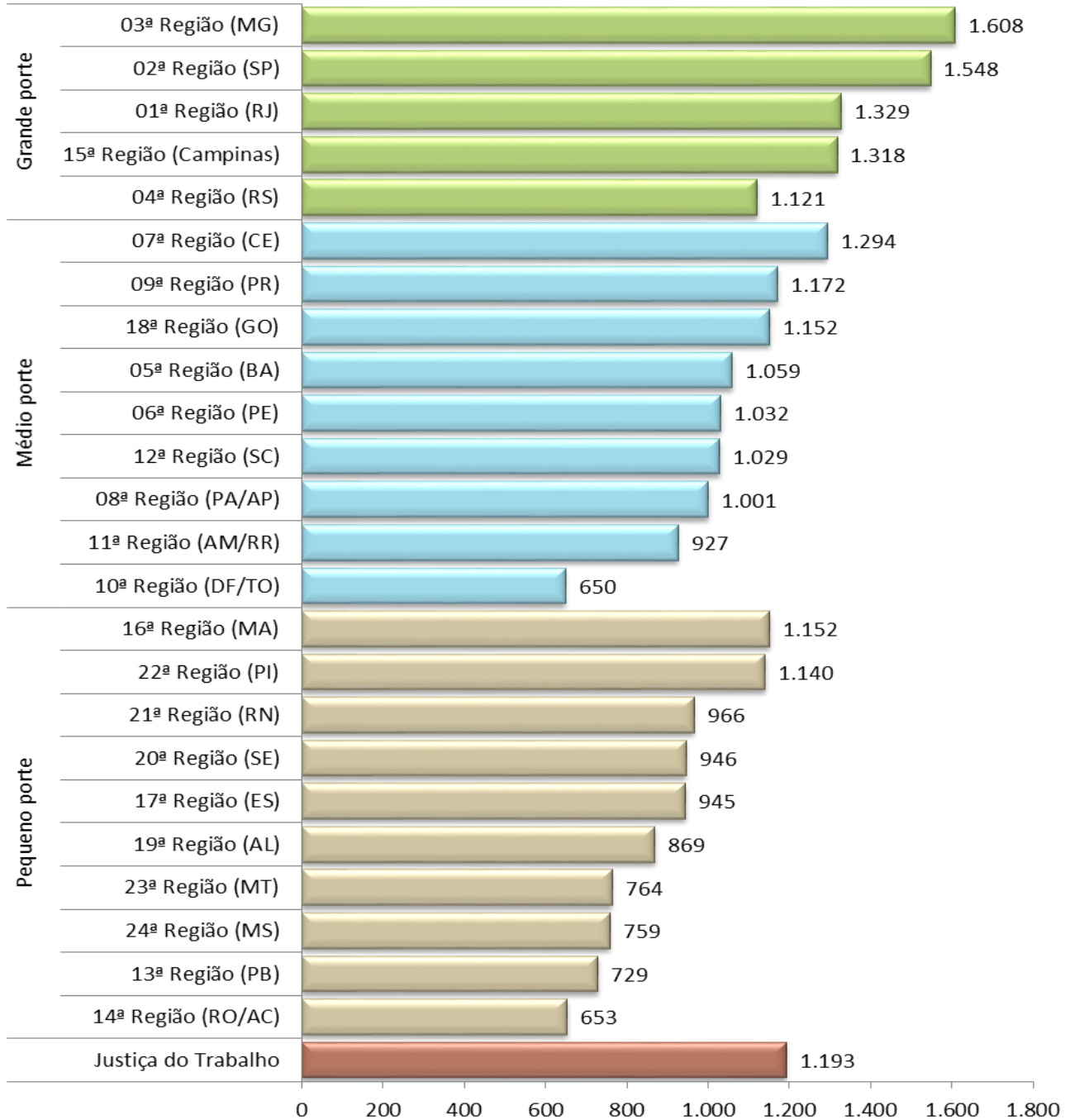
#### 2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
01ª Região (RJ)	384.125	289	1.329
02ª Região (SP)	688.978	445	1.548
03ª Região (MG)	460.029	286	1.608
04ª Região (RS)	300.546	268	1.121
05ª Região (BA)	217.132	205	1.059
06ª Região (PE)	152.736	148	1.032
07ª Região (CE)	102.253	79	1.294
08ª Região (PA/AP)	108.136	108	1.001
09ª Região (PR)	240.258	205	1.172
10ª Região (DF/TO)	63.697	98	650
11ª Região (AM/RR)	62.090	67	927
12ª Região (SC)	131.745	128	1.029
13ª Região (PB)	48.138	66	729
14ª Região (RO/AC)	42.472	65	653
15ª Região (Campinas)	531.344	403	1.318
16ª Região (MA)	58.764	51	1.152
17ª Região (ES)	61.420	65	945
18ª Região (GO)	124.424	108	1.152
19ª Região (AL)	43.469	50	869
20ª Região (SE)	35.014	37	946
21ª Região (RN)	49.276	51	966
22ª Região (PI)	43.338	38	1.140
23ª Região (MT)	61.899	81	764
24ª Região (MS)	44.779	59	759
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>4.056.062</b>	<b>3.400</b>	<b>1.193</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado





Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar a média de sentenças / decisões terminativas de processo por Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula:  $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{Sent2} + \text{Sent1}$
- $\text{Mag} = \text{MagP2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

## 2. Litigiosidade.

### 2.3. Litigiosidade Total

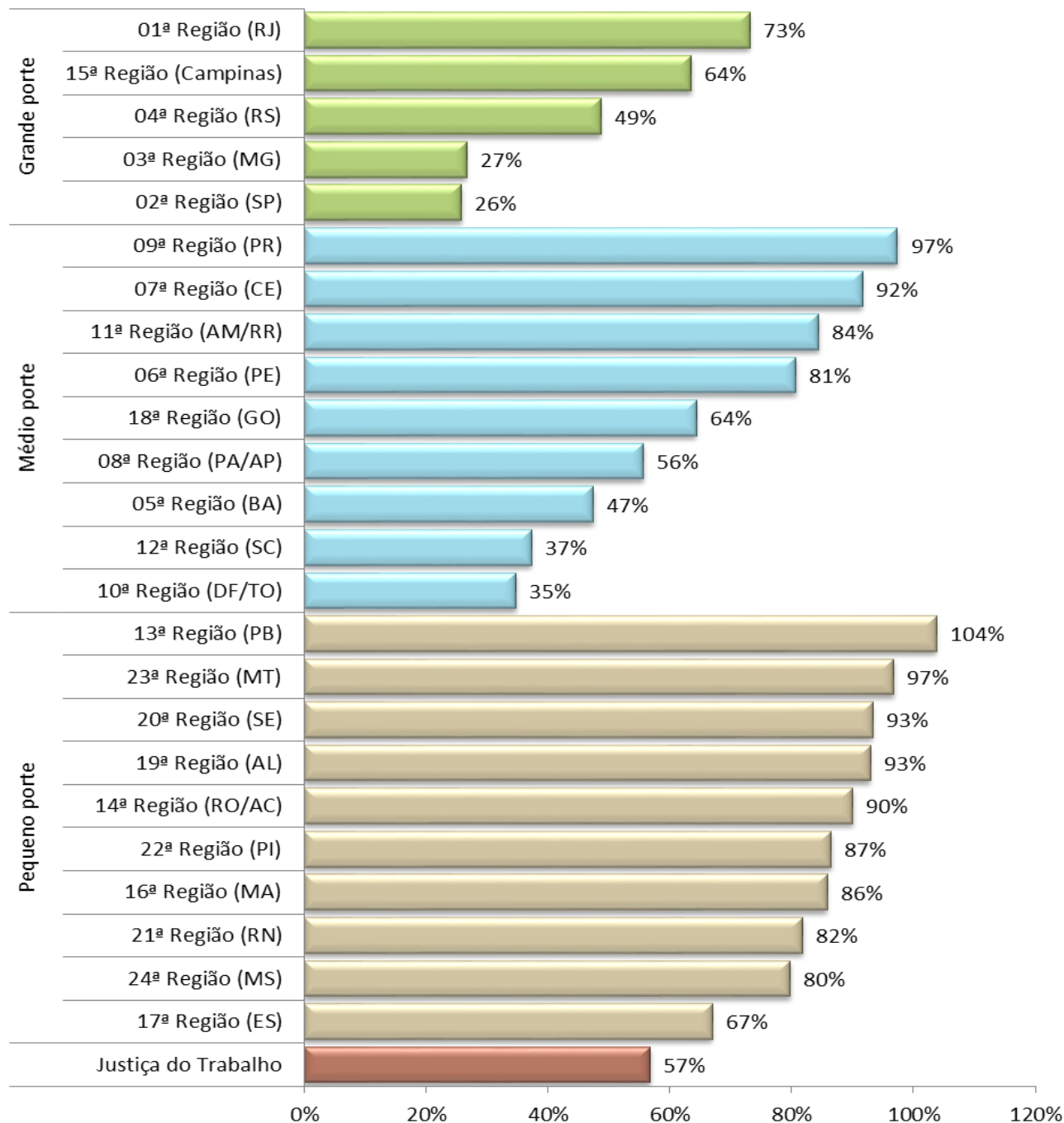
#### 2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tabela 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
01ª Região (RJ)	225.304	307.742	73%
02ª Região (SP)	144.431	558.938	26%
03ª Região (MG)	92.693	347.916	27%
04ª Região (RS)	113.285	232.364	49%
05ª Região (BA)	71.917	151.421	47%
06ª Região (PE)	95.990	118.893	81%
07ª Região (CE)	56.568	61.742	92%
08ª Região (PA/AP)	56.263	101.045	56%
09ª Região (PR)	184.359	189.283	97%
10ª Região (DF/TO)	22.709	65.266	35%
11ª Região (AM/RR)	51.523	61.017	84%
12ª Região (SC)	39.553	106.025	37%
13ª Região (PB)	41.491	39.966	104%
14ª Região (RO/AC)	28.050	31.148	90%
15ª Região (Campinas)	247.279	389.274	64%
16ª Região (MA)	36.778	42.836	86%
17ª Região (ES)	31.414	46.885	67%
18ª Região (GO)	70.071	108.756	64%
19ª Região (AL)	38.023	40.918	93%
20ª Região (SE)	25.458	27.275	93%
21ª Região (RN)	28.832	35.240	82%
22ª Região (PI)	29.497	34.090	87%
23ª Região (MT)	49.496	51.151	97%
24ª Região (MS)	33.846	42.410	80%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>1.814.830</b>	<b>3.191.601</b>	<b>57%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no período-base (semestre).

Fórmula:  $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2} + \text{CnElet1}$
- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de  $\text{Cn2}^\circ + \text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ$

## 2. Litigiosidade.

### 2.3. Litigiosidade Total

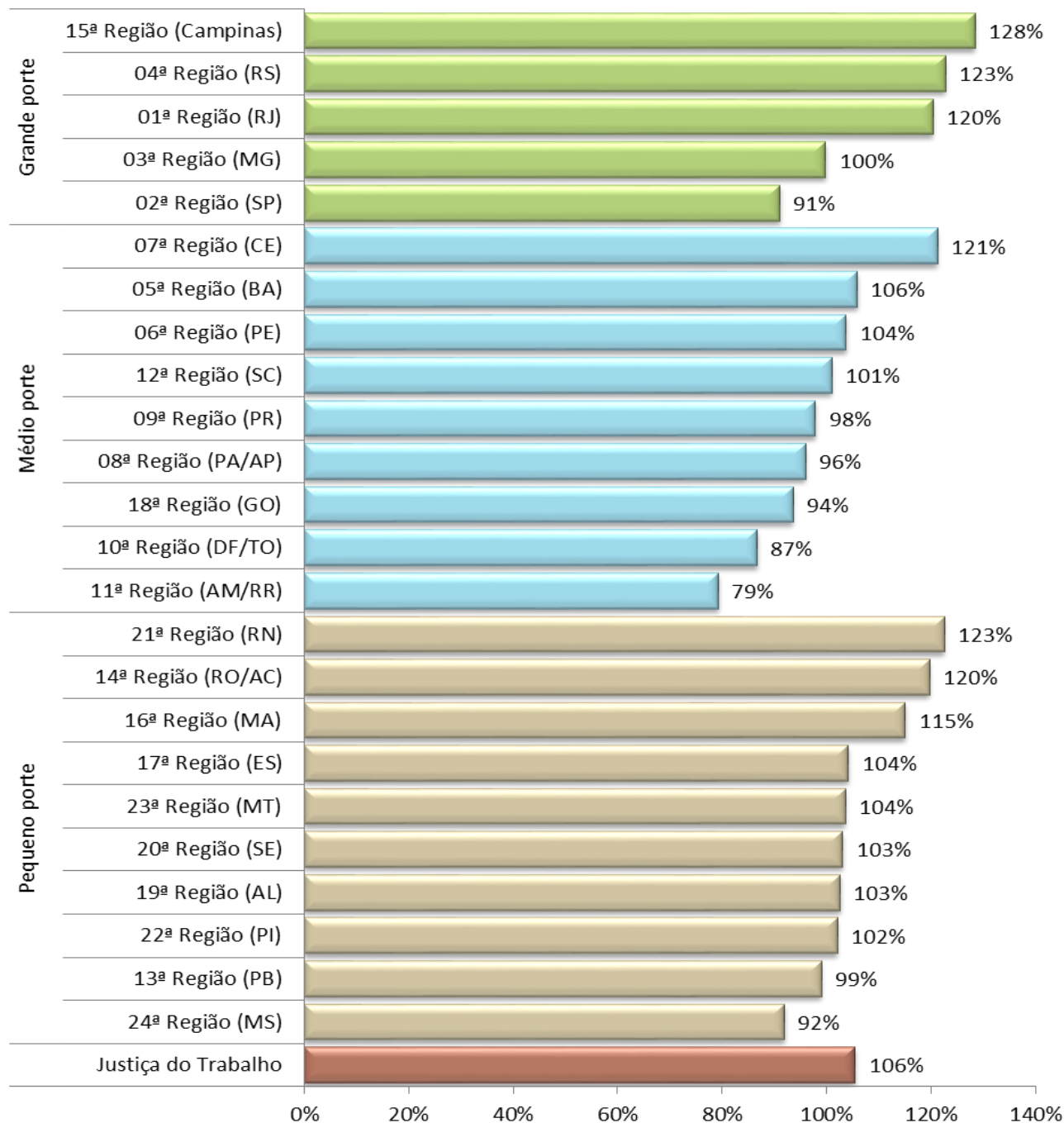
#### 2.3.8. IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.56 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	IAD - Processos Baixados por Caso Novo
01ª Região (RJ)	450.497	374.180	120%
02ª Região (SP)	712.829	782.346	91%
03ª Região (MG)	401.760	402.310	100%
04ª Região (RS)	347.411	282.873	123%
05ª Região (BA)	200.176	189.010	106%
06ª Região (PE)	171.300	164.995	104%
07ª Região (CE)	101.509	83.681	121%
08ª Região (PA/AP)	110.559	115.073	96%
09ª Região (PR)	228.810	233.634	98%
10ª Região (DF/TO)	81.075	93.382	87%
11ª Região (AM/RR)	59.001	74.310	79%
12ª Região (SC)	129.810	128.487	101%
13ª Região (PB)	47.624	48.035	99%
14ª Região (RO/AC)	46.845	39.108	120%
15ª Região (Campinas)	579.906	451.421	128%
16ª Região (MA)	62.692	54.471	115%
17ª Região (ES)	61.750	59.247	104%
18ª Região (GO)	123.713	132.181	94%
19ª Região (AL)	51.600	50.276	103%
20ª Região (SE)	34.320	33.276	103%
21ª Região (RN)	56.679	46.214	123%
22ª Região (PI)	42.380	41.479	102%
23ª Região (MT)	60.533	58.411	104%
24ª Região (MS)	47.932	52.100	92%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>4.210.711</b>	<b>3.990.500</b>	<b>106%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Gráfico 2.56 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo



Glossário:

IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula:  $IAD = T_{Baix} / C_n$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $C_n = C_{n2} + C_{n1}$

## 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

### 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

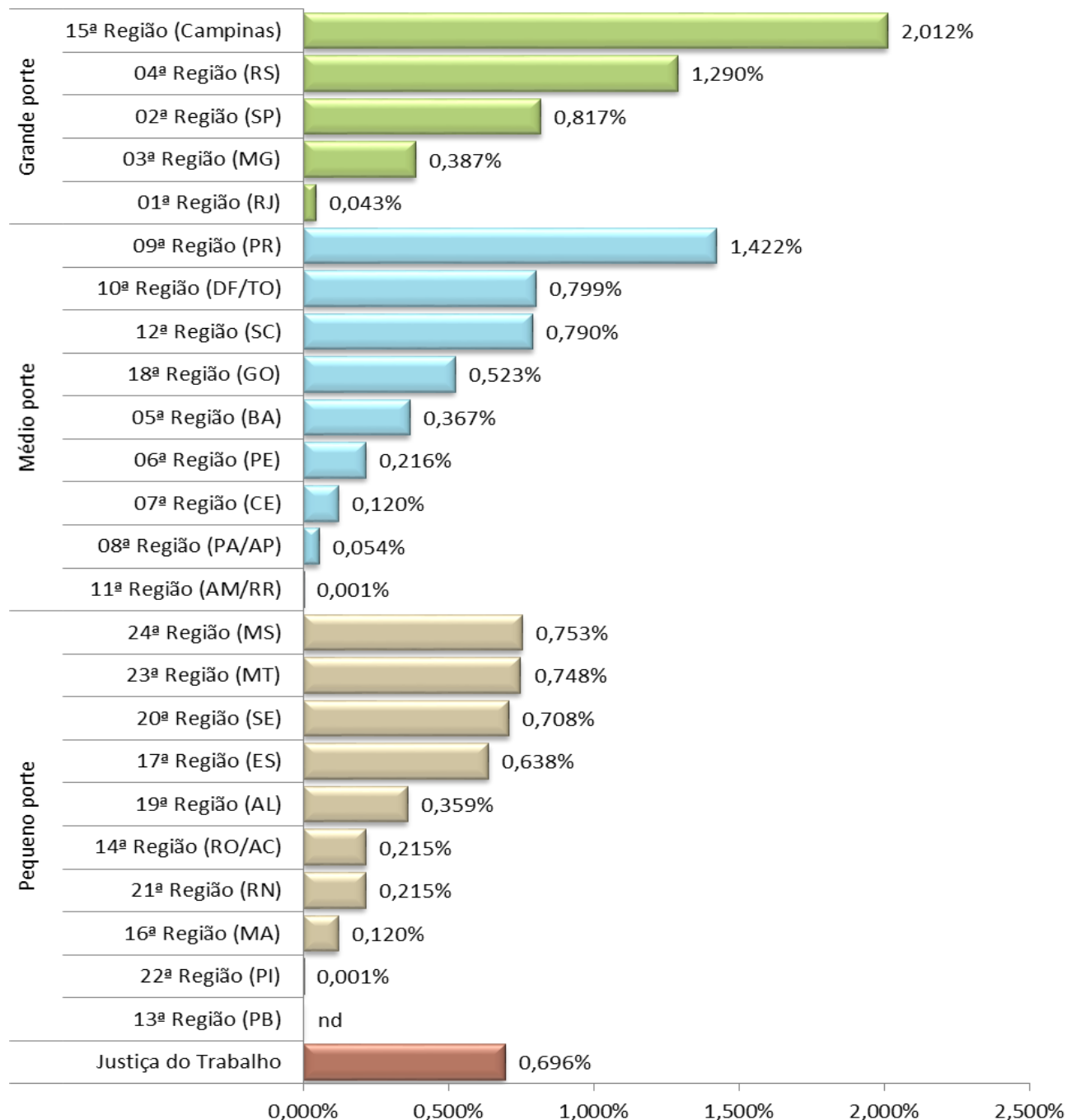
Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho
01ª Região (RJ)	650.000	1.507.341.295	0,043%
02ª Região (SP)	15.666.320	1.917.111.899	0,817%
03ª Região (MG)	5.391.103	1.393.456.278	0,387%
04ª Região (RS)	16.009.345	1.241.134.396	1,290%
05ª Região (BA)	3.108.286	846.272.342	0,367%
06ª Região (PE)	1.349.232	624.211.832	0,216%
07ª Região (CE)	392.182	327.641.391	0,120%
08ª Região (PA/AP)	259.616	478.718.543	0,054%
09ª Região (PR)	10.944.804	769.681.881	1,422%
10ª Região (DF/TO)	3.657.504	457.608.743	0,799%
11ª Região (AM/RR)	4.402	382.067.948	0,001%
12ª Região (SC)	4.502.896	569.932.211	0,790%
13ª Região (PB)	nd	324.796.743	nd
14ª Região (RO/AC)	562.671	261.141.329	0,215%
15ª Região (Campinas)	25.000.000	1.242.699.999	2,012%
16ª Região (MA)	196.828	163.613.450	0,120%
17ª Região (ES)	1.559.995	244.655.176	0,638%
18ª Região (GO)	2.036.071	389.414.438	0,523%
19ª Região (AL)	636.000	177.197.085	0,359%
20ª Região (SE)	952.155	134.512.055	0,708%
21ª Região (RN)	446.945	207.723.344	0,215%
22ª Região (PI)	738	113.206.976	0,001%
23ª Região (MT)	1.799.570	240.713.549	0,748%
24ª Região (MS)	1.417.070	188.273.120	0,753%
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>96.543.733</b>	<b>14.203.126.022</b>	<b>0,696%</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.



Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula:  $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

## 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

### 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

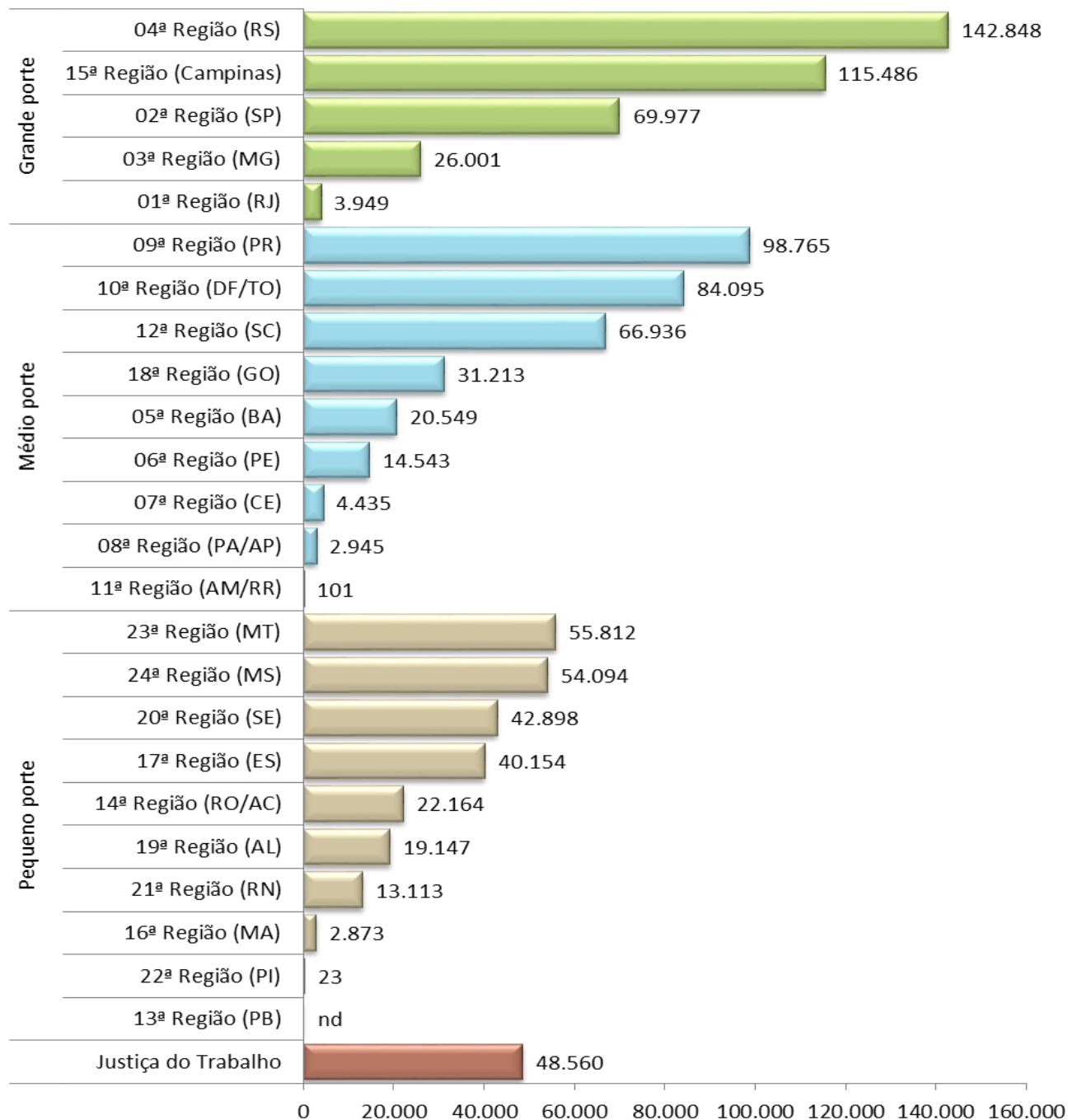
Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
01ª Região (RJ)	650.000	165	3.949
02ª Região (SP)	15.666.320	224	69.977
03ª Região (MG)	5.391.103	207	26.001
04ª Região (RS)	16.009.345	112	142.848
05ª Região (BA)	3.108.286	151	20.549
06ª Região (PE)	1.349.232	93	14.543
07ª Região (CE)	392.182	88	4.435
08ª Região (PA/AP)	259.616	88	2.945
09ª Região (PR)	10.944.804	111	98.765
10ª Região (DF/TO)	3.657.504	43	84.095
11ª Região (AM/RR)	4.402	44	101
12ª Região (SC)	4.502.896	67	66.936
13ª Região (PB)	nd	39	nd
14ª Região (RO/AC)	562.671	25	22.164
15ª Região (Campinas)	25.000.000	216	115.486
16ª Região (MA)	196.828	69	2.873
17ª Região (ES)	1.559.995	39	40.154
18ª Região (GO)	2.036.071	65	31.213
19ª Região (AL)	636.000	33	19.147
20ª Região (SE)	952.155	22	42.898
21ª Região (RN)	446.945	34	13.113
22ª Região (PI)	738	32	23
23ª Região (MT)	1.799.570	32	55.812
24ª Região (MS)	1.417.070	26	54.094
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>96.543.733</b>	<b>2.028</b>	<b>48.560</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

### Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça do Trabalho com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula:  $A2 = JG / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.

- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

## 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

### 3.3 Dem - Demandantes

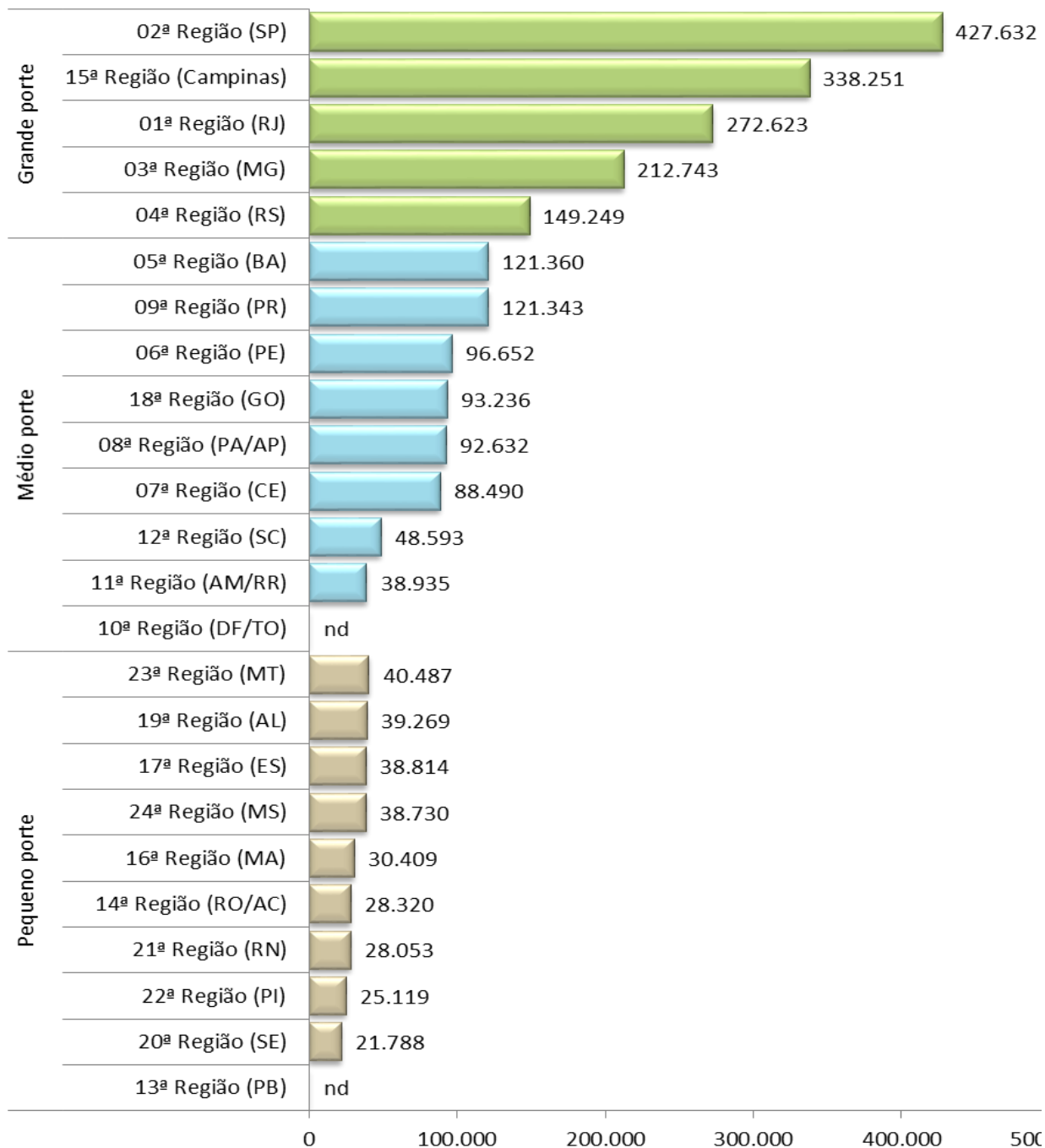
Tabela 3.3 Dem - Demandantes

<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>	<b>Dem - Demandantes</b>
01ª Região (RJ)	272.623
02ª Região (SP)	427.632
03ª Região (MG)	212.743
04ª Região (RS)	149.249
05ª Região (BA)	121.360
06ª Região (PE)	96.652
07ª Região (CE)	88.490
08ª Região (PA/AP)	92.632
09ª Região (PR)	121.343
10ª Região (DF/TO)	nd
11ª Região (AM/RR)	38.935
12ª Região (SC)	48.593
13ª Região (PB)	nd
14ª Região (RO/AC)	28.320
15ª Região (Campinas)	338.251
16ª Região (MA)	30.409
17ª Região (ES)	38.814
18ª Região (GO)	93.236
19ª Região (AL)	39.269
20ª Região (SE)	21.788
21ª Região (RN)	28.053
22ª Região (PI)	25.119
23ª Região (MT)	40.487
24ª Região (MS)	38.730
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>2.392.728</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dem - Pessoas Demandantes: O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça no ano-base, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos tribunais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.



### 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

#### 3.4. Poder Público como Demandante.

##### 3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

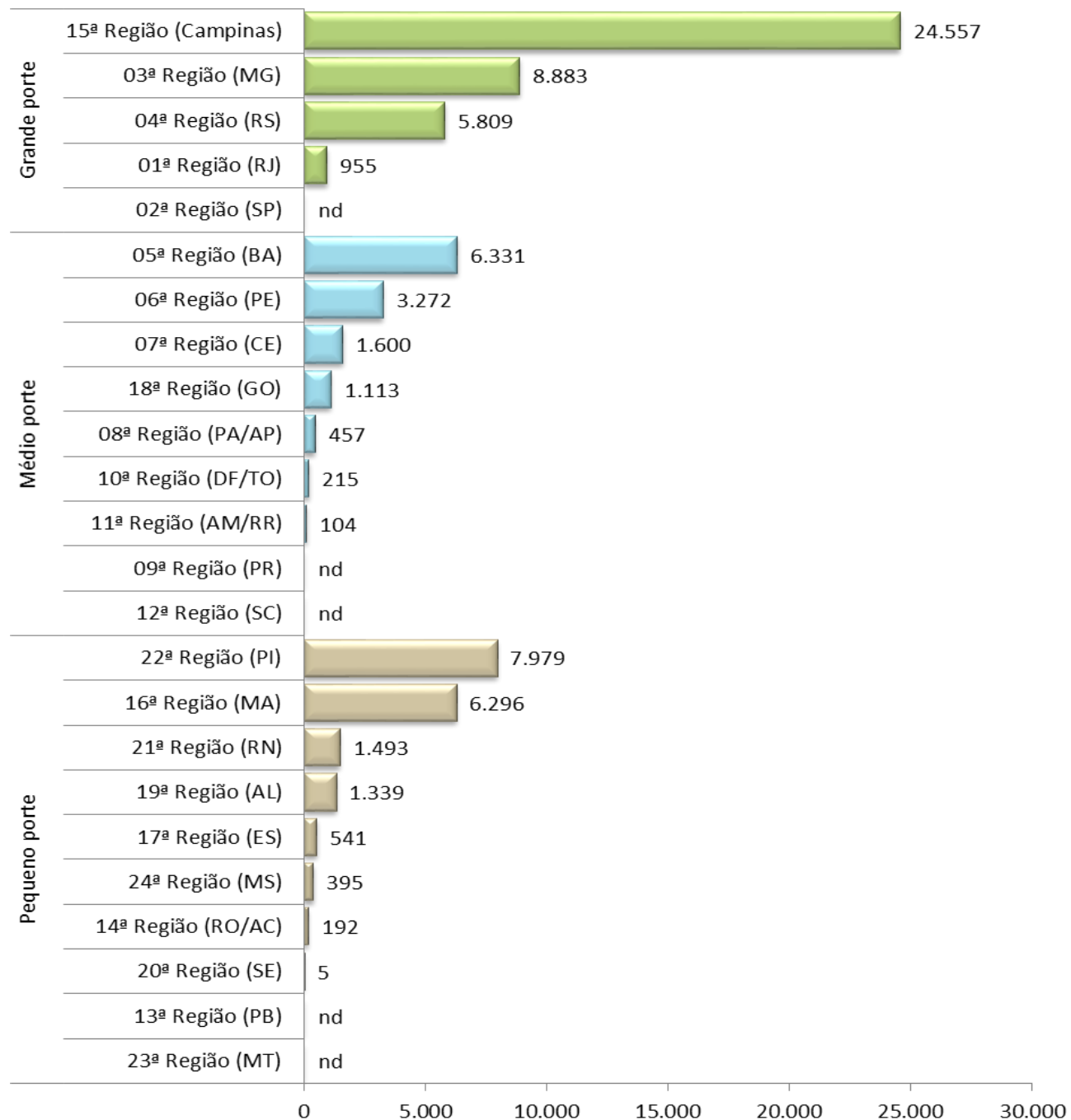
Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF2º + CpPF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE2º + CpPE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM2º + CpPM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	266	51	638	955
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	6.829	475	1.579	8.883
04ª Região (RS)	2.014	990	2.805	5.809
05ª Região (BA)	157	186	5.988	6.331
06ª Região (PE)	2.812	237	223	3.272
07ª Região (CE)	82	50	1.468	1.600
08ª Região (PA/AP)	244	49	164	457
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	165	50	0	215
11ª Região (AM/RR)	104	0	0	104
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	nd	nd	nd	nd
14ª Região (RO/AC)	137	39	16	192
15ª Região (Campinas)	5.721	4.771	14.065	24.557
16ª Região (MA)	511	448	5.337	6.296
17ª Região (ES)	240	103	198	541
18ª Região (GO)	819	190	104	1.113
19ª Região (AL)	264	66	1.009	1.339
20ª Região (SE)	2	0	3	5
21ª Região (RN)	457	425	611	1.493
22ª Região (PI)	518	1.003	6.458	7.979
23ª Região (MT)	nd	nd	nd	nd
24ª Região (MS)	319	43	33	395
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>21.661</b>	<b>9.176</b>	<b>40.699</b>	<b>71.536</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF2^\circ + CpPF2^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE2^\circ + CpPE2^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM2^\circ + CpPM2^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

## 3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

### 3.4. Poder Público como Demandante.

#### 3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

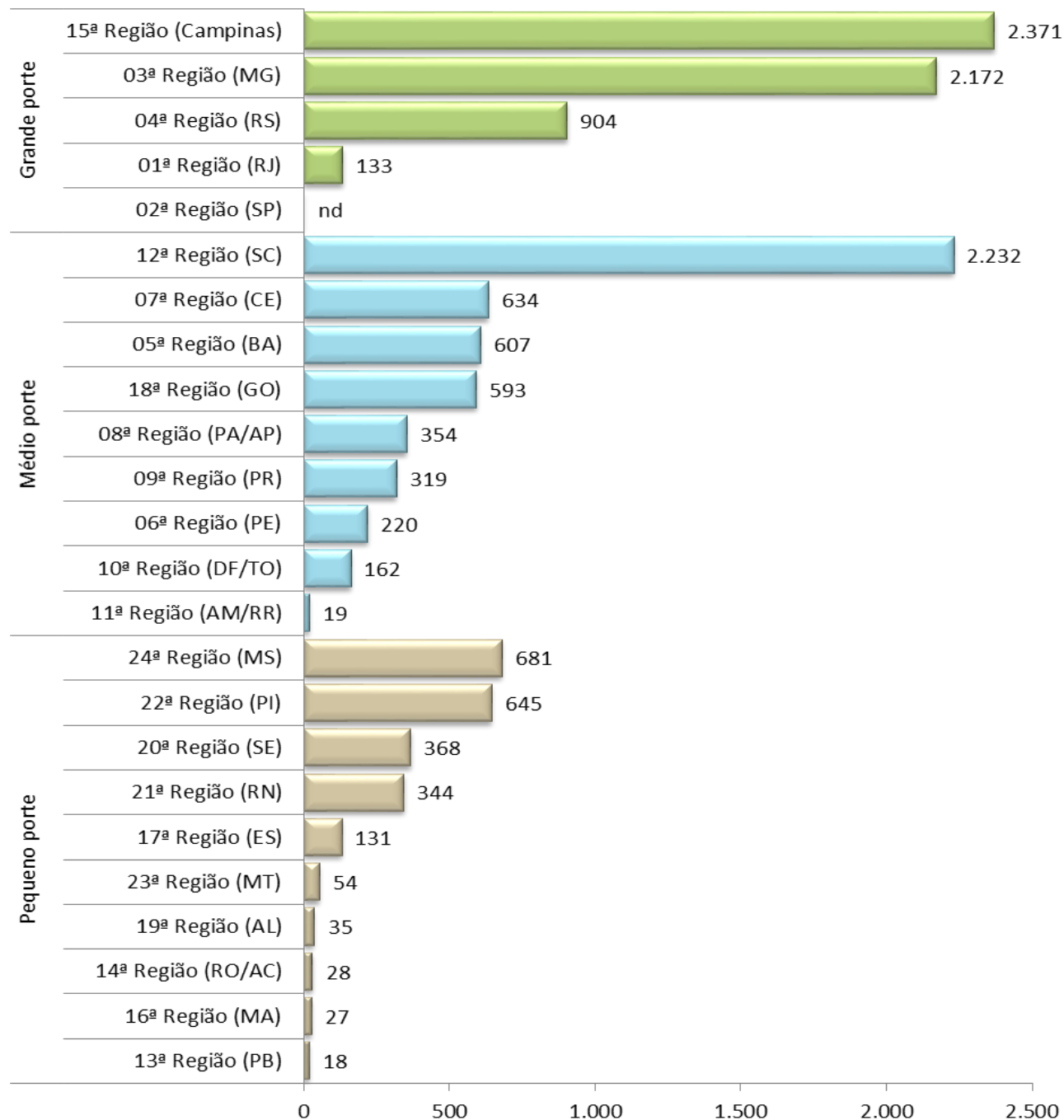
Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	96	11	26	133
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	1.037	160	975	2.172
04ª Região (RS)	278	431	195	904
05ª Região (BA)	526	9	72	607
06ª Região (PE)	153	10	57	220
07ª Região (CE)	437	9	188	634
08ª Região (PA/AP)	256	37	61	354
09ª Região (PR)	277	8	34	319
10ª Região (DF/TO)	158	3	1	162
11ª Região (AM/RR)	7	2	10	19
12ª Região (SC)	2.207	13	12	2.232
13ª Região (PB)	18	nd	nd	18
14ª Região (RO/AC)	19	8	1	28
15ª Região (Campinas)	2.069	85	217	2.371
16ª Região (MA)	4	0	23	27
17ª Região (ES)	105	7	19	131
18ª Região (GO)	586	1	6	593
19ª Região (AL)	18	3	14	35
20ª Região (SE)	363	1	4	368
21ª Região (RN)	332	4	8	344
22ª Região (PI)	484	100	61	645
23ª Região (MT)	54	nd	nd	54
24ª Região (MS)	680	1	0	681
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>10.164</b>	<b>903</b>	<b>1.984</b>	<b>13.051</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- (CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

**3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.**
**3.5. Poder Público como Demandado.**
**3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:**

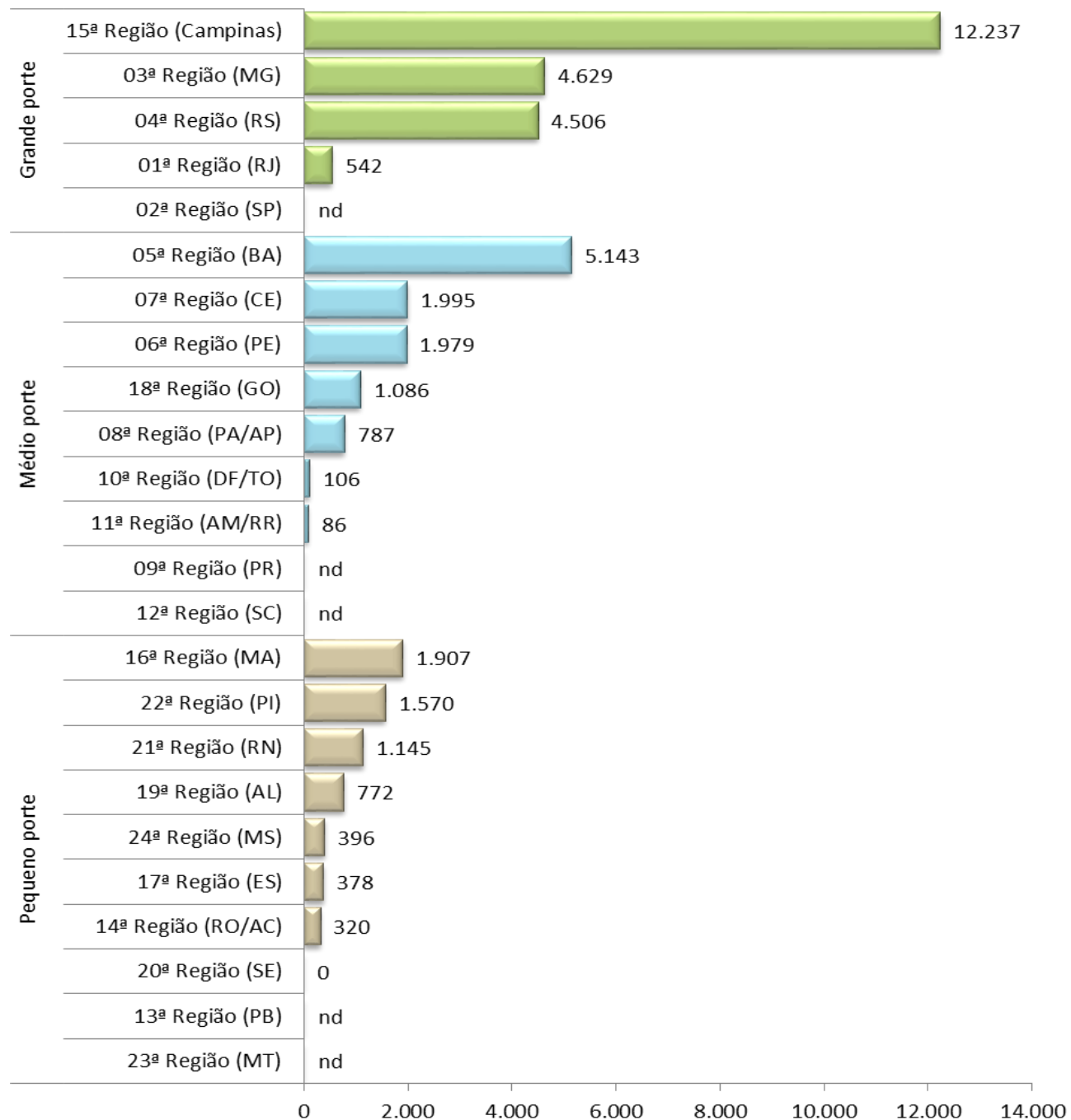
Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF2º + CpCF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE2º + CpCE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM2º + CpCM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	172	46	324	542
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	3.151	247	1.231	4.629
04ª Região (RS)	1.763	242	2.501	4.506
05ª Região (BA)	151	166	4.826	5.143
06ª Região (PE)	1.531	173	275	1.979
07ª Região (CE)	51	41	1.903	1.995
08ª Região (PA/AP)	578	27	182	787
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	55	50	1	106
11ª Região (AM/RR)	86	0	0	86
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	nd	nd	nd	nd
14ª Região (RO/AC)	86	34	200	320
15ª Região (Campinas)	4.159	2.934	5.144	12.237
16ª Região (MA)	139	120	1.648	1.907
17ª Região (ES)	198	68	112	378
18ª Região (GO)	762	182	142	1.086
19ª Região (AL)	180	40	552	772
20ª Região (SE)	0	0	0	0
21ª Região (RN)	375	131	639	1.145
22ª Região (PI)	385	192	993	1.570
23ª Região (MT)	nd	nd	nd	nd
24ª Região (MS)	277	77	42	396
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>14.099</b>	<b>4.770</b>	<b>20.715</b>	<b>39.584</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.



Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF2^\circ + CpCF2^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE2^\circ + CpCE2^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o ano-base.
- $(CnCM2^\circ + CpCM2^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

**3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.**
**3.5. Poder Público como Demandado.**
**3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:**

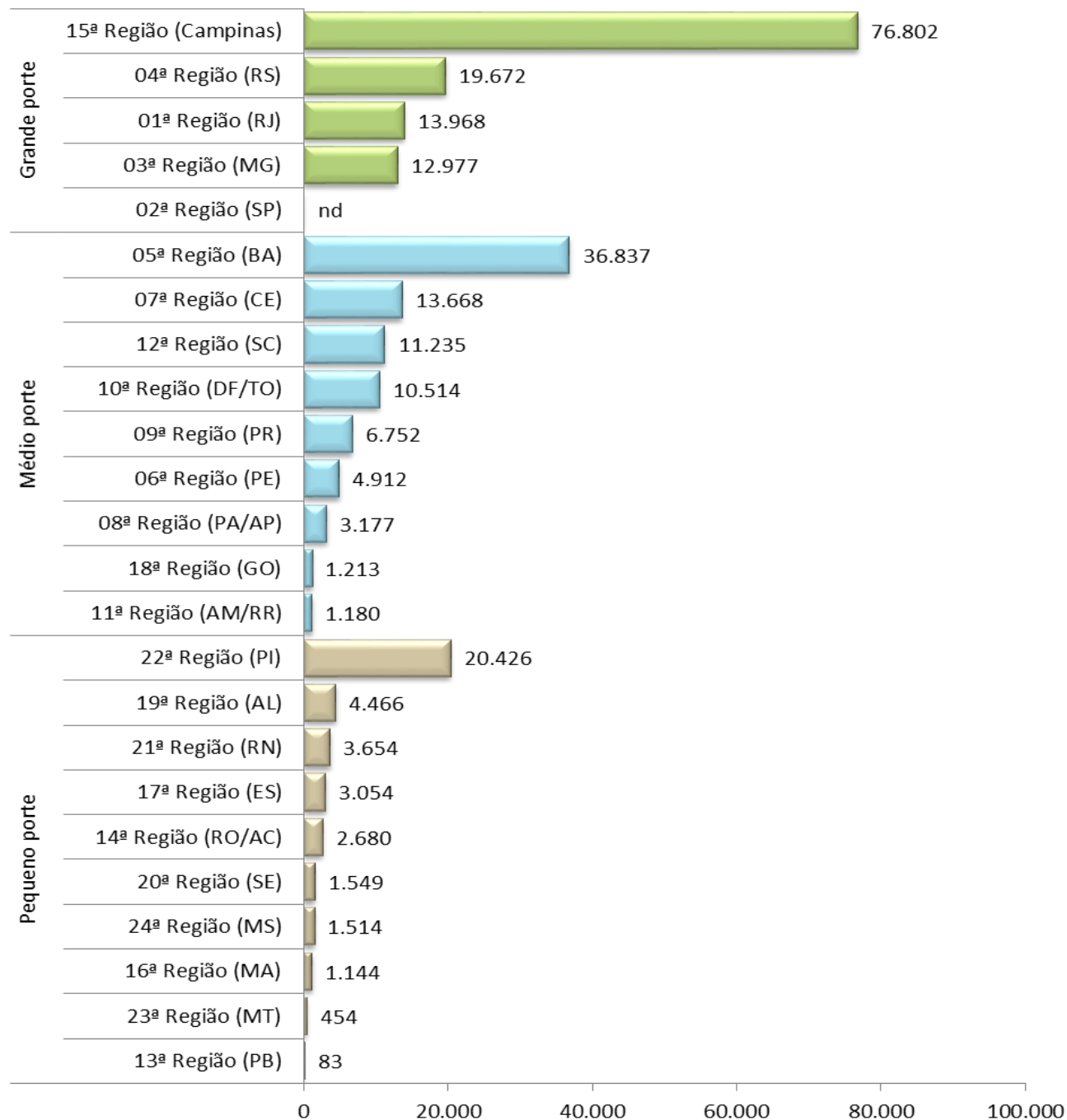
Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF1º + CpCF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE1º + CpCE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM1º + CpCM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	4.119	2.691	7.158	13.968
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	5.475	2.369	5.133	12.977
04ª Região (RS)	3.734	5.286	10.652	19.672
05ª Região (BA)	1.225	3.154	32.458	36.837
06ª Região (PE)	1.209	1.430	2.273	4.912
07ª Região (CE)	541	577	12.550	13.668
08ª Região (PA/AP)	635	1.357	1.185	3.177
09ª Região (PR)	861	1.355	4.536	6.752
10ª Região (DF/TO)	8.227	2.213	74	10.514
11ª Região (AM/RR)	129	306	745	1.180
12ª Região (SC)	1.886	1.359	7.990	11.235
13ª Região (PB)	71	8	4	83
14ª Região (RO/AC)	501	727	1.452	2.680
15ª Região (Campinas)	10.293	20.187	46.322	76.802
16ª Região (MA)	144	223	777	1.144
17ª Região (ES)	604	797	1.653	3.054
18ª Região (GO)	482	220	511	1.213
19ª Região (AL)	506	610	3.350	4.466
20ª Região (SE)	250	278	1.021	1.549
21ª Região (RN)	968	932	1.754	3.654
22ª Região (PI)	1.292	1.938	17.196	20.426
23ª Região (MT)	88	277	89	454
24ª Região (MS)	983	267	264	1.514
<b>Justiça do Trabalho</b>	<b>44.223</b>	<b>48.561</b>	<b>159.147</b>	<b>251.931</b>

Fonte: Justiça em Números 2015 (ano-base 2014).

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula:  $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF1^\circ + CpCF1^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE1^\circ + CpCE1^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM1^\circ + CpCM1^\circ)$  Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.